

Demonstrações Financeiras 2017



ÍNDICE

Relatório da Administração	Pág.
<i>Carta do Presidente</i>	1
<i>Perfil da Companhia</i>	3
<i>Composição Acionária</i>	3
<i>Relacionamento com Acionistas</i>	4
<i>Conjuntura Econômica</i>	4
<i>Governança Corporativa</i>	4
<i>Regulação</i>	9
<i>Mercado de Energia</i>	10
<i>Comercialização de Energia</i>	10
<i>Desempenho Operacional</i>	10
<i>Investimentos</i>	14
<i>Desempenho Econômico-Financeiro</i>	20
<i>Alienação de Bens</i>	24
<i>Relacionamento com Auditores Independentes</i>	25
<i>Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação</i>	25
<i>Programa Chesf Solar</i>	26
<i>Gestão da Tecnologia da Informação</i>	27
<i>Gestão de Pessoas</i>	27
<i>Fornecedores</i>	31
<i>Programas e Projetos Sociais</i>	32
<i>Responsabilidade Ambiental</i>	33
<i>Programa do Reassentamento de Itaparica</i>	34
<i>Cultura</i>	34
<i>Prêmios e Reconhecimentos</i>	35
<i>Informações de Natureza Social e Ambiental</i>	35
 Demonstrações Financeiras	
 Balanço Patrimonial	
Ativo	38
Passivo e Patrimônio Líquido	39
<i>Demonstração do Resultado</i>	40
<i>Demonstração do Resultado Abrangente</i>	41
<i>Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido</i>	42
<i>Demonstração do Fluxo de Caixa</i>	43
<i>Demonstração do Valor Adicionado</i>	44
<i>Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras</i>	45
<i>Composição da Diretoria e dos Conselhos de Administração e Fiscal</i>	156
<i>Parecer dos Auditores Independentes</i>	157
<i>Parecer do Conselho Fiscal</i>	164

1. CARTA DO PRESIDENTE

A BUSCA DO EQUILÍBRIO E UM OLHAR PARA O FUTURO

Em 2018 a Chesf completa 70 anos de história. Uma data marcante para uma empresa que cresceu junto com o Nordeste, superou vários desafios e agora trabalha com afinco para se tornar cada vez mais moderna e mais eficiente.

Os últimos anos têm sido desafiadores para a Chesf. Mas nos desafios encontramos também oportunidades de mudança, superação e reinvenção. Em 2017 isso não foi diferente, mas enfrentamos os desafios com um espírito renovado e com a vontade de deixar novamente nossa marca em todo o Nordeste.

Para que a estratégia fosse alcançada, foi elaborado um planejamento econômico-financeiro, que viabilizou recursos para as necessidades definidas. O recebimento de receitas das instalações da Rede Básica do Sistema Existente (RBSE), a partir do mês de julho, e a dação em pagamento de algumas Sociedades de Propósito Específico (SPE) formaram o principal pilar para a execução do planejado. Também foi executado um rígido controle das despesas, de forma a contribuir com os recursos necessários.

Com esse foco, implantamos o Plano de Obras e de Modernização, importante iniciativa que mobilizou toda a nossa equipe e nossos públicos de relacionamento para a entrega dos empreendimentos nos prazos estabelecidos ou antecipando as datas previstas.

É importante destacar o recorde anual de entregas de obras de transmissão e a inauguração dos primeiros parques eólicos da Chesf, Casa Nova II e III (BA).

Com essas entregas, garantimos uma maior capacidade de transformação, permitindo a transmissão de mais energia e com melhor qualidade para consumidores residenciais, comerciais e industriais. No Nordeste, entre os destaques, estão o reforço no atendimento às regiões metropolitanas de Fortaleza, Teresina, Aracaju e Salvador, além da melhoria na confiabilidade de todo o sistema da região.

E esse trabalho de modernização do sistema elétrico e a busca constante pela melhoria no desempenho já trouxeram resultados positivos, fazendo com que obtivéssemos os melhores índices de desempenho operacional em cinco anos e alcançássemos uma redução significativa no número de acidentes de trabalho com afastamento.

Outra iniciativa com foco no futuro e que merece destaque em 2017 é o lançamento de nosso Centro de Referência em Energia Solar de Petrolina (Cresp) voltado ao desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico em geração de energia solar. Com um investimento de R\$ 54,3 milhões, demos início à construção de uma planta fotovoltaica para geração de 3 MWp para a realização de pesquisas de geração, tendo em vista que o centro se localizará na região com o maior potencial para aproveitamento da energia solar no país.

Nossa área de Pesquisa & Desenvolvimento ganhou destaque no ano também com a obtenção da primeira Carta Patente da Chesf, com o “Aplicativo para Regulação e Paralelismo de Transformadores de Potência”. A tecnologia executa função de regular o nível de tensão que é entregue pela Chesf às concessionárias de energia. Mais uma prova de nossa forte capacidade de reinvenção, criatividade e eficiência.

Todo processo de mudança exige adaptações a uma nova realidade. Por isso, em 2017, lançamos o Plano de Aposentadoria Extraordinária (PAE), que resultou na adesão de 464 empregados de julho a dezembro. Também implantamos, de forma efetiva, nosso projeto de Reestruturação Organizacional, um importante passo para a modernização da Chesf e que integra uma série de medidas para otimizar custos e retomar a sustentabilidade empresarial. Esse novo organograma representou uma redução de 42,5% das funções gratificadas, com economia de cerca de 30% com esse custo.

Outra iniciativa que trará muitos bons frutos para nossa eficiência operacional, agilidade e economia de recursos é o início da implantação – junto com todas as empresas Eletrobras – de um Centro de Serviços Compartilhados para áreas comuns como Suprimentos, Compras, Contabilidade e Jurídica, que evitará a sobreposição de funções e dará a possibilidade de contratos mais benéficos para as empresas, seguindo o exemplo de sucesso de muitas grandes corporações.

Além de nossas questões internas, em 2017 também tivemos um papel muito importante frente a maior crise hídrica vivenciada pela Bacia do Rio São Francisco em 80 anos. Passando pelo quinto ano seguido de escassez, o rio chegou ao seu volume mínimo de água. Para garantir o uso múltiplo das águas pelas populações ribeirinhas e seguindo as determinações do Ibama e da Agência Nacional das Águas (ANA), temos gerenciado, desde 2013, a vazão do Rio São Francisco a partir do Reservatório de Sobradinho. O reservatório tem sido fundamental para a segurança hídrica da Região, em especial para os mais de três milhões de habitantes do Médio e Baixo São Francisco.

Em paralelo, com a integração da área de Sustentabilidade à área de Planejamento e Inovação, iremos fortalecer as questões ligadas ao tema. Aproveito para reiterar que o desenvolvimento do nosso negócio só é válido com base em valores e princípios éticos e o pleno respeito pelos direitos humanos em toda a sua expressão.

Sabemos que 2018 continuará sendo um ano de muitos desafios a serem superados. As discussões que se desenvolverão durante o ano de 2018 sobre o modelo do Setor Elétrico deverão resultar no equacionamento do maior desafio da Chesf, o aumento de sua receita. Mas hoje temos mais clareza de quais são os obstáculos e as melhores formas de enfrentá-los para levar a Chesf novamente a um cenário de crescimento e de destaque na região Nordeste. Continuaremos com os nossos compromissos relacionados aos Princípios do Pacto Global, do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, dos Princípios de Empoderamento das Mulheres, do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça e no Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes. Vamos chegar aos nossos 70 anos de história com energia para mudar, crescer e reinventar. E para isso, contamos com uma equipe engajada, que demonstra todos os dias seu compromisso em contribuir com o crescimento da Chesf, do Nordeste e de todo o país.

Boa leitura!

Sinval Zaidan Gama
Diretor-Presidente

2. PERFIL DA COMPANHIA

A Chesf, concessionária de serviço público de energia elétrica controlada pela Eletrobras, é uma sociedade de economia mista de capital aberto, criada pelo Decreto-Lei nº 8.031, de 03 de outubro de 1945, e constituída na 1ª Assembleia Geral de Acionistas, realizada em 15 de março de 1948, tendo como atividades principais a geração e a transmissão de energia elétrica, atuando em todo o território nacional.

Concessionária de um dos maiores sistemas de geração e transmissão de energia elétrica do Brasil, as operações da Chesf se concentram nas atividades de geração hidrotérmica e eólica, com predominância de usinas hidrelétricas, responsáveis por cerca de 99,8% da produção total de energia em 2017. Este parque gerador tem 10.670,23 MW de potência instalada, sendo composto por 12 usinas hidrelétricas, supridas por 10 reservatórios com capacidade de armazenamento máximo de 55,8 bilhões de metros cúbicos de água, 2 usinas eólicas e 1 usina térmica bicomustível.

Usinas	Rio	Capacidade Instalada (MW)
HIDRELÉTRICAS	-	10.262,33
Sobradinho	São Francisco	1.050,30
Luiz Gonzaga (Itaparica)	São Francisco	1.479,60
Apolônio Sales (Moxotó)	São Francisco	400,00
Paulo Afonso I	São Francisco	180,00
Paulo Afonso II	São Francisco	443,00
Paulo Afonso III	São Francisco	794,20
Paulo Afonso IV	São Francisco	2.462,40
Xingó	São Francisco	3.162,00
Funil	de Contas	30,00
Pedra	de Contas	20,01
Boa Esperança	Parnaíba	237,30
Curemas	Piancó	3,52
EÓLICAS	-	61,10
UEE Casa Nova II	-	32,90
UEE Casa Nova III (*)	-	28,20
TERMELÉTRICA	-	346,80
Camaçari (**)	-	346,80
TOTAL		10.670,23

(*) Início de operação comercial a partir de 28/02/2018.

(**) Em processo de encerramento da concessão. Todas as unidades com operação comercial suspensa.

O sistema de transmissão da Chesf é composto por 20.531,9 km de linhas em operação, sendo 5.372,9 km de circuitos de transmissão em 500 kV, 14.441,9 km de circuitos de transmissão em 230 kV, e 717,1 km de circuitos de transmissão em tensões inferiores, além de 119 subestações de potência (considerando-se neste total as subestações de outras transmissoras que a Chesf possui ativos), com capacidade de transformação de 46.083,84 MVA e ainda 10.113 km de cabos de fibras ópticas do tipo OPGW.

Fazem parte ainda do sistema da Chesf, 14 subestações elevadoras das usinas, que somadas às subestações de potência, totalizam 57.871,54 MVA a capacidade de transformação da Companhia.

A Companhia também possui participações em empreendimentos de geração e transmissão por meio de Sociedades de Propósito Específico (SPEs).

3. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O Capital Social da Chesf, no montante de R\$ 9,754 bilhões, é representado por 55.905 mil ações nominativas, divididas em 54.151 mil ações ordinárias e 1.754 mil ações preferenciais, todas sem valor nominal. Deste total, 99,578% pertencem à Eletrobras, 0,347% ao Ministério da Fazenda, 0,016% à Light, e 0,059% a outros acionistas.

4. RELACIONAMENTO COM ACIONISTAS

A Chesf, como empresa de capital aberto, está sujeita às regras da Comissão de Valores Mobiliários – CVM. A política de relacionamento da Companhia é pautada pela divulgação de informações com transparência, caracterizada pelo respeito aos princípios legais e éticos, alinhados às normas a que está submetida como concessionária de serviço público.

A Companhia possui um canal de divulgação de informações em seu portal corporativo na Internet, www.chesf.gov.br, link “Investidores”. A comunicação com seus acionistas é feita via atendimento telefônico, presencial e endereçamento eletrônico.

5. CONJUNTURA ECONÔMICA

O ano de 2017 foi caracterizado, conforme carta de conjuntura de dezembro do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), por um processo contínuo de recuperação cíclica da economia brasileira. A produção, cuja trajetória havia encerrado 2016 de maneira instável, apresentou crescimento em todos os trimestres de 2017. No mesmo sentido, a inflação recuou fortemente ao longo do ano, voltando a crescer, em patamares confortáveis, apenas no último bimestre.

A atividade econômica, após declínio de 3,8% em 2015 e nova contração de 3,6% em 2016, encerrou 2017 registrando crescimento de 1% de acordo com o IBGE. No fundamento deste resultado estão as trajetórias crescentes do consumo das famílias, fortalecida pela liberação de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e que vem se mostrando permanente; e do investimento, que também apresentou recuperação, retomando o fôlego após quatro anos de declínio.

A recuperação gradual da atividade repercutiu de maneira tímida no mercado de trabalho, tendo a taxa de desemprego encerrado 2017 no patamar de 11,8%, 0,2 pontos percentuais abaixo dos 12% registrados em 2016. Há, no entanto, indícios de que a qualidade do emprego tenha piorado, tendo o número de trabalhadores sem carteira de trabalho assinada crescido 5,7% em relação a 2016.

Por sua vez, a inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que já havia atingido em 2016 seu índice mais baixo desde 2013, encerrando o ano em 6,29%, registrou queda de 5,2% ao final de outubro em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse fato repercute o declínio no preço dos alimentos, mas o aumento nos preços administrados como o da energia elétrica e os dos derivados do petróleo fez com o que a trajetória voltasse a ascender, ainda que de maneira bem comportada, no último bimestre. No entanto, a expectativa de crescimento em patamares confortáveis não minou o resultado do ano, tendo o IPCA fechado 2017 em 2,95%, o menor índice desde 1998.

No setor elétrico, conforme homologado pelo Despacho ANEEL Nº 2.076/2016 e posteriormente determinado pela Portaria Nº 120/2016, foram incluídos na base de remuneração dos empreendimentos de transmissão da CHESF os valores de custo de capital referentes à parcela dos ativos reversíveis existentes em 2000 e ainda não amortizados, conforme laudo de R\$ 5,09 bilhões para fins de indenização à CHESF. Assim, os valores foram incorporados à Receita Anual Permitida (RAP) da Companhia no reajuste tarifário de 2017, conforme Resolução Homologatória Nº 2.258/2017.

6. GOVERNANÇA CORPORATIVA

6.1 ADMINISTRAÇÃO

A Chesf é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva, composta exclusivamente por brasileiros. Esse conselho é integrado por até seis membros, sendo um dos membros indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, e outro membro eleito como representante dos empregados, escolhido pelo voto direto de seus pares dentre os empregados ativos e em eleição organizada pela Companhia em conjunto com as entidades sindicais que os representem, nos termos da legislação vigente.

A Diretoria Executiva é composta pelo Diretor-Presidente e até cinco diretores, eleitos pelo Conselho de Administração, que exercem suas funções em regime de tempo integral. O Diretor-Presidente é escolhido dentre os membros do Conselho de Administração, não podendo acumular a função de Presidente deste Conselho.

O Conselho Fiscal, de caráter permanente, compõe-se de três membros efetivos e igual número de suplentes, sendo um indicado pelo Ministério da Fazenda, como representante da Secretaria do Tesouro Nacional.

O mandato dos conselheiros de administração e fiscal, assim como o dos diretores foi unificado em dois anos, com o objetivo de adequar à Lei das Estatais (Lei nº 13.303/2016), conforme alteração do Estatuto Social aprovada na Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, de 27 de abril de 2017.

Nessa revisão estatutária, estabeleceu-se o limite de três reconduções consecutivas para membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva. Já para os membros do Conselho Fiscal, esse limite é de duas reconduções.

6.2 GESTÃO DA ÉTICA

A Chesf adota o Código de Ética e Conduta Único do Sistema Eletrobras, que se aplica a todo o seu público interno, desde a alta administração até estagiários e jovens aprendizes e estabelece compromissos de conduta a serem seguidos no âmbito da Companhia, bem como, no relacionamento dos seus colaboradores com órgãos de governo, concorrentes, fornecedores, prestadores de serviço e demais parceiros externos. A Comissão de Ética tem como principais atribuições a disseminação dos valores e princípios éticos, por meio da realização de ações de comunicação e capacitação e da apuração de denúncias de infração ética.

Os destaques das ações da Comissão de Ética em 2017 foram: a organização do XIII Seminário do Fórum Nacional de Gestão da Ética nas Empresas Estatais, realizado nos dias 17 e 18 de agosto, no auditório do Centro de Desenvolvimento do Ser Humano da Companhia (CDSH) em Recife (PE), com transmissão para as regionais e empresas partícipes do Fórum; a continuidade da campanha “Ética. Em tudo para tod@s”, com a aplicação da assinatura nos emails e nas comunicações institucionais, utilização nas datas significativas dos comitês internos, ouvidoria e das Cipas; a mobilização dos empregados para realização do treinamento *on-line* “Integridade e Ética” objetivando uma melhor apropriação do conteúdo do Código de Ética; ações educacionais voltadas aos jovens aprendizes, além do atendimento a consultas formuladas sobre aspectos de ética, bem como apuração das denúncias recebidas.

6.3 OUVIDORIA

A Ouvidoria é um canal de diálogo com os públicos de relacionamento da Chesf, atuando de forma isenta, com caráter mediador, pedagógico e estratégico. Acolhe as manifestações dos cidadãos, não solucionadas por outros canais de atendimento, analisa e atua na busca por soluções, identifica tendências e orienta a organização, dando suporte à melhoria contínua dos processos de trabalho e a busca por soluções efetivas. Sempre observando os princípios da legalidade, da transparência, do sigilo e da ética.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO – SIC

A Ouvidoria também desenvolve as atividades inerentes à Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação - LAI, assegurando a qualquer cidadão demandar informações produzidas ou custodiadas pela Chesf, de interesse particular, coletivo ou geral. Realiza a gestão dos pedidos de informação dos cidadãos, por meio do Sistema de informação ao Cidadão – SIC, disponibilizado pela Controladoria Geral da União – CGU.

Em 2017, houve o atendimento a 100% dos pedidos de informação recebidos pelo SIC. O período de 13 dias foi o tempo médio de resposta, inferior ao estabelecido pela Lei de Acesso a Informação – LAI que é de 20 dias, podendo ser prorrogado por mais 10 dias, se houver justificativa expressa. Foram 6 (seis) demandas com prazo de atendimento prorrogado.

SIC				
Pedidos	Recurso ao Chefe Hierárquico	Recursos à Autoridade Máxima	Recursos à Controladoria Geral da União	Recursos à Comissão Mista de Reavaliação de Informações
54	9	2	0	0

CANAL DE DENÚNCIAS DAS EMPRESAS ELETROBRAS

As empresas Eletrobras passaram a contar a partir do dia 21/08/2017 com um canal específico e centralizado para o recebimento de denúncias que envolvam conduta antiética ou ilegal.

A coordenação e a gestão do tratamento dessas denúncias são realizadas pelo Comitê do Sistema de Integridade – CSI, comitê formado por representantes da holding e demais empresas Eletrobras.

ESTATÍSTICA DAS MANIFESTAÇÕES

Foram recebidas 616 demandas no ano de 2017, sendo 592 pela Ouvidoria e 24 pelo Canal de Denúncias Eletrobras.

MANIFESTAÇÕES POR TIPO

As demandas são classificadas como: denúncia, elogio, reclamação, solicitação, sugestão. O gráfico a seguir apresenta o percentual das manifestações por tipo no ano de 2017.



MANIFESTAÇÕES POR ASSUNTO

Em 2017, os principais assuntos recebidos pela Ouvidoria provenientes dos públicos de relacionamento da Chesf foram concentrados, em cerca de 80%, em temas que dizem respeito a Recursos Humanos, Área de Servidão, Suprimento, Serviços Gerais, Operação e Manutenção e Comunicação Empresarial.

Destaca-se como exemplo de melhorias implementadas a partir de manifestações recebidas, a disponibilização no Portal corporativo de informações sobre o volume de chuva (em mm) na área do reservatório de Sobradinho e dados hidrológicos obtidos no posto hidrométrico de Remanso (cota média (m) e chuva (mm)). Esta oportunidade de aperfeiçoamento na disponibilização de informações foi identificada pela Ouvidoria em conjunto com a Diretoria de Operação.

6.4 AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna da Chesf está vinculada ao Conselho de Administração, sujeita-se à orientação normativa e à supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e tem por finalidade básica assegurar a legalidade e a legitimidade dos atos e fatos administrativos, bem como avaliar a eficácia da gestão, dos controles internos e das práticas administrativas, orientando-se por uma filosofia de atuar preventivamente, fortalecendo os processos e a gestão da Companhia.

No exercício de 2017, a Auditoria Interna foi reestruturada internamente passando a ser composta por uma Superintendência de Auditoria (SCA) com dois departamentos: Departamento de Auditoria Interna (DCAI) e Departamento de Atendimento aos Órgãos de Controle (DCAC).

O planejamento das atividades da Auditoria Interna é consubstanciado no Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT, submetido à análise prévia da Controladoria-Geral da União – CGU e, posteriormente, ao exame pelo Conselho Fiscal e à aprovação pelo Conselho de Administração. A atuação da Auditoria Interna está limitada à execução de suas atividades típicas, com o objetivo de evitar o desvio de funções e de preservar sua isenção e imparcialidade.

No exercício de 2017, a Auditoria Interna concluiu 22 Relatórios de Auditoria que resultaram em 182 recomendações. Todos os relatórios foram encaminhados à gestão da Companhia e apresentados aos Conselhos de Administração e Fiscal. Ainda, a finalização dos relatórios foi comunicada à CGU.

6.5 SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

A Sustentabilidade Empresarial na Chesf tem como objetivo estabelecer diretrizes que norteiem suas ações quanto à promoção do desenvolvimento sustentável, buscando equilibrar oportunidades de negócio com responsabilidade social, econômico-financeiro e ambiental. Dentre essas diretrizes estão a priorização da produção de energia limpa e renovável, o uso racional de recursos, atuar como agente indutor da eficiência energética, ter compromisso com a ética e a transparência, respeitar os direitos humanos, agregar valor para as partes interessadas, garantir condições de trabalho e de bem-estar adequadas aos colaboradores.

Em 2017, destacamos as seguintes ações aprovadas no Comitê de Sustentabilidade:

- execução de projetos de sustentabilidade incluídos no Plano de Negócios e Gestão (PNG) da Chesf
- normatização da gestão de consumo de água, energia, combustível e coleta seletiva
- campanhas para efficientização de energia elétrica
- participação na definição e priorização dos Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) - para integração da Agenda 2013 da ONU à estratégia das Empresas Eletrobras

A Companhia manteve suas adesões ao Pacto Global, com emissão da Comunicação de Progresso (COP), aos Princípios de Empoderamento da Mulher, da ONU Mulheres, ao Programa Pró-equidade de Gênero e Raça, da Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República à Declaração de Compromisso Corporativo no Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), e ao compromisso com o Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo (InPACTO).

A Chesf publicou o seu Relatório Anual de Sustentabilidade, seguindo as diretrizes mundiais da Global Reporting Initiative (GRI), disponível no link sustentabilidade-2016.chesf.gov.br. Participou, ainda, ativamente para o Relatório de Sustentabilidade da holding e para as respostas aos questionários do Dow Jones Sustainability Index (DJSI) e do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa.

6.6 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

O processo de Gestão de Riscos na Chesf segue os princípios e diretrizes estabelecidos na Política de Gestão de Riscos das Empresas Eletrobras e visa desenvolver uma visão integrada dos principais eventos de riscos aos quais a Companhia está exposta e definir, em conjunto com as áreas de negócios, as ações de tratamento para mitigação desses riscos. A metodologia, adotada em alinhamento com a *holding*, abrange as etapas de identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos de diversas naturezas, e tem o

objetivo de dar suporte na tomada de decisões empresariais. A priorização dos riscos a serem analisados e monitorados é realizada pelo Comitê de Riscos da Companhia, formalmente instituído com representantes de todas as Diretorias, tomando como base a relação completa de riscos identificados na Matriz de Riscos da Companhia, aprovada em Diretoria.

Adicionalmente às atividades de gestão de riscos, o ambiente de controles internos da Chesf também é fortalecido por meio do processo de Certificação SOx, realizado anualmente para assegurar a conformidade da Eletrobras e suas controladas aos requisitos da Lei norte-americana *Sarbanes-Oxley*, necessária para que a *holding* mantenha a negociação de suas ações na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE), bem como para aprimorar os processos, ao verificar a aderência das atividades realizadas às políticas e procedimentos internos da Companhia e identificar pontos de melhoria. A Certificação SOx envolve as etapas de revisão anual da documentação referente aos processos de negócios e de governança previamente definidos no escopo, e os testes de eficácia dos controles internos, realizados tanto pela administração, sob responsabilidade da Auditoria Interna da Chesf, quanto pelo auditor independente.

A cada ciclo de Certificação SOx, é estabelecido um programa de remediação das deficiências apontadas pelas auditorias interna e externa no ciclo anterior, com planos de ação definidos pelos gestores responsáveis e monitorados de forma permanente pela área de controles internos. Em 2017, destaca-se o grande envolvimento da alta administração da Chesf (Diretoria e Conselho de Administração) no acompanhamento das remediações de todas as deficiências registradas no âmbito da SOx, assegurando o forte comprometimento de todos os gestores envolvidos.

6.7 COMPLIANCE

O Programa de Integridade das Empresas Eletrobras, também chamado de “Programa Eletrobras 5 Dimensões”, vem se consolidando a cada ano, desde o seu lançamento em 2015. Na Chesf, as ações e projetos são desenvolvidos em total alinhamento com a Eletrobras e demais empresas do grupo, que formam a Comissão Diretiva de *Compliance* (CDC), fórum de discussão que ocorre semanalmente por videoconferência, permitindo o contínuo aprimoramento das práticas e procedimentos de integridade corporativa.

Em 2017, destaca-se a realização de treinamento *online* de ética e integridade, promovido pela Universidade das Empresas Eletrobras (UNISE), que proporcionou a disseminação de princípios éticos e conceitos de integridade corporativa de forma ampla para todos os empregados, tendo alcançado na Chesf um índice de realização de 97%. Foi destaque, ainda, o lançamento do Canal de Denúncias das empresas Eletrobras, que passou a receber, de forma centralizada, todas as denúncias relativas às empresas do grupo. No intuito de aprimorar o processo de gestão e tratamento das denúncias, foi criado também o Comitê do Sistema de Integridade (CSI), com representantes da Eletrobras e das demais empresas, incluindo a Chesf, que assegura o tratamento uniforme das denúncias recebidas, buscando a melhor forma de remediação de eventuais irregularidades detectadas e aprimoramento dos controles internos.

O Programa de Integridade abrange outras ações iniciadas em 2017, que envolvem diversas áreas e processos organizacionais e serão consolidadas ao longo de 2018, como a avaliação e monitoramento dos riscos de fraude e corrupção, a implantação de procedimentos de *due diligence* e classificação de risco de fornecedores, além da ampliação de ações de treinamento, tanto para o público interno quanto para outros *stakeholders*, como parceiros comerciais (sócios em SPEs) e fornecedores.

6.8 PLANEJAMENTO EMPRESARIAL

O Planejamento Empresarial da Chesf é um instrumento que dá suporte à governança. No processo de elaboração do planejamento empresarial, a análise do ambiente externo e interno é realizada nas revisões dos mapas estratégicos ou quando uma mudança significativa do ambiente ocorre. São utilizadas as técnicas de *brainstorm* com gestores chaves da organização e a análise SWOT realizada pela holding é ajustada enfatizando as características regionais e as particularidades da Companhia.

No ano de 2017 não houve revisão do mapa estratégico. O destaque do ano de 2017 se deve a *workshops* dos diretores com o primeiro nível para reforçar o mapa estratégico e alinhar o Plano de Negócios e Gestão (PNG) da Chesf. Esse documento, foi revisado no começo do ano e seguiu sendo monitorado durante todo o ano com a participação da Diretoria, do corpo gerencial da Companhia e de empregados, consolidando assim o processo de gestão empresarial com transparência das informações e foco em resultados.

Mapa Estratégico 2017-2021



7. REGULAÇÃO

Fazem parte da gestão da regulação na Companhia, o acompanhamento das alterações na regulamentação estabelecida pela ANEEL, a participação da Chesf nas Audiências e Consultas Públicas de seu interesse, os processos de revisão e de reajuste tarifário da Transmissão e da Geração e a proposição e acompanhamento da implantação de medidas que permitam promover a melhoria dos processos de forma a adequar-se às regras regulatórias.

No ano de 2017 destacaram-se os seguintes marcos:

- Reajuste tarifário da receita de transmissão, em que foi contemplado na Base de Remuneração Regulatória da Chesf a partir de julho, o valor de R\$ 2.051.597.887,97 (dois bilhões, cinquenta e um milhões, quinhentos e noventa e sete mil, oitocentos e oitenta e sete reais e noventa e sete centavos), correspondente às instalações de Rede Básica do Sistema Existente – RBSE, não amortizados e/ou não depreciados, conforme a Portaria nº 120/2016 do Ministério de Minas e Energia – MME, resultando num valor total de Receita Anual Permitida – RAP de R\$ 3.122.078.084,03 (três bilhões, cento e vinte e dois milhões, setenta e oito mil, oitenta e quatro reais e três centavos);
- Revisão tarifária de 13 Contratos de Concessão da Transmissão;
- Recursos administrativos apresentados pela Companhia que propiciaram uma redução de 8,41% do montante de multas julgadas durante o ano de 2017 pela ANEEL, representando cerca de R\$ 1,1 milhão de reais;
- Audiências e Consultas Públicas relevantes:

- ✓ CP nº 002/2017 – Base de Dados para o estudo de “benchmarking”;
- ✓ AP nº 03/2017 – Revisão do Banco de Preços ANEEL;
- ✓ AP nº 09 e nº 018/2017 – Revisão Tarifária 2017;
- ✓ AP nº 041/2017 – Revisão Tarifária 2018;
- ✓ AP nº 016/2017 – GAG Melhorias;
- ✓ AP nº 068/2016 – Indenização do segmento de transmissão (RBSE);

8. MERCADO DE ENERGIA

Em 2017 o consumo nacional de energia elétrica foi de 463.948 GWh, registrando crescimento de apenas 0,8% em relação a 2016. Desse consumo a região Nordeste participou com 15,6%, cujo montante atingiu 72.375 GWh, ficando 0,2% abaixo do consumo realizado em 2016. Tal desempenho reflete o cenário de incertezas vivido durante o ano de 2017, que mesmo apresentando sinais de retomada gradual da economia nacional e regional, não conseguiu alavancar a indústria que, por sua vez, tem rebatimento direto no consumo de energia.

Para o atendimento a carga do submercado Nordeste (Região Nordeste menos o Estado do Maranhão), correspondente a 10.528 MW médios, a geração da Chesf contribuiu com 16,5%, o intercâmbio com os submercados Norte e Sudeste respondeu por 15,4%, a geração eólica participou com 38,5% e a térmica com 28,4%. As outras gerações (PCH, biomassa e solar), localizadas no referido submercado, contribuíram com 1,2%.

9. COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

Desde 2013 a Chesf vem comercializando energia elétrica, parte no regime de cotas e parte fora deste regime, que, nesse caso, pode-se dar no Ambiente de Contratação Livre - ACL e no Ambiente de Contratação Regulada - ACR.

Em 2017 as vendas corresponderam ao montante de 53.401 GWh, distribuídos entre 23 estados do Brasil e o Distrito Federal. Desse montante, 46.950 GWh (87%) foram comercializados no regime de cotas enquanto que 6.451 GWh (13%) ficaram fora do regime de cotas. Referente à parcela fora do regime de cotas, o total da energia foi destinado aos consumidores industriais livres, consumidores industriais atendidos no âmbito da Lei 13.182 de 03 de novembro de 2015 e aos comercializadores. Já as compras de energia totalizaram 1.740 GWh, fazendo parte da estratégia de comercialização da Empresa.

A concessão da Usina Térmica de Camaçari - UTC, localizada no Município de Dias D'Ávila no Estado da Bahia, foi inicialmente outorgada à Chesf por meio da Portaria DNAEE n.º 1.068, de 10 de agosto de 1977. Essa outorga foi prorrogada até 11 de agosto de 2027, conforme o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Geração nº 006/2004-ANEEL. A deterioração dos equipamentos da usina, que em sua maioria, já se encontravam com a vida útil ultrapassada, ocasionou a deterioração das unidades geradoras e, conseqüentemente da eficiência e confiabilidade da usina. Assim, em agosto de 2016 a ANEEL, através do Despacho nº 258/2016, suspendeu a operação comercial desta usina. Atualmente, a UTC encontra-se em processo de distrato da sua concessão em análise pelo Ministério de Minas e Energia – MME.

10. DESEMPENHO OPERACIONAL

Com a permanência da situação hídrica desfavorável na Bacia do Rio São Francisco e as baixas aflúências ocorridas no período úmido 2016/2017, o principal reservatório da região Nordeste, Sobradinho, atingiu, no final do mês de abril de 2017, o armazenamento de 15,50% e, em 31 de dezembro, chegou a 9,62% do seu volume útil.

A Companhia gerou 15.209 GWh em 2017 e 20.831 GWh em 2016, representando uma redução de 27%. Este resultado foi devido à continuidade da baixa hidraulicidade ocorrida no período úmido de 2016/2017, sendo necessária a maximização de geração térmica e eólica na região, bem como o recebimento de intercâmbio de outras regiões do SIN.

Em 2017, foram incorporadas 09 instalações teleassistidas aos Centros de Operação e a inclusão de novos pontos de supervisão, previstos no Procedimento de Rede 2.7 do ONS. Investimentos adicionais foram realizados na área de automação, com a instalação no Centro Regional de Operação de Paulo Afonso de um moderno sistema Video Wall em LCD e novos servidores SCADA de alta performance, concluindo desta forma o processo de atualização tecnológica dos Centros de Operação da Chesf. Estes esforços resultaram no aumento da observabilidade do sistema, atingindo a marca de 218.653 pontos de supervisão. Ressalta-se ainda a implantação de rede de multimídias nas subestações de Camaçari II, Recife II, Boa Esperança e Eunápolis e a ampliação dos sistemas de suporte à operação e manutenção, nas áreas de Regulação Automática de Tensão, Supervisão dos Sistemas de Proteção, Qualidade de Energia e Oscilografia, além da substituição de servidores SAGE em 10 instalações.

O sistema de telecomunicações transporta sinais de voz, dados e vídeo, para uso corporativo (correio eletrônico, videoconferência IP, aplicações administrativas, sistemas de informação, etc.), bem como operacional (sistemas de telessupervisão em tempo real, sinais de teleproteção, demais aplicações inerentes ao setor elétrico, tanto da Chesf, como do ONS e de outras empresas do setor a quem presta serviços de comunicação).

O sistema de telecomunicações da Chesf foi ampliado, contemplando as subestações de Touros, Igaporã III, Morro do Chapéu II, Mossoró IV, Teresina III, além do Parque Eólico de Casa Nova II, o que implicou em um incremento de 298 km de cabos OPGW. É importante ressaltar o início da implantação da parceria firmada, através de Termo de Cooperação, com a RNP – Rede Nacional de Ensino e Pesquisa, o qual propiciará o aumento da rede de transporte de telecomunicações da Chesf em até 160 vezes, abrangendo cerca de 90% de suas instalações, distribuídas por oito estados do Nordeste. Estão ainda previstos nesta parceria 16 anéis para permitir redundância de serviços, o que permitirá significativo aumento de capacidade e confiabilidade da rede de telecomunicações da Companhia, com um investimento evitado de aproximadamente R\$ 100 milhões e com previsão de início de operação em 2018.

Destaca-se que, de acordo com o seu Planejamento Empresarial, a Chesf vem implantando desde 2015, um novo modelo para instalações teleassistidas, que migraram para a estratégia de atendimento local por profissionais capacitados a desenvolver atividades tanto de Operação como de Manutenção - O&M. Ao final de 2017, foram totalizadas 52 subestações operadas e mantidas pela Chesf neste novo modelo.

Tal iniciativa vem no sentido de dotar a Companhia de um modelo de gestão técnico-operacional mais integrado e descentralizado, promovendo ajustamento do seu capital humano a uma realidade de desempenho técnico e econômico, em função das exigências crescentes da sociedade por melhoria dos serviços prestados e redução dos custos associados.

Com isso, a Companhia espera melhorar o atendimento às manutenções de pequeno porte, reduzindo assim a dependência de mobilização de equipes centralizadas, bem como acelerar o restabelecimento provocado por indisponibilidades de natureza simples em ativos, além de complementar as equipes centralizadas nas manutenções de grande porte.

10.1 INDICADORES DE DESEMPENHO

O resultado em 2017 para indicador de Parcela Variável – PV foi o segundo melhor dos últimos 5 anos. Como fato relevante em 2017, houve a partir de julho, o aumento expressivo da Receita Anual Permitida – RAP, devido ao pagamento, pela ANEEL, da idenização dos ativos não amortizados. Além dos eventos apurados em 2017, houve descontos da parcela variável de eventos referentes a 2016, que haviam sido suspensos, em julho de 2016, pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

O indicador de Robustez apresentou o melhor resultado dos últimos 5 anos, mantendo a tendência contínua de melhora dos últimos anos. Este resultado indica uma evolução do Sistema Chesf (Rede Básica), no que diz respeito a ocorrências envolvendo interrupção do fornecimento de energia elétrica.

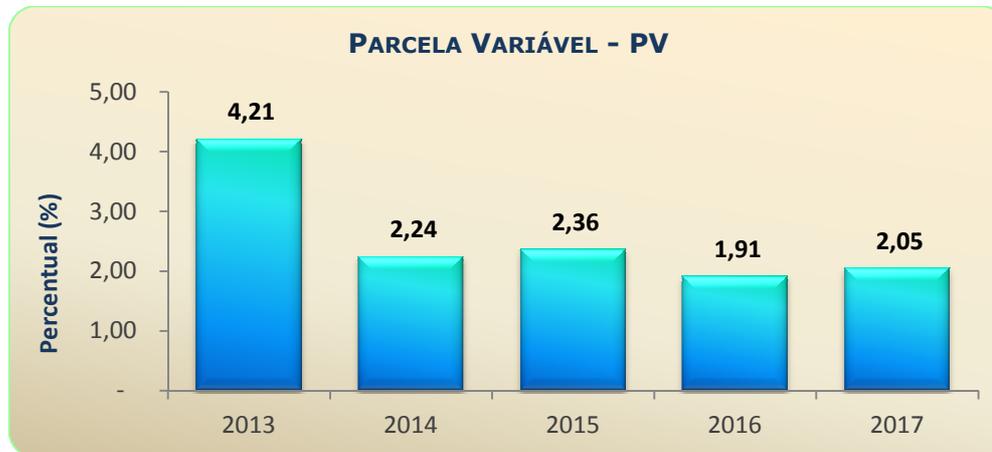
O indicador referente ao Número de Eventos com Interrupção de Carga na Rede Básica (NEIC-RB), apresentou o melhor resultado do histórico.

O Indicador de Disponibilidade Operacional de Geração, apresentou o melhor resultado dos últimos 5 anos.

O indicador de Disponibilidade Operacional de Linhas de Transmissão apresentou o melhor resultado do histórico, refletindo um ótimo desempenho no serviço prestado.

10.2 PARCELA VARIÁVEL – PV

Indica o percentual de desconto da Receita Anual Permitida (RAP) das Funções de Transmissão, devido a indisponibilidades dos equipamentos da Rede Básica das concessões da Chesf, conforme legislação Aneel.



Melhor

10.3 INDICADOR DE ROBUSTEZ DO SISTEMA – IRS

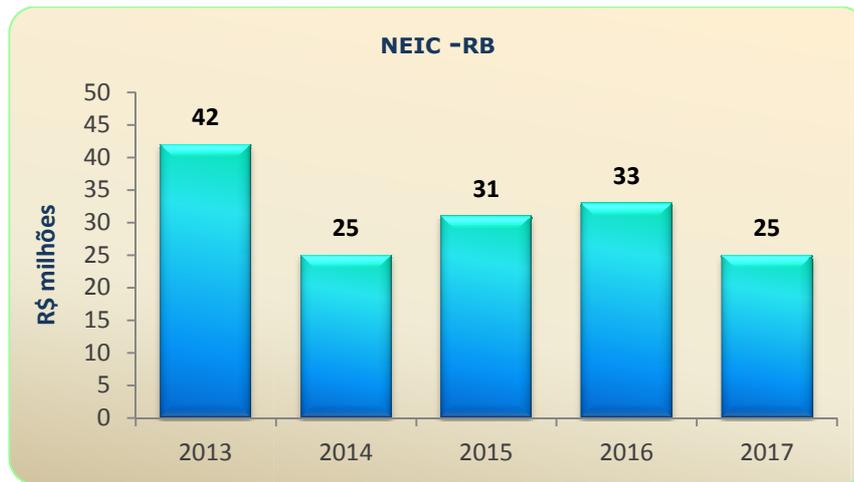
Avalia a capacidade da Rede Básica da Chesf em suportar contingências sem interrupção de fornecimento de energia elétrica aos consumidores (perda de carga).



Melhor

10.4 NÚMERO DE EVENTOS COM INTERRUPTÃO DE CARGA NA REDE BÁSICA – NEIC-RB

É o número de desligamentos intempestivos com origem na Rede Básica da Chesf que ocasionam qualquer interrupção de carga no Sistema Chesf.



Melhor

10.5 DISPONIBILIDADE OPERACIONAL – DO

Indica a probabilidade de, num dado momento, o equipamento estar operando, desempenhando sua função ou pronto para operar.



Melhor



Melhor

11. INVESTIMENTOS

Nos últimos anos, a Chesf vem diversificando seus investimentos em geração e transmissão de energia elétrica, empregando recursos na construção de Ativos Próprios e por meio de parcerias em Sociedades de Propósito Específico - SPEs.

11.1 INVESTIMENTO EM ATIVOS PRÓPRIOS

No ano de 2017, os investimentos corporativos para a expansão e modernização da capacidade produtiva da Companhia, totalizaram R\$ 898,3 milhões. Este montante está assim distribuído: R\$ 256,7 milhões em geração de energia; R\$ 597,9 milhões em obras do sistema de transmissão; e R\$ 43,7 milhões em outros gastos de infraestrutura.

No período de 2013 a 2017, a Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) foi de -9,9%.

O gráfico a seguir apresenta os montantes anuais investidos pela Chesf ao longo dos últimos cinco anos.



11.1.1 SISTEMA DE GERAÇÃO

Na área de Geração Hidráulica, a Companhia investiu em 2017 o montante de R\$ 19,5 milhões nas usinas hidrelétricas sob concessão e em regime de cotas, para manter os níveis operacionais de continuidade e disponibilidade satisfatórios ao atendimento da demanda, com destaque para a UHE Boa Esperança, onde houve a conclusão da implantação dos sistemas digitais MPCCSR nas máquinas 01G1 e 01G2 e na Subestação. Para a UHE Paulo Afonso IV, foi dada continuidade ao desenvolvimento do Projeto Básico para implantação dos sistemas digitais. Em dezembro de 2017, foi concluída a contratação dos serviços para modernização da Ponte Rolante da UHE PA-IV e o Pórtico da UHE Apolônio Sales, com previsão de início dos serviços até março de 2018. Foram ainda executados diversos serviços de adequação e manutenção em outras hidrelétricas em operação, objetivando a eliminação de pendências técnicas, legais e ambientais, bem como a substituição de equipamentos e componentes por obsolescência ou final de vida útil.

Na área de Geração Eólica, a Companhia investiu em 2017 o valor de R\$ 236,8 milhões para concluir a implantação dos Parques Eólicos próprios Casa Nova II (32,9 MW) e Casa Nova III (28,2 MW), situados no município de Casa Nova, na Bahia, com energia comercializada no Leilão Aneel no 10/2013, A-5, com prazo de entrega para maio de 2018. Em dezembro de 2017, o Parque Eólico Casa Nova II entrou em operação comercial

com antecipação de 5 meses em relação ao prazo contratual de entrega de energia. O Parque Eólico Casa Nova III em dezembro de 2017 já se encontrava com todos seus aerogeradores em Operação em Teste, com previsão de entrada em Operação Comercial para janeiro de 2018, portanto com uma previsão de antecipação de 4 meses em relação ao prazo contratual. Ainda na área de Geração Eólica, a Companhia tem em curso um programa de medições de vento para o desenvolvimento de projetos eólicos próprios em várias áreas selecionadas no Nordeste, a serem implantados via futuros leilões de venda de energia da Aneel, no ambiente regulado (ACR), ou mesmo para a venda direta no mercado livre (ACL).

Na área de Geração Solar, a Companhia deu continuidade, em 2017, ao desenvolvimento dos estudos de dois Projetos de Energia Solar Fotovoltaica, totalizando 230 MWp, para disputar futuros Leilões de venda de energia. A implantação futura desses Projetos depende do sucesso nos referidos Leilões. Com igual objetivo, a Companhia efetua medições em 17 estações solarimétricas, instaladas no semiárido nordestino, visando desenvolver projetos próprios de geração solar com tecnologias fotovoltaicas e heliotérmicas.

Também na área de Geração Solar, no âmbito do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D+I), a Companhia vem desenvolvendo os seguintes projetos, com seus respectivos avanços em 2017:

1. Complexo Solar de Petrolina-PE (3 MWp).

Foram realizados em 2017 investimentos nesse seguimento de R\$ 0,4 milhão. Em junho de 2017, foi lançado o CRESF – Centro de Referência em Energia Solar de Petrolina, ambiente de pesquisa que engloba quatro projetos, dois com a tecnologia fotovoltaica e dois com a tecnologia termossolar com concentração. A planta fotovoltaica de 2,5 MWp iniciou o seu processo de construção em novembro/2017, tendo previsto a sua conclusão para maio/2018. A infraestrutura civil do projeto teve seu início em julho/2017 com previsão de conclusão abril/2018. A planta termossolar de concentração com Torre Central, encontra-se em fase de elaboração do projeto conceitual, necessitando a realização de uma chamada pública para escolha da empresa executora do projeto, com a previsão de publicação em junho/2018. A planta termossolar de concentração com calha parabólica encontra-se em fase de estudo entre a Chesf com o CEPEL, visando a elaboração de uma Chamada Pública para a contratação da empresa executora e instituições de pesquisa, com a previsão de publicação em julho/2018.

2. Usina Fotovoltaica Flutuante no reservatório de Sobradinho (5 MWp);

Em maio de 2017, foi realizado o estudo de navegabilidade no reservatório da usina hidrelétrica de Sobradinho, próximo a barragem, visando a localização da planta fotovoltaica flutuante. Foram recebidos e inspecionados todos os materiais necessários para a instalação da primeira fase do projeto, a instalação da planta de 1 MWp, está sendo analisado o projeto de ancoragem, visto que, a empresa executora, em novembro de 2017, apresentou um novo projeto, substituindo o projeto já entrão aprovado em outubro de 2016. A previsão de início das instalações da planta de 1 MWp é para março de 2018, conclusão para julho de 2018.

Ainda como destaque em Energia Solar, no âmbito da Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável entre o Brasil e a Alemanha, a Companhia participa do Programa “Usinas Solar Térmicas para Geração de Energia Elétrica” e também do “Programa Solar para a Geração de Energia Elétrica – Solar Nordeste”.

Em 2017, foi concluído e entregue o relatório de viabilidade para implantação de uma usina termossolar e fotovoltaica no município de Bom Jesus da Lapa na Bahia.

Atualmente, a Chesf vem detalhando esses projetos fotovoltaicos de forma a possibilitar a disputa dos mesmos em futuros leilões de energia solar promovidos pela Aneel, havendo a possibilidade do governo alemão fornecer recursos para a implantação desses empreendimentos, através do Banco Alemão de Desenvolvimento KfW, e em cooperação com o GIZ (Agência de Cooperação Internacional Alemã) para medidas de mitigação das mudanças climáticas no marco de sua nova modalidade de financiamento para promover tecnologias favoráveis à proteção do clima global (DKTI).

Outra ação na área de Geração Solar que a Chesf vem desenvolvendo é implantação de painéis solares nas suas Subestações para geração própria de energia consumida por estas instalação, substituindo a energia contratada a diversas Distribuidoras do Nordeste. A primeira instalação a ser concluída, no início de 2018, foi a SE Messias, com 115,2 kWp, no Estado de Alagoas.

11.1.2 SISTEMA DE TRANSMISSÃO

Ao final do ano de 2017, o Sistema de Transmissão da Chesf foi ampliado, com a energização de 275 km de linhas de transmissão, 06 novas Subestações e reforços nas instalações resultando no aumento da capacidade de transformação em 3.135 MVA.

Foram concluídos em 2017, eventos dos seguintes empreendimentos:

Descrição
SE Fortaleza II - Instalação do 4º banco de autotransformadores 500/230 kV, 3 x 200 MVA, e conexões.
LT 230 kV Morro do Chapéu II / Irecê e SE Morro do Chapéu II 230/69 kV - Nova SE.
SE Igaporã III-500/230 kV; SE Pindaí II-230/69 kV; LTs 230 kV Igaporã III / Pindaí II CS, Igaporã III / Igaporã II C1, C2; Seccionamento LT 500kV Ibicoara / Bom Jesus da Lapa, na SE Igaporã III.
SE Pici II - Instalação de transformador 230/69 kV - 100 MVA, em caráter provisório.
LT 230 kV Teresina II/Teresina III C1/C2 - Nova LT, SE Teresina III – Nova SE.
LT 230 kV Itabaiana/Itabaianinha – Recapitação.
SE Picos - 2 BCs 230 kV, 15 MVAr cada, e respectivas conexões.
LT 230 KV Mossoró IV / Mossoró II - Nova LT, SE Mossoró IV 230/69 kV (ICG) - Nova SE.
SE Touros 230/69 kV (ICG) - Nova SE, LT 230 kV Touros / Ceará Mirim II - Nova LT.
LT 500 kV Garanhuns II / Angelim II C1 - Substituição do cabo para raios convencional por OPGW (12 km).
LT 230 kV Sobradinho/Casa Nova II e SE Casa Nova II 230/34,5 kV.
SE João Câmara II - 3º TR 230/69 kV - 180 MVA e conexões associadas.
SE João Câmara II - 02 BC 230 kV - 50,5 MVAr e conexões associadas.
SE Piripiri - 2º BC 230 kV - 30 MVAr.
SE Penedo - BC 230 kV - 2x15 MVAr.
LT 230 kV Paulo Afonso / Angelim C4 - Substituição de cabos para raios por OPGW (221 km).
LT 500 kV Angelim / Recife II C2 - Substituição de cabo pára-raios por OPGW.
SE Itabaianinha - Instalação do banco de capacitores 230 kV - 50 MVAr.
SE Cotegipe - 4º TR 230/69 kV - 100 MVA.
LT 230 kV Paulo Afonso III / Cícero Dantas C1 - Recapitação para elevar limite de carregamento.
LT 230 kV Sobradinho/Juazeiro da Bahia II C1 e C2 - Recapitação, de 251 MVA para 350 MVA.
SE Jardim - 3º ATR 500/230 kV - 3x200 MVA e conexões associadas.
Transformador de aterramento 40 ohm/fase por um de 20 ohm/fase na SE Goianinha.
SE Piripiri - Substituição TR 69/13,8 kV - 5 MVA por 10 MVA.
SE Bom Nome - 1º TR substituição de 39 MVA.

Em 2017, a Chesf conectou parques eólicos ao SIN, garantiu maior capacidade de transformação, permitindo a transmissão de mais energia e com melhor qualidade para consumidores residenciais, comerciais e industriais no Nordeste. Foram concluídas todas as obras associadas às Instalações Coletoras de Geração Eólica (ICGs), onde se destaca a conclusão das ICGs Touros, Igaporã II, Morro do Chapeú II e Mossoró IV.

Conforme contrato de concessão 019/2012, a Chesf implantou a SE Igaporã III 500/230 kV cuja conexão ao Sistema Interligado - SIN foi realizada através de linha 230 kV energizadas em 2015 e que foram incorporadas ao ativo da Chesf e ainda, concluiu dois trechos de linhas em 500 kV com 70 km, projetadas e contruídas pela Chesf, transferidos a Transmissora TAESA por se tratar de resultado de seccionamento LT 500 kV Bom Jesus da Lapa II/Ibicoara.

Além disso, destacam-se os reforços no atendimento às regiões metropolitanas de Fortaleza, Teresina, Aracaju e Salvador, além da melhoria na confiabilidade de todo o sistema da Região. As obras realizadas nas Subestações de Fortaleza II e Pici II, no Ceará, foram fundamentais para reforçar a disponibilidade de energia elétrica na região metropolitana da capital cearense. Em Salvador, foi concluído o reforço de transformação na Subestação Cotequipe. Já na região metropolitana de Teresina, houve a entrega da nova subestação Teresina III.

Ressalta-se que em 2017, a Chesf transferiu para a Energisa-SE a linha de transmissão Zebu/Xingó 69 kV (56,5 km) e a subestação Xingó 69 kV (12,5 MVA). Com esta transferência, o acréscimo resultante para o sistema Chesf ficou 218,6 km de linhas de transmissão. Houve também a transferência da Enel Green Power para a Chesf da subestação de 230 kV Tabocas do Brejo Velho.

Desse portfólio, vale destacar que a Chesf concluiu 3 empreendimentos de reforços com antecipação em relação ao prazo estipulado pela Agência Reguladora: SE Fortaleza II - Instalação do 4º banco de autotransformadores 500/230 kV, SE Pici II - Instalação de transformador 230/69 kV - 100 MVA, em caráter provisório e SE Piripiri - Substituição TR 69/13,8 kV - 5 MVA por 10 MVA.

Foram concluídos eventos de melhorias de transmissão que correspondem a 6 empreendimentos de substituição de transformador de aterramento e 4 entradas de linhas de 69 kV para atendimento a concessionárias de energia elétrica.

Com a reestruturação do organograma funcional da Chesf, foi implantada uma nova concepção na Diretoria de Engenharia e Construção com foco voltado à Gestão de Empreendimentos. Foi estruturada a superintendência de implantação de empreendimentos, uma área nova que possui departamentos dedicados aos processos de contratação de bens e serviços exclusivos dos empreendimentos, administração de contratos e a gestão de empreendimentos. Foi mantida a sistemática de monitoramento com reuniões mensais com apresentação dos indicadores, plano de ação e dos resultados onde o objetivo estratégico de implantar empreendimentos de transmissão é avaliado.

11.2 INVESTIMENTOS EM SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO

No ano de 2017, os investimentos realizados em Sociedades de Propósito Específico (SPEs), por meio de Integralização de Capital e de realização de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, totalizaram R\$ 522,2 milhões, representando uma redução de 41,7% em relação ao ano de 2016, em função da entrada em operação da maioria das SPEs. No período de 2013 a 2017, a Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) foi de -18,5%.

O gráfico a seguir apresenta os montantes anuais investidos pela Chesf em SPEs ao longo dos últimos cinco anos.



11.2.1 SISTEMA DE GERAÇÃO

A Chesf possui participações em empreendimentos de geração por meio de SPEs, em um total de 16.570,81 MW, correspondentes a 3.074,54 MW equivalentes, conforme quadro a seguir:

	SPEs	LOCAL	MW	PART.	MW Equiv.	INÍCIO DE OPERAÇÃO
GERAÇÃO HIDRAULICA	Energética Águas da Pedra S.A.	Aripuanã/MT	261,00	24,50%	63,95	ago-11
	ESBR Participações S.A.	Porto Velho/RO	3.750,00	20,00%	750,00	nov-16
	Norte Energia S.A.	Altamira/PA	11.233,10	15,00%	1.684,97	dez-15
	Companhia Energética SINOP S.A.	Sinop/MT	408,00	24,50%	99,96	jan-19
GERAÇÃO EÓLICA	Complexo Eólico Sento Sé I	Sento Sé/BA	90,00	49,00%	44,10	mar-13
	Complexo Eólico Sento Sé II	Sento Sé/BA	98,70	49,00%	48,36	out-15
	Complexo Eólico Sento Sé III	Sento Sé/BA	58,75	1,60%	0,94	mar-16
	Complexo Eólico Vamcruz	Serra do Mel/RN	93,00	49,00%	45,57	nov-15
	Complexo Eólico Chapada do Piauí I	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões/PI	205,10	49,00%	100,50	jul-15
	Complexo Eólico Chapada do Piauí II	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões/PI	172,40	49,00%	84,48	jan-16
	Complexo Eólico Pindaí I	Pindaí/BA	68,00	99,95%	67,97	mai-18
	Complexo Eólico Pindaí II	Pindaí/BA	26,00	99,97%	25,99	abr-18
	Complexo Eólico Pindaí III	Pindaí/BA	16,00	83,01%	13,28	mar-18
	Complexo Eólico Serra das Vacas	Saloá/PE	90,76	49,00%	44,47	dez-15
Potência Total e Equivalentes da Chesf em SPEs			16.570,81		3.074,54	
Capacidade Total dos empreendimentos hidroelétricos em parceria = 15.652,10 MW						
Capacidade Total dos empreendimentos eólicos em parceria = 918,71 MW						

Nos empreendimentos em parceria, a Chesf investiu R\$ 522,2 milhões durante o ano de 2017, sendo R\$ 434,3 milhões aplicados nas Sociedades de Propósito Específico (SPE) *ESBR*, *Norte Energia* e *Sinop* (Empreendimentos Hidroelétricos) e R\$ 87,9 milhões nas SPEs dos complexos *Pindaí*, *Sento Sé III* e *Chapada do Piauí II* (Empreendimentos Eólicos).

Avançaram fortemente as ações de suporte e as atividades de campo visando concluir a implantação dos 11 parques eólicos das SPEs vinculadas aos complexos eólicos de Pindaí, cuja conclusão está prevista para meados de 2018.

Na UHE Belo Monte, entraram em operação comercial 4 unidades geradoras no Sítio Belo Monte, totalizando 2.444,40 MW de potência instalada, e 2 unidades geradoras no Sítio Pimental, somando 77,70 MW, o que totalizou 2.522,10 MW. A participação acionária da Chesf nesse empreendimento é de 15%.

Dessa forma, as ações desenvolvidas pela Chesf em sociedades de propósito específico, propiciaram o acréscimo de 2.522,1 MW de potência instalada de geração no sistema elétrico brasileiro, sendo que o equivalente de potência à participação da Chesf nessas sociedades corresponde a 378,32 MW.

11.2.2 SISTEMA DE TRANSMISSÃO

A Chesf possui participações em empreendimentos de transmissão por meio de SPEs, em um total de 5.165,0 km, correspondentes a 1.526,9 km equivalentes a sua participação, conforme quadro a seguir:

	Empreendimento	Local	km	Part.	km Equiv.	Início Operação
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. - STN	LT 500 KV Teresina II – Sobral III – Fortaleza II, SE Teresina II, SE Sobral III, SE Fortaleza II.	CE/PI	546,0	49,0%	267,5	jan-06
Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA	LT 500 kV Colinas – Miracema, LT 500 kV Miracema – Gurupi; LT 500 kV Gurupi – Peixe II, LT 500 kV Peixe II – Serra da Mesa II, SE Peixe II, SE Serra da Mesa II.	TO/GO	695,0	12,0%	83,4	mai-08
Manaus Transmissora de Energia S.A.	LT 500 KV Oriximaná – Itacoatiara; LT 500 kV Itacoatiara – Cariri; SE Itacoatiara 500/138 kV, SE Cariri 500/230 kV.	PA/AM	559,0	19,5%	109,0	mar-13
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	LT 600kV Porto Velho – Araraquara II; Estação Retificadora – 500/600 kV – 3150 MW; Estação Inversora – 600/500kV – 2950 MW.	RO/MT/MS/SP	2.375,0	24,5%	581,9	ago-13
Transmissora Delmiro Gouveia S.A. - TDG	LT 230 kV São Luís II - São Luís III; SE Aquiraz II e SE Pecém II (em operação).	MA/CE	39	49,0%	19,1	out-13 (LT 230 kV São Luís II - São Luís III - Previsão set/18)
Interligação Elétrica Garanhuns S.A. - IEG	LT 500 KV Luis Gonzaga – Garanhuns, LT 500 KV Garanhuns – Campina Grande III, LT 500 KV Garanhuns – Pau Ferro, LT 230 KV Garanhuns – Angelim I, SE Garanhuns, SE Pau Ferro.	PE/PB	666,0	49,0%	326,3	nov-15
Extremoz Transmissora do Nordeste S.A. – ETN	LT 500kV Ceará Mirim – João Câmara II, LT 500kV Ceará Mirim – Campina Grande III, LT 230kV Ceará Mirim – Extremoz II, LT 230kV Campina Grande III – Campina Grande II, Secc. LT 230kV J. Camara II – Extremoz – Ceará Mirim Secc. LT 230kV C. Grande II - Extremoz II, SE João Câmara II, SE Campina Grande III, SE Ceará Mirim.	PB/RN	285,0	49,0%	139,7	out-14
Total de Linhas de Transmissão em operação – SPE			5.126,0		1.507,8	
Total de Linhas de Transmissão em construção – SPE			39,0		19,1	
TOTAL GERAL			5.165,0		1.526,9	

Não houve a entrada em operação comercial de empreendimentos de transmissão, por meio de parcerias da Chesf, ao longo do ano de 2017.

12. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O desempenho econômico-financeiro está sendo apresentado em conformidade com as demonstrações financeiras da Companhia dos exercícios de 2013 a 2017.

12.1 RESULTADO DO EXERCÍCIO

A Companhia registrou no exercício de 2017 um lucro de R\$ 1.044,0 milhões, representando uma redução de 73,8% em relação ao ano anterior. Esta variação é decorrente do reconhecimento em 2016, dos valores homologados pela Aneel, relativos aos ativos de transmissão das instalações denominadas de Rede Básica do Sistema Existente – RBSE, em maio de 2000, não amortizados e/ou não depreciados até 31 de dezembro de 2012, conforme determinação do Ministério das Minas e Energia por meio da Portaria nº 120/2016, relativo aos ativos previstos no artigo 15, parágrafo 2º, da Lei nº 12.783/2013.



12.2 RECEITA OPERACIONAL BRUTA

A Companhia registrou em 2017 uma receita operacional bruta de R\$ 5.753,7 milhões, apresentando uma diminuição de 57,2% em comparação ao exercício anterior. Esta redução é decorrente do registro na Receita financeira, em 2016, dos valores homologados pela Aneel, relativos aos ativos de transmissão das instalações da RBSE (portaria MME nº 120/2016). As demais receitas operacionais apresentaram aumento, tendo como destaque: Fornecimento de energia elétrica (+6,8%); Operação e manutenção do sistema de transmissão (+19,4%).

No período de 2013 a 2017, a Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) foi de 4,7%.



12.3 TRIBUTOS E ENCARGOS REGULATORIOS SOBRE VENDAS

Os tributos e encargos regulatórios sobre vendas totalizaram R\$ 827,6 milhões no ano de 2017 representando um aumento de 16,3% em relação ao exercício anterior. Deste total, R\$ 579,9 milhões correspondem a impostos e contribuições sociais (aumento de 32,2% em relação a 2016), e R\$ 247,7 milhões a encargos regulatórios (redução de 9,3% em relação a 2016).

A Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) no período de 2013 a 2017 foi de 4,7%.



12.4 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita operacional líquida (ROL), que considera as deduções de impostos e encargos setoriais, apresentou uma diminuição de 61,3% em relação ao exercício anterior. Esta redução foi decorrente, conforme comentado no item 13.2, do registro na Receita financeira, em 2016, dos valores homologados pela Aneel, relativos aos ativos de transmissão das instalações da RBSE (portaria MME nº 120/2016).

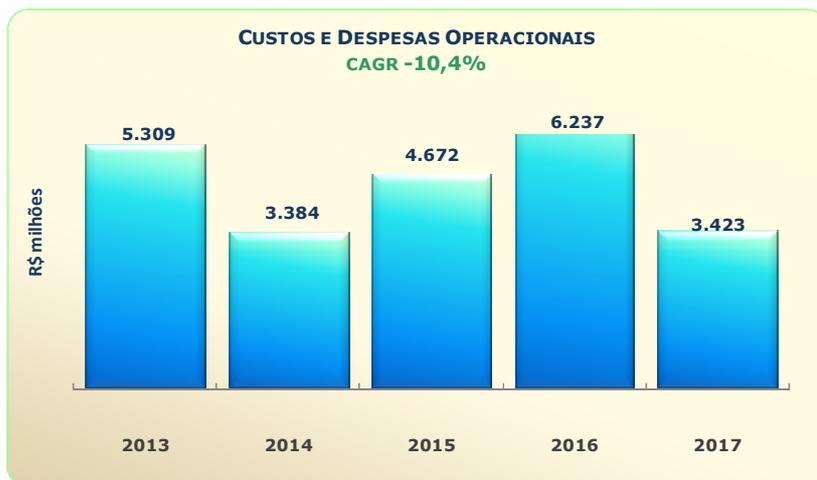
De 2013 a 2017, a Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) foi de 4,7%.



12.5 CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

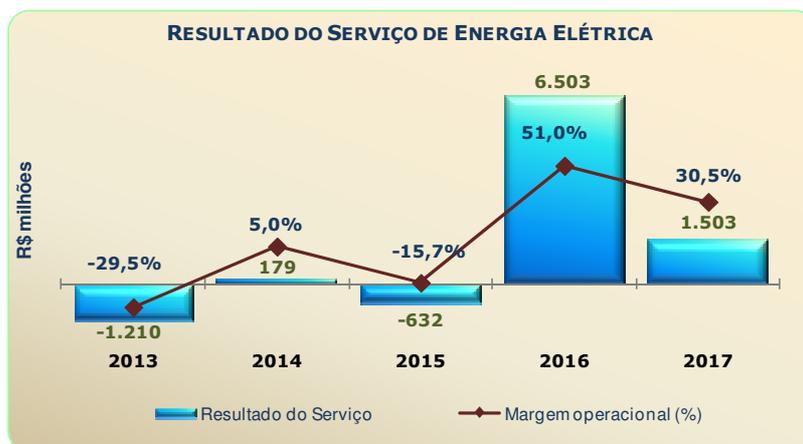
Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$ 3.423,1 milhões no exercício de 2017, apresentando uma diminuição de R\$ 2.813,6 milhões (45,1%) em relação ao exercício anterior. Esta redução foi decorrente, principalmente, da variação de R\$ 3.123,6 milhões apurada no registro de provisão/reversão de *impairment*/contrato oneroso, sendo registrada reversão de R\$ 763,3 milhões em 2017 contra o registro de provisão de R\$ 2.232,1 milhões em 2016.

A Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) foi negativa de 10,4%, no período de 2013 a 2017.



12.6 RESULTADO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA E MARGEM OPERACIONAL

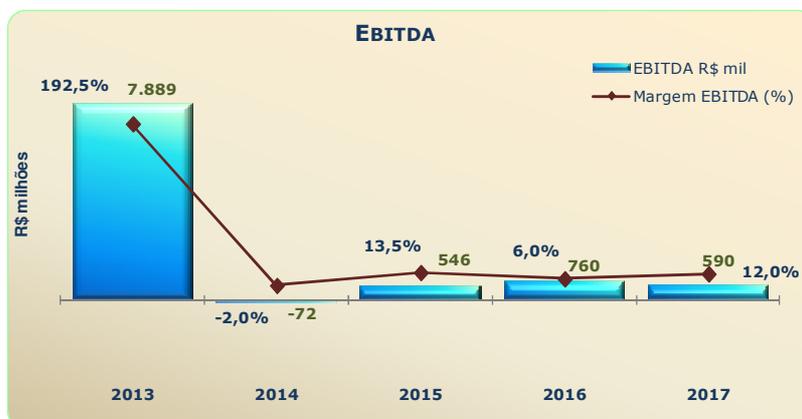
O resultado do serviço (EBIT) foi positivo em R\$ 1.502,9 milhões, representando uma redução de R\$ 5.000,0 milhões em relação ao montante de R\$ 6.502,9 milhões obtido em 2016. Com este resultado, a margem operacional do serviço (razão entre o resultado do serviço e a receita operacional líquida) passou de 51,0% em 2016, para 30,5% em 2017, uma variação negativa de 20,5 pontos percentuais.



12.7 GERAÇÃO OPERACIONAL DE CAIXA (EBITDA)

A geração operacional de caixa, expressa pelo EBITDA, foi R\$ 589,9 milhões em 2017, contra o montante de R\$ 760,4 milhões em 2016.

A margem EBITDA (razão entre o EBITDA e a Receita operacional líquida) foi de 12,0% em 2017 contra 6,0% obtida em 2016, representando um aumento de 6,0 pontos percentuais.



	(R\$ milhões)	
	2017	2016
DEMONSTRAÇÃO DO EBITDA		
Lucro líquido	1.044	3.985
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro líquido	181	2.989
(+) Despesas (receitas) financeiras líquidas	250	-15
(+) Depreciação	96	102
(-) Receita RBSE - Portaria MME nº 120/2017	-1.197	-9.378
(=) EBITDA	375	-2.316
(+) Receitas financeiras	153	282
(+) Provisões para contingências	515	287
(+) Provisão/Reversão Impairment	-763	2.232
(+) Provisões para perdas em investimentos	249	279
(+) Provisões para PIDV	98	-36
(+) Outras Provisões - FID	59	0
(+) Contrato oneroso	-95	33
(=) EBITDA Ajustado	590	760

12.8 RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro do exercício foi negativo de R\$ 250,2 milhões, ante um resultado positivo de R\$ 14,9 milhões registrados em 2016, representando uma variação negativa de R\$ 265,1 milhões, cuja composição está demonstrada a seguir:

	(R\$ milhões)	
	2017	2016
Receitas (despesas) financeiras		
Resultado de aplicações financeiras	32,0	58,4
Variações monetárias e acréscimos moratórios - energia vendida	58,7	121,6
Encargos de dívida dos empréstimos e financiamentos	(280,2)	(200,7)
Variações monetárias de empréstimos e financiamentos	(4,8)	(4,5)
Outras receitas (despesas) financeiras	(56,0)	40,1
(=) Resultado financeiro líquido	(250,2)	14,9

12.9 FINANCIAMENTOS, EMPRÉSTIMOS E DEBÊNTURES

O endividamento bruto, que inclui os encargos contabilizados e o principal da dívida com a Eletrobras e com instituições financeiras, encerrou no exercício com R\$ 2.244,3, um aumento de 1,8% em relação aos R\$ 2.204,0 milhões de 2016.

A posição da dívida líquida (financiamentos, empréstimos e debêntures, deduzidos das disponibilidades) apresentou no final do exercício o saldo de R\$ 2.014,6 milhões, representando uma redução de 1,4% em relação a 2016, conforme demonstrado a seguir:

FINANCIAMENTOS, EMPRÉSTIMOS E DEBÊNTURES			
Dívida Bruta	(R\$ milhões)		
	2017	2016	Δ%
Curto prazo – moeda nacional	1.244,0	927,0	34,2
Longo prazo – moeda nacional	1.000,3	1.277,0	(21,7)
Dívida Bruta Total	2.244,3	2.204,0	1,8
(-) Caixa e equivalentes de caixa e TVM	229,7	161,7	42,0
Dívida líquida	2.014,6	2.042,3	(1,4)

12.10 VALOR ADICIONADO

O valor econômico gerado pela Companhia em 2017 foi de R\$ 3.912,6 milhões, contra R\$ 9.037,5 milhões gerados em 2016, agregando valor aos seguintes segmentos da sociedade, conforme distribuição a seguir: salários, encargos e benefícios aos empregados (31,4%); impostos, taxas e contribuições aos governos federal, estaduais e municipais (29,8%); terceiros (12,1%); e lucro aos acionistas (26,7%).



13. ALIENAÇÃO DE BENS

A Companhia, como um dos produtos de seu planejamento estratégico, vem adotando através de sua Política de Alienação, a transferência do domínio ou a propriedade de seus bens móveis ou imóveis, atualmente não vinculados ao negócio da Companhia, a terceiros, de forma definitiva ou temporária e de maneira gratuita ou onerosa, objetivando reduzir seus custos operacionais e ampliação de sua receita.

Dentro desse propósito e visando atender uma das principais diretrizes emanadas da Diretoria Executiva da Companhia, em conformidade com seu Plano de Desmobilização, a Chesf vem efetuando ações objetivando a transferência do Hospital Nair Alves de Souza, para Universidade Federal do Vale do São Francisco, transformando-o em um Hospital Universitário, dotando toda região do entorno do município de Paulo Afonso/BA, de uma Universidade de Medicina, gerando conhecimento, emprego e renda para população.

Como resultado dessas alienações, objeto do referido Plano, foram alienados 31 (trinta e um) imóveis no exercício de 2017, totalizando o valor de R\$ 7.979.475,95 (sete milhões, novecentos e setenta e nove mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e noventa e cinco centavos). Além das alienações dos imóveis, não necessários às atividades da Companhia, a Chesf realiza anualmente a venda dos bens móveis inservíveis, tendo realizado em 2017, dois leilões e uma concorrência, totalizando o valor de R\$ 2.542.908,70 (dois milhões, quinhentos e quarenta e dois mil, novecentos e oito reais e setenta centavos).

14. RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

A política da Chesf em relação aos seus auditores independentes fundamenta-se em princípios que preservam a independência desses profissionais. Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14/01/2003, a administração informa que a auditoria, KPMG Auditores Independentes, durante o exercício de 2017, não prestou outros serviços além dos serviços de auditoria das suas demonstrações financeiras. Os referidos auditores foram contratados em contrato único para todas as empresas do Sistema Eletrobras, para um período de cinco anos, com início dos trabalhos no exercício de 2014.

Em atendimento à Lei Societária, as demonstrações financeiras da Chesf são auditadas por auditor independente, contratado por meio de licitação e aprovado pelo Conselho de Administração, com restrição de prestação de outros serviços e com a adoção de rodízio a cada período de cinco anos.

15. PROGRAMA DE PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO

O investimento constante na pesquisa, desenvolvimento, inovação, em tecnologia de ponta e na modernização dos seus processos, aliados ao pioneirismo e empreendedorismo é historicamente na Chesf, um vetor que determina sua atual posição no mercado nacional e internacional. A missão do Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação é produzir benefícios técnicos e operacionais, econômicos, sociais e ambientais gerando e agregando valor para a Companhia e para toda a sociedade.

Destacam-se em 2017 as seguintes iniciativas e resultados:

- O ano de 2017 iniciou-se com a aprovação e emissão pela Aneel da nova regulamentação de P&D do Setor Elétrico: Procedimentos do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – PROP&D, com vinte e duas (22) contribuições da Chesf às regras aprovadas.
- Aprovação pela diretoria da alavancagem do investimento em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação com foco em geração solar fotovoltaica.
- Em julho a Chesf lançou a pedra fundamental do CRESP – Centro de Referência em Energia Solar de Petrolina voltado ao desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico em energia solar, focando na tecnologia fotovoltaica e na tecnologia termosolar. Localizado na região de Petrolina – PE, o CRESP terá a missão de contribuir com o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da sociedade mediante a geração e aplicação do conhecimento científico e tecnológico em energia solar, um investimento aproximado a ser realizado em quatro anos de 174 milhões de reais.
- Ainda em agosto, foi lançada a Chamada Pública nº 01/2017 – “Plataforma Solar de Petrolina” com foco no recebimento de propostas de projetos de P&D para o desenvolvimento tecnológico, estudos específicos e a implantação de planta solar fotovoltaica de 3,0 MWp, sendo 2,5 MWp com tecnologia de silício cristalino de alto rendimento e painéis fixos e uma denominada planta tecnológica de 0,5 MWp a ser desenvolvida dentro do CRESP - Centro de Referência em Energia Solar de Petrolina. A chamada foi extremamente exitosa, recebendo dez (10) propostas de projetos de diversas instituições de pesquisa do país com importantes linhas de pesquisa e desenvolvimento na área solar.
- Visando a disseminação da inovação e dos resultados internos conseguidos, a Companhia participou com destaque no IX CITENEL - Congresso de Inovação Tecnológica em Energia Elétrica promovido pela ANEEL, realizado em João Pessoa – PB, em agosto. Em seu estande e nas seções técnicas ocorridas no congresso, a Companhia apresentou oito (8) inovações que foram desenvolvidas por seus colaboradores em parceria com instituições de pesquisa lançando inclusive, em conjunto com a Eletronorte, livro divulgando uma das inovações. Ainda, reconhecendo o grau de inovação proporcionada pela Chesf, a ANEEL divulgou em sua sétima (7ª) edição da revista de P&D artigos de duas (02) outras inovações desenvolvidas pela Companhia, totalizando assim a divulgação de dez (10) resultados inovadores desenvolvidos.
- Em setembro a Chesf obteve sua primeira Carta Patente. Os Estados Unidos e de forma subsequente a China, publicaram a concessão da carta patente relativa à inovação tecnológica que está sendo utilizada em subestações. O “Aplicativo para Regulação e Paralelismo de Transformadores de Potência” foi desenvolvido dentro do Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação da Empresa pelo

engenheiro Luciano Lisboa, da Diretoria de Engenharia e Construção e teve o processo de proteção iniciado em nível nacional, em outubro de 2011, com pedido junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). O aplicativo executa função de extrema importância para o sistema elétrico, pois regula o nível de tensão que é entregue pela Chesf às concessionárias de energia, que por sua vez chega ao consumidor final.

- Em dezembro foi lançada a Chamada Pública nº 02/2017 – “Aerogeradores e as melhorias no processo de conversão de energia com integração a outras fontes” com foco no recebimento de propostas de projetos de P&D para o desenvolvimento tecnológico, estudos específicos em sistemas ou em equipamentos destinados a melhorias no processo de conversão de energia incluindo a integração a outras fontes de geração de energia (solar e armazenamento) objetivando a instalação final de uma usina eólica de potência igual ou superior a 1,5 MW interconectada ao sistema de transmissão localizada em Casa Nova. Resultará em uma geração com elevado nível de estabilidade e atendendo aos mais atuais procedimentos: da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL); da Empresa de Pesquisas Energéticas (EPE); do Operador Nacional do Sistema (ONS); e das demais normas vigentes (nacionais e internacionais).
- Em parceria com a empresa Smartiks Tecnologia da Informação LTDA, empresa incubada como resultado de um dos projetos de P&D da Companhia em parceria com a UFCG – Universidade de Campina Grande, realizaram a primeira comercialização de um produto inovador desenvolvido pela Companhia. Foi comercializada a tecnologia SmartAlarm com a CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, transpassando assim a fronteira do desenvolvimento tecnológico que é a aceitação de um novo produto no mercado. A Chesf licenciou a Smartiks o direito não exclusivo de comercialização e prestação de serviços desta tecnologia ao mercado nacional e internacional e de forma exitosa realizou-se a primeira comercialização deste importante produto tecnológico a este importante ator do Setor Elétrico Nacional.

Para o alcance destes resultados e dos vindouros, o total investido em pesquisa, desenvolvimento e inovação em 2017, incluindo a contribuição regulamentar ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT e ao Ministério de Minas Energia - MME e também nos projetos de pesquisa a nível institucional executado pelo CEPEL, foi no montante de cerca de R\$ 74,4 milhões. Com foco na carteira de projetos ANEEL, a Chesf investiu R\$ 44,4 milhões de reais em 23 projetos de pesquisa enquadrados nos seguintes temas:

Temas de investimento P&D	R\$ milhões
Fontes Alternativas de Geração de Energia Elétrica	19,5
Meio Ambiente	-0,1
Planejamento e Operação de Sistemas de Energia Elétrica	0,5
Supervisão, Controle e Proteção de Sistemas de Energia Elétrica	-0,1
Novos Materiais e Componentes	0,1
Outros	24,5
Total Geral	44,4

Observação importante: identifica-se estorno de realizações ocorridas anteriormente em alguns projetos de determinados temas.

16. PROGRAMA CHESF SOLAR

No final do ano, a Chesf anunciou para o ano de 2018 a criação de um amplo programa para alavancar a geração de energia solar, englobando o negócio de energia solar, geração solar fotovoltaica centralizada, geração solar distribuída e iniciativas de pesquisa, desenvolvimento e inovação para todas as formas de geração de fonte solar.

17. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O ano de 2017, foi um ano repleto de realizações no que tange à TI. No projeto do ERP SAP as atividades inicialmente previstas para a Chesf foram realizadas conforme planejamento, onde os principais marcos foram os seguintes: Participação da equipe do projeto nos treinamentos específicos no sistema SAP; Participação nos workshops para apresentação dos processos do SAP - Base de Furnas; Participação nas atividades de revisão e atualização da documentação dos BBPs (Business Blueprint) do SAP - Base de Furnas; Conclusão dos processos aquisitivos para a renovação das licenças SAP e do suporte técnico e manutenção das licenças; Continuação, na Chesf, do processo de extração e saneamento de dados dos sistemas corporativos e conclusão da etapa de extração dos dados dos sistemas legados; por fim a contratação, por parte da Eletrobras, da empresa de consultoria que será responsável pelos serviços de implantação do SAP em todas as empresas do Sistema Eletrobras.

Além do SAP, a área de desenvolvimento de sistemas entregou à Companhia 15 sistemas de informação, visando atender determinações legais e otimizar importantes processos empresariais, utilizando ferramentas de suporte à tomada de decisão (BI – Business Intelligence) e desenvolvimentos para dispositivos móveis. Dentre os Sistemas de Informação desenvolvidos ressaltam-se: SISAVL (Sistema de Emissão e Acompanhamento de Aviso de Lançamento: gerenciamento de cobranças oriundas de multas e outros tipos de lançamento, possibilitando a melhoria do processo de contas a receber); ISDARH (Instrumento de Suporte à Decisão da Área de Recursos Hídricos: gerenciamento dos recursos hídricos, em atendimento à Resolução Conjunta ANEEL/ANA nº 03/2010); MDF-e (Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais: implantação de novos módulos para atendimento à demanda legal da Receita Federal do Brasil - RFB referente ao acompanhamento e à movimentação de carga interestadual); SAET (Sistema de Acompanhamento de Empreendimentos da Transmissão: solução de tratamento analítico avançado de dados, possibilitando um acompanhamento preciso dos empreendimentos de transmissão da Chesf); SGCI (Sistema de Gerenciamento de Contas de Investimento: solução para tratamento analítico avançado de dados, relativo às contas de investimento); SGAC (Sistema de Gerenciamento Analítico do Custeio: solução para tratamento analítico avançado de dados, relativo às contas de custeio (PMSO)); SIGA (Sistema Integrado de Gestão de Ativos: Implantação da ReN 729/2016, no sistema existente, para atendimento à resolução da ANEEL/ONS da nova metodologia para apuração da Parcela Variável sobre os ativos de potência), pela sua relevância estratégica e aumento de agilidade para a execução de processos empresariais. Referente à manutenção de sistemas de informação o quantitativo de demandas reprimidas foi reduzido em 47% e o indicador atendimento às demandas de manutenção de sistemas apresentou 79% de realização.

Na infraestrutura computacional a Chesf teve importantes avanços proporcionados pela atualização tecnológica de equipamentos que dão suporte aos Banco de Dados, ambiente de armazenamento de dados e servidores que suportam vários processos críticos de toda a empresa. Dentre os principais avanços em 2017 destacam-se: Aquisição de servidores RISC de última tecnologia, IBM Power 8, de modo a garantir alta disponibilidade, melhoria de performance das atuais aplicações, além possibilitar o atendimento às novas demandas empresariais; Melhorias na arquitetura da aplicação Newave, desenvolvida pelo CEPE, com o objetivo de elaborar cenários de planejamento de comercialização e operação de energia; Aquisição de um chassi de servidores na tecnologia Blade (lâminas) com processadores Intel (x86); Aquisição de Switches SAN (Storage Area Network), que atendem à comunicação da rede de dados entre o Storage e os servidores corporativos.

Do ponto de vista da relação com o Cliente interno, a Central de Atendimento de TI manteve o alto nível de satisfação, tendo conseguido um percentual superior à 90% de solicitações atendidas dentro do prazo. No que tange ao atendimento de 1º nível, a Central de TI registrou 39.370 chamados (média de 3.281/mês), dos quais 26.398 foram resolvidos (média de 2.200/mês), correspondendo a um percentual de atendimento de, aproximadamente, 67%. Para os atendimentos de 2º nível os números registrados também foram relevantes tendo sido resolvidos 15.734 chamados, dos quais 14.593 dentro do prazo estabelecido, o que corresponde a um índice de realização de 93%.

18. GESTÃO DE PESSOAS

Em 31 de dezembro de 2017, a Chesf contava com uma força de trabalho (quadro efetivo de pessoal) de 4.122 empregados, composta por 4.109 do quadro próprio e 13 requisitados de órgãos ou empresas da Administração Pública. Do total, eram 812 mulheres e 3.310 homens.

No mesmo período, o índice de *turnover* foi de 5,39%. Houve sete admissões (por determinação judicial), retorno de três empregados que estavam na condição de aposentadoria por invalidez e 480 desligamentos.

Essa elevada redução no número de empregados em 2017 decorreu do Plano de Aposentadoria Extraordinária – PAE, implantado simultaneamente nas empresas do Sistema Eletrobras em maio de 2017, como parte das iniciativas previstas no “Desafio 21: Excelência Sustentável”, do Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG) da *holding*, visando maximizar a produtividade e reduzir custos. Na Chesf, foram desligados 464 empregados entre os meses de julho e dezembro de 2017, por meio do PAE, estratificado em 125 empregados de nível fundamental, 235 de nível médio e 104 de nível superior.

Ainda durante 2017, com o objetivo de atender à implantação do eSocial, projeto do Governo Federal que busca a unificação do envio de informações dos empregados pelo empregador, foram executadas ações para atualização e correção cadastral, bem como adequação dos processos de gestão de pessoas na Chesf com vistas à compatibilização com as exigências do eSocial.

Em 2017, foi continuado o trabalho com vistas à implantação do Sistema SAP ERP para atender às Empresas do Sistema Eletrobras. Adotou-se o conceito de uma instância centralizada em uma mesma base de dados, com o objetivo de possibilitar maior uniformidade e padronização dos processos nas diferentes empresas. Nesse sentido, a área de gestão de pessoas esteve representada na Comissão SAP ERP e participou das reuniões com a Eletrobras, no trabalho de elaboração do planejamento, em parceria com a equipe envolvida com o projeto na Chesf. O cronograma das atividades foi ajustado e a implantação do SAP está acontecendo em ondas. A Chesf está incluída na 2ª onda, prevista para novembro de 2018.

18.1 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Segundo dados da última Pesquisa de Clima Organizacional das Empresas Eletrobras, o pacote de benefícios oferecido pela Chesf é o aspecto com maior índice de favorabilidade entre seus empregados.

Assim, com vistas à melhoria da qualidade de vida e do bem-estar de seus empregados, a Companhia oferece os seguintes benefícios: Assistência Materno Infantil; Assistência Educacional; Reembolso com Despesas de Uniforme e Material Escolar; Auxílio Educacional Ensino Superior para Empregados; Atendimento Médico e de Enfermagem nos Ambulatórios da Empresa; Plano de Assistência Patronal, abrangendo assistência médico-hospitalar, odontológica e demais serviços de saúde; Reembolso de Medicamentos; Auxílio Óculos e Lentes; Assistência à Pessoa com Deficiência; Complementação de Auxílio-doença; Auxílio Funeral; Pecúlio por Morte ou Invalidez, decorrente de acidente de trabalho; Vale Refeição/Alimentação; Vale Transporte; Seguro de Vida em Grupo; e Previdência Privada, por intermédio da Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social – Fachesf.

As condições dos benefícios estão estabelecidas em acordo coletivo de trabalho e em instrumentos normativos.

18.2 CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

O Plano de Educação Corporativa da Chesf é modelado considerando o Planejamento Estratégico como seu principal norteador, visando ao desenvolvimento das competências profissionais e gerenciais consideradas críticas ao enfrentamento dos desafios organizacionais. O valor total aplicado em Educação Corporativa foi de R\$ 1.156 mil. O investimento médio por empregado foi de R\$ 280,48. A redução foi de 11,77% em relação a 2016.

Em 2017, o número de horas de treinamento por empregado foi de 45,04 horas, correspondendo a 2,35% das horas de trabalho. Foram computadas 458 ações educacionais, contemplando 185.648 horas e atendendo 4.372 empregados, representando 106,07% do quadro de pessoal. Ressalta-se que o índice de empregados treinados em 31/12/2017 foi superior a 100% devido à queda de empregados ao longo do ano. Dessa forma, excepcionalmente, o número de empregados treinados foi superior ao quadro de pessoal efetivo da Companhia.

Visando melhoria contínua de processos e aprimoramento profissional dos seus empregados, foram ministradas 3.818 horas em pós-graduações *lato sensu* e *stricto sensu*, além de 11.445 horas em congressos, seminários e simpósios. Na perspectiva das ações de conformidade (Ética, Compliance, Conflito de Interesses, Assédio), foram capacitados 4.096 empregados, perfazendo um total de 8.125 horas em ações educacionais.

Tais resultados foram possíveis devido ao uso de soluções criativas, como o incentivo à atuação do empregado educador, o uso de videoconferências, a ampliação de número de vagas por ação educacional, quando possível, as parcerias com instituições diversas para ações presenciais gratuitas e a divulgação de ações online gratuitas. Destaca-se ainda uma constante busca na otimização dos recursos financeiros, mantendo ou aumentando a qualidade das ações educacionais da Companhia.

Neste mesmo ano, no âmbito da responsabilidade social, a Chesf foi premiada no 15º Benchmarking Brasil, ficando entre os Top Ten com o Programa Vivendo e Aprendendo, fazendo da Companhia uma Empresa-Cidadã, pelo resgate da dignidade de homens e mulheres pela apropriação da palavra falada e escrita.

18.3 SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO

Durante o ano de 2017, as áreas de Saúde e Segurança do Trabalho (SST) deram continuidade às ações e programas voltados à promoção da saúde e qualidade de vida dos empregados, bem como à prevenção de acidentes do trabalho e de doenças ocupacionais, além de medidas para o controle de perigos e riscos envolvidos com as atividades desenvolvidas na Empresa.

Foram realizadas as atividades de rotina, bem como desenvolvidas algumas novas ações preventivas específicas, como, por exemplo, o Projeto de Redução de Desligamentos por Erro Humano (DEH), envolvendo as Diretorias de Gestão, Operação e Engenharia da Empresa, que tem como objetivo principal a diminuição das ocorrências devidas a erro humano no Sistema Operacional Eletroenergético.

Outro Projeto com grande repercussão interna é o PREVINA-SE, em parceria com a área de manutenção de subestações, que visa fortalecer a cultura de segurança e melhorar as condições de trabalho dos empregados envolvidos com aquele segmento de atuação.

As ações de conscientização dos empregados são parte integrante também do Programa Fique Alerta para a Segurança Dez, que culminou com a realização do III Desafio de Conhecimento em Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional a partir de testes *on line* sobre esses temas.

Finalizado o processo de manutenção do 2º Ciclo da certificação do Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho (SGSST) na norma internacional OHSAS 18.001:2007 referente às atividades na Usina Hidrelétrica de Xingó (UXG). Também foram realizadas ações de diagnóstico para atendimento aos requisitos da norma OHSAS 18.001 visando à implantação do SGSST na Usina de Paulo Afonso IV. Nessa mesma usina foi retomado o Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) sobre a Metodologia para Aplicação de Soluções de Controle e Monitoramento On-line de Ruído com objetivo de implantar as soluções de controle de ruído na usina.

Foram intensificadas ações objetivando o registro, acompanhamento e tratamento dos incidentes e não conformidades, através do sistema informatizado Controle de Incidentes e não Conformidades (CIN).

Neste ano foi obtida uma redução significativa no número de acidentes do trabalho típicos com afastamento, repercutindo na Taxa de Frequência de Acidentes Típicos com Afastamento Acumulada (TFAT), bem como na Taxa de Gravidade de Acidentes Típicos com Afastamento Acumulada (TGAT). A TFAT verificada no ano foi de 1,49, frente a um limite máximo tolerável de 3,02, enquanto que a TGAT atingiu um valor de 9, frente ao limite tolerável de 138. Além dos valores desses indicadores terem ficado bem abaixo dos limites toleráveis, salienta-se que são os menores valores já atingidos, desde que começaram a ser utilizadas essas métricas no acompanhamento dos acidentes do trabalho na Empresa. Esses resultados têm repercutido favoravelmente na redução do Fator Acidentário de Prevenção (FAP) implicando numa diminuição consistente do recolhimento previdenciário a título de Risco Ambiental do Trabalho (RAT).

No processo de gestão de SST, exige-se também que as empresas contratadas atendam às legislações vigentes, formalizadas através de Planos de Segurança. Para verificar a eficiência desses planos, são realizadas auditorias durante a execução dos serviços. Neste ano, ressalta-se a participação da segurança e saúde ocupacional na obra de construção do Parque Eólico de Casa Nova II e III, com baixo índice de acidentes devido a uma adequada Gestão de Saúde e Segurança do Trabalho para um empreendimento desse porte.

Permeando todas essas realizações, o Portal Saúde e Segurança no Trabalho vem registrando e divulgando todas as ações, além da programação de eventos promovidos na Sede e nas Regionais relativas à saúde e segurança do trabalho.

Na área de Saúde e de Qualidade de Vida, foram realizadas diversas atividades, entre as quais podem ser destacadas: Programa de Preparação para Aposentadoria (PPA), com o objetivo de orientar adequadamente os empregados em geral sobre assuntos relevantes quanto à preparação para o momento de aposentadoria, foram trabalhados temas como saúde, previdência, educação financeira e empreendedorismo, além dos aspectos psicossociais relacionados ao processo; Café e Prosa, ação que visa promover saúde mental, bem estar e qualidade de vida; escutando, acolhendo e intervindo no coletivo e com o objetivo de desmistificar as doenças psíquicas; retomada do curso à distância “Comportamento Seguro e Saudável”, que está na segunda turma e visa trabalhar a prevenção de falhas, erros, acidentes de trabalho e melhoria da promoção da saúde, sendo oferecido a operadores de instalação; campanhas de erradicação ao Aedes Aegypti foram realizadas na Sede e Regionais; Campanha de Vacinação Antigripal, com 2200 vacinados na Sede e Regionais; divulgação de Dicas e Informes de Saúde, bem como realizadas as ações relativas ao Calendário de Saúde, tanto na Sede quanto nas Regionais: Janeiro Branco, Abril Verde, Dia Nacional da Saúde e Nutrição, Dia Mundial do Coração, Dia Nacional de Combate ao Colesterol, Outubro Rosa, Novembro Azul, Ações de Combate à AIDS, “Aulão” de Carnaval, Circuito Junino, Setembro Amarelo, Dezembro Laranja, Dia Mundial de Combate ao Fumo, Dia da Saúde Mental; continuidade das atividades do Centro de Promoção da Saúde (CPS) em Recife, com a parceria do SESI – PE, sem ônus para a Chesf, bem como do CPS em Sobradinho; manutenção da Feira de Orgânicos em Salvador e Recife; realização do III Torneio de Aniversário da Chesf na Sede e Regionais; mobilização de grupos para participar das Corridas de Rua em Salvador, Fortaleza e Recife; “Mexa-se”, ação de melhoria de qualidade de vida e saúde promovida pela Regional de Salvador, na qual os empregados fazem caminhadas no pátio do prédio de Pituáçu.

Destaca-se ainda uma constante busca na otimização dos recursos financeiros, mantendo ou aumentando a qualidade das ações de SST da Empresa.

18.4 RESPEITO A DIVERSIDADE E A EQUIDADE DE GÊNERO

As ações de promoção à equidade de gênero e raça na Chesf, são realizadas na Sede e Regionais, com a participação e orientação do Comitê de Gênero e Raça, que atua há mais de dez anos nesses temas.

Em 2017, a área de Responsabilidade Social Empresarial e o Comitê de Gênero e Raça atuaram de forma unificada na Campanha de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, uma das vertentes do Plano Pró-Equidade de Gênero e Raça da Chesf, pactuado pela Empresa na Secretaria de Políticas para Mulheres do Governo Federal - SPM. Palestras para o público interno – empregados diretos e de empresas contratadas – foram realizadas na Sede e Regionais da Chesf, reunindo pessoas para refletir e debater sobre a proteção da infância e juventude e sobre o papel da Empresa no relacionamento com a sociedade.

Todas as ações previstas no Plano Pró-Equidade de Gênero e Raça para serem realizadas em 2017 aconteceram. Campanha de conscientização no Mês da Mulher, Campanha Paternidade Responsável, adesão a Campanha “#nãoéamorquando”, da SPM, aproximação do Comitê com Comissão de Ética e Ouvidoria, além de campanhas na Sede e Regionais de combate à violência contra a mulher – 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher – mostraram-se importantes momentos de crescimento do debate interno ao Comitê de Gênero e Raça, com atuação nas Regionais.

Destaque para a realização da Roda de Diálogo: Cotas Raciais (análise da Lei 12.990/14) com os profissionais de RH, da área Jurídica e membros do Comitê de Gênero e Raça, da Sede e Regionais. Outro destaque, foi a criação e realização de oficinas para os Jovens Aprendizes sobre a temática de gênero e raça.

No Outubro Rosa e no Novembro Azul, a área de Saúde da Empresa fez ampla campanha eletrônica com o corpo funcional e, com o apoio do Comitê de Gênero e Raça, se conseguiu parceria, com o SESI, para disponibilizar vagas para empregados de empresas terceirizadas e empregados de restaurantes, taxistas e ambulantes que trabalham no entorno da Empresa fazerem mamografia e exame de próstata.

18.5 ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

Em 13 de julho de 2011, a Chesf foi a primeira das empresas do Sistema Eletrobras a instituir um Comitê de Acessibilidade e Inclusão, ferramenta que atua dentro da corporação para equalizar as necessidades e demandas dos empregados com deficiência à política econômica, financeira e aos objetivos estratégicos da Companhia. Ao final de 2017, a Chesf contava com 167 empregados com deficiência, sendo: 27 com deficiência auditiva, 110 com deficiência física, 01 com deficiência intelectual, 19 com deficiência visual e 10 empregados reabilitados pela Previdência Social.

A Companhia conta com um Programa de Assistência à Pessoa com Deficiência (PAPD). No programa, podem fazer uso dos benefícios o empregado com deficiência (PcD) ou os dependentes com deficiência de qualquer outro empregado da empresa. Atualmente, dos 168 empregados com deficiência, 128 estão inscritos no programa. Quanto aos dependentes, 248 foram inscritos.

No campo da acessibilidade arquitetônica, foi construída na Sede uma rota acessível que facilita o acesso de pessoas com deficiência física, visual ou com baixa mobilidade às instituições bancárias que ficam no anexo da Sede, bem como melhorias no acesso ao Centro de Desenvolvimento do Ser Humano - CDSH.

Comemorando o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, foi realizada a roda de diálogos: “As reformas trabalhistas e seus impactos para as pessoas com deficiência” e um debate sobre deficiência, tendo como mote a animação “Procurando Nemo”.

19. FORNECEDORES

Na gestão dos seus negócios, a Chesf considera e procura contemplar o atendimento aos legítimos interesses de todos os públicos com os quais se relaciona, entre os quais seus fornecedores de bens e serviços, parceiros importantes para o seu negócio. Com eles, mantém constante diálogo e relações transparentes, baseados em princípios éticos e de integridade, atualizando-os periodicamente sobre os procedimentos utilizados para contratação e gestão dos contratos, com o intuito de fortalecer a parceria e melhorar a qualidade dos serviços e produtos.

Nos processos de seleção e contratação dos seus fornecedores, as áreas de suprimento da Chesf consideram critérios socioambientais específicos, que buscam atender aos preceitos da sustentabilidade, da conformidade legal e da integridade, exigindo que os fornecedores adotem padrões éticos e de responsabilidade socioambiental compatíveis com aqueles que a Companhia pratica. Por intermédio de diretrizes que estabelecem princípios e compromissos de conduta empresarial em suas relações, a Chesf realiza as seguintes ações:

- Exige que o fornecedor apresente uma declaração de que tomou ciência do conteúdo da cartilha “Princípios e Compromissos de Conduta Empresarial na Relação da Chesf com os Fornecedores”, disponível no portal da Companhia na internet;
- Exige que o fornecedor apresente uma declaração de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de dezesseis anos em qualquer atividade, salvo na condição de aprendiz a partir dos catorze anos;
- Exige que o fornecedor apresente uma declaração de que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado;
- Exige que o fornecedor apresente uma declaração de que sua empresa não sofreu nenhuma sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental.

No tocante à adoção de boas práticas de Sustentabilidade na Cadeia de Suprimento, a Chesf segue o Guia para Boas Práticas de Sustentabilidade para a Cadeia de Suprimento das Empresas Eletrobras.

Além disso, na Chesf, todos os prestadores de serviços possuem condições adequadas de segurança e saúde em seus locais de trabalho, observadas através das exigências estabelecidas em nosso Plano de Segurança do Trabalho, bem como exige a apresentação de comprovantes de pagamentos efetuados em contraprestação dos serviços executados, de entrega do vale transporte e auxílio alimentação, de recolhimento das contribuições devidas ao INSS e ao FGTS, comprovante de frequência e a relação de empregados desligados, quando houver, visando a garantia de condições dignas de trabalho.

Em 2017, a Chesf consolidou a adoção de cláusulas anticorrupção em seus contratos, implantadas a partir de alteração nos padrões de editais e contratos ocorridas em 2016. Oriundos de processos licitatórios, foram assinados 448 contratos com 308 fornecedores. Destes, 101 fornecedores são considerados "essenciais ao negócio", por se tratarem de fornecedores contratados para a execução de obras e serviços e o fornecimento de equipamentos para a geração e transmissão de energia. Isso representa 146 contratos e totalizam R\$ 474,6 milhões. Os fornecedores essenciais representam 32,8% do total de fornecedores contratados em 2017, 32,6% dos contratos assinados no ano e 59,3% do valor contratado. Os demais fornecedores estão distribuídos da seguinte forma:

- Serviços e equipamentos de TI - 33 fornecedores - 36 contratos - R\$ 24,9 milhões;
- Serviços, materiais e equipamentos de suporte (vigilância, limpeza e conservação, jardinagem, automóveis, condicionadores de ar, transporte, limpeza de faixa, telefonia e telecomunicações, almoxarifado, recepção, correio, etc.) - 79 fornecedores - 116 contratos - R\$ 67,7 milhões;
- Serviços de meio ambiente (EIA, RIMA, PBA, licenciamentos, plano de ação socioambiental, monitoramento, recuperação de áreas degradadas) - 10 fornecedores - 12 contratos - R\$ 9,3 milhões;
- Construção civil (construções, reformas e manutenções em áreas administrativas) - 8 fornecedores e 9 contratos - R\$ 7,76 milhões;
- Outros - 97 fornecedores - 129 contratos - R\$ 215,8 milhões.

Por região, os fornecedores contratados em 2016 assim se distribuem: 141 Nordeste (45,8%), 110 Sudeste (35,7%), 35 Sul (11,3%), 17 Centro-oeste (5,5%), 5 Norte (1,6%) e 0 Estrangeiro (0,0%).

20. PROGRAMAS E PROJETOS SOCIAIS

A Chesf atua na realização de ações e projetos de investimento social privado de forma estratégica, com o objetivo de contribuir com a redução da desigualdade social e com o desenvolvimento sustentável de seus territórios de convivência. Atualmente, os recursos são destinados para as áreas de Saúde, Segurança Alimentar, Educação e Geração de Trabalho e Renda, beneficiando milhares de pessoas de comunidades carentes. Em 2017, foram investidos R\$ 35,2 milhões em projetos sociais.

Norteadas por pactos, normas, princípios e tratados nacionais e internacionais, a Companhia trabalha de maneira proativa para identificar os atuais ou potenciais impactos de seus negócios, contribuindo para que seus empreendimentos sejam vetores de desenvolvimento sustentável. Atua também de modo a construir engajamento e relacionamento qualificado com suas partes interessadas, promovendo diálogo ético e transparente, considerando suas expectativas, necessidades, e os contextos social, cultural, econômico, político e ambiental, com particular atenção a grupos vulneráveis.

Os projetos sociais apoiados pela Chesf em 2017 foram:

- Projeto Lago de Sobradinho, executado pela Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias - EMBRAPA, que abrange municípios Sobradinho, Casa Nova, Sento Sé, Remanso e Pilão Arcado, localizados no entorno da Usina de Sobradinho, vem trazendo uma significativa melhoria na qualidade de vida das comunidades beneficiadas com a implantação de campos de aprendizagem tecnológica e de treinamento. Esse projeto promove o repasse de conhecimento e de tecnologia para convivência com a seca para produtores agropecuários e pescadores que moram no entorno da barragem de Sobradinho (BA);
- Projeto social executado pela Chesf no Hospital Nair Alves de Souza, de atendimento na área de saúde assistencial, beneficiando toda população dos 22 municípios num raio de 250 quilômetros da cidade de Paulo Afonso (BA), onde está situado o Complexo de Paulo Afonso.
- Projeto social "Construindo o Cidadão do Amanhã", em parceria com o Instituto Dom Helder Câmara, que contribui para retirar das ruas adolescentes em situação de risco das comunidades do Coque, Coelhos e Joana Bezerra, em Recife/PE;

- Projeto social no Abrigo Cristo Redentor, situado no entorno da Subestação Joairam, em Jaboatão/PE, que atende 150 idosos em situação de vulnerabilidade social;

Destaque-se ainda o Programa de Voluntariado Empresarial da Chesf que visa incentivar, organizar, apoiar e reconhecer ações voluntárias de participação cidadã de seus empregados em prol da sociedade. As ações são planejadas e realizadas de modo a atender ao interesse do público interno, ao negócio da Companhia e às necessidades da comunidade.

Em 2017, ressaltam-se a campanha de arrecadação de alimentos diversos, a doação de sangue em parceria com a Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Pernambuco, as comemorações do Dia das Crianças, a campanha de doação de livros para a biblioteca do município de Angelim (PE), o apoio ao projeto de educação Energia Solidária e, ainda, o Natal Solidário para crianças do entorno da Sede da Chesf e a tarde recreativa para a comunidade do Vietnã, ambos na cidade do Recife (PE).

21. RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

A Chesf tem apoiado suas ações com práticas socioambientais que observam o Uso Sustentável de Recursos Energéticos, que tem como princípio explorar as potencialidades de recursos energéticos locais e regionais respeitando os princípios do Desenvolvimento Sustentável e da Gestão Ambiental. Em 2017, a Chesf destinou recursos financeiros na ordem de R\$ 19,6 milhões para programas que visam a ecossustentabilidade.

Todos os empreendimentos da Chesf estão licenciados, em processo de renovação ou de regularização. Em 2017, no âmbito dos empreendimentos de Geração, foram obtidas Licenças, Autorizações, Outorgas e renovações, dentre as quais destacamos as Licenças de Operação das CGE Casa Nova II e Casa Nova III, a Autorização de Supressão de Vegetação da Área de Segurança da Barragem de Boa Esperança, a renovação da Licença de Instalação e Licença Única da Fotovoltaica de Petrolina-PE, a Autorização Especial para Testes de Vazão de 550 e 500 m³/s no Rio São Francisco e a Outorga de Utilização de Recursos Hídricos para a Usina da Pedra.

Em relação aos empreendimentos da área de transmissão, a Chesf obteve sete Licenças de Instalação, destacamos a obtenção da LI do Seccionamento da LT 230 kV Banabuiu/Fortaleza na SE Aquiraz C1 e C2, duas autorizações para ampliação de subestações e cinco Autorizações de Supressão de Vegetação. A Chesf obteve dezesseis renovações de licença de operação, oito licenças de operação de novos empreendimentos com destaque para a LT 230 kV Teresina II-Teresina III, LT 230 kV Touros-Ceará Mirim e SE 230 kV Touros. Assim como obteve a regularização do Passivo Ambiental Federal chamado de Corredor 1, o qual possui cinco empreendimentos que interceptam os estados de Pernambuco, Bahia e Piauí.

No que concerne ao processo de Educação e Comunicação Ambiental nos empreendimentos de geração e transmissão de energia, a Chesf efetuou várias ações, tais como: oficinas e campanhas educativas junto às comunidades e trabalhadores; ações de fortalecimento institucional e mobilizações comunitárias contempladas no Plano de Ação Socioambiental (PAS) do Complexo Paulo Afonso e UHE Xingó, nos Programas de Educação Ambiental (PEA) e Programas de Educação Ambiental para os Trabalhadores (PEAT) nas Linhas de Transmissão Banabuiú/Mossoró, Jardim/Penedo, Messias/Recife II, Milagres/Coremas; Paulo Afonso/Bom Nome/Milagres e Luiz Gonzaga/Milagres. Também foram realizadas Campanhas de Controle de Queima de Cana de Açúcar e Queima de Mato, Campanhas de Vandalismo com foco em Isoladores, com diversas atividades, a exemplo de visitas, palestras e oficinas em comunidades localizadas nas proximidades dos empreendimentos. O total de pessoas atendidas nos Planos de Ação Socioambiental, nos Programas de Educação Ambiental, Programas de Educação para os Trabalhadores e nas Campanhas de Controle de Queimadas foi de 1.927 alunos, 352 professores, 73 trabalhadores e 11.738 pessoas das comunidades.

Em relação à Gestão da Biodiversidade, a Chesf mantém e opera o Viveiro Florestal de Xingó, que produziu 50.258 mudas de espécies nativas da caatinga no ano de 2017, com destaque para a pesquisa para a reprodução em escala da coroa-de-frade (*Melocactus* Sp), espécie protegida considerada em extinção. Foram doadas 77.828 mudas a diversas instituições para plantio nas margens de rios e riachos na bacia do Rio São Francisco. No ano de 2017, 17 escolas visitaram o viveiro com 1.219 alunos atendidos. Em Boa Esperança é mantido um viveiro para

produção de mudas nativas do cerrado, com destaque para a espécie de Pequi (*Caryocar coriaceum*), em que foram produzidas 40.489 unidades de mudas em 2017.

Em 2017, foram executados outros programas voltados para a Biodiversidade e Qualidade de Água como o de Monitoramento dos Ecossistemas Aquáticos, realizados em Sobradinho-BA, Itaparica PE/BA, Complexo Paulo Afonso-BA e Xingó-AL/SE. Adicionalmente em Xingó, houve o Monitoramento dos Gases Dissolvidos e na região do Baixo São Francisco foi realizado o Monitoramento da Cunha Salina. O Monitoramento do Rio São Francisco durante a baixa vazão (Qualidade de Água, Macrófitas, Cunha Salina e Processos Erosivos) foi realizado mensalmente ao longo do ano. Em Boa Esperança, deu-se continuidade ao Programa de Monitoramento de Fauna e Flora que visa gerar dados para futura implantação de um programa de conservação da fauna e flora locais. Também foi celebrado um novo contrato para continuidade do processo de recuperação das áreas degradadas até 2018. Em relação à piscicultura, foram realizados peixamentos com espécies nativas nos reservatórios do São Francisco, bem como na região do Baixo São Francisco, executados pela Piscicultura de Paulo Afonso.

22. PROGRAMA DO REASSENTAMENTO DE ITAPARICA

No início de 2017, devido a não conformidade verificada no material utilizado na adutora de gravidade, foram paralisadas as obras de implantação do projeto Jusante, em Glória/BA, último a ser implantado no Reassentamento de Itaparica. A finalização do empreendimento tem previsão para 2018.

Foram renovadas as Licenças de Operação dos perímetros de Irrigação Brígida, Fulgêncio, Icó Mandantes, Barreiras Bloco 01 e Bloco 02 e Apolônio Sales no estado de Pernambuco. Sequenciado, também, o monitoramento das áreas de APP e Reserva Legal do projeto Jusante quanto a eventuais usos irregulares, preservação das sinalizações e marcos demarcatório da poligonal daquelas áreas

Quanto à desoneração dos serviços públicos municipais que vêm sendo prestados pela CHESF, foram ajuizadas quatro ações na Justiça Federal dos Estados da Bahia e de Pernambuco. Todas as ações foram julgadas em 1º grau, nenhuma com decisão definitiva, desta forma, continua o custo fixo com a operação e manutenção dos sistemas de abastecimento de água potável das agrovilas.

Sobre as questões indígenas, permanece ainda pendente a aquisição de terras para completar a Reserva Indígena Tuxá de Rodelas por parte da FUNAI e também ainda não houve posicionamento do Ministério da Justiça quanto aos recursos administrativos interpostos pela CHESF e municípios de Abaré/BA e Curaçá/BA acerca da proposta de demarcação do Território Indígena Tumbalalá, que interferiria em cerca de um terço da área do Perímetro Irrigado Pedra Branca, onde foram reassentadas cerca de 800 famílias do programa de reassentamento de Itaparica.

23. CULTURA

Em 2017, a Chesf investiu mais de R\$ 900 mil em projetos de patrocínio voltados para a disseminação da cultura, a promoção de inovações, produções e divulgações técnico-científicas, e, ainda, para o fomento de iniciativas educacionais e de formação cultural para crianças e jovens.

Destaque para a participação da Companhia no Programa de Patrocínio das Empresas Eletrobras a Eventos do Setor Elétrico 2017, por meio do qual a Chesf aportou recursos financeiros em fórum e seminários realizados nos estados do Rio Grande do Norte, Bahia e Paraná.

A Chesf também é patrocinadora da Orquestra Criança Cidadã, projeto social realizado na comunidade do Coque, um dos bairros mais violentos e de menor Índice de Desenvolvimento Humano da cidade do Recife. São mais de 200 crianças e jovens que recebem aulas de instrumentos de corda, percussão, teoria e percepção musical, flauta doce, canto coral, instrumentos de sopro, além de apoio pedagógico, atendimento psicológico e médico, aulas de inclusão digital e fardamento.

Ainda no segmento cultural, a Chesf patrocinou exclusivamente projetos autorizados pelo Ministério da Cultura para captar recursos por meio do mecanismo de Incentivo Fiscal da Lei Rouanet. Assim, a Companhia democratiza o acesso aos mecanismos culturais e garante a transparência no processo de concessão.

Nesse contexto, a Empresa contribuiu também para a geração de emprego e renda em todo o território nacional, incentivando também contrapartidas sociais e ambientais, além de confirmar seu compromisso de responsabilidade social e sustentabilidade com seus públicos de interesse.

24. PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

Em 2017, a Chesf recebeu os seguintes prêmios, reconhecimentos e certificações:

- Prêmio Jorge Furtado de Desenvolvimento Regional, na categoria Projetos Inovadores para Implantação no Território, com o projeto de responsabilidade social “Desenvolvimento de ações para produtores agropecuários e pescadores do território no entorno da barragem de Sobradinho-BA”, em parceria com a Embrapa Semiárido.
- IV Prêmio Melhores Empresas para Trabalhadores com Deficiência. Sendo esta a sua primeira participação, a Empresa foi uma das três selecionadas na categoria “Boas Práticas”, entre 52 importantes instituições, destacando-se pelo conjunto de suas práticas promotoras de inclusão e acessibilidade.
- Premiada no 15º Benchmarking Brasil, ficando entre os Top Ten com o Programa Vivendo e Aprendendo, fazendo da Chesf uma Empresa-Cidadã, pelo resgate da dignidade de homens e mulheres pela apropriação da palavra falada e escrita.
- Trabalho apresentado no XXIV Seminário Nacional de Produção e Transmissão de Energia Elétrica – SNTPEE foi premiado com Menção Honrosa, evidenciando que o “Investimento em Segurança e Saúde no Trabalho como Estratégia Empresarial”, favorece a sustentabilidade da Empresa, através da redução dos custos associados à ocorrência de acidentes do trabalho e de doenças ocupacionais.
- Premiada como empresa com maior número de participantes na Corrida Circuito das Estações – Etapa Primavera, em Recife/PE.
- Finalizado o processo de manutenção do 2º Ciclo da certificação do Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho (SGSST) na norma internacional OHSAS 18.001:2007 referente às atividades na Usina Hidrelétrica de Xingó (UXG).
- Manteve a Acreditação do Laboratório de Metrologia da Chesf - MetroChesf na norma ISO IEC 17025 INMETRO, nas grandezas elétricas tensão, corrente, resistência, potência e energia, com a finalidade de proporcionar a calibração/certificação dos padrões de serviço, utilizados na manutenção dos sistemas de proteção, medição e automação;
- A Operação da Chesf manteve a Certificação ISO 9001:2008 em todos os processos dos seus 10 órgãos e suas Instalações que compõem o Sistema Organizacional da Operação;
- O segmento Manutenção da Geração manteve a certificação ISO 9001:2008 dos serviços de manutenção eletromecânica das usinas Sobradinho, Xingó Paulo Afonso I, Paulo Afonso II, Paulo Afonso III e Luiz Gonzaga;
- O segmento Manutenção de Subestações conquistou certificação única e integrada no Sistema de Gestão de todo o seu sistema organizacional, contemplando a ISO 9001:2008. Já o segmento Manutenção de subestações do Departamento de Operação Regional de Paulo Afonso (DORP), conquistou, também, a certificação ISO 14001:2004.
- A Chesf obteve sua primeira Carta Patente. Os Estados Unidos e, de forma subsequente, a China, publicaram a concessão da carta patente relativa à inovação tecnológica que está sendo utilizada em subestações. O “Aplicativo para Regulação e Paralelismo de Transformadores de Potência” foi desenvolvido dentro do Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação da Empresa. A tecnologia executa função de extrema importância para o sistema elétrico, pois regula o nível de tensão que é entregue pela Chesf às concessionárias de energia, que por sua vez chega ao consumidor final.

25. INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL

Os principais indicadores que representam a responsabilidade corporativa e socioambiental da Chesf, com base no Balanço Social consolidado, são demonstrados a seguir:

INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL



Consolidado

(Valores expressos em milhares de reais)

1 - Geração e Distribuição de Riqueza	Em 2017:		Em 2016:			
Distribuição do Valor Adicionado	29,8% governo	31,4% empregados	43,0% governo	9,6% empregados		
A Demonstração do Valor Adicionado - DVA está apresentada, na íntegra, no conjunto das Demonstrações Contábeis.	26,7% acionistas	12,1% terceiros	44,1% acionistas	3,3% terceiros		
2 - RECURSOS HUMANOS						
2.1 - Remuneração		Em 2017:		Em 2016:		
Folha de pagamento bruta (FPB)	1.120.925		997.383			
- Empregados	1.114.371		991.822			
- Administradores	6.554		5.561			
Relação entre a maior e a menor remuneração:						
- Empregados	32,8		30,8			
- Administradores	15		11			
2.2 - Benefícios Concedidos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Encargos Sociais	251.303	22,4%	5,1%	221.069	22,2%	1,7%
Alimentação	73.331	6,5%	1,5%	66.982	6,7%	0,5%
Transporte	480	0,0%	0,0%	520	0,1%	0,0%
Previdência privada	130.025	11,6%	2,6%	209.835	21,0%	1,6%
Saúde	126.712	11,3%	2,6%	112.059	11,2%	0,9%
Segurança e medicina do trabalho	2.940	0,3%	0,1%	2.744	0,3%	0,0%
Educação e Creche	18.799	1,7%	0,4%	17.660	1,8%	0,1%
Cultura	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	1.179	0,1%	0,0%	1.484	0,1%	0,0%
Creches ou auxílio creche	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Participação nos lucros ou resultados	103.426	9,2%	2,1%	-	0,0%	0,0%
Outros	16.037	1,4%	0,3%	12.673	1,3%	0,1%
Total	724.233	64,6%	14,7%	645.026	64,7%	5,1%
2.3 - Composição do Corpo Funcional						
Nº de empregados no final do exercício	4.163		4.614			
Nº de admissões	10		41			
Nº de demissões	483		25			
Nº de estagiários no final do exercício	-		-			
Nº de empregados portadores de necessidades especiais no final do exercício	162		168			
Nº de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício	1		1			
Nº de empregados por sexo:						
- Masculino	3.342		3.681			
- Feminino	821		933			
Nº de empregados por faixa etária:						
- Menores de 18 anos	-		-			
- De 18 a 35 anos	606		726			
- De 36 a 60 anos	2.812		3.167			
- Acima de 60 anos	745		721			
Nº de empregados por nível de escolaridade:						
- Analfabetos	-		-			
- Com ensino fundamental	415		513			
- Com ensino médio	599		697			
- Com ensino técnico	1.267		1.465			
- Com ensino superior	1.574		1.782			
- Pós-graduados	308		157			
Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo:						
- Masculino	83,0%		81,1%			
- Feminino	17,0%		18,9%			
2.4 - Contingências e Passivos Trabalhistas:						
Nº de processos trabalhistas movidos contra a entidade	765		691			
Nº de processos trabalhistas julgados procedentes	421		843			
Nº de processos trabalhistas julgados improcedentes	851		120			
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça	419		2.992			

3 - Interação da Entidade com o Ambiente Externo	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
3.1 - Relacionamento com a comunidade						
Total dos investimentos em:						
Educação	162	0,0%	0,0%	400	0,0%	0,0%
Cultura	1.185	0,1%	0,0%	311	0,0%	0,0%
Saúde e infraestrutura	4.1903	3,4%	0,9%	36.986	0,5%	0,3%
Esporte e lazer	-	0,0%	0,0%	6	0,0%	0,0%
Alimentação	107	0,0%	0,0%	213	0,0%	0,0%
Geração de trabalho e renda	-	0,0%	0,0%	418	0,0%	0,0%
Reassentamento de famílias	23.097	1,9%	0,5%	22.609	0,3%	0,2%
Total dos investimentos	66.454	5,4%	1,3%	60.943	0,9%	0,5%
Tributos (excluídos encargos sociais)	992.643	81,0%	20,2%	3.703.924	53,1%	29,1%
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	5.749	0,5%	0,1%	9.332	0,1%	0,1%
Total - Relacionamento com a comunidade	1.064.846	86,9%	21,6%	3.774.199	54,1%	29,6%
3.2 - Interação com os Fornecedores						
Critérios de responsabilidade social utilizados para a seleção de seus fornecedores						
Não exigidos controles sobre: Riscos ambientais, condições ambientais de trabalho, controle médico de saúde ambiental, prática de trabalho no turno, perigoso ou insalubre de menores de 18 anos; nem menores de dezesseis anos em qualquer atividade, salvo na condição de menor aprendiz.						
4 - Interação com o Meio Ambiente						
	Em 2017:			Em 2016:		
	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	11.269	0,9%	0,2%	10.673	0,2%	0,1%
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	4.221	0,3%	0,1%	3.100	0,0%	0,0%
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade	28	0,0%	0,0%	365	0,0%	0,0%
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade	2.855	0,2%	0,1%	3.074	0,0%	0,0%
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais	1.415	0,1%	0,0%	1.922	0,0%	0,0%
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade	418	0,0%	0,0%	1.282	0,0%	0,0%
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativas e/ou judicialmente	8	0,0%	0,0%	1	0,0%	0,0%
Passivos e contingências ambientais	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Total da Interação com o meio ambiente	19.796	1,6%	0,4%	19.135	0,3%	0,2%
5 - Outras informações						
	Em 2017:			Em 2016:		
Receita Líquida (RL)	4.926.061			12.739.690		
Resultado Operacional (RO)	1.225.512			6.974.580		

Recife, 19 de março de 2018

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	6	100.318	36.969	181.262	140.399
Títulos e valores mobiliários	7	47.456	19.696	47.456	19.696
Cientes	8	582.109	379.134	588.382	387.478
Tributos a recuperar	9	82.266	101.347	88.328	105.437
Cauções e depósitos vinculados	10	14.926	15.533	26.934	15.561
Almoxarifado	11	67.347	76.647	67.347	76.647
Serviços em curso	12	250.738	190.169	250.830	190.169
Ativo financeiro – concessões de serviço público	13	2.169.114	1.255.246	2.210.158	1.314.991
Dividendos a receber	14	14.084	70.013	14.084	62.548
Fachesf Saúde Mais	15	65.859	8.448	65.859	8.448
Outros	17	122.627	118.733	126.358	121.058
		3.516.844	2.271.935	3.666.998	2.442.432
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo					
Cientes	8	13.397	368	13.397	368
Valores a receber - Lei nº 12.783/2013		487.822	487.822	487.822	487.822
Títulos e valores mobiliários	7	958	1.639	958	1.639
Tributos a recuperar	9	377.319	389.889	377.319	389.889
Cauções e depósitos vinculados	10	660.351	1.120.173	660.351	1.120.173
Serviços em curso	12	-	75.000	-	75.000
Ativo financeiro – concessões de serviço público	13	11.270.547	10.511.330	11.885.473	11.120.735
Fachesf Saúde Mais	15	-	78.636	-	78.636
Adiantamento a investidas	16	478.000	1.046.544	478.000	456.355
Outros	17	36.282	29.612	36.282	29.612
		13.324.676	13.741.013	13.939.602	13.760.229
Investimentos	18	6.558.926	5.916.431	5.439.897	5.291.992
Imobilizado	19	1.130.960	1.054.039	1.711.542	1.565.595
Intangível	20	38.572	41.408	57.888	60.670
		21.053.134	20.752.891	21.148.929	20.678.486
TOTAL DO ATIVO		24.569.978	23.024.826	24.815.927	23.120.918

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
CIRCULANTE					
Fornecedores	21	412.986	303.371	423.355	313.138
Folha de pagamento		18.029	20.454	18.464	20.740
Tributos a recolher	22	215.101	113.387	216.290	116.183
Financiamentos e empréstimos	23	1.090.875	926.973	1.090.875	926.973
Remuneração aos acionistas	40	30.600	-	30.600	-
Outras provisões operacionais		103.738	106.552	103.738	106.552
Obrigações estimadas	25	139.312	160.857	139.817	161.861
Incentivo ao desligamento voluntário - PIDV/PAE	26	55.642	36.029	55.642	36.029
Benefícios pós-emprego	27	151.616	27.727	151.616	27.727
Encargos setoriais		142.534	71.671	144.579	73.784
Debêntures	24	-	-	153.094	-
Outros	28	78.643	200.438	83.149	232.203
		2.439.076	1.967.459	2.611.219	2.015.190
NÃO CIRCULANTE					
Tributos a recolher	22	-	-	21.137	20.477
Passivos fiscais diferidos	22	3.316.654	3.242.660	3.331.821	3.254.553
Financiamentos e empréstimos	23	1.000.346	1.277.036	1.000.346	1.277.036
Benefícios pós-emprego	27	973.514	1.391.907	973.514	1.391.907
Incentivo ao desligamento voluntário - PIDV/PAE	26	20.691	37.050	20.691	37.050
Encargos setoriais		361.790	344.254	361.790	344.254
Provisões para contingências	29	2.298.304	1.839.391	2.298.304	1.839.391
Provisão contrato oneroso	30	184.587	279.907	184.587	279.907
Obrigações vinculadas à Concessão	32	57.381	59.042	57.381	59.042
Outros	28	78.126	4.254	98.765	4.255
		8.291.393	8.475.501	8.348.336	8.507.872
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	33	9.753.953	9.753.953	9.753.953	9.753.953
Reservas de capital	33	4.916.199	4.916.199	4.916.199	4.916.199
Reservas de lucros	33	746.160	-	746.160	-
Outros resultados abrangentes	33	(1.576.803)	(1.820.879)	(1.576.803)	(1.820.879)
Prejuízos acumulados	33	-	(267.407)	-	(267.407)
		13.839.509	12.581.866	13.839.509	12.581.866
Participação de acionistas não controladores		-	-	16.863	15.990
		13.839.509	12.581.866	13.856.372	12.597.856
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		24.569.978	23.024.826	24.815.927	23.120.918

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016 (Reclassificado)	31/12/2017	31/12/2016 (Reclassificado)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	34	4.860.151	12.674.117	4.926.061	12.739.690
CUSTO OPERACIONAL	36				
Custo com energia elétrica					
Energia elétrica comprada para revenda		(309.414)	(305.040)	(311.103)	(315.139)
Encargos de uso da rede de transmissão		(634.616)	(611.915)	(634.616)	(611.915)
Custo de operação					
Pessoal, material e serviços de terceiros		(548.252)	(477.628)	(561.569)	(486.866)
Combustíveis para a produção de energia		-	(7.803)	-	(7.803)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos		(5.749)	(9.332)	(5.749)	(9.332)
Depreciação e amortização		(30.654)	(32.098)	(30.654)	(32.098)
Reversão contrato oneroso		95.320	(32.895)	95.320	(32.895)
Outros		(33.593)	(50.005)	(34.556)	(50.559)
		(1.466.958)	(1.526.716)	(1.482.927)	(1.546.607)
CUSTO DO SERVIÇO PRESTADO A TERCEIROS	36	(636)	(2.346)	(636)	(2.346)
CUSTO DE CONSTRUÇÃO	36	(618.304)	(575.360)	(620.834)	(582.833)
LUCRO BRUTO		2.774.253	10.569.695	2.821.664	10.607.904
DESPESAS OPERACIONAIS	36	(1.289.404)	(4.095.102)	(1.318.736)	(4.104.956)
RESULTADO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA		1.484.849	6.474.593	1.502.928	6.502.948
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	18	(65.489)	489.717	(27.167)	456.751
RESULTADO FINANCEIRO	37	(197.823)	5.041	(250.249)	14.881
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		1.221.537	6.969.351	1.225.512	6.974.580
Imposto de renda e contribuição social	38	(177.370)	(2.984.076)	(181.463)	(2.989.197)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		1.044.167	3.985.275	1.044.049	3.985.383
Resultado atribuível aos acionistas controladores		1.044.167	3.985.275	1.044.167	3.985.275
Resultado atribuível aos acionistas não controladores		-	-	(118)	108
TOTAL DE AÇÕES (em milhares)	33	55.905	55.905	55.905	55.905
Lucro básico por ação (em reais)	40	18,68	71,29	18,68	71,29
Lucro diluído por ação (em reais)	40	18,68	71,29	18,68	71,29

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Lucro líquido do exercício		1.044.167	3.985.275	1.044.049	3.985.383
Outros componentes do resultado abrangente					
Resultado atuarial com benefícios pós-emprego	33	244.076	(251.741)	244.076	(251.741)
Outros componentes do resultado abrangente do exercício		244.076	(251.741)	244.076	(251.741)
Total do resultado abrangente do exercício		1.288.243	3.733.534	1.288.125	3.733.642
Parcela atribuída aos controladores		1.288.243	3.733.534	1.288.243	3.733.534
Parcela atribuída aos não controladores		-	-	(118)	108

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(valores expressos em milhares de reais)

	CAPITAL SUBSCRITO/ REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS			OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONTROLADORA	PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO
			LEGAL	ESPECIAL	INCENTIVOS FISCAIS					
SALDO EM 31/12/2015	9.753.953	4.916.199	-	-	-	(1.569.138)	(4.252.682)	8.848.332	15.882	8.864.214
Resultado atuarial com benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	(251.741)	-	(251.741)	-	(251.741)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	3.985.275	3.985.275	108	3.985.383
SALDO EM 31/12/2016	9.753.953	4.916.199	-	-	-	(1.820.879)	(267.407)	12.581.866	15.990	12.597.856
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	991	991
Resultado atuarial com benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	244.076	-	244.076	-	244.076
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	1.044.167	1.044.167	(118)	1.044.049
Destinação:										
Reserva legal	-	-	38.838	-	-	-	(38.838)	-	-	-
Dividendos mínimos - nota 40	-	-	-	-	-	-	(30.600)	(30.600)	-	(30.600)
Reserva especial de dividendos não distribuídos	-	-	-	546.258	-	-	(546.258)	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	161.064	-	(161.064)	-	-	-
SALDO EM 31/12/2017	9.753.953	4.916.199	38.838	546.258	161.064	(1.576.803)	-	13.839.509	16.863	13.856.372

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.221.537	6.969.351	1.225.512	6.974.580
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa:				
Depreciação e amortização	96.032	101.712	96.083	101.753
Variações monetárias líquidas	8.955	(34.824)	8.955	(34.824)
Equivalência patrimonial	65.489	(489.717)	27.167	(456.751)
Provisão para contingências	515.097	287.179	515.098	287.179
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	21.703	110.711	21.703	110.711
Provisão para perdas em investimentos	248.628	278.613	248.628	278.613
Benefícios pós-emprego – ajuste atuarial	117.468	131.221	117.468	131.221
Outras provisões operacionais	(30.738)	54.837	(30.738)	54.837
Atualização de cauções e depósitos vinculados	(16.600)	(39.892)	(16.600)	(39.892)
Atualização de títulos da dívida agrária (TDA)	(216)	(288)	(216)	(288)
Receita financeira – Ativo financeiro	(1.357.029)	(9.477.157)	(1.410.269)	(9.521.652)
Outras provisões - FID	58.522	-	58.522	-
Reversão contrato oneroso	(95.320)	32.895	(95.320)	32.895
Provisão para impairment	(780.112)	2.232.115	(763.290)	2.232.115
Participação nos lucros e resultados	103.426	-	103.426	-
Atualização de valores a ressarcir - Lei 12.783/2013	6.054	11.063	6.054	11.063
Encargos financeiros	269.663	200.688	280.196	200.688
Outras provisões - Lei nº 12.783/2013	(2.928)	60.854	(2.928)	60.854
Incentivo ao desligamento de pessoal	98.027	(36.441)	98.027	(36.441)
Outras	(7.999)	(14.131)	(7.999)	(14.131)
	539.659	378.789	479.479	372.530
Encargos financeiros pagos a acionistas e outras partes relacionadas	(105.695)	(29.306)	(105.695)	(29.306)
Encargos financeiros pagos a instituições financeiras e outras	(145.614)	(153.077)	(150.138)	(153.077)
Pagamentos à entidade de previdência privada	(229.909)	(120.161)	(229.909)	(120.161)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	(12.123)	(1.243)	(16.720)
Pagamento de participações nos lucros ou resultados	(75.502)	(45.278)	(75.502)	(45.278)
Depósitos vinculados a litígios	507.259	(59.256)	507.259	(59.256)
Variações nos Ativos e Passivos				
Cientes	(237.707)	(112.405)	(235.636)	(115.192)
Almoarifado	9.300	6.831	9.300	6.831
Tributos e contribuições sociais	30.670	93.287	31.769	96.107
Adiantamentos a empregados	(699)	19.524	(586)	19.359
Cauções e depósitos vinculados	(30.230)	(2.539)	(42.210)	(2.523)
Alienações em curso	(1.689)	9.374	(1.689)	9.374
Fachesf Saúde Mais	21.225	47.276	21.225	47.276
Fornecedores	109.615	(68.477)	110.217	(71.411)
Folha de pagamento	-	3.669	149	3.599
Obrigações estimadas	(21.545)	24.694	(22.044)	25.083
Encargos setoriais	92.573	38.001	92.864	38.281
Provisão para contingências	(56.184)	(108.324)	(56.184)	(108.324)
Valores a ressarcir - Lei nº 12.783/2013	(165.504)	-	(165.504)	-
Outros ativos e passivos operacionais	(14.684)	(5.555)	(22.274)	(9.120)
	(314.320)	(473.845)	(335.831)	(484.458)
Total das atividades operacionais	225.339	(95.056)	143.648	(111.928)
Atividades de investimentos				
Aplicações em Ativos Imobilizado e Intangível	(275.853)	(105.253)	(344.983)	(242.578)
Realização do Ativo financeiro - Concessões de serviço público	567.539	(358.487)	617.514	(320.831)
Investimentos em participações societárias permanentes	(422.595)	(243.662)	(361.330)	(243.662)
Dividendos recebidos	60.499	85.805	60.499	85.805
Aplicações em (resgates de) títulos e valores mobiliários	(27.079)	469.481	(27.079)	469.481
AFAC em controlada em conjunto	65.777	(182.564)	(60.228)	(182.564)
	(31.712)	(334.680)	(115.607)	(434.349)
Atividades de financiamentos				
Recursos recebidos de acionistas e partes relacionadas	-	-	991	-
Financiamentos e empréstimos obtidos	503.040	652.974	503.040	652.974
Pagamentos de financiamentos e empréstimos	(633.318)	(340.165)	(644.303)	(340.165)
Debêntures	-	-	153.094	-
	(130.278)	312.809	12.822	312.809
TOTAL DE EFETOS NO CAIXA	63.349	(116.927)	40.863	(233.468)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	36.969	153.896	140.399	373.867
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	100.318	36.969	181.262	140.399
VARIAÇÃO NO CAIXA	63.349	(116.927)	40.863	(233.468)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
 (valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Receitas				
Venda de energia elétrica, transmissão e outras	5.678.004	13.376.593	5.753.650	13.451.326
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(21.703)	(110.711)	(21.703)	(110.711)
Perdas – Clientes	511	(36.884)	511	(36.884)
	5.656.812	13.228.998	5.732.458	13.303.731
(-) Insumos adquiridos de terceiros				
Material	25.088	23.148	25.895	23.371
Combustíveis para a produção de energia	-	7.803	-	7.803
Serviço de terceiros	206.060	225.682	217.300	234.443
Energia elétrica comprada para revenda	309.414	332.098	311.103	342.197
Encargos de uso da rede de transmissão	634.616	673.051	634.616	673.051
Custo de construção	618.304	575.360	620.834	582.833
Provisão para impairment	(780.112)	2.232.115	(763.290)	2.232.115
Reversão contrato oneroso	(95.320)	32.895	(95.320)	32.895
Provisão para perdas em investimentos	248.628	278.613	248.628	278.613
Outros	690.654	498.254	692.939	496.784
	1.857.332	4.879.019	1.892.705	4.904.105
(=) Valor Adicionado Bruto	3.799.480	8.349.979	3.839.753	8.399.626
(-) Retenções				
Quotas de reintegração (Depreciação e Amortização)	96.032	101.712	96.083	101.753
(=) Valor Adicionado Líquido	3.703.448	8.248.267	3.743.670	8.297.873
(+) Valor adicionado transferido				
Resultado de equivalência patrimonial	(65.489)	489.717	(27.167)	456.751
Dividendos e juros sobre o capital próprio	324	272	324	272
Aluguéis	35	121	35	121
Receitas financeiras	184.802	271.380	195.764	282.487
	119.672	761.490	168.956	739.631
(=) Valor Adicionado a Distribuir	3.823.120	9.009.757	3.912.626	9.037.504
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal				
Salários/benefícios/FGTS	970.981	831.423	981.195	839.818
Incentivo ao desligamento de pessoal	216.990	1.066	216.990	1.066
Honorários da diretoria	3.428	3.404	4.346	2.641
Provisões para contingências trabalhistas/indenizações trabalhistas	28.843	24.207	28.843	24.207
	1.220.242	860.100	1.231.374	867.732
Governos:				
Encargos sociais vinculados à folha de pagamento	172.403	177.878	172.403	177.878
Tributos líquidos de incentivos fiscais	727.111	3.392.212	739.228	3.407.834
Encargos setoriais	250.644	293.787	253.415	296.090
	1.150.158	3.863.877	1.165.046	3.881.802
Terceiros:				
Encargos financeiros, variação monetária e outros:				
Eletrobras	133.296	42.219	133.296	42.219
Outros financiadores	249.638	224.385	312.375	225.338
Aluguéis	14.348	14.403	15.215	15.532
Doações, contrib. e subvenções	11.271	19.498	11.271	19.498
	408.553	300.505	472.157	302.587
Acionistas:				
Dividendos mínimos propostos	30.600	-	30.600	-
Participação de acionistas não controladores	-	-	(118)	108
Lucro do exercício	1.013.567	3.985.275	1.013.567	3.985.275
	1.044.167	3.985.275	1.044.049	3.985.383
	3.823.120	9.009.757	3.912.626	9.037.504
Valor adicionado médio por empregado	922	278	936	285

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016**

(valores expressos em milhares de reais, exceto os mencionados em contrário)

1 - INFORMAÇÕES GERAIS

A Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf, com sede na Rua Delmiro Gouveia, 333, Bairro de San Martin, CEP 50761-901, na cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, é uma sociedade de economia mista de capital aberto, controlada da Centrais Elétricas Brasileiras S.A.- Eletrobras, criada pelo Decreto-Lei nº 8.031/1945, com operações iniciadas em 15/03/1948. Tem como atividades principais a geração e a transmissão de energia elétrica, atuando em todo o território nacional.

As operações da Companhia contam na atividade de Geração de energia com 12 usinas hidrelétricas, 1 usina termelétrica e 2 usinas eólicas, perfazendo uma potência instalada de 10.670 MW (10.613 MW em 2016) e na atividade de transmissão de energia o sistema é composto por 128 (119 em 2016) subestações (considerando-se neste total a subestação Sapeaçu, localizada no Recôncavo Baiano, em relação à qual a Chesf tem contrato de cessão de uso) e 20.531,9 (20.313,3 em 2016) km de linhas de alta tensão.

A Companhia possui ainda, empreendimentos nos segmentos de geração e transmissão, de forma corporativa, em fase de construção, conforme nota 2.1.

Além do parque de geração e sistemas de transmissão próprios, antes mencionados, a Companhia participa, em sociedade com outras empresas, da construção e operação de usinas de geração hidráulica e de geração eólica com capacidades instaladas de 15.652,1 MW (15.644,1 MW, em 2016) e 918,7 MW (965,3 MW, em 2016), respectivamente, e de empreendimentos de transmissão compostos por 5.165,0 km de linhas de transmissão, conforme nota 2.2.

Com a Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, as concessões das usinas hidrelétricas, linhas de transmissão e subestações que tinham seus prazos vencendo no ano de 2015, foram prorrogadas por 30 anos a partir de janeiro/2013, mediante novas condições estabelecidas nos Termos Aditivos aos respectivos Contratos de Concessão com o Poder Concedente, conforme nota 2.3.

O Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, com funcionamento autorizado pela Resolução nº 351/1998, da Aneel, desde 01 de março de 1999, assumiu o controle e a operação do Sistema Interligado Nacional – SIN. Nesse contexto, as usinas e a rede básica de transmissão estão sob a coordenação operacional, supervisão e controle do referido órgão.

2 - DAS CONCESSÕES

2.1 - Chesf

A Companhia detém as seguintes concessões:

2.1.1 - Geração

- **Geração hidráulica**

Número do Contrato	USINAS	Rio	Potência Instalada (MW) (*)	Capacidade Utilizada em 2017 (MW médio/ano) (*)	Data da Concessão / Permissão	Data de Vencimento
Em Serviço:						
006/2004	Paulo Afonso I	São Francisco	180,001	-	03/10/1945	31/12/2042
006/2004	Paulo Afonso II	São Francisco	443,000	0,050	03/10/1945	31/12/2042
006/2004	Paulo Afonso III	São Francisco	794,200	0,100	03/10/1945	31/12/2042
006/2004	Paulo Afonso IV	São Francisco	2.462,400	596,350	03/10/1945	31/12/2042
006/2004	Apolônio Sales (Moxotó)	São Francisco	400,000	1,010	03/10/1945	31/12/2042
006/2004	Luiz Gonzaga (Itaparica)	São Francisco	1.479,600	269,650	03/10/1945	31/12/2042
006/2004	Xingó	São Francisco	3.162,000	617,120	03/10/1945	31/12/2042
006/2004	Funil	de Contas	30,000	4,630	25/08/1961	31/12/2042
006/2004	Pedra	de Contas	20,007	1,910	25/08/1961	31/12/2042
006/2004	Boa Esperança (Castelo Branco)	Parnaíba	237,300	113,300	11/10/1965	31/12/2042
006/2004	Sobradinho	São Francisco	1.050,300	129,850	10/02/1972	09/02/2052
006/2004	Curemas	Piarcó	3,520	-	26/11/1974	25/11/2024

(*) Informações não auditadas.

- **Geração térmica**

Número do Contrato	USINAS	Localidade	Potência Instalada (MW) (*)	Capacidade Utilizada em 2017 (MW médio/ano) (*)	Data da Concessão / Permissão	Data de Vencimento
Em Serviço:						
006/2004	Camaçari (operação suspensa)	Dias D'Ávila	346,803	-	11/08/1977	10/08/2027

(*) Informações não auditadas.

- **Geração eólica**

Número do Contrato	USINAS	Localidade	Potência Instalada (MW) (*)	Capacidade Utilizada em 2017 (MW médio/ano) (*)	Data da Concessão / Permissão	Data de Vencimento
Em Serviço:						
220/2014	Casa Nova II (***)	Casa Nova - BA	32,900	1,790	26/05/2014	26/05/2049
225/2014	Casa Nova III (***) - (operação em teste)	Casa Nova - BA	28,200	0,400	28/05/2014	28/05/2049
Em Construção						
-	Casa Nova (**)	Casa Nova - BA	180,000	-	01/01/2013	01/01/2043

(*) Informações não auditadas.

(**) Referente leilão 007/2010

(***) Referente leilão 010/2010

A capacidade utilizada corresponde à geração média, em MW, no exercício.

A potência instalada das usinas, que é sempre superior à sua produção, considera:

- a existência de períodos, tanto ao longo do dia, como no horizonte anual, em que ocorrem maior ou menor demanda de energia no sistema para o qual a usina, ou sistema de geração, está dimensionado;
- a existência de períodos também em que máquinas são retiradas da operação para a execução de manutenção, seja preventiva ou corretiva;
- que a produção das usinas hidráulicas depende ainda da disponibilidade hídrica do rio onde está localizada.

Em períodos de maior hidraulicidade pode ser possível elevar a geração, bem como pode haver a necessidade de sua redução durante os períodos de escassez d'água, como ocorre nos períodos de racionamento de energia elétrica.

Com a edição da Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, parte dessas usinas, objeto do contrato de concessão nº 006/2004 e das instalações de transmissão do contrato de concessão nº 061/2001, foram prorrogadas a partir dos aditivos a esses contratos, assinados em 05 de dezembro de 2012, em novas condições, conforme nota 2.3.

A Companhia apresentou à Aneel, pleito referente à redução dos encargos associados ao uso do sistema de transmissão (CUST) da UTE Camaçari, bem como a revogação da concessão da usina.

Em reunião pública ordinária realizada em 03/02/2015, a diretoria da ANEEL procedeu à avaliação do pleito da Companhia, conforme Despacho nº 247, de 03 de Fevereiro de 2015, com as seguintes decisões tomadas:

- i) determinar o aditamento do Contrato de Uso do sistema de Transmissão – CUST nº 095/2012 para redução do Montante de Uso do Sistema de Transmissão – MUST de 346,598 MW para 70 MW a partir de 16 de dezembro de 2014, com valor a ser ressarcido à CHESF de R\$ 1.266 mil, referente ao mês de janeiro de 2015, a ser considerado como crédito na Apuração Mensal dos Serviços e Encargos - AMSE realizado pelo ONS na apuração subsequente a essa decisão;
- ii) os encargos de uso referente à unidade geradora nº 3 – UG3, em operação são devidos até a data de extinção da concessão da UTE Camaçari, quando deverão ser encerrados o CUST e o CCT associado à central de geração e liquidados eventuais encargos de uso do sistema de transmissão remanescentes; e
- iii) encaminhar ao Ministério de Minas e Energia, com pronunciamento favorável, o pedido de extinção da concessão da Usina Termelétrica Camaçari, outorgada por meio da Portaria DNAEE nº 1.068, de 10 de agosto de 1977, c/c a Portaria nº 88, de 11 de março de 2010, localizada no município de Dias D'Ávila, estado da Bahia.

Em 01/08/2016, a Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração – SFG da Aneel decidiu pela suspensão da operação comercial da última unidade geradora da UT Camaçari, UG3, recomendando à Diretoria Colegiada da Aneel autorizar a redução de 70 MW para 0MW dos encargos associados ao uso do sistema de transmissão (CUST).

2.1.2 – Transmissão

 • **Linhas de transmissão**

Número do Contrato	Empreendimento	Estado da Federação	Extensão (km) (*)	Data da Concessão	Data de Vencimento
Em serviço:					
061/2001	Diversos Empreendimentos	PE, CE, SE, BA, AL, PI, MA, PB, RN	18.911,7	29/06/2001	31/12/2042
007/2005	LT Milagres - Tauá - 230 kv, C1	CE	208,1	04/03/2005	03/03/2035
008/2005	LT Milagres - Coremas - 230 kv, C2	CE, PB	119,8	04/03/2005	03/03/2035
010/2007	LT Ibicoara - Brumado - 230 kv, C1	BA	94,5	14/06/2007	14/06/2037
012/2007	LT Paraíso - Açú II - 230 kv, C2	PI, CE, RN	132,8	14/06/2007	14/06/2037
012/2007	LT Picos - Tauá II - 230 kv, C1	PI, CE	183,2	14/06/2007	14/06/2037
005/2008	LT Jardim - Penedo - 230 kv, C1	SE, AL	110,0	17/03/2008	17/03/2038
006/2009	LT Pirapama II - Suape II - 230 kv, C1, C2	PE	41,8	28/01/2009	28/01/2039
006/2009	LT Suape III - Suape II - 230 kv, C1, C2	PE	7,2	28/01/2009	28/01/2039
017/2009	LT Paulo Afonso III - Zebu II - 230 kv, C1, C2	PE, PB, AL, RN	10,8	03/08/2009	03/08/2039
019/2010	LT C. Mirim II - João Camara II - 230 kv, C1	RN	74,5	23/11/2010	23/11/2040
019/2010	LT Extremoz II - C. Mirim - 230 kv, C1	RN	31,4	23/11/2010	23/11/2040
020/2010	LT Bom Jesus da Lapa II - Igaporã II - 230 kv	BA	115,0	23/11/2010	23/11/2040
019/2012	LT Igaporã II - Igaporã III - 230 KV, C1, C2	BA	10,8	01/06/2012	01/06/2042
019/2012	LT Igaporã III - Pindaí II - 230 kv	BA	49,5	01/06/2012	01/06/2042
021/2010	LT Sobral III - Acaraú II, - 230 kv	CE	91,3	23/11/2010	23/11/2040
010/2011	LT Paraíso - Lagoa Nova II - 230 kv;	RN/CE	65,4	13/10/2011	13/10/2041
018/2012	LT Ceará-Mirim II - Touros II - 230 kv	RN	61,5	01/06/2012	01/06/2042
018/2012	LT Mossoró II - Mossoró IV - 230 kv	RN	36,1	01/06/2012	01/06/2042
225/2014	LT Casa Nova II - Sobradinho - C1	BA	67,1	28/05/2014	28/05/2049
009/2011	LT Morro do Chapéu II - Irecê - 230 kv	BA	63,8	13/10/2011	13/10/2041
017/2011	LT Teresina II - Teresina III - 230 kv, C1/C2	PI	45,6	09/12/2011	09/12/2041
			20.531,9		
Em construção:					
005/2007	LT Funil - Itapebi, C3	BA	223,0	20/04/2007	20/04/2037
014/2008	LT 230 kv Eunápolis - Teixeira de Freitas II, C1	BA	145,0	16/10/2008	16/10/2038
017/2009	LT Pau Ferro - Santa Rita II - 230kv	PE, PB, AL, RN	96,7	03/08/2009	03/08/2039
018/2009	LT Eunápolis - Teixeira de Freitas II - 230 kv, C2	BA	152,0	03/08/2009	03/08/2039
019/2010	LT Paraíso - Açú II - 230 kv, C3	RN	123,0	23/11/2010	23/11/2040
019/2010	LT Açú II - Mossoró II - 230 kv, C2	RN	69,0	23/11/2010	23/11/2040
018/2011	LT Recife II - Suape II - 500 kv - C2	PE	44,0	09/12/2011	09/12/2041
019/2011	LT Camaçari IV - Sapeaçu - 500 kv	BA	105,0	09/12/2011	09/12/2041
019/2011	LT Sapeaçu - Sto. Antonio de Jesus - 230 kv	BA	31,0	09/12/2011	09/12/2041
005/2012	LT Jardim - Nossa Senhora do Socorro - 230 kv	SE/AL/BA	1,3	10/05/2012	10/05/2042
005/2012	LT Messias - Maceió II - 230 kv	SE/AL/BA	20,0	10/05/2012	10/05/2042
015/2012	LT Camaçari IV - Prajá - 230 kv	BA	45,0	10/05/2012	10/05/2042
015/2012	LT Pítuaçu - Prajá - 230 kv	BA	5,0	10/05/2012	10/05/2042
018/2012	LT Russas II - Banabuiu C2- 230 kv	RN	110,0	01/06/2012	01/06/2042
			1.170,0		

(*) Informações não auditadas.

• Subestações

Número do Contrato	Empreendimento	Estado da Federação	Quantidade (*)	Data da Concessão	Data de Vencimento
Em serviço:					
061/2001	Diversos Empreendimentos	PE, CE, SE, BA, AL, PI, MA, PB, RN	87,0	29/06/2001	31/12/2042
006/2004	SE Elev. Usina Apolônio Sales	BA	1,0	12/11/2004	31/12/2042
006/2004	SE Elev. Usina Luiz Gonzaga	BA	1,0	12/11/2004	31/12/2042
006/2004	SE Elev. Usina PAF I	BA	1,0	12/11/2004	31/12/2042
006/2004	SE Elev. Usina PAF II	BA	1,0	12/11/2004	31/12/2042
006/2004	SE Elev. Usina PAF III	BA	1,0	12/11/2004	31/12/2042
006/2004	SE Elev. Usina PAF IV	BA	1,0	12/11/2004	31/12/2042
006/2004	SE Elev. Usina Xingó	BA	1,0	12/11/2004	31/12/2042
006/2004	SE Elev. Usina Boa Esperança	BA	1,0	12/11/2004	31/12/2042
006/2004	SE Elev. Usina Funil	BA	1,0	12/11/2004	31/12/2042
006/2004	SE Elev. Usina Pedra	BA	1,0	12/11/2004	31/12/2042
006/2004	SE Elev. Usina de Curemas	PB	1,0	12/11/2004	25/11/2024
006/2004	SE Elev. Usina Term. Camaçari	BA	1,0	12/11/2004	12/08/2027
006/2004	SE Elev. Usina de Sobradinho	BA	1,0	12/11/2004	10/02/2052
225/2014	SE Elev. Casa Nova II e III	BA	1,0	28/05/2014	28/05/2049
007/2005	SE Tauá II - 230 kV	CE	1,0	04/03/2005	03/03/2035
010/2007	SE Ibicoara - 500/230 kV	BA	1,0	01/06/2007	01/06/2037
006/2009	SE Suape II - 500/230 kV; SE Suape III - 230/69 kV	PE	2,0	28/01/2009	28/01/2039
017/2009	SE Santa Rita II - 230/69kV; SE Zebu - 230/69kV; SE Natal III -	PE, PB, AL, RN	3,0	03/08/2009	03/08/2039
007/2010	SE Camaçari IV - 500/230 kV	BA	1,0	12/07/2010	12/07/2040
013/2010	SE Arapiraca III - 230/69 kv	AL	1,0	06/10/2010	06/10/2040
019/2010	SE Extremoz II - 230 kv	RN	1,0	23/11/2010	23/11/2040
019/2010	SE João Câmara - 230 kv	RN	1,0	23/11/2010	23/11/2040
020/2010	SE Igaporã - 230 kv	BA	1,0	23/11/2010	23/11/2040
021/2010	SE Acaraú II - 230 kv	CE	1,0	23/11/2010	23/11/2040
010/2007	SE Brumado II	BA	1,0	01/06/2007	01/06/2037
020/2010	SE Bom Jesus da Lapa II	BA	1,0	23/11/2010	23/11/2040
010/2011	SE Lagoa Nova II 230 kV	RN/CE	1,0	13/10/2011	13/10/2041
019/2012	SE Igaporã III 500/230 KV; SE Pindaí II 230 KV	BA	2,0	01/06/2012	01/06/2042
014/2010	SE Pólo 230/69 kV	BA	1,0	06/10/2010	06/10/2040
010/2011	SE Ibiapina II 230 kV	CE	1,0	13/10/2011	13/10/2041
017/2012	SE Mirueira II 230/69 Kv	PE	1,0	01/06/2012	01/06/2042
018/2012	SE Touros II, 230 kV; SE Mossoró IV, 230 kV.	RN	2,0	01/06/2012	01/06/2042
009/2011	SE Morro do Chapéu II 230 kV	BA	1,0	13/10/2011	13/10/2041
017/2011	SE Teresina III em 230/69 kV	PI	1,0	09/12/2011	09/12/2041
	SE Tabocas do Brejo Velho	BA	1,0		
225/2014	SE Casa Nova II	BA	1,0	28/05/2014	28/05/2049
			128,0		
Em construção:					
014/2008	SE Teixeira de Freitas II - 230/138 kv	BA	1,0	16/10/2008	16/10/2038
005/2012	SE Nossa Senhora do Socorro 230/69 kV; SE Maceió II, 230/69 kV; SE Poçoões II 230/138kV	SE/AL/BA	3,0	10/05/2012	10/05/2042
015/2012	SE Pirajá 230/69 KV	BA	1,0	10/05/2012	10/05/2042
017/2012	SE Jaboatão II 230/69 kV	PE	1,0	01/06/2012	01/06/2042
			6,0		

(*) Informações não auditadas.

2.2 – Controladas, controladas em conjunto e Coligada

A Companhia detém ainda, por intermédio de suas controladas, controladas em conjunto e coligada, as seguintes concessões:

2.2.1 - Geração

- **Geração Hidráulica**

Número do Contrato	Usinas	Empresa	Participação da Companhia	Rio	Capacidade em MW (*)	Ano da Concessão	Ano de Vencimento
Em serviço:							
001/2010	UHE Belo Monte (**)	Norte Energia S.A.	15,00%	Xingu	11.233,100	2010	2045
002/2007	UHE Dardanelos	Energética Águas da Pedra S.A.	24,50%	Aripuanã	261,000	2007	2042
002/2008	UHE Jirau	ESBR Participações S.A.	20,00%	Madeira	3.750,000	2008	2043
Em construção:							
001/2014	UHE Sinop	Companhia Energética SINOP S.A.	24,50%	Teles Pires	408,000	2014	2049

(*) Informações não auditadas.

(**) Até 31/12/2017 o empreendimento totalizou 13 unidades geradoras em operação comercial, do total de 24, com capacidade de 4,5 mil MW.

• Geração Eólica

Número da Portaria	Usinas	Empresa	Participação da Companhia	Localidade	Capacidade em MW (*)	Ano da Autorização	Ano de Vencimento
Em serviço:							
123/2011	UEE Pedra Branca	Pedra Branca S.A.	49,00%	Pedra Branca(BA)	30,00	2011	2046
131/2011	UEE Sete Gameleiras	Sete Gameleiras S.A.	49,00%	Sete Gameleiras (BA)	30,00	2011	2046
132/2011	UEE São Pedro do Lago	São Pedro do Lago S.A.	49,00%	São Pedro do Lago (BA)	30,00	2011	2046
052/2014	UEE Baraúnas I	Baraúnas I	49,00%	Sento Sé (BA)	32,90	2014	2049
053/2014	UEE Morro Branco I	Morro Branco I	49,00%	Sento Sé (BA)	32,90	2014	2049
067/2014	UEE Mussambê	Mussambê	49,00%	Sento Sé (BA)	32,90	2014	2049
102/2014	UEE Santa Joana XI	Chapada do Piauí I Holding S.A.	49,00%	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões (PI)	29,60	2014	2049
105/2014	UEE Santa Joana XVI	Chapada do Piauí I Holding S.A.	49,00%	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões (PI)	28,90	2014	2049
106/2014	UEE Santa Joana X	Chapada do Piauí I Holding S.A.	49,00%	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões (PI)	29,60	2014	2049
107/2014	UEE Santa Joana XIII	Chapada do Piauí I Holding S.A.	49,00%	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões (PI)	29,60	2014	2049
119/2014	UEE Santa Joana XII	Chapada do Piauí I Holding S.A.	49,00%	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões (PI)	28,90	2014	2049
121/2014	UEE Santa Joana XV	Chapada do Piauí I Holding S.A.	49,00%	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões (PI)	28,90	2014	2049
122/2014	UEE Santa Joana IX	Chapada do Piauí I Holding S.A.	49,00%	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões (PI)	29,60	2014	2049
234/2014	UEE Serra das Vacas I	Serra das Vacas Holding S.A.	49,00%	Saloá (PE)	23,92	2014	2049
240/2014	UEE Serra das Vacas II	Serra das Vacas Holding S.A.	49,00%	Saloá (PE)	22,30	2014	2049
251/2014	UEE Serra das Vacas III	Serra das Vacas Holding S.A.	49,00%	Saloá (PE)	22,24	2014	2049
263/2014	UEE Serra das Vacas IV	Serra das Vacas Holding S.A.	49,00%	Saloá (PE)	22,30	2014	2049
388/2012	UEE Caiçara I	Vamcruz I Participações S.A.	49,00%	Serra do Mel (RN)	27,00	2012	2047
399/2012	UEE Junco I	Vamcruz I Participações S.A.	49,00%	Serra do Mel (RN)	24,00	2012	2047
417/2012	UEE Junco II	Vamcruz I Participações S.A.	49,00%	Serra do Mel (RN)	24,00	2012	2047
418/2012	UEE Caiçara II	Vamcruz I Participações S.A.	49,00%	Serra do Mel (RN)	18,00	2012	2047
221/2014	UEE Santa Joana IV	Chapada do Piauí II Holding S.A.	49,00%	e Simões (PI)	27,20	2014	2049
238/2014	UEE Santa Joana V	Chapada do Piauí II Holding S.A.	49,00%	e Simões (PI)	28,90	2014	2049
271/2014	UEE Santa Joana III	Chapada do Piauí II Holding S.A.	49,00%	e Simões (PI)	29,60	2014	2049
272/2014	UEE Santa Joana I	Chapada do Piauí II Holding S.A.	49,00%	e Simões (PI)	28,90	2014	2049
274/2014	UEE Santo Augusto IV	Chapada do Piauí II Holding S.A.	49,00%	e Simões (PI)	28,90	2014	2049
275/2014	UEE Santa Joana VII	Chapada do Piauí II Holding S.A.	49,00%	e Simões (PI)	28,90	2014	2049
287/2014	UEE Banda de Couro	Banda de Couro S.A.	49,00%	Sento Sé (BA)	32,90	2014	2049
354/2014	UEE Baraúnas II	Baraúnas II S.A.	49,00%	Sento Sé (BA)	25,85	2014	2049
Em construção:							
150/2014	UEE Acauã	Acauã Energia S.A.	99,93%	Pindaí (BA)	6,00	2014	2049
151/2014	UEE Arapapá	Arapapá Energia S.A.	99,90%	Pindaí (BA)	4,00	2014	2049
152/2014	UEE Angical 2	Angical 2 Energia S.A.	99,96%	Pindaí (BA)	10,00	2014	2049
153/2014	UEE Teiú 2	Teiú 2 Energia S.A.	99,95%	Pindaí (BA)	8,00	2014	2049
154/2014	UEE Caititú 2	Caititú 2 Energia S.A.	99,96%	Pindaí (BA)	10,00	2014	2049
174/2014	UEE Carcará	Carcará Energia S.A.	99,96%	Pindaí (BA)	10,00	2014	2049
176/2014	UEE Corrupião 3	Corrupião 3 Energia S.A.	99,96%	Pindaí (BA)	10,00	2014	2049
177/2014	UEE Caititú 3	Caititú 3 Energia S.A.	99,96%	Pindaí (BA)	10,00	2014	2049
213/2014	UEE Papagaio	Papagaio Energia S.A.	99,96%	Pindaí (BA)	10,00	2014	2049
219/2014	UEE Coqueirinho 2	Coqueirinho 2 Energia S.A.	99,98%	Pindaí (BA)	16,00	2014	2049
286/2014	UEE Tamandú Mirim 2	Tamandú Mirim 2 Energia S.A.	83,01%	Pindaí (BA)	16,00	2014	2049

(*) Informações não auditadas.

2.2.2 – Transmissão

• Linhas de transmissão

Número do Contrato	Empreendimento	Empresa	Participação da Companhia	Estado da Federação	Extensão (km) (*)	Ano da Concessão	Ano de Vencimento
Em serviço:							
005/2004	LT Teresina II - Sobral III / Teresina II - Fortaleza II / Sobral III - Fortaleza II, em 500 KV	STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	49,00%	PI, CE	546,0	2004	2034
002/2006	LT Colinas - Miracema - Gurupi - Peixe Nova - Serra da Mesa II, em 500 KV	INTESA - Integração Transmissora de Energia S.A.	12,00%	TO, GO	695,0	2006	2036
010/2008	LT Oriximiná - Silves - Lechunga (AM), em 500 kV	Manaus Transmissora de Energia S.A.	19,50%	PA, AM	559,0	2008	2038
015/2009	LT Coletora Porto Velho / Araraquara II, em 600 KV	Interligação Elétrica do Madeira S.A.	24,50%	RO, SP	2.375,0	2009	2039
022/2011	LT Luis Gonzaga - Garanhuns II, em 500 KV	Interligação Elétrica Garanhuns S.A	49,00%	AL/PE/PB	224,0	2011	2041
022/2011	LT Garanhuns II - Campina Grande III, em 500 KV	Interligação Elétrica Garanhuns S.A	49,00%	AL/PE/PB	190,0	2011	2041
022/2011	LT Garanhuns II - Pau Ferro, em 500 KV	Interligação Elétrica Garanhuns S.A	49,00%	AL/PE/PB	239,0	2011	2041
022/2011	LT Garanhuns II - Angelim I	Interligação Elétrica Garanhuns S.A	49,00%	AL/PE/PB	13,0	2011	2041
008/2011	LT Ceará-Mirim - João Câmara II, em 500 KV	Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	100,00%	RN/PB	64,0	2011	2041
008/2011	LT Ceará-Mirim - Extremoz II, em 230 KV	Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	100,00%	RN/PB	19,0	2011	2041
008/2011	LT Ceará-Mirim - Campina Grande III, em 500 KV	Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	100,00%	RN/PB	192,0	2011	2041
008/2011	LT Campina Grande III - Campina Grande II, em 230 KV	Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	100,00%	RN/PB	10,0	2011	2041
					5.126,0		
Em construção:							
004/2010	LT São Luiz II - São Luiz III, em 230 KV	TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	49,00%	MA/CE	39,0	2010	2040
					39,0		

(*) Informações não auditadas.

• **Subestações**

Número do Contrato	Empreendimento	Empresa	Participação da Companhia	Estado da Federação	Quantidade (*)	Ano da Concessão	Ano de Vencimento
Em serviço: 015/2009	Estação Retificadora nº 02 CA/CC em 500/600 kV; Estação Inversora nº 02 CC/CA em 600/500 kV	Interligação Elétrica do Madeira S.A.	24,50%	RO/SP	2,0	2009	2039
004/2010	SE Pecém II, em 500/230 kV; SE Aquiraz II, em 230/69 kV	TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	49,00%	MA/CE	2,0	2010	2040
008/2011	SE João Câmara II, em 500/138 kV; SE Ceará-Mirim II, em 500/230 kV.	Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	100,00%	RN/PB	2,0	2011	2041
008/2011	SE Campina Grande III, em 500/230 kV	Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	100,00%	RN/PB	1,0	2011	2041
002/2006	SE Peixe 2 500 kV; SE Serra da Mesa 2	INTESA - Integração Transmissora de Energia S.A.	12,00%	TO/GO	2,0	2006	2036
010/2008	SE Silves (ex-Itacoatiara) 500/138 kV; SE Lechuga (ex-Cariri) 500/230 kV	Manaus Transmissora de Energia S.A.	19,50%	AM	2,0	2008	2038
022/2011	SE Garanhuns, em 500/230 kV; SE Pau Ferro, em 500/230 kV	Interligação Elétrica Garanhuns S.A	49,00%	AL/PE/PB	2,0	2011	2041
					13,0		

(*) Informações não auditadas.

2.3 - Prorrogação das concessões de serviço público de energia elétrica

Em 11 de janeiro de 2013, o Governo Federal emitiu a Lei nº 12.783/2013, regulamentada pelo Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências.

Por meio da aludida Lei, as concessões de energia elétrica, tratadas nos artigos 17, §5º, 19 e 22 da Lei nº 9.074, de 07 de julho de 1995, cujos prazos de vencimento ocorreriam a partir de 2015, foram prorrogadas por mais 30 anos, conforme condições estabelecidas na referida Lei e nos respectivos aditivos aos Contratos de Concessão.

Destacam-se entre as mudanças no modelo de negócios, a alteração do regime de preço para tarifa calculada com base nos custos de operação e manutenção, acrescidos de remuneração, com revisões periódicas e alocação das cotas de garantia físicas de energia e de potência das usinas hidrelétricas às concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional – SIN. E para a transmissão a tarifa (nova Receita Anual Permitida – RAP) foi definida para cobrir os custos de operação e manutenção, acrescida de remuneração.

A Resolução Normativa Aneel nº 596, de 19 de dezembro de 2013, em complemento ao art. 2º do Decreto nº 7.850, de 30 de novembro de 2012, estabelece critérios e procedimentos para cálculo da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis de aproveitamentos hidrelétricos, realizados até 31/12/2012 e ainda não amortizados ou depreciados. A concessionária manifestou interesse, em 27/12/2013 no recebimento do valor referente aos investimentos posteriores ao Projeto Básico, e em 11/12/2014, apresentou à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, documentação comprobatória para requerimento dos valores dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, dos ativos de geração de energia elétrica, dos Aproveitamentos Hidrelétricos, previsto nos termos da Lei nº 12.783, de 11/01/2013. O valor requerido à Aneel é de R\$ 4.802,3 milhões, em valores de dezembro de 2012, correspondente aos seguintes Aproveitamentos Hidrelétricos: Xingó, Paulo Afonso I, II, III e IV, Apolônio Sales (Moxotó), Luiz Gonzaga (Itaparica), Boa Esperança, Pedra e Funil, com potência total instalada de 9.208,5 MW. O valor e a forma de recebimento serão homologados pela Aneel.

Em 10/12/2013, a Aneel publicou a Resolução Normativa nº 589, que define os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição - VNR, para fins de indenização das instalações de transmissão das concessionárias que optaram pela prorrogação prevista na Lei nº 12.783/2013. Essa resolução estabelece que a concessionária deverá contratar uma empresa credenciada junto à Aneel para elaborar um laudo de avaliação, que deverá contemplar o Valor Novo de Reposição-VNR dos ativos que compõem as instalações existentes em 31 de maio de 2000 e ainda não depreciados até 31/12/2012. Em 06/03/2015, a Chesf apresentou à Aneel, documentação comprobatória para requerimento desse valor complementar, elaborada por empresa credenciada junto à Aneel, para fins do processo de apuração dos valores referentes as instalações da denominada Rede Básica do Sistema Existente – RBSE e

Demais Instalações de Transmissão – RPC, conforme a Lei nº 12.783/2013.

Em 20/04/2016, o Ministério de Minas e Energia, por meio da Portaria nº 120/2016, determinou que os valores homologados pela ANEEL relativos aos ativos previstos no artigo 15, § 2º, da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 (denominados Rede Básica Sistemas Existentes – RBSE), passem a compor a Base de Remuneração Regulatória das concessionárias de transmissão de energia elétrica a partir do processo tarifário de 2017. A portaria também estabelece que o custo de capital incorrido pelas empresas possa ser incluído nos referidos valores.

São abrangidos pela portaria os ativos reversíveis que não estavam depreciados até 31 de dezembro de 2012, quando essas empresas tiveram antecipados os vencimentos de contratos de concessão, nos termos da Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013.

Esses ativos, não depreciados e nem incorporados na base para remuneração regulatória no período de Janeiro/2013 a Junho/2017, serão atualizados pelo IPCA e serão remunerados pelo custo do capital próprio, real, (composto por parcelas de remuneração e depreciação, acrescidos dos devidos tributos) do segmento de transmissão, serão incluídos na base de remuneração regulatória de 2017, atualizados pelo IPCA e remunerados pelo Custo Ponderado Médio do Capital a partir do referido processo, pelo prazo de oito anos.

Em 03/08/2016, a Diretoria da Aneel homologou, mediante o Despacho nº 2.076/2016, o Relatório de Fiscalização-RF nº 0084/2016, da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira-SFF, que apresentou o seu posicionamento acerca dos valores que passam a compor a base de remuneração regulatória prevista no artigo 15, parágrafo 2º, da Lei nº 12.783/2016, a que a Chesf tem direito, fixando-o em R\$ 5.092,4 milhões, data-base de 31/12/2012. O valor requerido à Aneel, pela Companhia, foi de R\$ 5.627,2 milhões, em valores de dezembro de 2012. A Companhia mantinha em seus registros, o montante de R\$ 1.187,0 milhões para esses ativos.

Foi aberta em outubro/2016, pela Aneel, audiência pública para acolhimento de sugestões de aprimoramento nos procedimentos de registros da nova Base de Remuneração Regulatória da transmissão, no entanto, a homologação do referido laudo e principalmente a regulamentação estabelecida na portaria nº 120/2016, trouxeram condições necessárias para o reconhecimento contábil do laudo.

A partir do ciclo iniciado em julho deste ano a Companhia começou a receber via RAP os valores homologados pela Aneel.

O fornecimento de energia pela Chesf para consumidores industriais no Nordeste teve início no ano de 1970. Em 2004, com a publicação da Lei nº 10.848, de 15/03/2004, e do Decreto nº 5.163, de 30/07/2004, os contratos foram adequados ao novo modelo setorial e desdobrados em três instrumentos: conexão ao sistema de transmissão, uso do sistema de transmissão e compra e venda de energia de elétrica. Esses instrumentos foram firmados com as seguintes empresas, listadas por estado: Bahia (Braskem UNIB, Braskem UCS/MVC/PVC, Brasil Kirin, Dow Brasil, Ferbasa, Gerdau BA, Mineração Caraíba, Novelis, Paranapanema, Vale Manganês), Pernambuco (Gerdau PE), Alagoas (Braskem UCS) e Ceará (Libra), com vigência até 31/12/2010, conforme o Art. 25 da Lei nº 10.848 e o Art. 54 do Decreto nº 5.163. Em novembro de 2010, a Chesf aditou, com exceção da Novelis que fechou sua planta, os Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica – CCVE com vigência até 30/06/2015, com base no Artigo 22 da Lei nº 11.943, de 28/05/2009, regulamentada pelo do Decreto nº 7.129/2010.

Em 22 de junho de 2015 foi publicada a Medida Provisória MP nº 677, convertida na Lei nº 13.182, de 3 de novembro de 2015, com a seguinte concepção: **a)** prorrogação da concessão da UHE Sobradinho até fevereiro de 2052; **b)** prorrogação dos contratos com os Consumidores Industriais até fevereiro de 2037, com redução gradual dos montantes de energia nos últimos 6 anos; e **c)** criação do Fundo de Energia do Nordeste – FEN a partir de recursos da diferença entre o preço de contrato dos Consumidores Industriais e a Receita Anual de Geração - RAG.

Com a publicação da MP nº 677/2015, a Chesf analisou as condições estabelecidas na referida MP, sob as óticas técnica, comercial, econômico-financeira e jurídica, sendo essa análise objeto da Nota Técnica “Avaliação da Prorrogação dos Contratos dos Consumidores Industriais com base na MP nº 677/2015”, de julho/2015, e do Parecer Jurídico “Regime Jurídico e Riscos Envolvidos na Prorrogação de Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica sob a Égide da MP nº 677/15”, emitido pelo Professor Dr. Alexandre Santos de Aragão, de 28/07/2015, ratificado pelo Despacho Chesf n.º DJU- 3.2015.001, de 28/07/2015. A referida Nota Técnica concluiu pela vantajosidade da formalização da prorrogação através de Aditivos aos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica com os Consumidores Industriais.

O Conselho de Administração ao tomar conhecimento da matéria, pela relevância, decidiu encaminhar o assunto à Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada em 21/08/2015, que: i) referendou o requerimento feito à Aneel pela Chesf, por meio da CE-PR-168/2015, de 10 de julho de 2015, para prorrogação do prazo da concessão da Usina Hidrelétrica de Sobradinho, por mais 30 (trinta) anos, contados a partir de fevereiro de 2022, nas condições estabelecidas na Medida Provisória nº 677, de 22 de junho de 2015; e ii) autorizou a celebração dos

Aditivos aos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica, nos termos da Medida Provisória nº 677, de 22 de junho 2015.

Com base na portaria acima referida a Companhia elaborou sua melhor estimativa apresentando os valores atualizados, em 31/12/2017, conforme quadro abaixo:

Transmissão	
Rede básica - RBSE - Saldo histórico	1.187.029
Atualização VNR	3.905.355
Valor Homologado pela ANEEL	5.092.384
Atualização IPCA e Remuneração	6.751.198
Recebimento	(975.039)
Valor total do ativo Financeiro atualizado	10.868.543
Efeito Resultado	
Receita operacional	1.278.835
Imposto de Renda e Contribuição Social	(434.804)
Efeito líquido	844.031

3 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1. Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica da Aneel, quando esta não estiver conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes em 31/12/2017, bem como com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem das Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, uma vez que estas normas passaram a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações individuais. Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

A administração da Companhia, em reunião realizada em 19 de março de 2018, autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras.

A administração da Companhia declara que todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

3.2. Base de elaboração e mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Em decorrência de ajustes perante o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, alguns saldos contábeis referentes as Demonstrações Financeiras de 2016, originalmente emitidas em 23 de março de 2017, estão sendo reclassificados para permitir melhor comparabilidade entre os períodos analisados.

	Nota	2017	2016		
			Reclassificado	Ajuste	Publicado
Demonstração do resultado					
Deduções da receita operacional	34	(11.719)	(14.336)	(14.336)	-
Taxa de fiscalização da Aneel		(11.719)	(14.336)	(14.336)	-
Custos e despesas operacionais	36	(984.610)	(1.056.846)	14.336	(1.071.182)
Energia elétrica comprada para revenda		(309.414)	(305.040)	27.058	(332.098)
Encargos de uso da rede de transmissão		(634.616)	(611.915)	61.136	(673.051)
Taxa de fiscalização da Aneel		-	-	14.336	(14.336)
Outros		(40.580)	(139.891)	(88.194)	(51.697)

3.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda corrente e legal do País, o Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A Companhia, suas controladas, controladas em conjunto e coligada aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

4.1. Investimentos em controladas em conjunto

Nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia as informações financeiras referentes às empresas controladas em conjunto são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

A Companhia, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 18(R2) (*IAS 28*), em seus itens 24 e 25, utiliza para a determinação do valor da equivalência patrimonial de seus investimentos em controladas em conjunto, o valor do patrimônio líquido das investidas com base nas demonstrações financeiras levantadas na mesma data das demonstrações financeiras da investidora. Ocorrendo a indisponibilidade de demonstrações financeiras por parte da investida em data coincidente à da Investidora há a utilização de demonstrações com defasagem de 30 dias, acompanhadas de ajustes pertinentes quando da ocorrência de efeitos de eventos e transações relevantes entre as datas das demonstrações não coincidentes.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas em conjunto são ajustadas para adequar suas políticas contábeis às estabelecidas pela Companhia.

4.2. Investimentos em coligadas

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa, mas que não se configura como uma controlada nem como uma participação em um empreendimento sob controle comum (*joint venture*). Influência significativa é o poder de participar das decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Os resultados ativos e passivos das coligadas são incorporados às demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial, pelo qual os investimentos são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da coligada.

4.3. Investimentos em controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as participações em entidades controladas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

4.4. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber decorrente do curso normal das atividades da Companhia, excluídos descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) o seu valor pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos fluirão para a Companhia; e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades.

Compreendem ainda as seguintes:

Receita financeira decorrente da remuneração do ativo financeiro até o final do período da concessão auferida de

modo *pro rata* e que leva em consideração a taxa de retorno do projeto.

Receita para cobertura dos gastos de operação e manutenção dos ativos da transmissão com base no custo incorrido.

Receita de construção para as expansões, reforços e melhorias da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica não apurando margem na construção.

4.5. Subvenções governamentais

As subvenções governamentais decorrentes de incentivos fiscais são registradas no resultado do período, como redução do imposto apurado, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 07(R1) (IAS 20). A parcela do lucro decorrente desses incentivos fiscais é objeto de destinação à Reserva de Lucro denominada Reserva de Incentivos Fiscais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/1976, a qual somente é utilizada para aumento do capital social ou eventual absorção de prejuízos.

4.6. Tributação

O imposto de renda e contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. Para os contratos com incentivo fiscal a alíquota do imposto de renda de 25%, sofre redução de 75%, calculado sobre o lucro da exploração dos empreendimentos incentivados.

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em *outros resultados abrangentes* ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em *outros resultados abrangentes* ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

4.6.1. Tributos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada investida com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

4.6.2. Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (tributos diferidos) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido aprovada. A mensuração dos tributos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos no final de cada exercício.

4.7. Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). Inclui principalmente os ativos de geração, que não foram objetos de renovação das concessões dispostos na Medida Provisória nº 579/2012, e ativos administrativos.

Os gastos de natureza ambiental com ações e programas realizados até a liberação da primeira licença de operação são registrados no Imobilizado, e os gastos realizados a partir de então passam a ser registrados no resultado do exercício.

Os custos de financiamentos e empréstimos também são acrescentados ao custo total dos ativos adquiridos ou construídos, até a data em que tais ativos estiverem prontos para o uso.

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel as quais são revisadas periodicamente e aceitas pelo mercado como uma estimativa adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado.

4.8. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vidas úteis definidas, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos.

Os *softwares* corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados, amortizados durante sua vida útil estimável.

Os gastos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e são identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o projeto para que ele esteja disponível para uso;
- A administração pretende concluir o projeto e usá-lo ou vendê-lo;
- O projeto pode ser vendido ou usado;
- Pode-se demonstrar que é provável que o projeto gerará benefícios econômicos;
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o projeto;
- O gasto atribuível ao projeto durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, a medida em que forem incorridos.

4.9. Redução ao valor recuperável de ativos

4.9.1 Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições não consideradas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Para investimentos em títulos patrimoniais, evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável inclui um declínio significativo ou prolongado no seu valor justo abaixo do custo. A Companhia considera um declínio de 20% como significativo e o período de 9 meses como prolongado.

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada.

Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando o Grupo considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houver uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

4.9.2 Ativos não financeiros

Anualmente, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Caso haja tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante de perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo, ou unidade geradora de caixa, calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo, ou unidade geradora de caixa, é reduzido ao seu valor recuperável, com a perda por redução ao valor recuperável reconhecida no resultado.

4.10. Almoxarifado

Os materiais em almoxarifado, classificados no Ativo Circulante, bem como aqueles destinados a investimentos, classificados no Ativo Não Circulante/Imobilizado, estão registrados ao custo médio de aquisição, deduzidos de provisão para perda, quando aplicável, e não excedem a seus custos de reposição ou valores de realização.

4.11. Instrumentos financeiros

4.11.1. Ativos Financeiros

Os ativos financeiros da Companhia estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento.

Ativos financeiros são reconhecidos a valor justo acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição desse ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, indenizações a receber do poder concedente, títulos e valores mobiliários, aplicações financeiras, concessão de serviço público e outros créditos.

4.11.1.1. Mensuração subsequente dos ativos financeiros

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- **Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros são classificados *a valor justo por meio do resultado*, quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros *a valor justo por meio do resultado* são apresentados no balanço patrimonial a valor justo,

com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

- **Recebíveis**

Recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração desconto na aquisição e taxas ou custos incorridos.

- **Investimentos mantidos até o vencimento**

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como *mantidos até o vencimento* quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

4.11.1.2. Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram;
- A Companhia transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro, por força de um acordo de “repasse”; e (a) A Companhia transfere todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) A Companhia não transfere nem retém todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo.

4.11.2. Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são classificados como financiamentos e empréstimos, passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, e mantidos para negociação. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de financiamentos e empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e financiamentos e empréstimos.

4.11.2.1. Mensuração subsequente dos passivos financeiros

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- **Financiamentos e empréstimos**

Após o reconhecimento inicial, financiamentos e empréstimos são mensurados pelo custo amortizado, sendo acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e/ou cambiais nos termos contratuais, incorridos até a data do balanço.

4.11.2.2. Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação estiver revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

4.11.3. Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado, no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando-se técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado, com isenção de interesses; referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

4.12. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

Essa demonstração foi preparada seguindo as disposições do CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado e tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante o exercício, e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, enquanto que para as *IFRS* representa informação financeira adicional.

4.13. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

Destacam-se a seguir as normas, emendas a normas e interpretações *IFRS*, emitidas pelo *IASB*, que ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31/12/2017. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar essas normas de forma antecipada.

Norma	Data de Entrada em Vigor	Comentários
IFRS 9 - Instrumentos financeiros - Classificação e mensuração	A partir de 01/01/2018	Substitui as orientações existentes na IAS 39, incluindo orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.
IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes	A partir de 01/01/2018	Reconhecimento pela entidade do montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens e serviços.
IFRS 16 - Arrendamentos	A partir de 01/01/2019	A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

- Ciclo de melhorias anuais para as *IFRS 2014-2016* - Alterações à *IFRS 1* e à *IAS 28*;
- Alterações ao CPC 10 (*IFRS 2*) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações;
- Transferências de Propriedade de Investimento (Alterações ao CPC 28 / *IAS 40*);
- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (*IFRS 10*) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (*IAS 28*) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto;
- ICPC 21 / *IFRIC 22* Transações em moeda estrangeira e adiantamento;
- *IFRIC 23* Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes à algumas *IFRS* acima citadas, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos *IFRS* está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários.

4.13.1. IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos financeiros

A IFRS 9/CPC 48 aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. As principais alterações que este pronunciamento traz são:

- Novos critérios de classificação de ativos financeiros;
- Novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e
- Flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

Ativos financeiros

A IFRS 9/CPC 48 possui uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

Instrumentos mantidos segundo um modelo de negócios, cujo objetivo é receber os fluxos de caixa contratuais, e que possuem tais fluxos referentes exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre o esse valor devido são geralmente mensurados ao custo amortizado ao final dos períodos contábeis subsequentes.

Já aqueles mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, e possuem termos contratuais que estabelecem datas para fluxos de caixa unicamente de pagamentos de principal e juros sobre o principal remanescente, são geralmente mensurados a “valor justo reconhecido através de outros resultados abrangentes” (FVTOCI).

Todos os outros instrumentos de dívida e investimentos em títulos patrimoniais são mensurados ao valor justo ao final dos períodos contábeis subsequentes.

A Companhia está avaliando e documentando os modelos de negócios para os seus ativos financeiros, divulgados na nota 43. Com base na sua avaliação preliminar, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo na contabilização de seus ativos financeiros.

Ativo financeiro oriundos dos Contratos de Concessão:

De acordo com a ICPC 01, as infraestruturas de concessão não são reconhecidas pelo concessionário como ativo imobilizado, uma vez que se considera que o operador não controla tais ativos, passando a ser reconhecidas de acordo com um dos modelos contábeis, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do operador assumido pelo poder concedente no âmbito do contrato.

A Companhia também considera que não se encontra exposta a riscos de crédito e demanda e que a receita é auferida com base na disponibilidade da linha de transmissão, e, portanto, toda infraestrutura foi registrada como ativo financeiro.

O ativo financeiro inclui ainda a indenização que será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

Com a IFRS 9/CPC 48 a companhia avaliou que o ativo financeiro proveniente da receita oriunda do direito incondicional de receber caixa, atualmente classificado como empréstimos e recebíveis, continuará a ser avaliado pelo custo amortizado.

A companhia está avaliando alterar a forma de mensuração da parcela do ativo financeiro que se realizará através de indenização para valor justo por meio do resultado. Não são esperados impactos materiais advindos desta mudança.

Redução no valor recuperável (*impairment*) - Ativos Financeiros

Em relação ao impairment de ativos financeiros, a IFRS 9/CPC 48 requer o modelo de perda esperada dos ativos financeiros, ao contrário do modelo de perda incorrida estabelecido na IAS 39/CPC 38. O modelo de perda esperada requer que a empresa registre contabilmente a expectativa de perdas em ativos financeiros desde o seu reconhecimento inicial. Em outras palavras, não é mais necessário que o evento ocorra antes para que seja reconhecida a perda no crédito.

O novo modelo de perda esperada se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao FVTOCI, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

De acordo com a IFRS 9/CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das

seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. Este é o modelo obrigatório no caso de instrumentos financeiros que não contenham um componente significativo de financiamento, como é o caso dos ativos financeiros da Companhia.

A Companhia prevê que a aplicação do modelo referente a perdas de crédito esperadas contido na IFRS 9/CPC 48 resultará em reconhecimento antecipado de certas perdas de crédito, assim como requer que a Companhia revise suas atuais políticas de provisionamento. Todavia, até este momento, a Companhia ainda não concluiu a mensuração do eventual impacto desta alteração.

Passivos financeiros

A IFRS 9/CPC 48 retém grande parte dos requerimentos da IAS 39/CPC 38 para a classificação de passivos financeiros. Contudo, de acordo com a IAS 39/CPC 38, todas as variações de valor justo dos passivos designados como valor justo através do resultado são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com a IFRS 9/CPC 48, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma:

- o valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro são apresentados em ORA; e
- o valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado.

Adicionalmente, caso um contrato contenha um ou mais derivativos embutidos e o contrato principal não seja um ativo financeiro conforme IFRS 9/CPC 48, a Companhia poderá designar o contrato híbrido inteiro ao VJR. No entanto, isso não se aplica se o derivativo embutido for insignificante, ou se for óbvio que a separação do derivativo embutido seria proibida.

A Companhia não espera designar passivos financeiros como valor justo através do resultado. Desta forma, não são esperados impactos materiais relacionados à classificação dos passivos financeiros quando da adoção da IFRS 9/CPC 48.

Divulgações

A IFRS 9 requer novas divulgações, notadamente acerca do risco de crédito e perdas de crédito esperadas, contabilidade de hedge e mensuração de ativos e passivos financeiros. A Companhia está realizando uma análise para identificar possíveis alterações nos processos atuais em decorrência destas novas normas e trabalhará na implementação de mudanças em seus sistemas e controles para atender as mesmas nas demonstrações financeiras a partir do período da sua adoção.

Transição

A Companhia adotará a isenção que permite não rerepresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas).

As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da IFRS 9/CPC 48, serão reconhecidas no patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2018.

4.13.2. IFRS 15/CPC 47 - Receitas de contratos com clientes

A IFRS 15/CPC 47 substituirá as orientações atuais de reconhecimento da receita presente na IAS 18/CPC 30 (R1) - Receitas, IAS 11/CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas, quando se tornar efetiva.

Os princípios fundamentais da IFRS 15/CPC 47 são de que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência ou promessa de bens ou serviços a clientes no montante que reflete sua consideração de qual valor espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços. Especificamente, a norma introduz um modelo de 5 passos para o reconhecimento da receita:

- Identificar o(s) contrato(s) com o cliente.
- Identificar as obrigações de desempenho definidas no contrato.

- Determinar o preço da transação.
- Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato.
- Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho.

Com a IFRS 15/CPC 47, a entidade reconhece a receita quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação são transferidos ao cliente.

A Companhia auferir receitas provenientes principalmente das seguintes fontes:

Suprimento e fornecimento de energia elétrica

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que a energia fornecida é fornecida, mediante a multiplicação do consumo faturado medido pela tarifa vigente, além de reconhecer a receita não faturada através de estimativa, correspondente ao do consumo de energia medido na data da última leitura e o encerramento do período das demonstrações financeiras.

De acordo com a IFRS 15/CPC 47, a Companhia só pode contabilizar os efeitos de um contrato com um cliente quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito. Ao avaliar se a possibilidade de recebimento do valor da contraprestação é provável, deve-se considerar apenas a capacidade e a intenção do cliente de pagar esse valor. Assim, contratos celebrados com clientes que apresentam longo histórico de inadimplência e que por diversos motivos não estão com o fornecimento de energia suspenso, poderão deixar de ter as respectivas receitas reconhecidas no momento do faturamento (por não ser provável o recebimento da contrapartida) e sim no momento do efetivo recebimento. A Companhia está avaliando se algum cliente seu se encontra nessa situação e espera que os eventuais impactos, se houverem, não serão relevantes para as demonstrações financeiras consolidadas.

Venda na Câmara de Comercialização de Energia – CCEE

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida para o sistema pelo Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha impactos sobre esta receita em suas demonstrações financeiras.

Receita pela disponibilidade da rede elétrica

Essa receita é constituída pelo serviço de disponibilização da rede de distribuição e remunera a Companhia pela prestação do serviço ao consumidor final, que compreende consumidores cativos e livres, com base na cobrança de uma tarifa homologada pela ANEEL. Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto nesta categoria de receitas em suas demonstrações financeiras.

Receita de construção da infraestrutura da concessão

Essa receita é constituída por investimentos em infraestrutura, com o objetivo de manutenção da operação até o término do contrato de concessão. A Companhia é remunerada principalmente por aprimoramento da infraestrutura para prestação dos serviços de transmissão e distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é igual à zero, pois há a contrapartida em custos pelo mesmo valor, para permitir posteriormente a Companhia a explorar esta infraestrutura e obter suas demais receitas. A receita de construção é reconhecida ao longo da execução da obra, juntamente com o custo. Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto significativo sobre estas receitas em suas demonstrações financeiras.

Receita de operação e manutenção

Corresponde a um percentual do faturamento da receita anual permitida - RAP, que é informado mensalmente pelo ONS e destinado para a remuneração dos serviços de operação e manutenção, a fim de evitar a interrupção da disponibilidade das instalações. A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o faturamento da RAP é informado. Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto significativo sobre estas receitas em suas demonstrações financeiras.

Outras receitas

A Companhia possui outras fontes de receita de atividades relacionadas com a concessão de serviço público, que podem ser inerentes aos seus segmentos ou receitas de atividades acessórias, conforme descrito na nota 34. Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto significativo sobre estas receitas em suas demonstrações financeiras.

Transição

A Companhia adotará a IFRS 15/CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos da IFRS 15/CPC 47 ao período comparativo apresentado.

4.14. Benefícios a empregados

4.14.1. Benefícios de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

4.14.2. Benefícios pós-emprego

a) Obrigações de aposentadoria

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um ressarcimento de caixa ou uma redução em futuros pagamentos esteja disponível.

A obrigação líquida quanto aos planos de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos.

O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas aplicáveis.

b) Outras obrigações pós-emprego

A Companhia subsidia parte dos prêmios decorrentes de uma apólice de seguro de vida para os empregados ativos. Os ex-empregados aposentados, que optaram por permanecer vinculados a essa apólice, pagam integralmente o prêmio que é estabelecido de forma coletiva para toda a massa de ativos e inativos. Todavia, dadas as características etárias das massas populacionais de ativos e inativos, o cálculo atuarial do prêmio segregado atribuível à massa inativa identifica a existência de um subsídio pós-emprego indireto pago pela Companhia. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes e os ganhos e perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e em mudanças de premissas atuariais, são debitados ou creditados diretamente no patrimônio líquido - *outros resultados abrangentes*, no período em que ocorrem.

4.15. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos detentores de ações ordinárias e preferenciais e na média ponderada de ações em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da quantidade das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e da IAS 33.

4.16. Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas nos CPC 25 (IAS 37) e ICPC 08(R1), as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual sejam distribuídos a título de dividendos.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as compensações de prejuízos acumulados e as devidas destinações legais, a Companhia registra provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, no passivo circulante, e os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como dividendo adicional proposto, no patrimônio líquido.

Os dividendos não reclamados no prazo de três anos são revertidos para a Companhia, conforme previsão legal.

4.17. Demais Práticas Contábeis

a) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na preparação das presentes Demonstrações Financeiras a Companhia adotou estimativas e premissas baseada na experiência e em outros fatores que entende como razoáveis e relevantes para a sua adequada apresentação. Ainda que essas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Companhia, a materialização sobre o valor contábil de ativos e passivos e de resultado das operações são incertos, por decorrer do uso de julgamento.

No que se refere às estimativas contábeis avaliadas como sendo as mais críticas, a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, variáveis e premissas, como a seguir:

- Ativos e passivos fiscais diferidos - são calculados e reconhecidos utilizando-se as alíquotas aplicáveis às estimativas de lucro tributável para compensação nos anos em que essas diferenças temporárias e os prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social acumulados deverão ser realizados.

Os prejuízos fiscais e base negativa não prescrevem e sua compensação fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. As estimativas de lucro tributável são baseadas no plano estratégico da Companhia, revisado periodicamente. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.

- Provisões - São reconhecidas quando um evento gera uma obrigação futura com probabilidade provável de saída de recursos e seu valor pode ser estimado com segurança. Desta forma, o valor constituído como provisão é a melhor estimativa de liquidação de uma provável obrigação na data das demonstrações financeiras, levando em consideração os riscos e incertezas relacionados.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

- Contratos onerosos - obrigações presentes resultantes de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. Um contrato oneroso existe quando os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam que sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. A Companhia utiliza-se de premissas relacionadas aos custos e benefícios econômicos de cada contrato para a determinação da existência ou não de um contrato oneroso.

O montante relativo ao período de longo prazo estão reconhecidos a valor presente, com base em taxa de desconto pós impostos aprovados pela administração.

A estimativa crítica na determinação do montante de provisão para a venda futura do contrato é o Preço de Liquidação das Diferenças - PLD decorrente dos estudos da área de comercialização aprovado pelo sistema Eletrobras como premissa para o cálculo da provisão do contrato oneroso, exclusivamente para fins contábeis, assim como a taxa de desconto para os fluxos de caixa. Os valores reais do PLD e/ou dos elementos considerados dentro da taxa de desconto ao longo dos anos podem ser superiores ou inferiores aos das premissas utilizadas pela Companhia.

- Valor recuperável de ativos de longa duração – A Administração da Companhia adota variáveis e premissas em teste de determinação de recuperação de ativos de longa duração para determinação do valor recuperável de ativos e reconhecimento de *impairment*, quando necessário. Nesta prática, são aplicados

juízos baseados na experiência na gestão do ativo, conjunto de ativos ou unidade geradora de caixa, que podem eventualmente não se verificar no futuro, inclusive quanto à vida útil econômica estimada, que representa as práticas determinadas pela Aneel aplicáveis aos ativos vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica, que podem variar em decorrência da análise periódica do prazo de vida útil econômica de bens, em vigor. Também impactam na determinação das variáveis e premissas utilizadas na determinação dos fluxos de caixa futuro descontados, para fins de reconhecimento do valor recuperável de ativos de longa duração, diversos eventos intrinsecamente incertos. Dentre esses eventos destacam-se a manutenção dos níveis de consumo de energia elétrica, a taxa de crescimento da atividade econômica do país, a disponibilidade de recursos hídricos, além daquelas inerentes ao fim dos prazos de concessão de serviços públicos de energia elétrica detidas pela Companhia, em especial quanto ao valor de sua reversão ao final do prazo de concessão. Neste ponto, foi adotada a premissa de indenização contratualmente prevista, quando aplicável, pelo menor entre o valor contábil residual existente no final do prazo das concessões de geração e transmissão de energia elétrica e o valor novo de reposição.

- Obrigações atuariais - As obrigações atuariais são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes e os resultados reais futuros das estimativas contábeis utilizadas nestas Demonstrações Financeiras podem ser distintos, sob variáveis, premissas e condições diferentes daquelas existentes e utilizadas na época do julgamento.
- Vida útil dos bens do imobilizado – A Companhia utiliza os critérios definidos na resolução Aneel nº 367, de 02 de junho de 2009, atualizada pela Resolução nº 474 de 07/02/2012, na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado.
- Definição de controle e controle compartilhado na determinação das controladas, controladas em conjuntos e coligadas.
- Em resposta a investigações no âmbito da "Operação Lava Jato" sobre irregularidades envolvendo funcionários, empreiteiros e fornecedores da Eletrobras e de sociedades de propósito específico (SPE) nas quais a Eletrobras detém participações acionárias minoritárias, em 2015, o Conselho de Administração da Empresa (CAE) decidiu por iniciar um procedimento investigativo, em face do risco de tais irregularidades apontadas poderem afetar alguns dos principais investimentos da Eletrobras.

Para conduzir a investigação foi contratado escritório de advocacia norte-americano, *Hogan Lovells US LLP*, com notória especialização em ações investigativas e instaurada a Comissão Independente de Gestão da Investigação (CIGI), composta de especialistas notórios e independentes, contratados para exercerem a supervisão do processo de investigação.

O procedimento investigatório seguiu os princípios adotados pela *Securities and Exchange Commission* (SEC) e *Department of Justice* (DOJ), para procedimentos desta natureza, em vista de que, após 2008, quando a Eletrobras passou a ser listada na Bolsa de Valores de Nova York por meio de ADR's – *American Deposit Receipts*, tornou-se sujeita às leis norte-americanas que regulam o mercado de capitais, em especial, a toda a regulamentação fixada pelo U.S. Securities and Exchange Act, dentre ela a *Foreign Corrupt Practices Act* – FCPA que, em síntese, criminaliza os atos de corrupção, tais como o pagamento a funcionários de governos estrangeiros, partidos políticos, candidatos a cargos políticos estrangeiros em troca de vantagens comerciais ou econômicas.

No decorrer de 2015 e 2016, no âmbito da operação Lava Jato, as operações Radioatividade e Pripjat resultaram no indiciamento de 06 ex-executivos da Eletronuclear, bem como de outros envolvidos. Muito embora os processos ainda se encontrem em andamento, já foram proferidas sentenças condenatórias contra quatro desses ex-funcionários, ainda não transitadas em julgado. A Eletrobras vem cooperando com as autoridades no compartilhamento de informações levantadas pela investigação independente, participando, inclusive, como assistente de acusação contra os réus nestes processos criminais.

Visando facilitar e garantir o andamento das investigações, a administração da Companhia vem adotando as medidas de governança requeridas e/ou recomendadas pelo *Hogan Lovells* e pela Comissão Independente. Desde o início da investigação, a Eletrobras substituiu todo o seu Conselho de Administração, contratou um novo CEO e vem reforçando sua estrutura de compliance. Em meados de 2016, foi criada a Diretoria de Conformidade, responsável pela coordenação do programa de compliance e pelo gerenciamento de riscos na Companhia e nas suas subsidiárias.

No mesmo sentido, a Eletrobras revisou contratos específicos nos quais as investigações identificaram possíveis irregularidades tendo sido os mesmos suspensos, quando tais suspeitas se confirmaram.

Em relação aos empregados e diretores envolvidos nas situações identificadas pela investigação, a Eletrobras tomou medidas punitivas na esfera administrativa, incluindo a suspensão do contrato de trabalho e o desligamento dos envolvidos. Atualmente estão sendo estudadas as possibilidades jurídicas de responsabilização e ressarcimento da Companhia, frente aos ex-executivos e fornecedores acusados de

corrupção, na esfera cível, tendo sido protocolado pela Eletronuclear, protesto judicial para interrupção da prescrição, em relação às empresas integrantes do Consórcio Angramon (Construtora Norberto Odebrecht S/A, UTC Engenharia S/A, Techint Engenharia e Construção S/A, Construtora Andrade Gutierrez S/A, Empresa Brasileira de Engenharia S/A - EBE, Construtora Queiroz Galvão S/A e Construções e Comércio Camargo Correa S/A), a fim de preservar o direito de ressarcimento, face aos potenciais prejuízos causados em decorrência de denúncias e investigações oriundas da “Operação Lava Jato”.

Em outubro de 2016, a investigação independente completou uma etapa que tinha como objetivo identificar atos ilícitos que pudessem causar eventuais distorções significativas nas demonstrações financeiras da Companhia, levando em consideração fatos e circunstâncias conhecidos até aquele momento. Nesta etapa foram considerados certos valores estimados como relacionados a ilícitos atribuídos pela investigação independente como oriundos da prática de cartel e propinas que teriam sido pagas, desde 2008, por certos empreiteiros e fornecedores contratados por subsidiárias e por algumas das SPEs nas quais a Eletrobras não é controlador majoritário.

A Eletrobras registrou como baixa de custos capitalizados no ativo imobilizado o total de R\$ 211.123 representando valores estimados pagos indevidamente em períodos anteriores, desse montante, R\$ 143.957 já havia sido reconhecido como impairment em períodos anteriores, ocasionando a reversão dessa provisão. Houve também o reconhecimento de uma perda de R\$ 91.464 no resultado de investimento na Norte Energia S.A., SPE não controlada pela Eletrobras e avaliada pelo método de equivalência patrimonial.

O resumo desses ajustes no balanço patrimonial e na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 é o seguinte:

	31/12/2016
Balanco	
Investimento pelo método de equivalência patrimonial	(27.450)
	(27.450)
Demonstração do Resultado	
Investimento pelo método de equivalência patrimonial	(27.450)
	(27.450)

Em abril de 2017, em decorrência dos acordos de delação celebrados entre os executivos do principal grupo de construção do Brasil, Odebrecht, o Supremo Tribunal Federal solicitou que fossem iniciadas investigações sobre a conduta dos políticos que participaram desses acordos. Essas investigações referem-se exclusivamente aos indivíduos sobre os quais o Supremo Tribunal Federal tem jurisdição exclusiva. Além disso, outras investigações oficiais podem ser iniciadas contra indivíduos que estão sujeitos à jurisdição dos tribunais comuns.

Certas alegações de potenciais atos ilegais se tornaram públicas no âmbito do projeto Santo Antônio (Madeira Energia S.A), no qual a Eletrobras por intermédio da controlada Furnas participa com 39,0%. O efeito total estimado dos pagamentos considerados como ilícitos, conforme determinado no processo de investigação independente da Companhia acima citado, monta em R\$ 314.978 e, considerando o percentual de participação societária da controlada Furnas de 39%, o impacto nas demonstrações financeiras representaria uma baixa contábil no investimento avaliado por equivalência patrimonial de R\$ 122.841, uma vez que pagamentos dessa natureza não atendem aos critérios contábeis para registro nos ativos conforme CPC 27/IAS 16. Entretanto, conforme demonstrado no quadro abaixo, tal baixa contábil não impactou o resultado e nem o patrimônio líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 uma vez que foi inferior ao montante de impairment conforme o CPC 01/IAS 36 registrado no valor de R\$ 314.038.

Achados da investigação	31/12/2017
Madeira Energia S.A.	122.841
Balanco (Eletrobras)	
Provisão de <i>impairment</i> registrado - total	(314.038)
Reversão de <i>impairment</i>	122.841
Baixa de investimentos - Madeira Energia S.A.	(122.841)
	-
Demonstração de resultado (Eletrobras)	
Reversão de Provisão de <i>impairment</i> (Provisões operacionais)	(122.841)
Perda em investimentos - Madeira Energia S.A.	122.841
	-

Como não haviam informações suficientes que permitissem à Companhia determinar com razoável precisão os períodos específicos em que teriam ocorrido os pagamentos indevidos estimados, a Companhia entendeu que, após ter envidado esforços razoáveis, foi impraticável determinar os efeitos por períodos específicos anteriores relativos a tais pagamentos em suas demonstrações financeiras, tendo registrado o ajuste desses pagamentos indevidos e, portanto, incorretamente capitalizados, nos períodos em que tais informações relevantes chegaram ao conhecimento da Companhia.

Além de avaliar as possibilidades de ressarcimento face aos danos sofridos em razão de condutas ilícitas, praticadas tanto pelos empregados que contribuíram para o ilícito, quanto pelas empreiteiras contratadas, a Eletrobras vem implementando diversas ações de governança e remediações.

As investigações da "Operação Lava Jato" ainda não foram concluídas e o Ministério Público Federal poderá levar tempo considerável para concluir todos os procedimentos de apuração e divulgação dos fatos. Dessa forma, novas informações relevantes podem ser reveladas no futuro, o que poderá levar a Eletrobras a reconhecer ajustes adicionais nas suas demonstrações financeiras.

A Eletrobras permanece com o contrato em vigor junto ao escritório norte-americano *Hogan Lovells* visando o encerramento das ações de investigação independente em curso com a consequente resolução do caso perante às autoridades norte-americanas. Adicionalmente, o atual contrato também prevê o acompanhamento das medidas de remediação, especialmente a implementação do programa de compliance, bem como as interações necessárias, com autoridades brasileiras e americanas, com vistas à resolução de ações de investigação.

- Processos judiciais envolvendo a Empresa – *Class Action*

Em 22 de julho de 2015 e 15 de agosto de 2015, duas reclamações de ação de classe de títulos putativos foram protocoladas contra a Eletrobras e alguns de seus dirigentes no Tribunal Distrital dos Estados Unidos, no Distrito Sul de Nova York (SDNY) alegando, basicamente, que os atos de corrupção e fraude envolvendo empresas nas quais a Eletrobras participa, teriam ocasionado um relevante prejuízo em relação aos títulos adquiridos, já que não haviam sido informados nos registros públicos da companhia.

Atualmente o processo encontra-se em fase de instrução, "*Discovery*" e até meados do ano de 2018 a Companhia estima que deverá haver uma decisão acerca das classes de ações incluídas na demanda, o que se denominada "*class certification*".

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, ou seja, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes, são decorrentes da venda de energia, da disponibilização do sistema de transmissão, de serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até o encerramento do exercício, contabilizados com base no regime de competência e ajustados a valor presente.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dessas contas a receber.

d) Títulos e valores mobiliários

As aplicações financeiras em Letras do Tesouro Nacional – LTN e Notas do Tesouro Nacional - NTN, séries B e F, são mantidas para negociação em fundo de investimento exclusivo, conforme regulamentação em vigor. Os demais títulos e valores mobiliários, correspondentes a menor parte, estão relacionados a Títulos da Dívida Agrária – TDA e Notas do Tesouro Nacional – NTN, série P, com vencimentos definidos, para os quais a Companhia tem a intenção de manter até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição acrescido por juros e atualização monetária, com impactos no resultado e são ajustados ao valor provável de realização, quando aplicável.

e) Cauções e depósitos vinculados

As cauções e depósitos vinculados referem-se a garantias prestadas a instituições financeiras e em leilões de energia elétrica e depósitos judiciais vinculados a processos existentes nas esferas judicial e administrativa, estão registradas ao custo, acrescidos dos respectivos rendimentos auferidos até a data do balanço.

f) Ativos indexados

Os ativos indexados estão atualizados até a data do balanço, e os demais demonstrados ao custo, deduzidos de eventuais provisões para perdas.

g) Ativo financeiro – Concessões de serviço público

Refere-se a ativo financeiro a receber no âmbito das concessões de energia elétrica pela Receita Anual Permitida ou por indenização.

O Ativo financeiro - Receita Anual Permitida é o valor estimado de recebimento durante o prazo de concessão.

O Ativo financeiro indenizável refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão, classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente, decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão (*IFRIC 12*) e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão. Esses ativos financeiros são remunerados por taxa interna de retorno calculada com base no fluxo de caixa projetado desses investimentos.

Os valores de indenização a receber do poder concedente, decorrente das instalações objeto de renovação serão recebidos reajustados pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, sendo: 50% à vista, paga 45 dias da data de assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão e 50% em parcelas mensais, a serem pagas até o vencimento do contrato de concessão vigente na data de publicação da Portaria nº 580/2012, ambas acrescidas da remuneração pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 5,88% real ao ano para a atividade de transmissão e geração renovada, 6,12% real ao ano para atividade de geração não renovada a contar do primeiro dia do mês de assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão.

h) Ajuste a Valor Presente

Os ativos e passivos decorrentes de operações de longo prazo e as de curto prazo quanto o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto de mercado na data da transação.

i) Resultado

É apurado pelo regime de competência e considera a constituição e a realização dos créditos fiscais no exercício e a redução do imposto de renda com origem em incentivos fiscais Sudene, calculada com base no lucro da exploração (nota 39).

j) Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras são compostas principalmente de juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, dos valores a receber - Lei nº 12.783/2013 e financiamentos e empréstimo, e são reconhecidas pelo regime de competência.

4.18. ASPECTOS ESPECÍFICOS DO SETOR ELÉTRICO

4.18.1 - Receita Anual Permitida – RAP

A Receita Anual Permitida - RAP definida no Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica refere-se ao valor autorizado pela Aneel, mediante resolução, a ser auferido pela Companhia pela disponibilização das instalações do seu Sistema de Transmissão. É composta pela parcela referente às instalações da Rede Básica mais as parcelas referentes às demais instalações de transmissão e conexões.

De acordo com o primeiro termo aditivo ao Contrato de Concessão nº 061/2001, a RAP desse contrato será reajustada pelo IPCA, em substituição ao IGP-M, e passará por revisões tarifárias a cada 5 anos, alterando a determinação anterior, vigente até a prorrogação da sua concessão, que previa revisões tarifárias a cada 4 anos.

Nas novas concessões, obtidas em Leilões Públicos de Transmissão, a receita corresponderá ao valor indicado nos lances, sendo fixa e reajustada anualmente pelo IPCA ao longo do período de concessão e está sujeita, também, a revisões tarifárias a cada cinco anos, durante os 30 anos da concessão.

4.18.2. Receita Anual de Geração - RAG

Homologada pela Aneel, corresponde à receita pela disponibilização da garantia física, em regime de cotas, de energia e de potência de suas usinas, a ser paga em parcelas duodecimais e sujeita a ajustes por indisponibilidade ou desempenho de geração, excluído o montante necessário à cobertura das despesas com as contribuições sociais ao Programa de Integração Social e ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), e com a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

4.18.3. Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

Representam o saldo de valores e/ou bens recebidos da União Federal e de Consumidores em geral, em parceria com a Companhia.

4.18.4. Reserva Global de Reversão - RGR

Encargo criado pelo Decreto nº 41.019, de 26/02/1957, tendo a sua vigência estendida até 2035, por intermédio da Lei nº 12.431, de 24/06/2011. Refere-se a um valor anual estabelecido pela Aneel, pago mensalmente em duodécimos pelas concessionárias, com a finalidade de prover recursos para reversão e/ou encampação do Serviço Público de Energia Elétrica, como também para financiar a expansão e a melhoria desse serviço. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de energia elétrica e limitado a 3,0% da sua receita anual. As concessões de Geração e Transmissão de energia elétrica prorrogada ou licitada nos termos da lei nº 12.783/2013, ficam desobrigadas, a partir de 1ª de janeiro de 2013, do recolhimento da cota anual da RGR.

4.18.5. Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - Proinfa

Instituído pela Lei nº 10.438/2002, em seu art. 3º, alterado pelo art. 9º da Lei nº 10.762/2003, e pelo artigo 2º da Lei nº 10.889/2004, tem o objetivo de aumentar a participação de fontes alternativas renováveis na produção de energia elétrica, privilegiando empreendedores que não tenham vínculos societários com concessionárias de geração, transmissão, ou distribuição de energia elétrica, e visando, também, ao aumento da participação de agentes no Setor Elétrico.

4.18.6. Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH

Criada pela Lei nº 7.990/1989, destina-se a compensar os municípios afetados pela perda de terras produtivas, ocasionada por inundação de áreas na construção de reservatórios de usinas hidrelétricas. Do montante arrecadado mensalmente a título de compensação financeira, 45% destinam-se aos Estados, 45% aos Municípios, 3% ao Ministério do Meio Ambiente, 3% ao Ministério de Minas e Energia e 4% ao Ministério da Ciência e Tecnologia. O cálculo da CFURH baseia-se na geração efetiva das usinas hidrelétricas, de acordo com a seguinte fórmula: $CFURH = TAR \times GH \times 6,75\%$, onde TAR refere-se à Tarifa Atualizada de Referência, estabelecida anualmente pela Aneel (em R\$/MWh) e GH é o montante (em MWh) da geração mensal da usina hidrelétrica. Sua gestão está a cargo da Aneel. A partir da Lei nº 12.783/2013, a compensação financeira pela utilização de recursos hídricos relativa às usinas hidrelétricas que tiveram sua concessão prorrogada, passou a ser recolhida pela Companhia e arrecadada das distribuidoras por meio de seu faturamento.

4.18.7. Conta de Desenvolvimento Energético – CDE

Criada pela Lei nº 10.438/2002, com a finalidade de prover recursos para: i) o desenvolvimento energético dos Estados; ii) a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral, nas áreas atendidas pelos sistemas elétricos interligados; iii) promover a universalização do serviço público de energia elétrica em todo o território nacional. Os recursos são provenientes: (i) dos pagamentos anuais realizados a título de Uso de Bem Público – UBP, estabelecidos nas concessões de geração; (ii) multas aplicadas pela Aneel; e (iii) dos pagamentos de cotas anuais por parte de todos os agentes que comercializam energia elétrica com o consumidor final no Sistema Interligado Nacional - SIN, com base nos valores da CCC dos sistemas interligados referentes ao ano de 2001, atualizados anualmente pelo crescimento do mercado e pelo IPCA. A partir do exercício de 2013, como um dos instrumentos para viabilizar a redução na conta de energia, essa contribuição foi reduzida para 25% da taxa vigente.

4.18.8. Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

Criado pela Lei nº 9.991/2000, o programa de P&D estabelece que as concessionárias e permissionárias do serviço público de geração e transmissão de energia elétrica ficam obrigadas a aplicar, anualmente, o montante

de, no mínimo, 1% (um por cento) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do Setor Elétrico. Os recursos são destinados ao Ministério da Ciência e Tecnologia, Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, ao Ministério de Minas e Energia e aos agentes, a serem aplicados em projetos aprovados pela Aneel. Estão envolvidos com a sua gestão os Ministérios da Ciência e Tecnologia e de Minas e Energia, como também a Aneel e os próprios agentes.

4.18.9. Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE

Instituída pela Lei nº 9.427/1996, equivale a 0,5% do benefício econômico anual auferido pela concessionária, permissionária ou autorizada do Serviço Público de Energia Elétrica. Seu valor anual é estabelecido pela Aneel com a finalidade de constituir sua receita para a cobertura do custeio de suas atividades. Para os segmentos de geração e de transmissão (produtores independentes, autoprodutores, concessionários, permissionários) o valor é determinado no início de cada ano civil, e para os distribuidores, o cálculo se dá a cada data de aniversário da concessão. Os valores estabelecidos em resolução são pagos mensalmente em duodécimos, e sua gestão é exercida pela Aneel.

4.18.10. Encargo de Energia de Reserva - EER

Encargo cobrado de todos os usuários do Sistema Interligado Nacional - SIN, decorrente da comercialização da Energia de Reserva existente a partir do Decreto nº 6.353, de 16 de janeiro de 2008, com objetivo de elevar a segurança no fornecimento de energia elétrica do SIN. Em janeiro de 2009, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE passou a representar os agentes de consumo dessa energia e a responder pela centralização da relação contratual entre as partes (Contratos de Energia de Reserva - CER), pelo recolhimento do encargo e gestão da Conta de Energia de Reserva - CONER. O encargo é apurado de acordo com as Regras de Comercialização de Energia Elétrica, aprovadas por meio da Resolução Normativa da ANEEL nº 385/2009.

5 - PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

a) Participação de não controladores

A Companhia mensura a participação de não-controladores na investida pela participação proporcional nos ativos líquidos.

b) Controladas

As Demonstrações Financeiras Consolidadas foram preparadas de acordo com as normas vigentes e incluem as da Chesf, das empresas do Complexo Eólico Pindaí I, Complexo Eólico Pindaí II, Complexo Eólico Pindaí III e Extremoz Transmissora do Nordeste – ETN – S.A.. A consolidação da Extremoz Transmissora do Nordeste – ETN – S.A. e de equivalência patrimonial em suas investidas, foram utilizadas as participações acionárias conforme descritas no quadro 18.1.2.

Os Balanços Patrimoniais e as Demonstrações dos Resultados das investidas, utilizadas para a determinação do valor da equivalência patrimonial e consolidação, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 18 (R2) (IAS 28), em seus itens 33 e 34, são levantadas na mesma data das demonstrações financeiras da investidora. Entretanto, ainda de acordo com os citados pronunciamentos, tornou-se necessária a utilização de demonstrações com defasagem de até 30 dias, acompanhadas de ajustes pertinentes, quando da ocorrência de efeitos de eventos e transações relevantes entre as datas das demonstrações não coincidentes. Desta forma, foram utilizadas as demonstrações financeiras das investidas para equivalência patrimonial e consolidação, quando aplicável, de 30 de novembro de 2017.

c) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Uma entidade controlada em conjunto consiste em um acordo contratual através do qual a Companhia possui controle compartilhado, onde a Companhia tem direito aos ativos líquidos do acordo contratual, e não direito aos ativos e passivos específicos resultantes do acordo.

Os investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

d) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados.

6 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e depósitos bancários	11.363	33.741	43.744	39.334
Aplicações financeiras	88.955	3.228	137.518	101.065
Total	100.318	36.969	181.262	140.399

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, ou seja, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

A Companhia mantém suas aplicações financeiras de curto prazo, de liquidez imediata, em fundos exclusivos extramercado com carteira composta, em sua maioria, de títulos de emissão do Tesouro Nacional caracterizadas por operações compromissadas, que possuem garantia de recompra diária pelas instituições financeiras a uma taxa previamente estabelecida pelas partes.

A composição das aplicações financeiras era a seguinte em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	Remuneração anual	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Aplicação financeira					
Banco do Brasil					
BB Extramercado Exclusivo 8 FI RF	10,66%	217	-	217	-
Operações compromissadas		217	-	217	-
BBDTVM Extramercado - FAE 2	10,97%	15.573	-	15.573	-
Operações compromissadas		15.573	-	15.573	-
BB CP 50	7,51%	-	-	37.925	56.785
Caixa Econômica Federal					
FI CX Extramercado III IRFM-1 RF	10,82%	2	-	2	-
Operações compromissadas		2	-	2	-
FI CX Extramercado IV IRFM RF LP	11,89%	73.163	3.228	73.163	3.228
LTN		14.254	-	14.254	-
NTN-B		3.494	-	3.494	-
Operações compromissadas		55.415	3.228	55.415	3.228
FIF Caixa Giro	Taxa DI	-	-	4.620	-
Poupança	5,41%	-	-	1.547	16.277
CDB	Taxa DI	-	-	2.680	894
Banco Santander S.A.					
FIC JUD -Santander	Taxa DI	-	-	1.791	-
Total		88.955	3.228	137.518	101.065

A variação no exercício foi motivada, em grande parte, pelo desbloqueio judicial de aplicações financeiras da Companhia, ocorrido em 24 de janeiro de 2017 (nota 10.2).

7 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os Títulos e valores mobiliários possuem a seguinte composição:

	Controladora e Consolidado			
	Vencimento	Remuneração	31/12/2017	31/12/2016
Participações minoritárias	-	JCP/Dividendos	25	25
Títulos da dívida agrária – TDA	Março/2018	TR + 3% a.a.	7.304	6.545
TVM - Fundo de Energia do Nordeste - FEN			40.127	13.126
Total Circulante			47.456	19.696
Notas do Tesouro Nacional – NTN - P	01/01/2030	TR + 6% a.a.	184	174
Títulos da dívida agrária – TDA	Até março/2019	TR + 3% a.a.	774	1.465
Total Não Circulante			958	1.639
Total			48.414	21.335

As ações ordinárias e preferenciais representam participações minoritárias em empresas de telecomunicações, registradas ao valor de custo de aquisição no Ativo Circulante, ajustadas a valor de mercado quando este for inferior ao valor de custo.

As Notas do Tesouro Nacional – NTN - série P são provenientes da venda de títulos de ações representativos de participações minoritárias, depositados no Fundo Nacional de Desestatização - FND, no âmbito do Decreto nº 1.068/1994 classificadas como *títulos mantidos até o vencimento*. Durante o exercício de 2017, as Notas do Tesouro Nacional - NTN - série P tiveram taxa efetiva média no valor de 5,57% a.a.

Os Títulos da Dívida Agrária – TDA são provenientes da ação desapropriatória da União Federal, por interesse

social, para fins de reforma agrária, de propriedades rurais da Companhia, nos termos do Estatuto da Terra - Lei nº 4.504, de 30/11/1964, e estão classificados como *títulos mantidos até o vencimento*. Os títulos registrados no Ativo Não Circulante/Realizável a Longo Prazo possuem vencimentos até 2019. Durante o exercício de 2017, os Títulos da Dívida Agrária - TDA tiveram taxa efetiva média no valor de 0,84% a.a.

Fundo de Energia do Nordeste (FEN)

Fundo setorial, criado pela Medida Provisória nº 677/2015, convertida na Lei nº 13.182, de 03 de novembro de 2015. Os recursos que serão revertidos para o fundo correspondem à diferença entre o preço pago pelos grandes consumidores à Companhia e o custo de geração da energia, nos termos da legislação, com o objetivo de prover recursos para a implantação de empreendimentos de energia elétrica na Região Nordeste do Brasil, por meio de sociedades de propósito específico (SPE) nas quais a Companhia venha a possuir participação acionária de até 49% do capital próprio dessas sociedades.

8 - CLIENTES

Os créditos a receber de curto e longo prazos decorrentes de operações com energia elétrica e da disponibilização do sistema de transmissão apresentam o seguinte perfil:

	Controladora					
	A vencer	Vencidos			Total	Total
		Até 90 dias	Há mais de 90 dias	Total	31/12/2017	31/12/2016
Circulante						
Suprimento de energia	130.164	4.985	142.668	147.653	277.817	308.638
Fornecimento de energia	73.416	15.339	211.085	226.424	299.840	292.478
Disponibilização do sistema de transmissão	304.634	6.465	64.213	70.678	375.312	150.943
Conexão ao sistema de transmissão	15.881	1.263	10.998	12.261	28.142	20.636
Comercialização na CCEE	15.901	-	-	-	15.901	11.533
Parcelamento	3.809	479	62.250	62.729	66.538	54.807
(-) Provisão de ajuste a valor presente	(350)	-	-	-	(350)	(513)
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.021)	(22.929)	(457.141)	(480.070)	(481.091)	(459.388)
Total Circulante	542.434	5.602	34.073	39.675	582.109	379.134
Não Circulante						
Parcelamento	16.575	-	-	-	16.575	430
(-) Provisão de ajuste a valor presente	(3.178)	-	-	-	(3.178)	(62)
Total Não Circulante	13.397	-	-	-	13.397	368
Total	555.831	5.602	34.073	39.675	595.506	379.502

	Consolidado					
	A vencer	Vencidos			Total	Total
		Até 90 dias	Há mais de 90 dias	Total	31/12/2017	31/12/2016
Circulante						
Suprimento de energia	130.164	4.985	142.668	147.653	277.817	308.638
Fornecimento de energia	73.416	15.346	211.085	226.431	299.847	292.536
Disponibilização do sistema de transmissão	309.437	6.465	64.213	70.678	380.115	156.995
Conexão ao sistema de transmissão	17.344	1.263	10.998	12.261	29.605	22.870
Comercialização na CCEE	15.901	-	-	-	15.901	11.533
Parcelamento	3.809	479	62.250	62.729	66.538	54.807
(-) Provisão de ajuste a valor presente	(350)	-	-	-	(350)	(513)
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.021)	(22.929)	(457.141)	(480.070)	(481.091)	(459.388)
Total Circulante	548.700	5.609	34.073	39.682	588.382	387.478
Não Circulante						
Parcelamento	16.575	-	-	-	16.575	430
(-) Provisão de ajuste a valor presente	(3.178)	-	-	-	(3.178)	(62)
Total Não Circulante	13.397	-	-	-	13.397	368
Total	562.097	5.609	34.073	39.682	601.779	387.846

• PARCELAMENTO

Parte dos créditos a receber antes relacionados sofreu renegociação conforme a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Ligas do Brasil S.A.	56.989	45.598
Celpe S.A.	-	5.162
Santana Têxtil	26.126	4.477
	83.115	55.237
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(62.731)	(50.075)
(-) Provisão de ajuste a valor presente	(3.528)	(575)
Total	16.856	4.587
Circulante	3.459	4.219
Não Circulante	13.397	368

Os parcelamentos têm as seguintes características:

- **Ligas do Brasil S.A. – Libra** – Termo de Confissão de Dívida firmado entre Chesf e a Ligas do Brasil S.A. – Libra, datado de 01/09/2004, no montante de R\$ 3.423 com pagamento em 36 parcelas mensais, vencíveis a partir de 25/09/2004, corrigidas pela Selic, mais juros de 1% a.m.. As parcelas vencidas desde novembro/2005, estavam em fase de cobrança judicial por meio do Processo nº 0126653-84.2009.8.17.0001, movido na Justiça Estadual de Pernambuco, na 24ª Vara Cível da Capital. Em razão do Acordo firmado entre a Chesf e a Libra, foi pedida a extinção do processo nº 0126653-84.2009.8.17.0001 que se operou em 05/05/2010. Contudo, tal transação referiu-se apenas às faturas de consumo de energia elétrica vincendas a partir de maio de 2010. Foi interposta, pela Chesf, nova Ação Ordinária de cobrança que tramita na 17ª vara cível da capital, tombada sob o nº 00282992-95.2010.8.17.0001, objetivando a recuperação de créditos relativos a faturas atrasadas. A Companhia manteve no exercício o registro de provisão para créditos de liquidação duvidosa desses valores.
- **Santana Têxtil** – Termo de Confissão de Dívida e Outras Avenças firmado perante o Juízo da 18ª Vara Cível da Comarca de Recife, no valor de R\$ 22.234, pagável em 60 (sessenta) parcelas mensais, iguais e sucessivas, sem incidência de juros e correção monetária. A Companhia manteve no exercício o registro de provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 5.601 (R\$ 4.055, em 2016).
- **Santana Têxtil** - Termo de Confissão de Dívida e Outras Avenças DFER-001/2017, no valor de R\$ 3.892, pagável em 60 (sessenta) parcelas mensais, iguais e sucessivas, sem incidência de juros e correção monetária. A Companhia mantém provisão de ajuste a valor presente deste contas a receber no valor de R\$ 3.528.

• **PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA**

	Controladora e Consolidado
Saldos em 31/12/2016	(459.388)
Constituição	(82.089)
Reversão	57.699
Baixa	2.687
Saldos em 31/12/2017	(481.091)

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber, cuja recuperação é considerada improvável. Considera uma análise individual das contas a receber vencidas, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros. Neste exercício, as principais variações ocorridas foram decorrentes de variação monetária, juros incorporados ao contas a receber de clientes e a inadimplência do período.

9 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - ATIVO

9.1 - Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<u>Circulante</u>				
Tributos a recuperar	82.266	101.347	88.328	105.437
	82.266	101.347	88.328	105.437
<u>Não Circulante</u>				
Tributos a recuperar	196.496	187.637	196.496	187.637
Ativos fiscais diferidos	180.823	202.252	180.823	202.252
	377.319	389.889	377.319	389.889
Total	459.585	491.236	465.647	495.326

9.2 – Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<u>Circulante</u>				
IRPJ/CSLL	65.963	96.353	71.084	99.838
IR Fonte	10.430	-	11.073	605
Finsocial	2.684	2.608	2.684	2.608
PIS/Pasep	263	150	263	150
Cofins	1.211	691	1.211	691
Outros	1.715	1.545	2.013	1.545
	82.266	101.347	88.328	105.437
<u>Não Circulante</u>				
Finsocial	8.251	8.018	8.251	8.018
PIS/Pasep	18.952	18.084	18.952	18.084
Cofins	169.293	161.535	169.293	161.535
	196.496	187.637	196.496	187.637
Total	278.762	288.984	284.824	293.074

PIS/Pasep e Cofins – Inconstitucionalidade do alargamento da base de cálculo

O Supremo Tribunal Federal - STF declarou a inconstitucionalidade do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/1998, que ampliou a base de cálculo do Pis/Pasep e da Cofins e deu novo conceito ao faturamento que passou a abranger todas as receitas auferidas pela pessoa jurídica independentemente do tipo de atividade exercida e a classificação contábil adotada. Tal dispositivo não possuía previsão constitucional que o amparasse, tendo sido objeto de emenda constitucional posterior.

A referida decisão somente beneficiou as empresas autoras dos recursos extraordinários julgados. Com base no

Código Tributário Nacional - CTN, a Companhia ingressou, em 09 de junho de 2005, com requerimento administrativo na Secretaria da Receita Federal do Brasil com o fim de obter o reconhecimento do direito e a restituição dos valores pagos a maior em decorrência da declaração de inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo dessas contribuições, pelo STF.

Com o indeferimento do citado recurso pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, a Companhia ingressou com ações judiciais ordinárias, em julho de 2006, para a recuperação desses créditos de Pis/Pasep e da Cofins tendo obtido julgamento favorável.

No entanto, o Supremo Tribunal Federal (STF), ao analisar a constitucionalidade da aplicação da Lei Complementar nº 118/2005 (RE 566.621/RS), concluiu que o prazo prescricional de 10 (dez) anos incide apenas sobre os processos ajuizados ou requerimentos administrativos apresentados até 08 de junho de 2005. Tendo em vista esse entendimento da Suprema Corte, a União Federal (Fazenda Nacional) impugnou a liquidação da condenação (apuração dos valores) e também ajuizou ação rescisória perante o Tribunal Regional Federal da 5ª Região, visando desconstituir parcialmente a decisão favorável à Companhia, o que representaria uma redução dos valores devidos. A ação rescisória foi julgada procedente para desconstituir a sentença. Foram interpostos embargos de declaração, que não foram providos, com o que a Chesf interpôs recurso especial, uma vez que a matéria constitucional suscitada pela Chesf na rescisória não havia sido apreciada pelo TRF5. O STJ deu provimento ao recurso da Chesf, anulando o julgamento proferido nos embargos de declaração à rescisória e determinando ao TRF5 que profira outro julgamento. Desde 24/11/2015 o processo se encontra com o relator no TRF5.

Em virtude do posicionamento firmado pelo Supremo Tribunal Federal – STF é provável que os recursos pendentes de julgamento retornem aos órgãos de origem para adequação à orientação da Corte Constitucional.

Consubstanciado na opinião dos seus consultores jurídicos sobre a ação judicial referente à COFINS, com sentença já transitada em julgado, no Comunicado Técnico nº 05/2009 do Ibracon e na Deliberação CVM nº 594/2009, a Companhia mantém registrado contabilmente no grupo de impostos e contribuições a recuperar, o montante estimado de crédito ao valor provável de realização (valor original corrigido), correspondente a R\$ 169.293, os quais serão futuramente compensados com tributos federais devidos pela Companhia.

Em relação ao Pis/Pasep, a ação judicial também teve sua sentença transitada em julgado e atualmente encontra-se em fase de liquidação de valores, com crédito fiscal estimado relativo ao período de agosto de 2001 a novembro de 2002, que, atualizado até o final deste exercício, corresponde a R\$ 18.952, registrado contabilmente no grupo de impostos e contribuições a recuperar de acordo com o comunicado técnico do Ibracon e com a deliberação da CVM citados anteriormente.

9.3 – Ativos fiscais diferidos

A Companhia mantém reconhecidos integralmente em seu Ativo Não Circulante, nos termos dos Pronunciamentos Técnicos CPC 26(R1) (IAS 1) e 32 (IAS 12), aprovados pelas Deliberações CVM nº 595 e 599, ambas de 15/09/2009, ativos diferidos, no montante de R\$ 180.823, resultantes de Prejuízos Fiscais e Base Negativa da Contribuição Social, conforme distribuição a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Prejuízo fiscal	510.428	510.434
Base negativa da contribuição social	591.294	829.391
Créditos Fiscais		
. Imposto de renda sobre prejuízo fiscal	127.607	127.607
. Contribuição social sobre base negativa	53.216	74.645
	180.823	202.252
Não circulante	180.823	202.252

Tais efeitos contemplam a aplicação da alíquota de 9% para a Contribuição Social e para o Imposto de Renda da alíquota de 15% sobre a base de cálculo, com adicional de 10%.

Os créditos fiscais relativos a Imposto de Renda - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, provenientes de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL serão utilizados de acordo com a realização do passivo fiscal diferido ou com a obtenção de lucro tributável.

A realização desses ativos foi estimada conforme tabela abaixo:

2018	24.110
2019 a 2020	48.220
Após 2020	108.493
Total	180.823

10 – CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

10.1 - Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Circulante				
Cauções e outros depósitos vinculados	14.926	15.533	26.934	15.561
	14.926	15.533	26.934	15.561
Não Circulante				
Depósitos vinculados a litígios	518.351	1.009.010	518.351	1.009.010
Cauções e outros depósitos vinculados	142.000	111.163	142.000	111.163
	660.351	1.120.173	660.351	1.120.173
Total	675.277	1.135.706	687.285	1.135.734

10.2 - Depósitos vinculados a litígios

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Trabalhistas	197.661	194.620
Cíveis	228.985	739.040
Fiscais	91.705	75.350
Total	518.351	1.009.010

Referem-se a valores vinculados a processos existentes nas esferas judicial e administrativa. Do montante registrado em 31/12/2017, R\$ 390.403 (R\$ 899.185, em 2016) estão diretamente relacionados às provisões relativas a processos trabalhistas, cíveis e fiscais, com risco de perda provável, demonstrados na nota 29. A variação no período foi motivada, em grande parte, pelo desbloqueio judicial de aplicações financeiras da Companhia, no montante de R\$ 406.238, ocorrido em 24/01/2017, conforme decisão judicial, que concedeu à Companhia a liberação das quantias bloqueadas/penhoradas no âmbito do processo judicial denominado “Fator K”, que tramita na 12ª Vara Cível da Comarca de Recife. O referido processo se encontra provisionado nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

O valor referente à atualização monetária, registrado no exercício de 2017 como receita financeira é de R\$ 16.600 (R\$ 39.892, em 2016).

10.3 - Cauções e outros depósitos vinculados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<u>Circulante</u>				
Caução contratual CEF - empréstimo	14.924	15.531	14.924	15.531
Outros	2	2	12.010	30
	14.926	15.533	26.934	15.561
<u>Não Circulante</u>				
Caução contratual BB	16.150	16.150	16.150	16.150
Caução contratual CEF - outras	17.283	15.595	17.283	15.595
Caução contratual Bradesco	55.019	53.404	55.019	53.404
Caução contratual BNB	1.937	2.982	1.937	2.982
Carta de crédito BNB	26.611	21.950	26.611	21.950
Garantia contratual BB	25.000	1.082	25.000	1.082
	142.000	111.163	142.000	111.163
Total	156.926	126.696	168.934	126.724

A caução contratual CEF – empréstimo foi constituída em garantia ao contrato de empréstimo contraído junto ao banco.

A caução contratual CEF – outras foi constituída em garantia como de operações de liquidação financeira no âmbito da CCEE, ofertada através de contrato de cessão de direitos creditórios, firmado junto ao banco, com recursos aportados em fundo etramercado.

A caução contratual Bradesco foi constituída em garantia junto ao BNDES com saldo equivalente a 6 (seis) prestações de amortização do financiamento concedido.

A carta de crédito BNB refere-se a reserva com saldo equivalente a 3 (três) prestações de amortização do financiamento concedido, em garantia ao contrato junto ao banco.

11 – ALMOXARIFADO

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Matéria-prima para a produção de energia elétrica	276	276
<u>Material</u>		
Almoxarifado	61.402	64.105
Destinado a alienação	1.522	7.171
Outros	3.771	4.812
	66.695	76.088
Adiantamentos a fornecedores	376	283
Total	67.347	76.647

12 – SERVIÇOS EM CURSO

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
<u>Circulante</u>		
Pessoal	77.530	59.675
Material	24.705	17.202
Serviços de terceiros	115.640	104.407
Pesquisa e desenvolvimento	2.189	1.822
Outros	30.674	7.063
	250.738	190.169
<u>Não Circulante</u>		
Outros	-	75.000
	-	75.000
Total	250.738	265.169

Os serviços em curso estão relacionados aos gastos com pessoal, material, serviços, dentre outros, que serão utilizados para apuração de custos referentes aos serviços executados para terceiros ou para a própria Companhia, bem como os valores relativos aos gastos com pesquisa e desenvolvimento, gastos reembolsáveis, a exemplo de estudos e projeto que serão objetos de leilão, que quando de sua conclusão poderão em função de seu desfecho, serem classificados como contas a receber, imobilizado, intangível ou resultado.

13 – ATIVO FINANCEIRO - CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO

A Companhia possui contratos de concessão nos segmentos de geração e transmissão de energia elétrica, firmados com o Poder Concedente - Governo Federal representado pela Aneel - sendo todos os contratos, por segmento, bastante similares em termos de direitos e obrigações do concessionário e do Poder Concedente.

A tarifação da transmissão é controlada pela Aneel, reajustada anualmente e revisada a cada período de cinco anos, tendo como base a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, considerando tanto os investimentos efetuados pela Companhia como sua estrutura de custos e despesas. A cobrança dos serviços é feita diretamente aos usuários das linhas de transmissão, pelo faturamento da Receita Anual Permitida – RAP ajustada mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS via avisos de créditos.

A geração de energia elétrica tem sua receita e sistema de arrecadação na modalidade preço para as usinas que não tiveram a sua concessão prorrogada e tarifação para as demais usinas, e a comercialização de energia elétrica se dá por meio de contratos firmados com as concessionárias de distribuição, dos contratos de reserva de potência e fornecimento de energia elétrica, firmados com consumidores industriais diretamente atendidos pela Companhia, de contratos oriundos de leilões de energia elétrica, realizados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, e de leilões de compra e venda de energia elétrica, realizados por comercializadores ou consumidores livres. As eventuais diferenças entre as energias geradas e vendidas na forma dos contratos descritos, são comercializadas no mercado de curto prazo, no âmbito da CCEE.

Os prazos e outras informações sobre as concessões estão descritas na nota 2.

A ICPC 01(R1) (*IFRIC 12*) e a OCPC 05 orientam os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos e define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração dos direitos e obrigações relacionados aos contratos de concessão desses serviços.

A ICPC 01(R1) (*IFRIC 12*) aplica-se aos contratos de concessão público-privados nos quais o Poder Concedente:

- Controla ou regula o tipo de serviços que podem ser fornecidos com recurso às infraestruturas subjacentes;
- Controla ou regula o preço ao qual os serviços são fornecidos;
- Controla/detém interesse significativo na infraestrutura no final da concessão.

Nos termos da ICPC 01(R1) (*IFRIC 12*) uma concessão público-privada deve apresentar as seguintes características:

- Existe uma infraestrutura subjacente à concessão, a qual é utilizada para prestar serviços;
- Existe um acordo/contrato entre o concedente e o operador;
- O operador presta um conjunto de serviços durante a concessão;

- O operador recebe uma remuneração ao longo de todo o contrato de concessão, diretamente do concedente, dos utilizadores das infraestruturas, ou de ambos;
- As infraestruturas são transferidas para o concedente no final da concessão, de forma gratuita ou onerosa.

Tanto no negócio de Transmissão de energia elétrica quanto no negócio de Geração, relacionado às usinas que tiveram suas concessões prorrogadas, a ICPC 01(R1) (*IFRIC 12*) é aplicável com a utilização do Modelo Financeiro.

Em decorrência da adoção dessas normas e resultante do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica, que lhe dá o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, a Companhia reconheceu um Ativo Financeiro correspondente à remuneração pelo uso da infraestrutura e um Ativo Financeiro indenizável correspondente ao valor devido pelo Poder Concedente.

A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2017, R\$ 5.050.175 como contas a receber do Poder Concedente, após os efeitos da Lei nº 12.783/2013, referente ao montante esperado de recebimento ao final das concessões (R\$ 4.564.371, em 2016). Os valores dos ativos financeiros a serem recebidos durante a concessão, Ativo financeiro – RAP, R\$ 10.868.543 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 10.564.747, em 2016), foram reconhecidos pela diferença entre o valor justo dos Ativos Financeiros – concessão do serviço público e o Ativo financeiro – indenizável, sendo que este representa o menor entre o valor residual contábil e o valor novo de reposição, dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação dos serviços de concessão no término do contrato.

O valor justo do ativo financeiro é apurado por meio do fluxo de caixa dos contratos, que contemplam as entradas de caixa previstas através da Receita Anual Permitida – RAP, deduzida da parcela correspondente a remuneração dos custos com operação e manutenção dos ativos, além da indenização prevista ao término do contrato de concessão, ajustado pela correspondente taxa interna de retorno.

13.1 – Movimentação do Ativo Financeiro

Em 2017, esses ativos financeiros tiveram a seguinte movimentação:

	Controladora						Saldo em 31/12/2017
	Saldo em 31/12/2016	Movimentação					
		Ingressos	Atualização	Transferências	Amortização		
Transmissão							
Ativo financeiro indenizável	534.345	245.932	-	(36.500)	-	-	743.777
Ativo financeiro – RAP	3.791.020	352.376	23.420	36.500	(155.483)	-	4.047.833
Ativo financeiro - Laudo/RAP	10.564.747	-	1.278.835	-	(975.039)	-	10.868.543
(-) Impairment da transmissão	(3.362.542)	-	-	-	-	883.595	(2.478.947)
Geração							
Ativo financeiro - RAG	473	-	-	306	-	-	779
Ativo financeiro amortizável	220.114	19.996	54.774	(5.622)	(55.321)	-	233.941
Ativo financeiro indenizável	18.419	-	-	5.316	-	-	23.735
Total	11.766.576	618.304	1.357.029	-	(1.185.843)	883.595	13.439.661
Circulante	1.255.246						2.169.114
Não Circulante	10.511.330						11.270.547

	Consolidado						Saldo em 31/12/2017
	Saldo em 31/12/2016	Movimentação					
		Ingressos	Atualização	Transferências	Amortização		
Transmissão							
Ativo financeiro indenizável	715.321	254.142	-	1.480	-	-	970.943
Ativo financeiro – RAP	4.292.967	346.696	76.660	(1.103)	(207.988)	-	4.507.232
Ativo financeiro - Laudo/RAP	10.564.747	(1.647)	1.278.835	(15.175)	(975.039)	-	10.851.721
(-) Impairment da transmissão	(3.376.315)	-	-	-	-	883.595	(2.492.720)
Geração							
Ativo financeiro - RAG	473	-	-	306	-	-	779
Ativo financeiro amortizável	220.114	19.996	54.774	(5.622)	(55.321)	-	233.941
Ativo financeiro indenizável	18.419	-	-	5.316	-	-	23.735
Total	12.435.726	619.187	1.410.269	(14.798)	(1.238.348)	883.595	14.095.631
Circulante	1.314.991						2.210.158
Não Circulante	11.120.735						11.885.473

	Controladora	Controladora				Saldo em 31/12/2016
	Saldo em 31/12/2015	Movimentação				
		Ingressos	Atualização	Amortização		
Transmissão						
Ativo financeiro indenizável	1.588.752	93.054	(1.147.461)	-	-	534.345
Ativo financeiro – RAP	3.455.853	452.209	14.989	(132.031)	-	3.791.020
Ativo financeiro - Laudo/RAP	39.567	-	10.525.180	-	-	10.564.747
(-) Impairment da transmissão	(1.320.054)	-	-	-	(2.042.488)	(3.362.542)
Geração						
Ativo financeiro - RAG	-	473	-	-	-	473
Ativo financeiro amortizável	209.302	11.205	84.449	(84.842)	-	220.114
Ativo financeiro indenizável	-	18.419	-	-	-	18.419
Total	3.973.420	575.360	9.477.157	(216.873)	(2.042.488)	11.766.576
Circulante	77.514					1.255.246
Não Circulante	3.895.906					10.511.330

	Controladora	Consolidado					
		Saldo em 31/12/2015	Movimentação				Saldo em 31/12/2016
			Ingressos	Atualização	Amortização	Impairment	
Transmissão							
Ativo financeiro indenizável	1.769.728	93.054	(1.147.461)	-	-	715.321	
Ativo financeiro – RAP	3.950.961	459.682	59.484	(177.160)	-	4.292.967	
Ativo financeiro - Laudo/RAP	39.567	-	10.525.180	-	-	10.564.747	
(-) Impairment da transmissão	(1.333.827)	-	-	-	(2.042.488)	(3.376.315)	
Geração							
Ativo financeiro - RAG	-	473	-	-	-	473	
Ativo financeiro amortizável	209.302	11.205	84.449	(84.842)	-	220.114	
Ativo financeiro indenizável	-	18.419	-	-	-	18.419	
Total	4.635.731	582.833	9.521.652	(262.002)	(2.042.488)	12.435.726	
Circulante	114.207					1.314.991	
Não Circulante	4.521.524					11.120.735	

13.2 – Teste de Recuperabilidade de ativos – Impairment (controladora)

Neste período, a Companhia realizou teste de impairment para suas unidades geradoras de caixa, utilizando o critério do fluxo de caixa descontado a uma taxa de 6,12% (6,92% para o período de fruição de benefício fiscal) para o segmento de geração não renovado, e 5,88% (6,65% para o período de fruição de benefício fiscal) para o segmento de geração renovado e de transmissão. A partir deste teste a Companhia reconheceu no seu resultado uma reversão de provisão para perda relativa ao valor não recuperável dos ativos, no montante de R\$ 883.595 (R\$ 2.042.488 em 2016)

UGC - Impairment	Ano do fim da concessão	Ativo Financeiro (na data do teste)	Taxa de Desconto	Impairment reconhecido em 2016	Impairment reconhecido em 2017
Transmissão					
Contrato nº 061/2001	2042	10.841.567	6,65%	(1.902.617)	1.068.435
Demais contratos de transmissão	Até 2042	2.849.500	6,90%	(139.871)	(184.840)
Total		13.691.067		(2.042.488)	883.595

14 – DIVIDENDOS A RECEBER

Correspondem aos dividendos a receber das SPEs conforme quadro abaixo:

	Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016
Circulante		
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	-	23.035
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	-	9.891
Manaus Construtora Ltda.	9.178	9.178
STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	-	8.974
Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	-	7.324
Energética Águas da Pedra S.A.	-	4.743
Manaus Transmissora de Energia S.A.	2.545	3.934
Integração Transmissora de Energia S.A.	-	1.171
Complexo Eólico Sento Sé I	-	1.391
Complexo Eólico Sento Sé II	231	231
Complexo Eólico Pindaí I	-	141
Vamcruz I Participações S.A.	2.130	-
Total	14.084	70.013

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Circulante		
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	-	23.035
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	-	9.891
Manaus Construtora Ltda.	9.178	9.178
STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	-	8.974
Energética Águas da Pedra S.A.	-	4.743
Manaus Transmissora de Energia S.A.	2.545	3.934
Integração Transmissora de Energia S.A.	-	1.171
Complexo Eólico Sento Sé I	-	1.391
Complexo Eólico Sento Sé II	231	231
Vamcruz I Participações S.A.	2.130	-
Total	14.084	62.548

15 – FACHESF SAÚDE MAIS

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Circulante		
Fachesf Saúde Mais	65.859	8.448
Não Circulante		
Fachesf Saúde Mais	-	78.636
Total	65.859	87.084

Corresponde a adiantamentos para cobertura dos gastos referentes ao plano de saúde disponibilizado aos empregados participantes do Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário - PIDV, conforme nota 26. Conforme convênio, ao término do plano os valores por ventura não utilizados serão devolvidos a Companhia.

16 – ADIANTAMENTOS A CONTROLADAS EM CONJUNTO (AFAC)

Corresponde a adiantamentos para futuro aumento de capital nas seguintes SPEs:

16.1 - Composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Não Circulante				
Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A. (*)	-	590.189	-	-
ESBR Participações S.A.	367.200	267.600	367.200	267.600
TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	101.000	101.000	101.000	101.000
Vamcruz I Participações S.A.	9.800	43.099	9.800	43.099
Chapada Piauí II Holding S.A.	-	35.213	-	35.213
Serra das Vacas Holding S.A.	-	9.443	-	9.443
Total	478.000	1.046.544	478.000	456.355

(*) Ver nota 16.3

16.2 – Movimentação dos adiantamentos a controladas em conjunto (AFAC)

Controladora							
	Saldo em 31/12/2016	Adições	Devoluções/ Baixas	Capitalizações	Atualização Monetária	Transferências	Saldo em 31/12/2017
Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A. (*)	590.189	-	(168.000)	-	41.995	(464.184)	-
ESBR Participações S.A.	267.600	99.600	-	-	-	-	367.200
TDG -Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	101.000	-	-	-	-	-	101.000
VamCruz I Participações S.A.	43.099	-	-	(33.299)	-	-	9.800
Chapada do Plauí II Holding S.A.	35.213	-	(679)	(34.534)	-	-	-
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	9.443	-	(2.996)	(6.581)	134	-	-
Total	1.046.544	99.600	(171.675)	(74.414)	42.129	(464.184)	478.000

(*) Ver nota 16.3

Consolidado						
	Saldo em	Adições	Devoluções/	Capitalizações	Atualização	Saldo em
ESBR Participações S.A.	267.600	99.600	-	-	-	367.200
TDG -Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	101.000	-	-	-	-	101.000
VamCruz I Participações S.A.	43.099	-	-	(33.299)	-	9.800
Chapada do Plauí II Holding S.A.	35.213	-	(679)	(34.534)	-	-
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	9.443	-	(2.996)	(6.581)	134	-
Total	456.355	99.600	(3.675)	(74.414)	134	478.000

16.3 – Extremoz Transmissora do Nordeste – ETN S.A.

Em 10 de junho de 2011, o consórcio Extremoz, constituído por CTEEP (51%) e Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf (49%), arrematou, em sessão pública realizada na BM&F Bovespa, o lote A do leilão ANEEL nº 001/2011, composto pelas LT Ceará-Mirim - João Câmara II, em 500 kV com 64 km; LT Ceará-Mirim - Campina Grande III, em 500 kV com 201 km; LT Ceará-Mirim - Extremoz II, em 230 kV com 26 km; LT Campina Grande III - Campina Grande II, com 8,5 km; SE João Câmara II 500 kV, SE Campina Grande III 500/230 kV e SE Ceará-Mirim 500/230 kV. Em 07 de julho do mesmo ano foi constituída a Extremoz Transmissora do Nordeste – ETN S.A., observando as mesmas participações, com o objetivo de explorar o serviço concedido.

Este projeto tem investimento estimado em R\$ 560,0 milhões e RAP de R\$ 31,9 milhões, (base junho de 2011).

Ainda em 2011 a CTEEP manifestou sua intenção de retirar-se do consórcio, comprometendo-se a permanecer na composição societária até a conclusão de todos os trâmites junto a Aneel, que foi aceita pela Companhia.

Nesse sentido, a Chesf passou a realizar Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFACs na investida, de forma a honrar os compromissos assumidos e necessários à viabilização do empreendimento, até que a saída da acionista CTEEP seja aprovada pelos órgãos reguladores de controle e demais instâncias cabíveis e a Chesf assumia a totalidade das ações da SPE.

Os trâmites necessários para a efetiva retirada da CTEEP da sociedade foram concluídos junto a Aneel. No 4º trimestre de 2015 a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE culminou na assunção de todos os riscos e benefícios do empreendimento pela Chesf, no qual, até o presente momento, permeou as instâncias abaixo:

Em 27/07/2017, foi emitido o Memorando DJJJ nº 2660/2017, pelo jurídico da Eletrobras, atestando o posicionamento favorável com alterações de minutas elaboradas.

Em 14/08/2017, foi emitido um relatório pelo Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Eletrobras Holding (Relatório à Diretoria Executiva – DF 068/2017), referente a atualização dos estudos para a ratificação das decisões que aprovaram a reestruturação societária da ETN. Com os fundamentos do relatório, através da RES-556/2017, a Diretoria Executiva da Eletrobras e por meio da DEL-194/2017 Conselho de Administração da Eletrobras, aprovaram a reestruturação, contemplando a assunção do controle acionário da ETN pela Chesf e, posteriormente, a sua incorporação.

Em 26/10/2017, foi emitido o Despacho da Aneel nº 3.599/2017, com a permissão da operação na qual a CTEEP venderá todas as suas ações de emissão da ETN para a Chesf, desta forma, a Chesf será detentora de 100% das ações representativas do capital social da ETN, passando a exercer o controle acionário.

Em 07/11/2017, a Eletrobras encaminhou ao Ministério de Minas e Energia a carta CTA-DF-2697/2017, referente a assunção do controle acionário da Extremoz Transmissora do Nordeste S.A. – ETN pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF, solicitando encaminhamento para manifestação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST.MPDG sobre o assunto.

Em 29/11/2017, o Ministério de Minas e Energia encaminhou a SEST – Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, através do Ofício nº 175/201/AGE/SE-MME, a carta CTA-DF-2697/2017 e seus anexos, ressaltando a aprovação da Diretoria Executiva e Conselho de Administração da Eletrobras e o parecer favorável do Ministério.

Em 31/01/2018, a SEST, conforme Nota Técnica nº 22597/2017-MP, aprovou o controle acionário formal da ETN.

17 - OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Circulante				
Adiantamentos a empregados	26.979	26.280	27.034	26.448
Financiamentos a terceiros	32	827	32	827
Alienações em curso	14.135	12.446	14.135	12.446
Prêmios de seguros	2.780	2.579	2.926	2.678
Gastos reembolsáveis	11.578	12.962	11.578	12.962
Alienações de bens e direitos	12.865	16.830	12.865	16.830
Adiantamentos a fornecedores	27.900	18.717	28.127	18.834
Serviços prestados a terceiros	23.783	20.679	23.783	20.679
Contas a receber - Eletropar	479	479	479	479
Outros	2.096	6.934	5.399	8.875
	122.627	118.733	126.358	121.058
Não Circulante				
FGTS - Conta-Empresa	4.490	4.244	4.490	4.244
Bens destinados a alienação	10.491	10.493	10.491	10.493
Reserva Global de Reversão	21.301	14.396	21.301	14.396
Contas a receber - Eletropar	-	479	-	479
	36.282	29.612	36.282	29.612
Total	158.909	148.345	162.640	150.670

18 - INVESTIMENTOS

18.1 - Composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Participações societárias permanentes				
Controladas	1.119.029	624.439	-	-
Controladas em conjunto	5.851.949	5.462.103	5.851.949	5.462.103
Coligadas	111.349	104.650	111.349	104.650
Outras participações	537	549	537	549
(-) Provisão para perdas em investimentos	(527.241)	(278.613)	(527.241)	(278.613)
Total participações societárias	6.555.623	5.913.128	5.436.594	5.288.689
Outros investimentos				
Bens e direitos para uso futuro	2.212	2.212	2.212	2.212
Outros	1.091	1.091	1.091	1.091
Total outros investimentos	3.303	3.303	3.303	3.303
Total	6.558.926	5.916.431	5.439.897	5.291.992

18.1.1 – Provisão para perdas em investimentos

Em 31 de dezembro de 2017 foi registrada provisão/reversão para perdas em investimento no montante de R\$ 248.628, decorrente de perdas por redução ao valor recuperável nas participações societárias em SPEs analisadas sob a ótica do investidor a partir de premissas praticadas no sistema Eletrobras (nota 36).

18.1.2 – Participação direta

Empresas	31/12/2017	31/12/2016
<u>Controladas</u>		
Complexo Eólico Pindaí I		
- Acauã Energia S.A.	99,93%	99,93%
- Angical 2 Energia S.A.	99,96%	99,96%
- Arapapá Energia S.A.	99,90%	99,90%
- Caititu 2 Energia S.A.	99,96%	99,96%
- Caititu 3 Energia S.A.	99,96%	99,96%
- Carcará Energia S.A.	99,96%	99,96%
- Corrupião 3 Energia S.A.	99,96%	99,96%
- Teiú 2 Energia S.A.	99,95%	99,95%
Complexo Eólico Pindaí II		
- Coqueirinho 2 Energia S.A.	99,98%	99,98%
- Papagaio Energia S.A.	99,96%	99,96%
Complexo Eólico Pindaí III		
- Tamanduá Mirim 2 Energia S.A.	83,01%	83,01%
Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	100,00%	100,00%
<u>Controladas em conjunto</u>		
STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	49,00%	49,00%
Integração Transmissora de Energia S.A.	12,00%	12,00%
ESBR Participações S.A.	20,00%	20,00%
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	24,50%	24,50%
Manaus Transmissora de Energia S.A.	19,50%	19,50%
Manaus Construtora Ltda.	19,50%	19,50%
TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	49,00%	49,00%
Norte Energia S.A.	15,00%	15,00%
Complexo Eólico Sento Sé I		
- Pedra Branca S.A.	49,00%	49,00%
- São Pedro do Lago S.A.	49,00%	49,00%
- Sete Gameleiras S.A.	49,00%	49,00%
Complexo Eólico Sento Sé II		
- Baraúnas I Energética S.A.	49,00%	49,00%
- Mussambê Energética S.A.	49,00%	49,00%
- Morro Branco I Energética S.A.	49,00%	49,00%
Complexo Eólico Sento Sé III		
- Baraúnas II Energética S.A.	1,50%	1,56%
- Banda de Couro Energética S.A.	1,70%	1,76%
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	49,00%	49,00%
Vamcruz I Participações S.A.	49,00%	49,00%
Chapada do Piauí I Holding S.A.	49,00%	49,00%
Chapada do Piauí II Holding S.A.	49,00%	49,00%
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	49,00%	49,00%
Companhia Energética SINOP S.A.	24,50%	24,50%
<u>Coligada</u>		
Energética Águas da Pedra S.A.	24,50%	24,50%

No exercício foi realizada uma adequação no percentual de participação das SPEs Banda de Couro Energética S.A. e Baraúnas II Energética S.A., em virtude da proporcionalidade do número de ações detido por cada acionista das referidas SPEs.

Complexo Eólico Pindaí I

A Companhia, em consórcio com a empresa Sequoia Capital, venceu o 5º Leilão de Energia de Reserva (5º LER), promovido pela Aneel em 23/08/2013, cujo objeto foi a compra de energia proveniente de novos empreendimentos de geração eólica. Serão implantados oito parques eólicos, através das empresas Acauã Energia S.A., Angical 2 Energia S.A., Arapapá Energia S.A., Caititu 2 Energia S.A., Caititu 3 Energia S.A., Carcará Energia S.A., Corrupião 3 Energia S.A. e Teiú 2 Energia S.A., constituídas em 14 de novembro de 2013, no município de Pindaí, na Bahia, com 68 MW de potência instalada, com início das operações previsto entre março e outubro de 2018 e prazo de duração de 35 (trinta e cinco) anos. No final de 2014, ocorreu uma mudança na composição acionária dessas SPEs, passando a Chesf a deter 99,9% de participação acionária. No exercício, a Companhia efetuou aportes de capital no montante de R\$ 43.144, e apurou perda com equivalência patrimonial no montante de R\$ 8.690 (ganho de R\$ 896 em 2016) neste complexo eólico.

Complexo Eólico Pindaí II

O Complexo Eólico Pindaí II é formado pelas SPEs Coqueirinho 2 Energia S.A. e Papagaio Energia S.A., constituídas através do consórcio com a empresa Sequoia Capital, vencedor do Leilão Aneel nº 09/2013 (A-3) realizado em 18 de novembro de 2013, cujo objetivo foi a implantação da UEE Coqueirinho 2, de 16 MW, e da UEE Papagaio, de 10 MW, ambas situadas no município de Pindaí, na Bahia, com início das operações previsto entre abril e maio de 2018 e prazo de duração de 35 (trinta e cinco) anos. No final de 2014 ocorreu uma mudança na composição acionária dessas SPEs, passando a Chesf a deter 99,9% de participação acionária sobre ambas. No exercício, a Companhia efetuou aportes de capital no montante de R\$ 13.423, e apurou perda com equivalência patrimonial no montante de R\$ 566 (perda de R\$ 1.929 em 2016) neste complexo eólico.

Complexo Eólico Pindaí III

O Complexo Eólico Pindaí III é constituído da SPE Tamanduá Mirim 2 S.A. formada em consórcio com a empresa Sequoia Capital, vencedora do Leilão Aneel nº 10/2013 (A-5) realizado em 13/12/2013, cujo objeto foi a implantação da UEE Tamanduá Mirim 2, de 16 MW de potência, situada no município de Pindaí, na Bahia, com início das operações previsto para março de 2018 e prazo de duração de 35 (trinta e cinco) anos. A participação da Companhia nesse empreendimento é de 83,01%. No exercício, a Companhia efetuou aportes de capital no montante de R\$ 4.699, e apurou perda com equivalência patrimonial no montante de R\$ 552 (ganho de R\$ 528 em 2016) neste complexo eólico.

Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.

A empresa Extremoz Transmissora do Nordeste – ETN S.A. foi criada em 07/07/2011, vencedora do Leilão nº 001/2011, promovido pela Aneel, em 10/06/2011, objetivando a construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, especificamente a LT Ceará Mirim – João Câmara II, CS, em 500 kV, com 64 km (início da operação em out/14); LT Ceará Mirim – Campina Grande III, CS, em 500 kV, com 192 km (início da operação em mai/15); LT Ceará Mirim – Extremoz II, CS, em 230 kV, com 19 km (início da operação em out/14); LT Campina Grande III – Campina Grande II, CS, em 230 kV, com 10 km (início da operação em mai/15); SE João Câmara II, 500 kV (início da operação em out/14); SE Campina Grande III, 500/230 kV (início da operação em mai/15); SE Ceará Mirim, 500/230 kV (início da operação em out/14), e instalação de transmissão de interesse exclusivo das centrais de geração para conexão compartilhada – ICG, banco de transformadores 500/138 kV na SE João Câmara II. O prazo de concessão do empreendimento é de 30 (trinta) anos para as instalações de transmissão que compõem a Rede Básica do SIN e de 18 (dezoito) anos para as instalações de transmissão de interesse exclusivo das centrais de geração para conexão compartilhada – ICG, contados a partir de 13/10/2011, conforme Contrato de Concessão nº 008/2011 ANEEL. Durante o exercício de 2017 a Companhia apurou perda com equivalência patrimonial no montante de R\$ 28.514 (ganho de R\$ 33.471, em 2016).

Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

A STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A. foi constituída em 27/10/2003, a partir do Leilão nº 001/2003-ANEEL, com o objetivo de construir e operar a linha de transmissão de 500kv, em Teresina-PI/Sobral e Fortaleza-CE, com 546 km de extensão, nos termos do Contrato de Concessão nº 005/2004 ANEEL, firmado em 18/02/2004, com prazo de concessão de 30 (trinta) anos. A sua operação comercial teve início em janeiro de 2006. A participação acionária da Companhia nessa SPE corresponde a 49,0%. Durante o exercício de 2017 a Companhia apurou ganho com equivalência patrimonial no montante de R\$ 35.273 (ganho de R\$ 76.794, em 2016).

Integração Transmissora de Energia S.A.

A Integração Transmissora de Energia S.A. foi constituída em 20/12/2005, cujo objeto social é a construção, implantação, operação e manutenção do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional – SIN. Composto pela linha de transmissão de 500kV Colinas/Serra da Mesa 2, 3º circuito, entradas de linha e instalações vinculadas, com 695 km de extensão, nos termos do Contrato de Concessão nº 002/2006 – ANEEL, firmado com o Poder Concedente, em 27/04/2006, por meio da Aneel. A sua operação comercial teve início em maio/2008. A participação da Companhia nessa SPE corresponde a 12,0%, e o prazo da concessão é de 30 (trinta) anos. Durante o exercício de 2017 a Companhia apurou ganho com equivalência patrimonial no montante de R\$ 7.153 (ganho de R\$ 7.328, em 2016).

ESBR Participações S.A.

A ESBR Participações S.A., constituída em 12/02/2009, detém a totalidade das ações da Energia Sustentável do Brasil S.A., que foi constituída a partir do Leilão nº 005/2008-ANEEL, com o objetivo de explorar o potencial de energia hidráulica e a comercialização da energia proveniente da Usina Hidrelétrica Jirau – UHE Jirau, no Rio Madeira, município de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, com potência mínima a ser instalada de 3.750 MW. Em setembro de 2013, a SPE deu início à operação em fase de testes de uma Unidade Geradora, com 75 MW, e finalizou em dezembro de 2016 com 50 unidades em operação comercial, totalizando 3.750 MW. A participação da Companhia nessa SPE corresponde a 20% e o prazo de concessão do empreendimento é de 35 (trinta e cinco) anos contados a partir de 13/08/2008, data da assinatura do seu Contrato de Concessão nº 002/2008 – MME-UHE JIRAU. Durante o exercício de 2017 a Companhia realizou AFAC no montante de R\$ 99.600 e apurou perda com equivalência patrimonial no montante de R\$ 17.391 (ganho de R\$ 269.899, em 2016).

Interligação Elétrica do Madeira S.A.

A Interligação Elétrica do Madeira S.A. foi constituída em 18/12/2008, através do Leilão ANEEL – 007/2008, e tem por objeto a construção, implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional - SIN, especificamente das LT Coletora Porto Velho (RO) – Araraquara 2 (SP) número 01, em CC, +/- 600 kV, com 2.375 km, Estação Retificadora número 02 CA/CC, 500 kV +/- 600 kV – 3.150 MW, Estação Inversora número 02 CC/CA +/- 600 kV/500 kV – 2.950 MW e demais obras complementares, nos termos dos Contratos de Concessão nº 13/2009-ANEEL e nº 15/2009-ANEEL. A participação da Companhia nessa SPE corresponde a 24,5%, e o prazo de concessão do empreendimento é de 30 (trinta) anos contados a partir de 26/02/2009, data da assinatura do Contrato de Concessão. A sua operação comercial teve início em agosto de 2013. Durante o exercício de 2017, a Companhia apurou ganho com equivalência patrimonial de R\$ 69.467 (ganho de R\$ 99.198, em 2016).

Manaus Transmissora de Energia S.A.

A empresa Manaus Transmissora de Energia S.A. foi criada a partir do Consórcio Amazonas e constituída em 22/04/2008 para a implantação das linhas de transmissão de 500 kV Oriximiná (PA) – Silves (AM), com extensão aproximada de 335 km, e Silves (AM) – Lechuga (AM), com 224 km de extensão aproximada; construção da subestação Silves (antes denominada Itacoatiara) em 500/138 kV (150 MVA) e da subestação Lechuga (antes denominada Cariri) em 500/230 kV (1.800 MVA), conforme Contrato de Concessão nº 010/2008 – ANEEL, com prazo de concessão de 30 (trinta) anos, a partir de 16/10/2008, data da assinatura do contrato. A Companhia possui participação de 19,5% no capital social da referida empresa. A sua operação comercial teve início em março de 2013. Durante o exercício de 2017, a Companhia apurou ganho com equivalência patrimonial no montante de R\$ 11.869 (ganho de R\$ 16.355, em 2016).

Manaus Construtora Ltda.

Em 30/01/2009, foi constituída a empresa Manaus Construtora Ltda., da qual a Companhia é sócia com 19,5%. Essa empresa foi criada com o objetivo de construção, montagem e fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos para a linha de transmissão 500 kV Oriximiná/Cariri CD, a subestação Silves (antes denominada Itacoatiara) de 500/138 kV e a subestação Lechuga (antes denominada Cariri) de 500/230 kV, entradas de linha e instalações vinculadas, bem como as demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle e telecomunicação, a ser integrada à Rede Básica do Sistema Interligado Nacional. Durante o exercício de 2017 a Companhia apurou ganho com equivalência patrimonial no montante de R\$ 202 (perda de R\$ 106, em 2016).

TDG – Transmissora Delmiro Gouveia S.A.

A empresa TDG – Transmissora Delmiro Gouveia foi constituída em 12/01/2010, a partir do Leilão nº 005/2009-ANEEL, Lote C, objetivando a construção, implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, especificamente da linha de transmissão São Luiz II – São Luiz III, em 230 kV, com 39 km de extensão, localizada no estado do Maranhão, das subestações Pecém II, em 500/230 kV (3.600 MVA), e Aquiraz II, em 230/69 kV (450 MVA), localizadas no estado do Ceará. O prazo de concessão do empreendimento é de 30 anos, a partir de 12/07/2010, data da assinatura do Contrato de Concessão nº 004/2010 ANEEL. Em outubro de 2013 entrou em operação as Subestações Pecém II, de 500/230kV, e Aquiraz, de 230/69 kV. A participação da Companhia nesse empreendimento é de 49,0%. Durante o exercício de 2017 a Companhia apurou ganho com equivalência patrimonial no montante de R\$ 19.480 (ganho de R\$ 593, em 2016).

Norte Energia S.A.

A Norte Energia S.A. foi constituída em 21/07/2010, a partir do Consórcio Norte Energia, vencedor do Leilão nº 006/2009-ANEEL, com o objetivo de explorar o potencial de energia hidráulica e a comercialização da energia proveniente da Usina Hidrelétrica Belo Monte, da qual a Chesf participa com 15,0%. A UHE Belo Monte está sendo instalada no Rio Xingu, no município de Vitória do Xingu, no Pará. A capacidade a ser instalada é de 11.233,1 MW, garantia física de 4.571 MW médios e reservatório com área de 516 quilômetros quadrados, com prazo de concessão de 35 (trinta e cinco) anos, a partir de 26/08/2010, data da assinatura do Contrato de concessão nº 001/2010-MME-UHE Belo Monte. Em abril de 2016, a SPE deu início à operação comercial, totalizando ao final daquele exercício 1.295 MW de capacidade instalada referente a 04 unidades geradoras, e, em 2017, com 13 (treze) unidades geradoras em operação comercial que totalizam 4.305,1 MW. No exercício, a Companhia efetivou aportes de capital no montante de R\$ 173.700, e apurou perda com equivalência patrimonial no montante de R\$ 56.294 (perda de R\$ 34.263, em 2016).

Complexo Eólico Sento Sé I

O Complexo Eólico Sento Sé I é composto pelas SPEs São Pedro do Lago S.A., Pedra Branca S.A., e Sete Gameleiras S.A., constituídas em 07/10/2010, a partir dos consórcios Pedra Branca, São Pedro do Lago e Sete Gameleiras, vencedores do Leilão ANEEL nº 007/2010, cujo objeto foi a contratação, no ambiente regulado, de energia de fontes alternativas de geração, na modalidade por disponibilidade de energia. A sua operação comercial teve início em março de 2013 com prazo de concessão de 35 (trinta e cinco) anos, proveniente de três parques eólicos localizados na região Nordeste – UEE Pedra Branca, UEE São Pedro do Lago e UEE Sete Gameleiras - e capacidade para gerar 30,0 MW, cada. A participação acionária da Companhia nesses empreendimentos é de 49,0%. Durante o exercício de 2017 a Companhia apurou ganho com equivalência patrimonial no montante de R\$ 19.497 (ganho de R\$ 5.305, em 2016) neste complexo eólico.

Complexo Eólico Sento Sé II

O Complexo Eólico Sento Sé II é composto pelas SPEs Baraúnas I S.A., Morro Branco I S.A., e Mussambê Energética S.A. constituídas em consórcio com as empresas Brennand Energia e Brennand Energia Eólica a partir do 5º Leilão de Energia de Reserva (5º LER), Leilão 005/2013, promovido pela Aneel em 23/08/2013, cujo objeto foi a compra de energia proveniente de novos empreendimentos de geração eólica, para implantação dos parques eólicos Baraúnas I, Morro Branco I e Mussambê, no município de Sento Sé, na Bahia, com 32,9 MW de potência instalada cada. Os Parques eólicos Mussambê, Baraúnas I e Morro Branco I entraram em operação comercial em outubro de 2015, e prazo de duração de 35 (trinta e cinco) anos. A participação acionária da Companhia nesses empreendimentos é de 49,0%. A Companhia apurou perda com equivalência patrimonial no montante de R\$ 1.575 (perda de R\$ 5.375 em 2016) neste complexo eólico.

Complexo Eólico Sento Sé III

O Complexo Eólico Sento Sé III é composto pelas SPEs Banda de Couro S.A. e Baraúnas II Energética S.A, cujo objeto é a implantação dos parques eólicos Banda de Couro e Baraúnas II, no município de Sento Sé, na Bahia, com 32,9 MW e 25,85 MW, respectivamente, de potência instalada. Os parques entraram em operação em março de 2016 e prazo de duração de 35 (trinta e cinco) anos. A Companhia possui 1,7% de participação em Banda de Couro e 1,5% de participação em Baraúnas II. Durante o exercício de 2017 a Companhia apurou perda com equivalência patrimonial no montante de R\$ 124 (perda de R\$ 28 em 2016) neste complexo eólico.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

A Interligação Elétrica Garanhuns S.A foi constituída a partir do Consórcio Garanhuns, vencedor do Lote L do Leilão nº 004/2011, promovido pela Aneel, em 02 de setembro de 2011, objetivando a construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, especificamente LT Luis Gonzaga – Garanhuns, em 500 kV, com 224 km; LT Garanhuns – Campina Grande III, em 500 kV, com 190 km; LT Garanhuns – Pau Ferro, em 500 kV, com 239 km; LT Garanhuns – Angelim I, em 230 kV, com 13 Km; SE Garanhuns, 500/230 kV; SE Pau Ferro, 500/230 kV. O prazo de concessão do empreendimento é de 30 (trinta) anos e o início das operações foi em novembro de 2015. A Companhia possui 49,0% da participação na investida. Durante o exercício de 2017 a Companhia apurou perda com equivalência patrimonial no montante de R\$ 13.661 (ganho de R\$ 44.476, em 2016).

VamCruz I Participações S.A.

A Vamcruz I Participações S.A. constituída em 07/07/2014 tem por objeto social exclusivo a participação direta ou indireta nas SPEs Usina de Energia Eólica Junco I S.A., Usina de Energia Eólica Junco II S.A., Usina de Energia Eólica Caiçara I S.A. e Usina de Energia Eólica Caiçara II S.A., constituídas em março de 2012, e passou a deter a totalidade das ações destas SPEs a partir de junho de 2015. As SPEs foram criadas a partir do Leilão nº 007/2011, promovido pela Aneel, em 20 de dezembro de 2011, cujo objeto foi a compra de energia proveniente de novos empreendimentos de geração eólica. As usinas Junco I, Junco II, Caiçara I e Caiçara II, totalizarão 93,0 MW de potência instalada, e foram construídas no município de Serra do Mel, no Estado do Rio Grande do Norte. As usinas eólicas entraram em operação em novembro de 2015. Em 12/11/2013, houve a transferência das ações da empresa Voltália para a Envolver Participações S.A, ficando a participação da Chesf nos quatro projetos eólicos de 49,0% e 51,0% da empresa Envolver, por meio das empresas Usina de Energia Eólica Junco I S.A., Usina de Energia Eólica Junco II S.A., Usina de Energia Eólica Caiçara I S.A. e Usina de Energia Eólica Caiçara II S.A. Durante o exercício de 2017 realizou aportes de capital no montante de R\$ 33.299, mediante a capitalização parcial de AFAC e apurou ganho com equivalência patrimonial no montante de R\$ 8.014 (ganho de R\$ 2.974, em 2016) neste complexo eólico.

Chapada do Piauí I Holding S.A.

A Chapada do Piauí I Holding S.A. constituída em 08/05/2014, tem por objetivo social exclusivo a participação nas SPEs Ventos de Santa Joana IX Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Joana X Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Joana XI Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Joana XII Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Joana XIII Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Joana XV Energias Renováveis S.A., e Ventos de Santa Joana XVI Energias Renováveis S.A., constituídas em outubro de 2013, e passou a deter totalidade das ações destas SPEs a partir do 1º semestre de 2015. As SPEs foram criadas a partir do 5º Leilão de Energia de Reserva (5º LER), promovido pela Aneel em 23/08/2013, cujo objeto foi a compra de energia proveniente de novos empreendimentos de geração eólica, situados nos municípios de Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões, no Piauí, para implantação dos parques eólicos denominados Ventos Santa Joana IX, X, XI, XIII, com 29,6 MW de potência instalada cada; e Ventos de Santa Joana XII, XV, XVI, com 28,9 MW de potência instalada cada. Os parques entraram em operação em julho de 2015 e possuem prazo de duração de 35 (trinta e cinco) anos. A Companhia possui 49,0% da participação no capital social da referida investida. Durante o exercício de 2017, apurou perda com equivalência patrimonial no montante de R\$ 12.209 (perda de R\$ 19.477 em 2016).

Chapada do Piauí II Holding S.A.

A Chapada do Piauí II Holding S.A. constituída em 08/05/2014, tem por objetivo social exclusivo a participação nas SPEs Ventos de Santa Joana I Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Joana III Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Joana IV Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Joana V Energias Renováveis S.A. e Ventos de Santa Joana VII Energias Renováveis S.A., e Ventos de Santo Augusto IV Energias Renováveis S.A., constituídas em 08/05/2014, e passou a deter a totalidade das ações destas SPEs a partir do 2º semestre de 2015. As SPEs foram criadas a partir do Leilão 09/2013-ANEEL, promovido pela Aneel em 18 de novembro de 2013, cujo objeto foi a compra de energia proveniente de novos empreendimentos de geração eólica, para implantação dos parques eólicos denominados Ventos de Santa Joana I, IV, V e Ventos de Santo Augusto IV, com 28,9 MW, Ventos de Santa Joana III, com 29,6 MW, e Ventos de Santa Joana VII, com 27,2 MW, todos situados nos municípios de Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões, no Piauí. Os parques entraram em operação em janeiro de 2016 e possuem prazo de duração de 35 (trinta e cinco) anos. A Companhia possui 49,0% da participação no capital social da referida investida. A Companhia realizou no exercício, aportes de capital no montante de R\$ 26.919 e capitalização de AFAC no montante de R\$ 34.534, e apurou uma perda com equivalência patrimonial no montante de R\$ 6.905 (perda de R\$ 24.486 em 2016).

Eólica Serra das Vacas Holding S.A.

A Eólica Serra das Vacas Holding S.A. constituída em 08/10/2015, tem por objeto social exclusivo a participação na totalidade do capital social das SPEs Eólica Serra das Vacas I S.A., Eólica Serra das Vacas II S.A., constituídas em 21/02/2014, Eólica Serra das Vacas III S.A. e Eólica Serra das Vacas IV S.A., constituídas em 17/01/2014. As SPEs foram criadas a partir do Leilão 09/2013-ANEEL, promovido pela Aneel em 18/11/2013, cujo objeto foi a compra de energia proveniente de novos empreendimentos de geração eólica, para implantação dos parques eólicos denominados Serra das Vacas I, II, III e IV, situados nos municípios de Saloá, em Pernambuco, totalizando 90,76 MW de potência instalada, com prazo de duração de 35 (trinta e cinco) anos, cuja operação comercial iniciou em dezembro de 2015. A Companhia possui 49,0% da participação no capital social da referida investida. Durante o exercício de 2017 realizou aportes de capital no montante de R\$ 6.581, mediante a capitalização de AFAC e apurou perda com equivalência patrimonial de R\$ 5.023 durante o exercício de 2017 (perda de R\$ 7.311 em 2016).

Companhia Energética Sinop S.A.

A Companhia Energética Sinop S.A. foi constituída, através do Leilão nº 006/2013, promovido pela Aneel em 29 de agosto de 2013, cujo objeto foi a compra de energia proveniente de novos empreendimentos de geração de energia que construirá a UHE SINOP, no Rio Teles Pires, nos municípios de Cláudio e Itaúba, no Estado do Mato Grosso, com 408 MW de potência instalada e com início de suprimento previsto para janeiro de 2019 e prazo de duração de 35 (trinta e cinco) anos. A participação da Companhia nesse empreendimento é 24,5%. No exercício de 2017, a Companhia realizou aportes de capital no montante de R\$ 161.014 e apurou perda com equivalência patrimonial no montante de R\$ 106.875 (perda de R\$ 1.405 em 2016) neste empreendimento.

Energética Águas da Pedra S.A.

A Energética Águas da Pedra S.A. foi constituída em 03/04/2007 a partir do Leilão nº 004/2006-ANEEL e tem como objeto a implantação e exploração da UHE Dardanelos, no Rio Aripuanã, situado no norte do Estado do Mato Grosso, com potência instalada de 261 MW e energia assegurada total de 154,9 MW médios, para suprir o município de Aripuanã e, posteriormente, o Sistema Interligado Nacional - SIN. A participação da Companhia na SPE corresponde a 24,5%, e o prazo de concessão do empreendimento é de 35 (trinta e cinco) anos, a partir de 03/07/2007, data da assinatura do seu Contrato de Concessão nº 002/2007-MME-UHE DARDANELOS. A sua operação comercial teve início em agosto de 2011. Durante o exercício de 2017, a Companhia apurou ganho com equivalência patrimonial, no montante de R\$ 21.935 (ganho de R\$ 26.280, em 2016).

18.2 – Movimentação das Participações Societárias Permanentes:

	31/12/2016	Aumento de Capital	Capitalização de AFAC	Dividendos	Resultado de participação societária	Provisão/ Reversão	Outros	31/12/2017
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial								
Controladas								
· Complexo Eólico Pindaí I	338.489	43.144	-	138	(8.690)	-	-	373.081
· Complexo Eólico Pindaí II	146.589	13.423	-	-	(566)	-	-	159.446
· Complexo Eólico Pindaí III	77.135	4.699	-	-	(552)	-	-	81.282
· Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A. (*)	62.226	-	-	7.324	(28.514)	-	464.184	505.220
Controladas em conjunto								
· STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	202.898	-	-	(21.430)	35.273	-	-	216.741
· Integração Transmissora de Energia S.A.	47.907	-	-	(3.820)	7.153	-	-	51.240
· ESBR Participações S.A.	1.665.961	-	-	-	(17.391)	-	-	1.648.570
· Interligação Elétrica do Madeira S.A.	564.755	-	-	23.035	69.467	-	-	657.257
· Manaus Transmissora de Energia S.A.	257.420	-	-	1.389	11.869	-	-	270.678
· Manaus Construtora Ltda.	7.343	-	-	-	202	-	-	7.545
· TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	7.829	-	-	-	19.480	-	-	27.309
· Norte Energia S.A.	1.607.827	173.700	-	-	(56.294)	-	-	1.725.233
· Complexo Eólico Sento Sé I	57.012	-	-	(3.730)	19.497	-	-	72.779
· Complexo Eólico Sento Sé II	57.157	-	-	-	(1.575)	-	-	55.582
· Complexo Eólico Sento Sé III	1.485	(304)	-	-	(124)	-	-	1.057
· Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	360.072	-	-	9.891	(13.661)	-	-	356.302
· VamCruz I Participações S.A.	92.452	-	33.299	(2.130)	8.014	-	-	131.635
· Chapada do Piauí I Holding S.A.	104.060	-	-	-	(12.209)	-	-	91.851
· Chapada do Piauí II Holding S.A.	117.701	26.919	34.534	-	(6.905)	-	-	172.249
· Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	94.614	-	6.581	-	(5.023)	-	-	96.172
· Companhia Energética SINOP S.A.	215.610	161.014	-	-	(106.875)	-	-	269.749
Coligada								
· Energética Águas da Pedra S.A.	104.650	-	-	(15.236)	21.935	-	-	111.349
Avaliadas ao custo								
· Outras participações	549	-	-	-	-	-	(12)	537
Sub-total	6.191.741	422.595	74.414	(4.569)	(65.489)	-	464.172	7.082.864
Provisão para perdas em investimentos								
· Complexo Eólico Pindaí I	-	-	-	-	-	(123.891)	-	(123.891)
· Complexo Eólico Pindaí II	-	-	-	-	-	(54.531)	-	(54.531)
· Complexo Eólico Pindaí III	-	-	-	-	-	(25.854)	-	(25.854)
· ESBR Participações S.A.	-	-	-	-	-	(111.828)	-	(111.828)
· Interligação Elétrica do Madeira S.A.	-	-	-	-	-	(3.621)	-	(3.621)
· Manaus Transmissora de Energia S.A.	(131.804)	-	-	-	-	37.360	-	(94.444)
· Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	-	-	-	-	-	(88.878)	-	(88.878)
· VamCruz I Participações S.A.	-	-	-	-	-	(7.028)	-	(7.028)
· Companhia Energética SINOP S.A.	(146.809)	-	-	-	-	129.643	-	(17.166)
Sub-total	(278.613)	-	-	-	-	(248.628)	-	(527.241)
Total	5.913.128	422.595	74.414	(4.569)	(65.489)	(248.628)	464.172	6.555.623

(*) Ver nota 16

Em 14 de fevereiro de 2017 foi realizada Assembleia Geral Extraordinária nas SPEs do Complexo Eólico Sento Sé III, na qual restou aprovada a redução do capital da *Banda de Couro Energética S.A.* e *Baraúnas II Energética S.A.*, mediante a emissão e integralização de debêntures conforme disposto no Contrato de Financiamento firmado com o BNDES.

18.3 - Equivalência Patrimonial

	Investimento	Patrimônio Líquido	Resultado até 30/11/2017	Equivalência Patrimonial
<u>Controladas</u>				
- Complexo Eólico Pindaí I	373.081	373.263	(8.695)	(8.690)
- Complexo Eólico Pindaí II	159.446	159.489	(566)	(566)
- Complexo Eólico Pindaí III	81.282	97.917	(665)	(552)
- Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	505.220	505.220	(28.514)	(28.514)
<u>Controladas em conjunto</u>				
- STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	216.741	442.327	71.986	35.273
- Integração Transmissora de Energia S.A.	51.240	426.994	59.609	7.153
- ESBR Participações S.A.	1.648.570	8.242.852	(86.956)	(17.391)
- Interligação Elétrica do Madeira S.A.	657.257	2.682.682	283.540	69.467
- Manaus Transmissora de Energia S.A.	270.678	1.388.089	60.861	11.869
- Manaus Construtora Ltda.	7.545	38.695	1.047	202
- TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	27.309	55.732	39.754	19.480
- Norte Energia S.A.	1.725.233	11.501.551	(375.292)	(56.294)
- Complexo Eólico Sento Sé I	72.779	139.110	39.791	19.497
- Complexo Eólico Sento Sé II	55.582	113.433	(3.213)	(1.575)
- Complexo Eólico Sento Sé III	1.057	65.546	(7.552)	(124)
- Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	356.302	727.146	(27.880)	(13.661)
- Vamcruz I Participações S.A.	131.635	268.646	16.354	8.014
- Chapada do Piauí I Holding S.A.	91.851	140.721	(24.916)	(12.209)
- Chapada do Piauí II Holding S.A.	172.249	310.385	(14.092)	(6.905)
- Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	96.172	180.623	(10.253)	(5.023)
- Companhia Energética SINOP S.A.	269.749	1.101.015	(436.224)	(106.875)
<u>Coligada</u>				
- Energética Águas da Pedra S.A.	111.349	454.485	89.530	21.935
TOTAL	7.082.327	29.415.921	(362.346)	(65.489)

18.4 - Resumo das Demonstrações Financeiras das Empresas Controladas, Coligada e Controladas em Conjunto

BALANÇO PATRIMONIAL

INVESTIDAS	2017								2016							
	ATIVO				PASSIVO				ATIVO				PASSIVO			
	Circulante	Não Circulante		Total	Circulante	Não Circulante	Patrimônio Líquido	Total	Circulante	Não Circulante		Total	Circulante	Não Circulante	Patrimônio Líquido	Total
		Outros	Imobilizado, Intangível e Investimentos							Outros	Imobilizado, Intangível e Investimentos					
Controladas																
- Complexo Eólico Pindaí I	27.590	-	356.942	384.532	11.269	-	373.263	384.532	35.205	-	314.457	349.662	11.012	-	338.650	349.662
- Complexo Eólico Pindaí II	14.415	-	147.110	161.525	2.036	-	159.489	161.525	13.153	-	135.310	148.463	1.831	-	146.632	148.463
- Complexo Eólico Pindaí III	3.425	-	95.740	99.165	1.248	-	97.917	99.165	13.081	-	80.924	94.005	1.084	-	92.921	94.005
- Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	104.725	614.926	106	719.757	178.233	36.304	505.220	719.757	116.523	609.405	127	726.055	41.269	622.560	62.226	726.055
Controladas em conjunto																
- STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	225.713	535.765	440	761.918	68.659	250.932	442.327	761.918	222.993	542.310	412	765.715	83.842	267.795	414.078	765.715
- Integração Transmissora de Energia S.A.	201.164	428.999	337	630.500	54.505	149.001	426.994	630.500	157.056	471.730	398	629.184	51.077	178.882	399.225	629.184
- ESBR Participações S.A.	888.073	790.253	20.931.848	22.610.174	941.706	13.425.616	8.242.852	22.610.174	635.182	886.818	22.175.682	23.697.682	1.246.901	14.120.972	8.329.809	23.697.682
- Interligação Elétrica do Madeira S.A.	626.932	5.266.871	47.028	5.940.831	313.217	2.944.932	2.682.682	5.940.831	724.943	4.979.505	44.546	5.748.994	388.702	3.055.171	2.305.121	5.748.994
- Manaus Transmissora de Energia S.A.	235.475	2.386.043	-	2.621.518	170.270	1.063.159	1.388.089	2.621.518	210.848	2.635.898	13.567	2.860.313	241.778	1.298.428	1.320.107	2.860.313
- Manaus Construtora Ltda.	351	90.701	-	91.052	5.290	47.067	38.695	91.052	325	90.858	-	91.183	6.460	47.067	37.656	91.183
- TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	53.328	306.548	126	360.002	25.513	278.757	55.732	360.002	53.203	263.423	149	316.775	22.474	278.323	15.978	316.775
- Norte Energia S.A.	1.087.819	894.768	38.928.258	40.910.845	3.143.286	26.266.008	11.501.551	40.910.845	1.147.233	402.437	35.950.015	37.499.685	1.638.101	25.142.741	10.718.843	37.499.685
- Complexo Eólico Sento Sé I	23.318	55.310	263.480	342.108	30.396	172.602	139.110	342.108	16.972	31.560	278.464	326.996	22.436	188.205	116.355	326.996
- Complexo Eólico Sento Sé II	13.526	17.288	368.545	399.359	22.060	263.866	113.433	399.359	9.071	11.263	392.884	413.218	22.322	274.249	116.647	413.218
- Complexo Eólico Sento Sé III	18.886	4.880	221.922	245.688	8.989	171.153	65.546	245.688	10.418	4.352	234.036	248.806	13.862	146.162	88.782	248.806
- Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	143.841	1.079.888	251	1.223.980	70.485	426.349	727.146	1.223.980	119.305	1.216.827	210	1.336.342	103.054	498.447	734.841	1.336.342
- VamCruz I Participações S.A.	84.831	-	472.194	557.025	59.034	229.345	268.646	557.025	80.963	-	502.591	583.554	29.849	365.025	188.680	583.554
- Chapada do Plauí I Holding S.A.	39.155	24.153	761.511	824.819	46.380	637.718	140.721	824.819	35.868	492.512	788.559	1.316.939	42.000	1.109.302	165.637	1.316.939
- Chapada do Plauí II Holding S.A.	41.206	21.543	839.914	902.663	80.980	511.298	310.385	902.663	45.947	392.127	883.960	1.322.034	193.520	933.182	195.332	1.322.034
- Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	16.002	14.743	488.798	519.543	26.922	311.998	180.623	519.543	20.294	-	511.454	531.748	76.186	278.117	177.445	531.748
- Companhia Energética SINOP S.A.	226.840	229.977	1.678.890	2.135.707	123.654	911.038	1.101.015	2.135.707	124.779	5.449	1.377.142	1.507.370	66.050	561.281	880.039	1.507.370
Coligada																
- Energética Águas da Pedra S.A.	138.214	30.477	712.646	881.337	133.206	293.646	454.485	881.337	102.093	30.765	733.188	866.046	114.798	324.107	427.141	866.046
Total	4.214.829	12.793.133	66.316.086	83.324.048	5.517.338	48.390.789	29.415.921	83.324.048	3.895.455	13.067.239	64.418.075	81.380.769	4.418.608	49.690.016	27.272.145	81.380.769

Obs.: Data-base das demonstrações 30/11/2017, exceto ESBR Participações S.A., Manaus Transmissora S.A., Companhia Energética SINOP S.A., IE Madeira S.A., Complexo Pindaí I, II e III, IE Garanhuns S.A., Vamcruz I Participações S.A. e Extremoz Transmissora do Nordeste – ETN S.A., cujas demonstrações possuem data-base em 31/12/2017.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

INVESTIDAS	2017								2016							
	Receita Oper. Líquida	Despesa Oper.	Resultado do Serviço	Resultado Financeiro	Resultado Operacional	I. Renda e C. Social	Incentivos Fiscais	Resultado do Exercício	Receita Oper. Líquida	Despesa Oper.	Resultado do Serviço	Resultado Financeiro	Resultado Operacional	I. Renda e C. Social	Incentivos Fiscais	Resultado do Exercício
Controladas																
- Complexo Eólico Pindaí I	260	(6.019)	(5.759)	(2.846)	(8.605)	(90)	-	(8.695)	-	(3.755)	(3.755)	4.884	1.129	(233)	-	896
- Complexo Eólico Pindaí II	468	(1.978)	(1.510)	944	(566)	-	-	(566)	7.784	(11.290)	(3.506)	1.577	(1.929)	-	-	(1.929)
- Complexo Eólico Pindaí III	-	(1.367)	(1.367)	786	(581)	(84)	-	(665)	-	(492)	(492)	1.285	793	(157)	-	636
- Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	65.208	(38.491)	26.717	(51.312)	(24.595)	(4.949)	1.030	(28.514)	58.027	(21.921)	36.106	2.096	38.202	(7.364)	2.633	33.471
Controladas em conjunto																
- STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	142.180	(20.651)	121.529	(17.941)	103.588	(47.202)	15.600	71.986	160.739	(21.382)	139.357	(26.560)	112.797	23.092	20.829	156.718
- Integração Transmissora de Energia S.A	129.146	(48.703)	80.443	(7.567)	72.876	(11.771)	(1.496)	59.609	100.314	(22.742)	77.572	(9.467)	68.105	(15.284)	8.249	61.070
- ESBR Participações S.A.	2.846.855	(1.754.210)	1.092.645	(1.220.319)	(127.674)	40.718	-	(86.956)	2.386.172	746.811	3.132.983	(1.061.192)	2.071.791	(722.295)	-	1.349.496
- Interligação Elétrica do Madeira S.A.	661.956	(146.360)	515.596	(192.948)	322.648	(39.108)	-	283.540	830.043	(47.361)	782.682	(204.450)	578.232	(173.345)	-	404.887
- Manaus Transmissora de Energia S.A.	186.045	(9.946)	176.099	(83.731)	92.368	(31.507)	-	60.861	266.126	(60.803)	205.323	(68.992)	136.331	(52.455)	-	83.876
- Manaus Construtora Ltda.	-	(202)	(202)	1.047	845	202	-	1.047	-	(81)	(81)	(461)	(542)	-	-	(542)
- TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	47.877	1.067	48.944	(5.525)	43.419	(4.460)	795	39.754	22.446	(14.623)	7.823	(5.652)	2.171	(961)	-	1.210
- Norte Energia S.A.	2.437.358	(1.877.555)	559.803	(662.533)	(102.730)	(272.562)	-	(375.292)	547.738	(743.073)	(195.335)	(60.739)	(256.074)	27.652	-	(228.422)
- Complexo Eólico Sento Sé I	92.106	(35.984)	56.122	(12.222)	43.900	(4.109)	-	39.791	63.296	(33.922)	29.374	(15.175)	14.199	(3.368)	-	10.831
- Complexo Eólico Sento Sé II	67.328	(46.271)	21.057	(21.861)	(804)	(2.409)	-	(3.213)	44.087	(28.896)	15.191	(24.503)	(9.312)	(1.657)	-	(10.969)
- Complexo Eólico Sento Sé III	30.345	(20.655)	9.690	(15.790)	(6.100)	(1.452)	-	(7.552)	21.372	(13.734)	7.638	(12.883)	(5.245)	(779)	-	(6.024)
- Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	123.187	(171.568)	(48.381)	(19.797)	(68.178)	38.778	1.520	(27.880)	230.909	(55.874)	175.035	(23.700)	151.335	(60.567)	-	90.768
- VamCruz I Participações S.A.	95.972	(48.355)	47.617	(28.093)	19.524	(3.170)	-	16.354	65.723	(36.796)	28.927	(20.069)	8.858	(2.788)	-	6.070
- Chapada do Pauí I Holding S.A.	97.363	(53.538)	43.825	(64.869)	(21.044)	(3.872)	-	(24.916)	112.103	(51.315)	60.788	(96.408)	(35.620)	(4.129)	-	(39.749)
- Chapada do Pauí II Holding S.A.	112.278	(55.798)	56.480	(65.896)	(9.416)	(4.676)	-	(14.092)	98.876	(53.303)	45.573	(91.849)	(46.276)	(3.695)	-	(49.971)
- Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	80.159	(43.136)	37.023	(44.365)	(7.342)	(2.911)	-	(10.253)	62.690	(37.373)	25.317	(38.275)	(12.958)	(1.961)	-	(14.919)
- Companhia Energética SINOP S.A.	-	(666.692)	(666.692)	6.230	(660.462)	224.238	-	(436.224)	-	(10.797)	(10.797)	2.104	(8.693)	2.958	-	(5.735)
Coligada																
- Energética Águas da Pedra S.A.	239.384	(110.181)	129.203	(22.756)	106.447	(16.917)	-	89.530	220.698	(63.173)	157.525	(30.222)	127.303	(20.038)	-	107.265
Total	7.455.475	(5.156.593)	2.298.882	(2.531.364)	(232.482)	(147.313)	17.449	(362.346)	5.299.143	(585.895)	4.713.248	(1.778.651)	2.934.597	(1.017.374)	31.711	1.948.934

Obs.: Data-base das demonstrações 30/11/2017, exceto ESBR Participações S.A., Manaus Transmissora S.A., Companhia Energética SINOP S.A., IE Madeira S.A., Complexo Pindaí I, II e III, IE Garanhuns S.A., Vamcruz I Participações S.A. e Extremoz Transmissora do Nordeste – ETN S.A., cujas demonstrações possuem data-base em 31/12/2017.

19 – IMOBILIZADO

Os bens que compõem o ativo imobilizado da Companhia, associados e identificados como ativos da concessão de serviços públicos não podem ser vendidos nem oferecidos em garantia a terceiros.

19.1 - Imobilizado segregado por atividade

	Controladora		
	Taxas médias anuais de depreciação em 2017 (%)	31/12/2017	31/12/2016
Geração			
Imobilizações em serviço	2,36%	1.800.556	1.798.157
Depreciação acumulada		(1.263.478)	(1.231.164)
Imobilizações em curso		688.788	458.382
Impairment		(800.371)	(696.888)
Total da Geração		425.495	328.487
Administração			
Imobilizações em serviço	6,22%	1.103.788	1.103.362
Depreciação acumulada		(776.341)	(724.059)
Imobilizações em curso		378.018	346.249
Total da Administração		705.465	725.552
Total		1.130.960	1.054.039

	Consolidado		
	Taxas médias anuais de depreciação em 2017 (%)	31/12/2017	31/12/2016
Geração			
Imobilizações em serviço	2,36%	1.800.556	1.798.157
Depreciação acumulada		(1.263.478)	(1.231.164)
Imobilizações em curso		1.268.952	969.479
Impairment		(800.371)	(696.888)
Total da Geração		1.005.659	839.584
Administração			
Imobilizações em serviço	6,22%	1.104.369	1.103.931
Depreciação acumulada		(776.504)	(724.169)
Imobilizações em curso		378.018	346.249
Total da Administração		705.883	726.011
Total		1.711.542	1.565.595

19.2 - Movimentação do Imobilizado

	Controladora							31/12/2017
	31/12/2016	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências p/serviço	Provisão/ Reversão	Transferência entre contas	
Geração								
Em serviço	1.798.157	-	-	-	2.399	-	-	1.800.556
Terrenos	177.889	-	-	-	-	-	-	177.889
Reservatórios, barragens e adutoras	402.158	-	-	-	1.782	-	-	403.940
Edificações	247.964	-	-	-	-	-	-	247.964
Máquinas e equipamentos	969.959	-	-	-	615	-	-	970.574
Móveis e utensílios	187	-	-	-	2	-	-	189
Depreciação	(1.231.164)	-	-	(32.314)	-	-	-	(1.263.478)
Em curso	458.382	232.805	-	-	(2.399)	-	-	688.788
Impairment	(696.888)	-	-	-	-	(103.483)	-	(800.371)
Total Geração	328.487	232.805	-	(32.314)	-	(103.483)	-	425.495
Administração								
Em serviço	1.103.362	-	(4.037)	-	4.378	-	85	1.103.788
Servidão	4.293	-	-	-	-	-	-	4.293
Terrenos	18.768	-	(93)	-	-	-	85	18.760
Edificações	266.845	-	(437)	-	1.455	-	-	267.863
Máquinas e equipamentos	706.381	-	(1.716)	-	2.632	-	-	707.297
Veículos	77.477	-	(1.676)	-	-	-	-	75.801
Móveis e utensílios	29.598	-	(115)	-	291	-	-	29.774
Depreciação	(724.059)	-	3.386	(55.668)	-	-	-	(776.341)
Em curso	346.249	36.146	(3)	-	(4.378)	-	4	378.018
Total Administração	725.552	36.146	(654)	(55.668)	-	-	89	705.465
Total	1.054.039	268.951	(654)	(87.982)	-	(103.483)	89	1.130.960

	Consolidado							31/12/2017
	31/12/2016	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências p/serviço	Provisão/ Reversão	Transferência entre contas	
Geração								
Em serviço	1.798.157	-	-	-	2.399	-	-	1.800.556
Terrenos	177.888	-	-	-	-	-	-	177.888
Reservatórios, barragens e adutoras	402.158	-	-	-	1.782	-	-	403.940
Edificações	247.964	-	-	-	-	-	-	247.964
Máquinas e equipamentos	969.960	-	-	-	615	-	-	970.575
Móveis e utensílios	187	-	-	-	2	-	-	189
Depreciação	(1.231.164)	-	-	(32.314)	-	-	-	(1.263.478)
Em curso	969.479	301.880	-	-	(2.399)	-	-	1.268.960
Impairment	(696.888)	-	-	-	-	(307.759)	-	(1.004.647)
Total Geração	839.584	301.880	-	(32.314)	-	(307.759)		801.391
Administração								
Em serviço	1.103.931	-	(4.037)	-	4.378	-	85	1.104.357
Servidão	4.293	-	-	-	-	-	-	4.293
Terrenos	18.769	-	(93)	-	-	-	85	18.761
Edificações	266.894	-	(437)	-	1.455	-	-	267.912
Máquinas e equipamentos	706.411	-	(1.716)	-	2.632	-	-	707.327
Veículos	77.477	-	(1.676)	-	-	-	-	75.801
Móveis e utensílios	30.087	-	(115)	-	291	-	-	30.263
Depreciação	(724.169)	-	3.386	(55.717)	-	-	-	(776.500)
Em curso	346.249	36.146	(3)	-	(4.378)	-	4	378.018
Total Administração	726.011	36.146	(654)	(55.717)	-	-	89	705.875
Total	1.565.595	338.026	(654)	(88.031)	-	(307.759)	89	1.507.266

	Controladora							31/12/2016
	31/12/2015	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências p/ serviços	Provisão/ Reversão	Transferências entre contas	
<u>Geração</u>								
Em serviço	1.796.049	-	(55)	-	2.549	-	(386)	1.798.157
Terrenos	177.893	-	-	-	-	-	(4)	177.889
Reservatórios, barragens e adutoras	402.158	-	-	-	-	-	-	402.158
Edificações	249.858	-	-	-	-	-	(1.894)	247.964
Máquinas e equipamentos	965.953	-	(55)	-	2.549	-	1.512	969.959
Móveis e utensílios	187	-	-	-	-	-	-	187
Depreciação	(1.197.076)	-	13	(33.758)	-	-	(343)	(1.231.164)
Em curso	383.001	77.930	-	-	(2.549)	-	-	458.382
Impairment	(507.261)	-	-	-	-	(189.627)	-	(696.888)
Total Geração	474.713	77.930	(42)	(33.758)	-	(189.627)	(729)	328.487
<u>Administração</u>								
Em serviço	1.285.141	-	(151.430)	-	26.005	-	(56.354)	1.103.362
Servidão	4.272	-	-	-	21.572	-	(21.551)	4.293
Terrenos	18.768	-	(1)	-	-	-	1	18.768
Edificações	281.193	-	(840)	-	-	-	(13.508)	266.845
Máquinas e equipamentos	835.729	-	(106.579)	-	2.507	-	(25.276)	706.381
Veículos	103.775	-	(31.661)	-	1.380	-	3.983	77.477
Móveis e utensílios	41.404	-	(12.349)	-	546	-	(3)	29.598
Depreciação	(826.010)	-	149.083	(61.694)	-	-	14.562	(724.059)
Em curso	329.361	22.914	-	-	(26.005)	-	19.979	346.249
Total Administração	788.492	22.914	(2.347)	(61.694)	-	-	(21.813)	725.552
Total	1.263.205	100.844	(2.389)	(95.452)	-	(189.627)	(22.542)	1.054.039

	Consolidado							31/12/2016
	31/12/2015	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências p/ serviços	Provisão/ Reversão	Transferências entre contas	
Geração								
Em serviço	1.796.049	-	(55)	-	2.549	-	(386)	1.798.157
Terrenos	177.892	-	-	-	-	-	(4)	177.888
Reservatórios, barragens e adutoras	402.158	-	-	-	-	-	-	402.158
Edificações	249.858	-	-	-	-	-	(1.894)	247.964
Máquinas e equipamentos	965.954	-	(55)	-	2.549	-	1.512	969.960
Móveis e utensílios	187	-	-	-	-	-	-	187
Depreciação	(1.197.076)	-	13	(33.758)	-	-	(343)	(1.231.164)
Em curso	756.807	215.221	-	-	(2.549)	-	-	969.479
Impairment	(507.261)	-	-	-	-	(189.627)	-	(696.888)
Total Geração	848.519	215.221	(42)	(33.758)	-	(189.627)	(729)	839.584
Administração								
Em serviço	1.285.674	34	(151.428)	-	26.005	-	(56.354)	1.103.931
Servidão	4.272	-	-	-	21.572	-	(21.551)	4.293
Terrenos	18.769	-	(1)	-	-	-	1	18.769
Edificações	281.242	-	(840)	-	-	-	(13.508)	266.894
Máquinas e equipamentos	835.728	31	(106.579)	-	2.507	-	(25.276)	706.411
Veículos	103.775	-	(31.661)	-	1.380	-	3.983	77.477
Móveis e utensílios	41.888	3	(12.347)	-	546	-	(3)	30.087
Depreciação	(826.078)	-	149.082	(61.735)	-	-	14.562	(724.169)
Em curso	329.361	22.914	-	-	(26.005)	-	19.979	346.249
Total Administração	788.957	22.948	(2.346)	(61.735)	-	-	(21.813)	726.011
Total	1.637.476	238.169	(2.388)	(95.493)	-	(189.627)	(22.542)	1.565.595

19.3 - Taxas anuais de depreciação

A Companhia calcula e contabiliza as quotas de depreciação com aplicação das taxas estabelecidas pela Resolução ANEEL nº 474, de 07/02/2012, que alterou as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367, de 2 de junho de 2009. As taxas são aplicadas considerando os códigos internos que identificam as Unidades de Cadastro.

As principais taxas anuais de depreciação, por atividade, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Geração	
Comporta	3,3
Reservatório	2,0
Casa de força	2,0
Gerador	3,3
Painel – Comando e Medição	3,6
Turbina hidráulica	2,5
Ponte rolante, guindaste e pórtico	3,3
Turbina a gás	4,0
Administração central	
Equipamentos gerais	6,2
Veículos	14,3
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,3

19.4 – Teste de recuperabilidade de ativos - Impairment

A administração da Companhia avaliou em 2017 e fará anualmente, ou sempre que alguma circunstância assim determinar, a recuperabilidade dos ativos de longa duração, principalmente o Imobilizado mantido e utilizado nas suas operações, com o objetivo de identificar eventuais deteriorações desses ativos ou grupos de ativos, que levem à sua não recuperação plena, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 01(R1) – redução ao valor recuperável de ativos (IAS 36).

No processo de avaliação são identificadas as circunstâncias que possam exigir a aplicação de testes de recuperabilidade dos ativos a fim de ser determinado o montante de eventuais perdas, tomando como unidade geradora de caixa para a atividade de geração, cada usina, dada as características operacionais de gestão e operação da Companhia.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente pela taxa de desconto que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo, ou unidade geradora de caixa, calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo, ou unidade geradora de caixa, é reduzido ao seu valor recuperável, com a perda por redução ao valor recuperável reconhecida no resultado.

A administração da Companhia, amparada em seus contratos de concessão e nas regras aplicadas para indenização de ativos definidas pela Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, considerou a reversão do ativo líquido residual ao final da concessão do serviço público de energia elétrica, tomando por base o menor valor entre valor contábil residual e o Valor Novo de Reposição. Considerou, também, a depreciação levando em consideração o tempo de vida útil dos bens e não o prazo da concessão, tendo em vista a condição de indenização prevista nos contratos.

Neste exercício, a Companhia realizou teste de impairment, para suas unidades geradoras de caixa, utilizando o critério do fluxo de caixa descontado a uma taxa de 6,12% (6,92% para o período de fruição de benefício fiscal) para os empreendimentos de geração não renovados.

A partir deste teste a Companhia reconheceu no seu resultado uma provisão para perda relativa ao valor não recuperável dos ativos de geração no montante de R\$ 103.483 (R\$ 189.627, em 2016), conforme demonstrado abaixo:

UGC - Impairment	Ano do fim da concessão	Ativo Financeiro (na data do teste)	Taxa de Desconto	Impairment reconhecido em 2017	Impairment reconhecido em 2016
Geração					
Casa Nova (*)	2036	150.044	-	(21.456)	(160.941)
Casa Nova II	2036	106.321	6,12%	(51.105)	(37.458)
Casa Nova III	2036	106.321	6,12%	(54.263)	(30.650)
UTE Camaçari	2027	307.295	6,12%	23.341	39.422
Total		669.981		(103.483)	(189.627)

19.5 - Encargos financeiros

Os custos de financiamentos e empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção, estão incluídos no custo do imobilizado em curso até a data em que estiverem prontos para o uso pretendido, conforme disposições da Deliberação CVM nº 577, de 05/06/2009, que aprovou o CPC 20 (R1) – Custos de Empréstimos (IAS 23).

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 27 (IAS 16), parte dos encargos financeiros foram transferidos para o Ativo Imobilizado em curso, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Encargos financeiros totais	69.748	46.865
(-) Transferência para o imobilizado em curso	(6)	(10)
Efeito líquido no resultado	69.742	46.855

A taxa de capitalização utilizada na determinação do montante dos custos de empréstimos elegíveis à capitalização está descrita na nota 23.

20- INTANGÍVEL

20.1 - Intangível segregado por natureza e atividade

	Controladora				
	Taxas médias anuais de amortização (%)	31/12/2017			31/12/2016
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Administração	20,00%	111.722	(86.846)	24.876	34.614
		111.722	(86.846)	24.876	34.614
Em curso					
Administração		13.696	-	13.696	6.794
		13.696	-	13.696	6.794
Total		125.418	(86.846)	38.572	41.408

	Consolidado				
	Taxas médias anuais de amortização (%)	31/12/2017			31/12/2016
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Geração	20,00%	-	-	-	12
Administração	20,00%	111.789	(86.847)	24.942	34.614
		111.789	(86.847)	24.942	34.626
Em curso					
Geração		19.250	-	19.250	19.250
Administração		13.696	-	13.696	6.794
		32.946	-	32.946	26.044
Total		144.735	(86.847)	57.888	60.670

20.2 - Movimentação do Intangível

	Taxas médias anuais de amortização (%)	Controladora			
		31/12/2016	Adições	Amortização	31/12/2017
Não vinculadas a concessão					
Em serviço					
Software	20,0%	111.722	-	-	111.722
Amortização		(77.108)	-	(9.738)	(86.846)
Em curso		6.794	6.902	-	13.696
Total Intangível		41.408	6.902	(9.738)	38.572

	Taxas médias anuais de amortização (%)	Consolidado			
		31/12/2016	Adições	Amortização	31/12/2017
Não vinculadas a concessão					
Em serviço					
Software	20,0%	111.734	55	-	111.789
Amortização		(77.108)	-	(9.739)	(86.847)
Em curso					
		26.044	6.902	-	32.946
Total Intangível		60.670	6.957	(9.739)	57.888

	Taxas médias anuais de amortização (%)	Controladora				
		31/12/2015	Adições	Amortização	Transferências entre contas	31/12/2016
Não vinculadas a concessão						
Em serviço						
Software	20%	90.150	-	-	21.572	111.722
Amortização		(67.830)	-	(9.278)	-	(77.108)
Em curso						
		22.363	4.410	-	(19.979)	6.794
Total Intangível		44.683	4.410	(9.278)	1.593	41.408

	Taxas médias anuais de amortização (%)	Consolidado				
		31/12/2015	Adições	Amortização	Transferências entre contas	31/12/2016
Não vinculadas a concessão						
Em serviço						
Software	20%	90.162	-	-	21.572	111.734
Amortização		(67.830)	-	(9.278)	-	(77.108)
Em curso						
		41.613	4.410	-	(19.979)	26.044
Total Intangível		63.945	4.410	(9.278)	1.593	60.670

21 - FORNECEDORES

O saldo da conta Fornecedores apresenta a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Energia elétrica comprada	30.072	54.925	30.072	54.925
Materiais e serviços	324.004	186.758	334.373	196.525
Encargos de uso da rede elétrica:				
Eletonorte	5.368	4.173	5.368	4.173
Eletrosul	3.870	3.821	3.870	3.821
Furnas	9.985	4.746	9.985	4.746
CTEEP	4.816	2.258	4.816	2.258
Outros	34.871	46.690	34.871	46.690
Total	412.986	303.371	423.355	313.138

22 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - PASSIVO

22.1 - Tributos a recolher

A Companhia apresenta nos Passivos Circulante e Não Circulante tributos e contribuições a pagar assim distribuídos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Circulante				
IRPJ - retenção	35.095	3.517	35.123	3.982
CSLL - retenção	52.238	2.502	52.416	3.639
Cofins	34.215	19.989	34.611	20.661
ICMS	33.339	23.940	33.339	23.940
INSS	18.353	18.912	18.619	19.133
PIS/Pasep	7.426	4.338	7.510	4.449
IRRF	23.404	28.741	23.429	28.762
FGTS	6.743	7.281	6.792	7.312
Outros	4.288	4.167	4.451	4.305
	215.101	113.387	216.290	116.183
Não Circulante				
IRPJ	-	-	629	-
CSLL	-	-	226	-
Cofins	-	-	16.651	16.825
PIS/Pasep	-	-	3.631	3.652
	-	-	21.137	20.477
Total	215.101	113.387	237.427	136.660

22.2 - Passivos fiscais diferidos

- Imposto de renda pessoa jurídica e Contribuição social sobre o lucro líquido**

A Companhia mantém reconhecidos integralmente em seu Passivo Não Circulante, nos termos dos Pronunciamentos Técnicos CPC 26(R1) (IAS 1) e 32 (IAS 12), aprovados pelas Deliberações CVM nºs 595 e 599, ambas de 15/09/2009, passivos diferidos, no valor de R\$ 3.316.654 (R\$ 3.242.660, em 2016), resultantes de diferenças temporárias conforme distribuição a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Diferenças temporárias				
Reconhecimento do laudo (Port. MME nº 120/2016)	9.602.029	9.377.718	9.763.095	9.377.718
Ajustes decorrentes da ICPC 01	152.837	159.517	115.461	194.497
	9.754.866	9.537.235	9.878.556	9.572.215
Débitos Fiscais				
Imposto de renda sobre diferenças temporárias	2.438.716	2.384.309	2.444.428	2.388.679
Contribuição social sobre diferenças temporárias	877.938	858.351	887.393	865.874
Não Circulante	3.316.654	3.242.660	3.331.821	3.254.553

Tais efeitos contemplam a aplicação da alíquota de 9% para a Contribuição Social e para o Imposto de Renda da alíquota de 15% sobre a base de cálculo, com adicional de 10%.

Os débitos fiscais relativos ao Imposto de renda da pessoa jurídica e à Contribuição social sobre o lucro líquido, provenientes de diferenças temporárias do ICPC 01(R1) (IFRIC 12); ressarcimento dos investimentos na RBSE - registrados integralmente no Passivo Não Circulante, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 26(R1) (IAS 1), será realizado pela movimentação dos ativos financeiros decorrentes da adoção da ICPC 01(R1) (IFRIC 12) e pelo recebimento via RAP.

A programação de realização desses passivos está demonstrada conforme tabela abaixo:

2018/2020	1.312.167
2021/2023	1.312.167
Após 2023	692.320
Total	3.316.654

23- FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

As principais informações a respeito dos financiamentos e empréstimos da Companhia estão demonstradas a seguir:

23.1 - Composição:

	Controladora e Consolidado									
	31/12/2017					31/12/2016				
	Circulante			Não circulante	Total	Circulante			Não circulante	Total
	Encargos	Principal	Total	Principal		Encargos	Principal	Total	Principal	
Partes relacionadas										
Eletrobras	10.181	706.354	716.535	121.590	838.125	-	564.166	564.166	134.569	698.735
Instituições financeiras										
Banco do Brasil	80	103.448	103.528	120.689	224.217	6.454	125.000	131.454	125.000	256.454
Banco do Nordeste	1.039	49.075	50.114	67.561	117.675	32	45.636	45.668	112.870	158.538
Caixa Econômica Federal	2.303	150.000	152.303	187.500	339.803	6.249	112.500	118.749	337.500	456.249
BNDES	1.746	66.649	68.395	503.006	571.401	2.296	64.640	66.936	567.097	634.033
Total	15.349	1.075.526	1.090.875	1.000.346	2.091.221	15.031	911.942	926.973	1.277.036	2.204.009

- **Eletrobras**

Os financiamentos provenientes da Eletrobras têm como principal fonte os seus recursos próprios, e como principais destinações a realização de programas de investimento.

Neste exercício, foram contratados empréstimos junto a nossa controladora, a Eletrobras, no montante de R\$ 571.517, tendo as seguintes características:

- Empréstimo no montante de R\$ 121.353, para financiamento dos custos para implantação do Plano de Aposentadoria Extraordinária - PAE, sobre o qual incide juros equivalente a 7,57% a.a.. Este contrato será pago em 18 (dezoito) parcelas mensais, iguais e sucessivas, com carência até 31/12/2018. Está garantido por recursos referentes a transmissão (Rede Básica do Sistema Existente- RBSE).
- Empréstimo no montante de R\$ 91.164, para realização de aportes na SPE Norte Energia S.A., sobre o qual incide juros equivalentes a do CDI acrescidos de 5,54% a.a., Este contrato será pago em parcela única em 31/07/2017. Está garantido por recursos referentes a transmissão (Rede Básica do Sistema Existente- RBSE).
- Empréstimo no montante R\$ 359.000, para realização de investimentos corporativos, aportes em SPEs e implementação de ações visando à redução de custos operacionais, sobre o qual incide juros equivalentes a do CDI acrescidos de 5,54% a.a.. Este contrato será amortizado em 18 (dezoito) meses, incluindo a carência, vencendo a primeira parcela em 31/07/2017. Está garantido por recursos referentes a transmissão (Rede Básica do Sistema Existente- RBSE).
- A Companhia possui ainda contratos com a Eletrobras, com saldo de R\$ 266.608 em 31/12/2017 (R\$ 17.203, em 2016), com taxas de juros de 7,2% a.a.; CDI mais 5,54% a.a.; e 7,57% a.a. mais o IPCA. A variação do IPCA no período foi de 2,95% (6,29% em 2016).

Mediante a liberação, em 27/01/2017, dos recursos bloqueados referentes ao processo Fator K, a Companhia liquidou/amortizou empréstimos obtidos junto a Eletrobras, no montante de R\$ 359.000.

No exercício, a Companhia quitou obrigações financeiras advindas do serviço da dívida no montante de R\$ 689.278, destes, R\$ 633.318 mediante pagamentos e R\$ 55.960 através de encontro de contas com a Eletrobras.

Neste exercício, a Companhia iniciou o processo de transferência de determinadas participações acionárias detidas pela Chesf em sociedades de propósito específico, para a Eletrobras. Esta operação tem por objetivo promover a quitação de dívidas da Companhia com a Eletrobras e diminuir sua alavancagem financeira (nota 50).

- **Banco do Brasil**

Saldo de R\$ 224.217 (R\$ 256.454, em 2016) contratado com o Banco do Brasil S.A., com juros de 10,13% a.a. (135% da taxa média do CDI).

O empréstimo junto ao Banco do Brasil destinou-se, exclusivamente, a garantir a provisão de fundos da conta corrente de depósitos. Está garantido por Cédula de Crédito Bancário emitido contra a Eletrobras

(vide nota 10.3).

Este contrato está sendo amortizado em 08 (oito) parcelas semestrais e teve carência de 12 (doze) meses, vencendo-se a primeira após 18 (meses) a contar da concessão do empréstimo. Os encargos são pagos trimestralmente.

São motivos de vencimento antecipado da dívida, independentemente de aviso extrajudicial ou interpelação judicial:

- a) Não honrar o pagamento pontual quaisquer das prestações previstas neste instrumento, ou se não dispusermos de saldo suficiente, nas datas dos seus respectivos vencimentos, para que o Banco do Brasil S.A. promova os lançamentos contábeis destinados às suas respectivas liquidações;
- b) Sofrermos protesto cambiário cuja somatória seja igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), requerermos recuperação extrajudicial, judicial ou falência, ou tivermos falência ou insolvência civil requerida ou por qualquer motivo encerrarmos nossas atividades;
- c) Sofrermos ação judicial ou procedimento fiscal capaz de colocar em risco as garantias constituídas ou cumprimento das obrigações aqui assumidas;
- d) Diretamente ou através de prepostos ou mandatários prestarmos ao Banco do Brasil S.A. informações incompletas ou alteradas, inclusive através de documento público ou particular de qualquer natureza;
- e) Diretamente ou através de prepostos ou mandatários, deixarmos de prestar informações que, se do conhecimento do Banco do Brasil S.A. poderiam alterar seus julgamentos e/ou avaliações;
- f) Tornar-nos inadimplentes em outra(s) operação(ões) mantida(s) junto ao Banco do Brasil S.A.;
- g) Excedermos o limite de crédito concedido;
- h) Trocarmos o controle do nosso capital, sem a prévia e expressa anuência do Banco do Brasil S.A.;
- i) Manutenção do índice financeiro obtido da divisão da dívida financeira bruta pelo patrimônio líquido não superior a 0,50 a dívida financeira bruta corresponde às dívidas contraídas junto a bancos, entidades multilaterais ou empresas coligadas e/ou emissões no mercado de capitais, no Brasil e no exterior.

As cláusulas de vencimento antecipado estabelecidas nos contratos de financiamentos e empréstimos estão sendo cumpridas pela Companhia.

- **Banco do Nordeste**

Saldo de R\$ 117.675 (R\$ 158.538, em 2016), sendo o montante de R\$ 112.688 (R\$ 151.277, em 2016), contratado com juros de 10% a.a. e bônus de 2,5% por pontualidade, e o montante de R\$ 4.987 (R\$ 7.261, em 2016) contratado com juros de 4,5% a.a..

Os empréstimos junto ao Banco do Nordeste estão garantidos por recebíveis representados por duplicatas registradas em cobrança no montante equivalente de 03 a 06 prestações de amortização do financiamento, mais um fundo de liquidez em conta reserva a título de garantia complementar, equivalente a 03 prestações de amortização (vide nota 10.3).

Estes contratos são amortizados mensalmente (principal e encargos), com a última parcela vencendo em 2020.

Alguns dos motivos de vencimento antecipado da dívida, independentemente de aviso extrajudicial ou interpelação judicial:

- a) Deixar de cumprir qualquer obrigação estabelecida neste instrumento de crédito, salvo por exigência legal;
- b) Vier a ser declarada impedida, por normas do Banco Central do Brasil, de participar de operações de crédito, especialmente através de políticas de contingenciamento de crédito para o setor público indireto;
- c) Contratar com outra instituição financeira financiamento para cobertura de itens previstos no orçamento constante neste instrumento de crédito, ou a ele anexo, para financiamento pelo banco;
- d) Incluir em acordo societário ou no estatuto social da creditada, ou da empresa que a controla, dispositivo que importe em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação de crédito;

- e) Não efetuar, num prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data da ocorrência, a cobertura de quaisquer insuficiências de recursos na conta reserva no banco, observados os termos da cláusula décima quarta - garantias - item "b" deste instrumento;
- f) Gerar insuficiências na conta reserva, ainda que cobertas dentro do prazo previsto no item "e" retro, em patamares superiores a 03 (três) ocorrências, a cada período de 12 (doze) meses;
- g) Pedir recuperação judicial ou extrajudicial, ou for decretada a sua falência, ou tiver contra si formulação de pedido de liquidação ou decretação de intervenção.

As cláusulas de vencimento antecipado estabelecidas nos contratos de financiamentos e empréstimos estão sendo cumpridas pela Companhia.

- **Caixa Econômica Federal**

Saldo de R\$ 339.803 (R\$ 456.249 em 2016), sendo o montante de R\$ 151.105 (R\$ 253.531, em 2016) contratado com a Caixa Econômica Federal, com juros de 115% do CDI, e está sendo amortizado em 08 (oito) parcelas semestrais com carência de 12 (doze) meses, vencendo-se a primeira após 18 (dezoito) meses a contar da concessão do empréstimo com encargos pagos trimestralmente; o montante de R\$ 188.698 (R\$ 202.718, em 2016), com juros de 140% da taxa média diária do CDI, e será amortizado em 60 (sessenta) meses, sendo: (a) Carência: de 12 (doze) meses, com pagamento mensal dos juros; e (b) Amortização: 48 (quarenta e oito) meses, com pagamento mensal de parcela de juros e amortização.

Os empréstimos junto a Caixa Econômica Federal foram destinados à constituição de capital de giro. Estão garantidos por Cédula de Crédito Bancário emitido contra a Eletrobras e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da totalidade das Receitas Anuais de Geração – RAG, das Usinas do Complexo de Paulo Afonso, Usina de Funil e Usina da Pedra durante o prazo da operação.

São motivos de vencimento antecipado da dívida e imediata execução do título, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, além dos casos previstos em lei aqueles estabelecidos em contrato, tais como:

- a) Infringência de qualquer obrigação contratual;
- b) Existência, a qualquer tempo, de débitos fiscais, trabalhistas ou previdenciários, vencidos e não pagos, em nome da Creditada, exceto aqueles que estejam sendo discutidos judicialmente;

As cláusulas de vencimento antecipado estabelecidas nos contratos de financiamentos e empréstimos estão sendo cumpridas pela Companhia.

- **BNDES**

Saldo de R\$ 571.401 (R\$ 634.033, em 2016), sendo o montante de R\$ 362.523 (R\$ 390.226, em 2016) referente a linha de crédito do contrato 1148.1, sobre o qual incidem juros, pagos mensalmente, de 3,28% a.a. acima da TJLP, para os subcréditos A e B; 3,5% a.a. para o subcrédito C, e a variação da TJLP para o subcrédito D; e o montante de R\$ 208.878 (R\$ 243.807, em 2016) referente à linha de crédito do contrato 1149.1, sobre este contrato, incidem juros, pagos trimestralmente, de 1,5% acima da TJLP para o subcrédito A; 3,5% a.a. para o subcrédito B, e a variação da TJLP para o subcrédito C.

Os financiamentos junto ao BNDES destinam-se a implantação das obras de ampliação, reforços, melhorias e modernização da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, sob responsabilidade da Chesf, para implantação de projetos e programas de Investimentos Sociais de Empresas (ISE), bem como para aquisição de máquinas e equipamentos nacionais que se enquadrem nos critérios da Agência Especial de Financiamento Industrial – Finame, tendo como garantias a cessão fiduciária dos direitos creditórios da Receita Anual de Geração - RAG, a que a beneficiária tem direito pela disponibilização da Garantia Física e de Potência das Usinas Hidroelétricas Luiz Gonzaga (Itaparica), Boa Esperança (Castelo Branco) e Xingó, e Fiança da Eletrobras.

Estes financiamentos serão amortizados em até 168 parcelas mensais e sucessivas, vencendo a primeira na data na formalização do aditivo aos respectivos contratos e a última no dia 15/06/2029.

O BNDES poderá declarar vencido antecipadamente a dívida, com a exigibilidade e imediata sustação de qualquer desembolso, se, além das hipóteses previstas nos artigos 39 e 40 das "DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES", a que se refere a Cláusula Décima Primeira, inciso I, forem comprovados pelo BNDES:

- a) a redução do quadro de pessoal da BENEFICIÁRIA sem atendimento ao disposto no inciso IV da Cláusula Décima Primeira;
- b) a inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social da BENEFICIÁRIA, ou das empresas que a controlam, de dispositivo que importe em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação;
- c) o descumprimento de qualquer obrigação prevista no presente Contrato, no "Contrato de Garantia" referido na Cláusula Nona ou no "Contrato de Administração de Contas e Outras Avenças" referido no inciso XXVIII da Cláusula Décima Primeira;
- d) a falsidade da declaração firmada pela BENEFICIÁRIA na Cláusula Oitava (Garantia da Operação) que negava a existência de gravames sobre os direitos creditórios oferecidos ao BNDES;
- e) a constituição sem a prévia autorização do BNDES, de penhor ou gravame sobre os direitos creditórios dados em garantia ao BNDES na Cláusula Oitava (Garantia da Operação); ou
- f) o descumprimento de qualquer obrigação prevista no presente CONTRATO e no CONTRATO de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças mencionado no caput da Cláusula Oitava (Garantia da Operação);
- g) aplicação dos recursos concedidos por este Contrato em finalidade diversa da prevista na Cláusula Primeira (Natureza, Valor e Finalidade do Contrato).

As cláusulas de vencimento antecipado estabelecidas nos contratos de financiamentos e empréstimos estão sendo cumpridas pela Companhia.

23.2 - Composição dos financiamentos e empréstimos por indexador:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
IPCA	122.491	215
CDI	1.271.898	1.394.235
TJLP	362.523	389.881
Sem indexador	334.309	419.678
Total	2.091.221	2.204.009
Principal	2.075.872	2.188.978
Encargos	15.349	15.031
Total	2.091.221	2.204.009

23.3 – Vencimentos das parcelas do passivo não circulante

O valor principal dos financiamentos e empréstimos a longo prazo, no montante de R\$ 1.000.346 (R\$ 1.277.036, em 2016), tem seus vencimentos assim programados:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
2019	396.630	513.803
2020	196.508	204.233
2021	104.149	130.911
2022	66.649	96.336
2023	63.712	58.836
Após 2023	172.698	272.917
Total Não Circulante	1.000.346	1.277.036

23.4- Mutações dos financiamentos e empréstimos

	Controladora e Consolidado			
	Circulante			Não Circulante Principal
	Encargos	Principal	Total	
Saldo em 31/12/2015	15.001	283.037	298.038	1.152.608
Ingressos	-	-	-	1.089.750
Provisão de Encargos	182.413	-	182.413	-
Variação monetária	-	8.395	8.395	(4.647)
Transferências	-	960.675	960.675	(960.675)
Amortizações/pagamentos	(182.383)	(340.165)	(522.548)	-
Saldo em 31/12/2016	15.031	911.942	926.973	1.277.036
Ingressos	-	-	-	571.517
Provisão de Encargos	267.025	-	267.025	-
Variação monetária	-	4	4	4.651
Transferências	-	852.858	852.858	(852.858)
Amortizações/pagamentos	(266.707)	(689.278)	(955.985)	-
Saldo em 31/12/2017	15.349	1.075.526	1.090.875	1.000.346

23.5– Garantias

A Companhia participa, sem custo ou recebimento de remuneração, na qualidade de interveniente garantidora de diversos empreendimentos cujos montantes garantidos, projeções e valores já pagos estão demonstrados abaixo:

Empresa	Banco Financiador	Modalidade	Participação na Investida	Valor do Financiamento (Quota parte da Companhia) (*)	Saldo Devedor em 31/12/2017 (*)	Projeção do Saldo Devedor			Término da Garantia
						2018	2019	2020	
TDG	BNB (FNE)	SPE	49,0%	29.764	26.101	26.441	25.651	25.354	30/03/2031
TDG	BNB (FNE)	SPE	49,0%	58.346	52.692	52.470	52.423	52.179	30/10/2032
Manaus Transmissora	BASA (FNO)	SPE	19,5%	48.750	59.178	54.478	50.177	45.876	10/07/2030
Manaus Transmissora	BASA (FDA)	SPE	19,5%	29.250	33.031	29.942	27.298	24.447	10/07/2031
Serra das Vacas	Itaú BBA e Bradesco BBI	SPE	49,0%	132.009	132.517	127.575	122.099	116.001	2017
Serra das Vacas	Itaú BBA e Bradesco BBI	SPE	49,0%	33.320	33.918	34.400	34.787	34.349	2017
Total				331.439	337.437	325.306	312.435	298.206	

(*) Valor do Financiamento contratado considerando o percentual de participação da Chesf na SPE.

24 – DEBÊNTURES

Controladora e Consolidado			
	Taxa de Juros	Vencimento	31/12/2017
Debêntures - Extremoz	IPCA + 7,0291% a.a.	15/01/2029	153.094

A controlada Extremoz Transmissora do Nordeste – ETN S.A., emitiu 168.000 debêntures, simples, Série Única, no valor unitário de R\$ 1.000,00, tendo sido totalmente integralizadas, com vencimento em 15/01/2029. Os recursos líquidos captados deverão ser aplicados nos projetos da controlada, objetos da Portaria nº 144 de 29 de abril de 2016, e Portaria nº 18, de 02 de fevereiro de 2017, ambas do Ministério de Minas e Energia, nos termos do artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei nº 12.431, do Decreto nº 8.874, e da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.947, de 27 de janeiro de 2011.

Alguns dos motivos de vencimento antecipado são:

- Não pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Atualizado das Debêntures, dos Juros Remuneratórios ou de quaisquer outras obrigações pecuniárias devidas aos Debenturistas, sem que tal descumprimento seja sanado no prazo de até 2 (dois) dias úteis contado do respectivo vencimento;
- Extinção, encerramento das atividades, liquidação, dissolução, ou a decretação de falência da Emissora, bem como o requerimento de autofalência formulado pela Emissora, ou o requerimento de falência relativo à Emissora formulado por terceiros, desde que não tenha sido elidido no prazo legal;
- Extinção da concessão para executar os Projetos objeto do Contrato de Concessão bem como perda definitiva da concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, prestado mediante a operação e manutenção de instalações de transmissão localizadas nos Estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba, objeto do Contrato de Concessão;
- Transformação da Emissora em outro tipo societário;
- Pedido de recuperação judicial ou extrajudicial formulado pela Emissora, independentemente do deferimento ou não pelo juízo;
- Redução do capital social da Emissora, sem a prévia aprovação de Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, titulares de, no mínimo: (a) 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação; ou (b) maioria das Debêntures em Circulação, no caso do item “b” somente enquanto Índice de Capital Próprio, definido pela relação “Patrimônio Líquido”/“Ativo Total” da Emisora for igual ou superior a 30% (trinta por cento);
- Não atendimento, pela Emissora, por 2 (dois) anos seguidos ou 3 (três) anos intercalados, do ICSD mínimo de 1,2 (um inteiro e dois décimos), independentemente da realização de depósitos na Conta Complementação do ICSD (conforme definido abaixo) em cada um dos exercícios. O ICSD deverá ser apurado anualmente, com base nas demonstrações financeiras anuais consolidadas e auditadas referentes ao ano civil anterior.

Para assegurar o cumprimento de todas as obrigações inerentes ao processo de emissão das debêntures foram outorgados em 31 de março de 2017 Contratos de Garantia:

- Contrato de Cessão Fiduciária, onde a Companhia oferece todos os direitos creditórios presentes e futuros, em decorrência do seu Contrato de Concessão nº 008/2011.
- Contrato de Alienação Fiduciária, onde a Companhia oferece todas as ações representativas do seu capital social de titularidade das Acionistas, já subscritas e as que venham a ser subscritas em data posterior a assinatura deste contrato.

As debêntures serão amortizadas em doze anos com parcelas semestrais, sendo a primeira em setembro de 2017 e a última em janeiro de 2029, o saldo devedor é atualizado pela variação do índice Nacional de Preço ao Consumidor – IPCA, divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, com Spread de 7,0291% ao ano, devidos desde a data da integralização até a data do efetivo pagamento.

Em dezembro/2017, o saldo do passivo não circulante foi reclassificado para o passivo circulante em virtude do não cumprimento de cláusulas contratuais de vencimentos antecipados.

24.1 – Mutações das debêntures:

Saldo em 31/12/2016	Controladora e Consolidado	
	-	
Captações		168.000
Juros		10.533
Amortização de juros		(15.509)
Custos de transação apropriado		(9.930)
Saldo em 31/12/2017		153.094

25 – OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Contribuições sociais	34.918	42.209	35.054	42.494
Férias	94.297	107.906	94.666	108.366
Outros	10.097	10.742	10.097	11.001
Total	139.312	160.857	139.817	161.861

26 – INCENTIVO AO DESLIGAMENTO DE PESSOAL

	31/12/2017	31/12/2016
Circulante		
Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário - PIDV - 2013	41.797	36.029
Plano de Aposentadoria Extraordinária - PAE - 2017	13.845	-
	55.642	36.029
Não Circulante		
Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário - PIDV - 2013	-	37.050
Plano de Aposentadoria Extraordinária - PAE - 2017	20.691	-
	20.691	37.050
TOTAL	76.333	73.079

26.1 - Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário – PIDV – Plano de Saúde

A Companhia aprovou um programa denominado “Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário – PIDV”, destinado ao desligamento de empregados que possuíam a partir de 20 anos de vínculo empregatício efetivo na Companhia ou que estivessem aposentados pelo INSS, e que voluntariamente desejassem aderir cujo prazo de adesão encerrou no dia 10/07/2013.

Aos empregados participantes do PIDV, e a seu grupo familiar, foi assegurado um plano de saúde administrado pela Fachesf, denominado “Fachesf Saúde Mais”, por um período de 60 (sessenta) meses, a partir da data de seu desligamento.

O Fachesf Saúde Mais é um plano privado de assistência à saúde, destinado exclusivamente para os empregados, participantes do Plano Previdenciário da Fachesf, que aderiram ao Plano de Incentivo a Demissão Voluntária – PIDV, e aos seus respectivos dependentes e agregados vinculados ao Plano de Assistência Patronal – PAP da Chesf, na data de adesão.

Em 31/12/2017, o saldo da provisão corresponde ao montante de R\$ 41.797 para fazer face aos gastos com o PIDV/Plano de saúde.

26.2 - Plano de Aposentadoria Extraordinária – PAE

Em 22/05/2017, a Companhia aprovou um programa denominado “Plano de Aposentadoria Extraordinária – PAE”, destinado ao desligamento voluntário de empregados elegíveis, de acordo com as seguintes regras:

- com idade igual ou superior a 55 anos, com pelo menos 10 anos de vínculo empregatício efetivo na Companhia, já aposentados pelo INSS ou em condições de obter a aposentadoria pelo INSS no mês do desligamento;
- reintegrados e anistiados por meio da Comissão Especial Interministerial – CEI de Anistia (Lei nº 8.878/1994), para os quais não há a exigência de tempo mínimo de vínculo empregatício efetivo na Companhia, nem de estarem aposentados ou em condições de obterem a aposentadoria pelo INSS;
- com idade inferior a 55 anos, com mais de 10 anos de vínculo empregatício efetivo na Companhia e já aposentados pelo INSS, ou integrantes de categorias que têm aposentadoria especial.

No período, houve a adesão de 470 empregados ao PAE, com desligamento de 464 empregados em 2017. As despesas com o PAE incluem incentivos financeiros e um plano de saúde, pelo período máximo de 60 (sessenta) meses, a partir da data de seu desligamento. Em 31/12/2017, o saldo da provisão para fazer face a estes gastos corresponde ao montante de R\$ 1.376, referente ao incentivo financeiro.

Plano de Saúde

Aos empregados participantes do PAE, e a seu grupo familiar, será assegurado um plano de saúde administrado pela Fachesf, por um período de 60 (sessenta) meses, a partir da data de seu desligamento. Esse é um plano privado de assistência à saúde, destinado exclusivamente para os empregados, participantes do Plano Previdenciário da Fachesf, que aderirem ao Plano de Aposentadoria Extraordinária – PAE, e aos seus respectivos dependentes inscritos no Plano de Assistência Patronal – PAP, com participação da Chesf, no momento do desligamento.

Em 31/12/2017, o saldo da provisão corresponde ao montante de R\$ 33.160 para fazer face aos gastos com o plano de saúde.

27 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia é patrocinadora da Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social - Fachesf, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal assegurar a prestação de benefícios complementares aos concedidos pela Previdência Oficial.

O regime atuarial da Fachesf é o de capitalização e o Plano originalmente constituído é do tipo Benefício Definido (Plano BD). Em 29/06/2001, foram implantados os Planos de Contribuição Definida (Plano CD) e de Benefício Saldado (Plano BS), tendo a migração de participantes do Plano BD para os novos Planos, encerrada em 19/11/2001, atingindo o percentual de 97,1%.

A Companhia adota os procedimentos recomendados pelo Pronunciamento Técnico CPC 33(R1) (IAS 19), aprovado pela Deliberação CVM nº 695/2012, procedendo à avaliação atuarial dos passivos decorrentes dos benefícios pós-emprego. Os critérios e hipóteses adotados nessa avaliação podem diferir daqueles adotados pela administração do programa, os quais seguem legislações específicas, impedindo, assim, as comparações simples de resultados.

Em conformidade com as práticas contábeis previstas na Deliberação CVM nº 695/2012, a Companhia adota como política contábil o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais, no período em que ocorrerem, em outros resultados abrangentes conforme orientações do CPC 33(R1) e IAS 19.

A seguir, encontra-se o detalhamento dos compromissos referentes aos Planos de Aposentadoria, na forma da Deliberação CVM nº 695/2012, na data-base de 31/12/2017.

PLANO PREVIDENCIÁRIO

- Características Básicas**

A Fachesf administra em favor dos empregados da Chesf três planos de aposentadoria: o Plano de Benefícios Definido, o Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida e o Plano de Benefícios Saldados.

O Plano de Benefícios, do tipo benefício definido, garante aos participantes um benefício de 100% da média dos últimos salários.

O Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida é um plano onde o participante escolhe o seu nível de contribuição e a patrocinadora contribui com um percentual variável da contribuição escolhida pelo participante. A acumulação desses recursos é que irá determinar o valor do benefício do participante. A Chesf se responsabiliza ainda pelos custos dos benefícios de risco e da administração do plano. Este é o único Plano aberto a novas inscrições.

Os participantes que optaram pela transferência do Plano de Benefícios para o Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida tiveram a opção de manter no Plano Benefícios Saldados o valor proporcional que haviam acumulado no plano de origem ou transferir o valor presente de tal benefício para o Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida.

- Política Contábil Adotada pela Entidade no Reconhecimento dos Ganhos e Perdas Atuariais.**

A obrigação com benefícios de aposentadoria reconhecida no balanço patrimonial representa o valor presente da obrigação com os benefícios definidos, ajustada por ganhos e perdas atuariais e pelo custo dos serviços passados, reduzido pelo valor justo dos ativos do plano, conforme previsto no Pronunciamento sobre a Contabilização de Benefícios a Empregados.

Perfil populacional dos participantes:

DADOS POPULACIONAIS	31/12/2017			31/12/2016		
	Plano BD	Plano BS	Plano CD	Plano BD	Plano BS	Plano CD
Participantes ativos						
Participantes - nº	16	1.104	3.737	15	1.120	3.868
Idade Média (anos)	64,29	61,49	47,97	61,50	59,48	47,97
Salário Médio em R\$	8.952,71	2.111,01	12.369,00	9.620,89	2.084,73	11.193,14
Aposentados						
Participantes Aposentados - nº	4.261	1.163	633	4.375	1.173	1.498
Idade Média	74,62	66,58	64,75	72,79	64,65	64,54
Benefício em Médio R\$	4.798,49	3.528,58	3.616,65	4.545,19	3.556,99	2.758,12
Pensionistas						
Números de pensões	1.708	160	154	1.670	147	145
Benefício Médio em R\$	1.954,07	1.136,45	2.360,24	1.791,57	1.169,88	2.235,85
População Total	5.985	2.427	4.524	6.060	2.440	5.511

SEGURO DE VIDA

A Companhia subsidia parte dos prêmios decorrentes de uma apólice de seguro de vida para os empregados ativos. Os ex-empregados aposentados, que optaram por permanecer vinculados a essa apólice, pagam integralmente o prêmio que é estabelecido de forma coletiva para toda a massa de ativos e inativos. Todavia, dadas as características etárias das massas populacionais de ativos e inativos, o cálculo atuarial do prêmio segregado atribuível à massa inativa identifica a existência de um subsídio pós-emprego indireto pago pela Companhia.

Com base nas características apresentadas, a Companhia registra em seu passivo não circulante a avaliação atuarial para cobertura dos segurados inativos, considerando o total da apólice vigente, segregada entre as partes.

Em conformidade com as novas práticas contábeis, a Companhia adota como política contábil o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais apurados relativo ao benefício de seguro de vida, no período em que ocorrerem, em outros resultados abrangentes, conforme orientações do CPC 33(R1) e IAS 19.

HIPÓTESES ATUARIAIS E ECONÔMICAS

	2017	2016
Hipóteses Econômicas		
Taxa de juros de desconto atuarial anual	9,40%	11,17%
Taxa de juros real de desconto atuarial anual	5,13%	5,91%
Projeção de aumento médio dos salários	5,62%	7,23%
Projeção de aumento médio dos benefícios	4,06%	4,97%
Taxa média de inflação anual	4,06%	4,97%
Hipóteses Demográficas		
Taxa de rotatividade	0,00%	0,00%
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-2000 Basic DES	AT-2000 BASIC (D5%) M&F
Tábua de mortalidade de inválidos	AT- 49 Segregada por sexo	AT- 49 M&F
Tábua de invalidez	Alvaro Vindas	Alvaro Vindas

A taxa de juros de longo prazo considerada baseou-se na prática de mercado dos títulos do Governo Federal, conforme critério recomendado pelas normas nacionais e internacionais, para prazos similares aos dos fluxos das obrigações do programa de benefícios.

PLANOS DE BENEFÍCIOS EM 31/12/2017

ALTERAÇÕES NAS OBRIGAÇÕES	31/12/2017				
	Plano BD	Plano BS	Plano CD	Seguro	Total
Obrigação de benefício definido no final do ano anterior	3.094.832	1.007.879	854.317	67.242	5.024.270
Custo de juros	330.143	107.344	90.399	7.552	535.438
Custo do serviço corrente	11	359	787	4.671	5.828
Benefícios pagos pelo plano	(317.235)	(71.139)	(65.770)	-	(454.144)
Redimensionamento da obrigação	238.216	77.806	(349.340)	(13.200)	(46.518)
Efeito da experiência do plano	32.707	31.655	(368.619)	(14.177)	(318.434)
Decorrentes de alterações premissas biométricas	-	-	-	-	-
Efeito da alteração de premissas financeiras	205.509	46.151	19.279	977	271.916
Obrigação de benefício definido no final do ano	3.345.967	1.122.249	530.393	66.265	5.064.874
RECONCILIAÇÃO DO VALOR JUSTO DO ATIVO DO PLANO					
Valor justo do ativo do plano no final do ano anterior	2.127.907	1.318.450	689.861	-	4.136.218
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	226.851	141.485	73.206	-	441.542
Contribuição paga pela empresa	178.498	1.949	8.169	-	188.616
Contribuição de participante	8.667	-	7.729	-	16.396
Benefício pago pelo plano	(317.235)	(71.139)	(65.770)	-	(454.144)
Rendimento do valor justo do ativo do plano (deduzido dos juros sobre o valor justo do ativo)	62.414	(30.323)	190.662	-	222.753
Valor justo do ativo do plano no final do ano	2.287.102	1.360.422	903.857	-	4.551.381

PLANOS DE BENEFÍCIOS EM 31/12/2016

	31/12/2016				
	Plano BD	Plano BS	Plano CD	Seguro	Total
ALTERAÇÕES NAS OBRIGAÇÕES					
Obrigação de benefício definido no final do ano anterior	2.560.273	769.692	2.017.921	66.060	5.413.946
Custo de juros	321.768	98.618	263.531	8.680	692.597
Custo do serviço corrente	9	310	148.166	4.694	153.179
Benefícios pagos pelo plano	(297.313)	(54.233)	(57.654)	-	(409.200)
Redimensionamento da obrigação	510.095	193.492	(1.517.647)	(12.192)	(826.252)
Efeito da experiência do plano	189.284	42.831	(1.651.146)	(14.519)	(1.433.550)
Decorrentes de alterações premissas biométricas	-	-	-	-	-
Efeito da alteração de premissas financeiras	320.811	150.661	133.499	2.327	607.298
Obrigação de benefício definido no final do ano	3.094.832	1.007.879	854.317	67.242	5.024.270
RECONCILIAÇÃO DO VALOR JUSTO DO ATIVO DO PLANO					
Valor justo do ativo do plano no final do ano anterior	2.092.453	1.196.109	2.008.636	-	5.297.198
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	264.201	155.310	272.074	-	691.585
Contribuição paga pela empresa	74.137	1.787	7.363	-	83.287
Contribuição de participante	8.485	-	79.720	-	88.205
Benefício pago pelo plano	(297.313)	(54.233)	(57.654)	-	(409.200)
Rendimento do valor justo do ativo do plano (deduzido dos juros sobre o valor justo do ativo)	(14.056)	19.477	(1.620.278)	-	(1.614.857)
Valor justo do ativo do plano no final do ano	2.127.907	1.318.450	689.861	-	4.136.218

ATIVOS GARANTIDORES POR CATEGORIA

As principais categorias de ativos do plano no final do período são apresentadas a seguir:

Categorias de Ativo	31/12/2017			31/12/2016		
	Plano BD	Plano BS	Plano CD	Plano BD	Plano BS	Plano CD
Disponível	137	295	833	154	54	403
Realizável	268.754	16.361	109.174	270.799	15.287	56.017
Títulos Públicos	1.819.060	851.110	2.476.033	1.666.599	903.453	1.286.542
Crédito de Depósitos Privados	186.151	-	-	21.185	-	-
Debêntures	-	-	-	-	6.928	39.032
Ações	-	-	-	-	-	-
Investimentos em Fundos	82.729	428.893	238.674	353.508	327.270	1.067.046
Investimentos imobiliários	41.198	-	5.591	36.193	-	5.448
Empréstimos e financiamentos	144.851	87.832	99.678	143.496	86.698	96.078
Outros Realizáveis	-	-	-	-	-	-
(-) Exigíveis Previdenciários	(51.912)	(10.415)	(146.869)	(57.610)	(15.334)	(23.796)
(-) Exigível Contingencial	(184.534)	-	-	(290.720)	(18)	(4)
(-) Fundo de Investimentos	(19.332)	-	(8.095)	(15.697)	(5.888)	(6.189)
Ajuste para valor de mercado	-	(13.654)	-	-	-	-
Valor justo - parte CD	-	-	(1.871.162)	-	-	(1.830.716)
Valor justo dos ativos do plano	2.287.102	1.360.422	903.857	2.127.907	1.318.450	689.861

FLUXO PROJETADO DE PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS

Valores esperados	Posição em 31/12/2017		
	Plano BD	Plano BS	Plano CD
Até 1 ano:	292.837	78.352	34.789
De 1 ano a 2 anos:	573.923	164.079	69.626
De 2 anos a 5 anos:	554.907	163.168	69.618
Acima de 5 anos:	1.276.547	393.639	173.520
Total dos pagamentos esperados pelo Plano:	2.698.214	799.238	347.553

MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO COM BENEFÍCIOS POS-EMPREGO

	Plano BD	Plano BS	Plano CD	Seguro	Total
Saldo em 31/12/2015	1.081.489	-	9.285	66.060	1.156.834
Custo dos Juros e do Serviço	49.090	310	68.446	13.375	131.221
Pagamentos	(60.221)	-	(59.941)	-	(120.162)
Ajuste atuarial	117.578	(310)	146.665	(12.192)	251.741
Saldo em 31/12/2016	1.187.936	-	164.455	67.243	1.419.634
Custo dos Juros e do Serviço	94.636	359	10.251	12.221	117.467
Pagamentos	(165.495)	-	(64.413)	-	(229.908)
Ajuste atuarial	(58.212)	(359)	(110.293)	(13.199)	(182.063)
Saldo em 31/12/2017	1.058.865	-	-	66.265	1.125.130

CUSTO PERIÓDICO LÍQUIDO

	Exercício de 2017				
	Plano BD	Plano BS	Plano CD	Seguro	Total
COMPONENTES DO CUSTO PERIÓDICO					
Custo do Serviço	11	359	787	4.671	5.828
Custo dos juros	103.292	-	17.193	7.552	128.037
Contribuição de participantes	(8.667)	-	(7.729)	-	(16.396)
CUSTO DOS BENEFÍCIOS NO PERÍODO	94.636	359	10.251	12.223	117.469

	Exercício de 2016				
	Plano BD	Plano BS	Plano CD	Seguro	Total
COMPONENTES DO CUSTO PERIÓDICO					
Custo do Serviço	9	310	148.166	4.694	153.179
Custo dos juros	57.566	-	-	8.681	66.247
Contribuição de participantes	(8.485)	-	(79.720)	-	(88.205)
CUSTO DOS BENEFÍCIOS NO PERÍODO	49.090	310	68.446	13.375	131.221

MOVIMENTAÇÃO DE BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO EM OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

	Plano BD	Plano BS	Plano CD	Seguro	Total
Saldo em 31/12/2015	(1.279.417)	(31.958)	(190.291)	(67.472)	(1.569.138)
Ganhos e perdas	(117.578)	310	(146.665)	12.192	(251.741)
Saldo em 31/12/2016	(1.396.995)	(31.648)	(336.956)	(55.280)	(1.820.879)
Ganhos e perdas	58.212	359	110.293	13.199	182.063
Saldo em 31/12/2017	(1.338.783)	(31.289)	(226.663)	(42.081)	(1.638.816)

ANÁLISES DE SENSIBILIDADES NAS HIPÓTESES ADOTADAS

PLANO BD		
	2017	2016
Valor presente da obrigação de benefício definido		
Taxa de desconto (-) 25 pontos	3.417.003	3.159.014
Taxa de desconto (+) 25 pontos	3.277.526	3.032.967
Suposição de mortalidade (-) 1 ano	3.431.794	3.165.550
Suposição de mortalidade (+) 1 ano	3.258.939	3.022.713
Variações		
Taxa de desconto (-) 25 pontos	2,12%	2,07%
Taxa de desconto (+) 25 pontos	-2,05%	-2,00%
Suposição de mortalidade (-) 1 ano	2,57%	2,29%
Suposição de mortalidade (+) 1 ano	-2,60%	-2,33%

PLANO BS		
	2017	2016
Valor presente da obrigação de benefício definido		
Taxa de desconto (-) 25 pontos	1.151.401	1.035.220
Taxa de desconto (+) 25 pontos	1.094.367	981.741
Suposição de mortalidade (-) 1 ano	1.141.637	1.025.154
Suposição de mortalidade (+) 1 ano	1.102.326	990.067
Variações		
Taxa de desconto (-) 25 pontos	2,60%	2,71%
Taxa de desconto (+) 25 pontos	-2,48%	-2,59%
Suposição de mortalidade (-) 1 ano	1,73%	1,71%
Suposição de mortalidade (+) 1 ano	-1,78%	-1,77%

PLANO CD		
	2017	2016
Valor presente da obrigação de benefício definido		
Taxa de desconto (-) 25 pontos	545.843	878.518
Taxa de desconto (+) 25 pontos	515.676	831.240
Suposição de mortalidade (-) 1 ano	535.825	863.174
Suposição de mortalidade (+) 1 ano	524.756	845.078
Variações		
Taxa de desconto (-) 25 pontos	2,91%	2,83%
Taxa de desconto (+) 25 pontos	-2,77%	-2,70%
Suposição de mortalidade (-) 1 ano	1,02%	1,04%
Suposição de mortalidade (+) 1 ano	-1,06%	-1,08%

SEGURO DE VIDA		
	2017	2016
Valor presente da obrigação de benefício definido		
Taxa de desconto (-) 25 pontos	68.441	68.031
Taxa de desconto (+) 25 pontos	66.815	66.473
Suposição de mortalidade (-) 1 ano	67.682	67.303
Suposição de mortalidade (+) 1 ano	67.549	67.177
Variações		
Taxa de desconto (-) 25 pontos	1,22%	1,17%
Taxa de desconto (+) 25 pontos	-1,19%	-1,14%
Suposição de mortalidade (-) 1 ano	0,10%	0,09%
Suposição de mortalidade (+) 1 ano	-0,10%	-0,10%

PASSIVO ATUARIAL DOS PLANOS PREVIDENCIÁRIOS CONTRATADOS

A Companhia mantém plano de previdência aos seus empregados e seguro de vida pós-emprego conforme a seguir:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Planos previdenciários	1.058.865	1.255.179
Seguro de vida	66.265	164.455
Total	1.125.130	1.419.634
Circulante	151.616	27.727
Não circulante	973.514	1.391.907

Os valores reconhecidos no período foram apurados com base no laudo atuarial preparado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

A avaliação atuarial é intrinsecamente incerta e, portanto, está sujeita a alterações quando da revisão atuarial realizada anualmente.

OUTROS BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

Além dos benefícios concedidos por intermédio dos planos de previdência complementar, a Companhia oferece outras vantagens a seus empregados, tais como: plano de saúde, seguro de vida, auxílio refeição, auxílio transporte e auxílio educação, que são periodicamente negociadas por ocasião dos acordos coletivos de trabalho. No exercício, a Companhia despendeu com essas rubricas o montante de R\$ 204.208 (R\$ 183.794, em 2016).

28 – OUTROS PASSIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Circulante				
Taxa de fiscalização da Aneel	-	-	305	-
Benefícios pós-emprego – contribuição normal	11.668	14.224	11.668	14.224
Aquisição de imóveis – acampamento	923	923	923	923
Convênio MME	4.707	4.707	4.707	4.707
Cauções em garantia	3.665	3.307	3.665	3.307
Acordo Chesf/Senai	1.230	1.099	1.230	1.099
Entidade seguradora	169	161	169	161
Aquisição da conexão à SE Pirapama II	1.353	1.353	1.353	1.353
Contas a pagar - Eletropar	73	73	73	73
Valores a ressarcir - Lei nº 12.783/2013	-	101.524	-	101.524
Outras provisões - Lei nº 12.783/2013	-	60.854	-	60.854
Outros	54.855	12.213	59.056	43.978
	78.643	200.438	83.149	232.203
Não Circulante				
Outras provisões - FID	58.522	-	58.522	-
Provisão E.S.S.	15.114	-	15.114	-
FGTS Conta-Empresa	4.490	4.244	4.490	4.244
Eletropar	-	10	-	10
Outros	-	-	20.639	1
	78.126	4.254	98.765	4.255
Total	156.769	204.692	181.914	236.458

Fator de Disponibilidade de Geração – FID

A provisão do Fator de Disponibilidade de Geração - FID foi constituída em razão da recontabilização dos valores referentes ao Complexo Paulo Afonso – Moxotó no período de dezembro de 2009 a janeiro de 2013 devido à alocação de energia superior no Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, quando da aplicação do Mecanismo de Redução da Energia Assegurada – MRA, por erro material identificado no cálculo do FID na CCEE, em relação aos valores de indisponibilidades apurados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS.

29 – RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E AMBIENTAIS

	Controladora	Controladora e Consolidado		
	Provisão em 31/12/2016	Adições (reversões)	Baixas	Provisão em 31/12/2017
Trabalhistas	142.811	28.626	(25.434)	146.003
Cíveis	1.668.221	474.442	(30.750)	2.111.913
Ambientais	180	(180)	-	-
Fiscais	28.179	12.209	-	40.388
Total	1.839.391	515.097	(56.184)	2.298.304

A Chesf é parte em processos judiciais, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis e trabalhistas.

A Chesf, em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil, adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Companhia em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

- São constituídas provisões para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado **provável**;
- São divulgadas em notas explicativas as informações correspondentes às causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado **possível**;
- Para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado **remoto**, somente são divulgadas em notas explicativas as informações que, a critério da administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das demonstrações financeiras.

As contingências da área Trabalhista são compostas na sua maioria de ações relativas a periculosidade; horas extras; suplementações de aposentadoria Fachesf; equiparação/enquadramento funcional e de verbas rescisórias decorrentes de inadimplências de empresas terceirizadas.

As Cíveis de maior peso são as ações de caráter indenizatório, desapropriações e de recomposição financeira de contratos.

Na área Tributária há questões envolvendo anulação de autos de infração; pleitos de ressarcimento/compensação de créditos (PIS, Cofins, IRPJ, CSLL, ITR, ICMS entre outros tributos).

Todas essas contingências estão tendo as devidas defesas pela Companhia, tendo sido constituídos os pertinentes depósitos judiciais, quando requeridos.

1) Destacam-se as seguintes ações com **risco de perda provável**:

- 1.1) A Chesf é autora de uma ação na qual pede a declaração de nulidade parcial de aditivo (Fator K de correção analítica de preços) ao contrato de empreitada das obras civis da Usina Hidrelétrica Xingó, firmado com o Consórcio formado pela Companhia Brasileira de Projetos e Obras - CBPO, CONSTRAIN S.A. - Construções e Comércio e Mendes Júnior Engenharia S.A. (rés neste processo, e aqui doravante assim referidas), e a devolução de importâncias pagas, a título de Fator K, no valor de aproximadamente R\$ 350.000 (valores da época, convertidos em reais), em dobro. As mesmas rés, além de contestarem o feito, ajuizaram, em paralelo, reconvenção pleiteando a condenação da Chesf a pagamentos vencidos decorrentes do mesmo aditivo contratual não tempestivamente liquidados pela Companhia (glosa parcial do Fator K entre julho de 1990 e dezembro de 1993, em obediência à Lei nº 8.030/1990, e suspensão integral do pagamento do Fator K, no período de janeiro de 1994 a janeiro de 1996).

Após longa tramitação processual nas instâncias ordinárias, incluindo controvérsia em torno do ramo judiciário competente para seu processamento e julgamento (a Chesf e a União, sua assistente no processo, entendem pela competência da Justiça Federal; o Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à luz da Lei nº 8.197/1991, entendeu ser a competência da Justiça Estadual, entendimento este ratificado pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco/TJPE – o Superior Tribunal de Justiça/STJ, instado a se pronunciar na matéria, não conheceu do correspondente recurso especial por razões exclusivamente processuais), a ação da Chesf foi julgada improcedente e a reconvenção das rés julgada procedente, ambas as decisões proferidas pelo TJPE.

Em tramitação perante o STJ (REsp 726.446) por força de recurso da Chesf, julgado majoritariamente improcedente (agosto/2010), posteriormente objeto de primeiros Embargos de Declaração de todas as partes, agora já julgados (improcedentes os da Chesf; parcialmente procedentes, em matéria de honorários

de sucumbência, os das autoras reconvidas), e também de segundos Embargos de Declaração de todas as partes, por igual agora já julgados (conhecidos e providos, porém sem efeitos modificativos relativamente ao anteriormente julgado) e novamente foram opostos Embargos de Declaração pela Chesf, que foram rejeitados com aplicação de multa de 0,01% do valor da causa. Posteriormente, a Chesf apresentou no prazo legal recurso de Embargos de Divergência (EResp) e Recurso Extraordinário (RE): o EResp, por suas particularidades específicas, depende de apreciação em parte pela Corte Especial e em parte pela primeira seção, ambas do mesmo STJ – perante a corte especial do STJ houve julgamento de improcedência (fevereiro/2016), e atualmente o mesmo EResp aguarda apreciação pela primeira seção do mesmo STJ; o RE, interposto na mesma oportunidade mas destinado ao STF, apenas será oportunamente apreciado após o esgotamento da apreciação do EResp em todas as suas instâncias internas do STJ.

Por outro lado, tramita em primeira instância, perante a 12ª vara cível de Recife-PE, procedimento de “Cumprimento provisório de sentença”, proposto pelas mesmas partes adversas à Chesf no caso, onde (i) houve cálculo do contador judicial homologado pelo juízo (ainda que aplicando critérios de atualização manifestamente equivocados para o caso) fixando (provisoriamente) o valor da condenação principal (para abril/2015) em aproximadamente R\$ 1.035 milhões, (ii) houve a apresentação pela Chesf de “seguro garantia” originalmente acolhido pelo juízo processante, mas, em sede recursal, recusado pelo TJPE, (iii) até dezembro/2016 tinha havido a penhora de ativos financeiros bancários da Chesf em montante aproximado de R\$ 500 milhões e (iv) a Chesf apresentou recursos de Agravo e Reclamação pendentes de apreciação pelo TJPE (Relator, Des. Eduardo Paurá). Porém, em 07/12/2016, em face de nova iniciativa recursal da Chesf por meio do REsp 1.530.912, em trâmite no STJ e referido àquele mesmo processo ordinário (“ação de liquidação”), obteve-se decisão monocrática/liminar do respectivo relator (Ministro Mauro Campbell Marques, da 2ª seção) consubstanciada na atribuição de efeito suspensivo no referido recurso, que apresenta como consequência a extinção/suspensão da ação de liquidação e da ação de execução provisória (esta por ser originária da ação de liquidação), consequentemente liberando-se na íntegra (alvará expedido em 26.01.2017), em favor da Chesf, a totalidade do valor até então bloqueado/penhorado: aguarda-se o julgamento colegiado/definitivo do referido REsp 1.530.912.

A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, atualizou a provisão em seu passivo não circulante, no montante de R\$ 1.098.566 e outros adicionais de R\$ 109.956, relativamente ao valor da condenação em honorários de sucumbência em favor dos patronos das partes adversas à Chesf (estes fixados à razão de 10% sobre o valor da condenação principal e mais R\$100), tudo o acima referido tomando especialmente por referência, de um lado, a decisão manifestada pelo TJPE em ação de liquidação (proposta pelo Consórcio Xingó – CBPO/CONSTRAN/Mendes Junior), atualmente em curso perante o STJ sob o nº RESP 1.530.912, distribuído naquela corte e ainda ali aguardando processamento e julgamento com atribuição de efeito suspensivo no recurso conforme acima referido (há, no mesmo processo, também Recurso Extraordinário com destino ao Supremo Tribunal Federal), e, de outro lado, os valores em torno dos quais (inclusive conforme suscitado no ora Recurso Especial acima referido) há a convicção de descabimento/inaplicação ao caso. Inexiste previsão de tempo para o desfecho desta lide.

- 1.2)** Ação de Indenização de 14.400 ha. de terra na Fazenda Aldeia, proposta na Comarca de Sento Sé (BA), pelo Espólio de Aderson Moura de Souza e esposa (distribuído e autuado à época sob o número 0085/1993, atualmente 0000023-22.1993.805.0242). A sentença foi julgada procedente no primeiro grau para condenar a Chesf no valor de R\$ 50.000, (principal mais juros e correção monetária). Em 31/12/2008, a Chesf interpôs recurso para o Tribunal de Justiça da Bahia. Em 31/03/2009 o processo foi transferido para a Justiça Federal face intervenção da União Federal na qualidade de assistente (sendo autuado sob o número 0003437-77.2011.4.01.3305). Em 30/06/2011 foi julgado parcialmente procedente recurso de apelação interposto pela Chesf perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, sendo negado provimento à apelação do autor. Em 30/09/2011 foi ajuizada Ação Rescisória (0054126-49.2011.4.01.0000) perante o Tribunal Regional Federal da Primeira Região, tendo sido deferida liminar em 31/12/2011 determinando a suspensão da execução do processo principal, o que se perdura até este momento. A Companhia possui em seu passivo não circulante provisão para suportar eventual perda nesta Ação no valor de R\$ 161.135. Em 31/12/2017, referida Ação Rescisória ainda encontra-se pendente de julgamento.
- 1.3)** Ação de Desapropriação movida pela Companhia contra Herculano Galdino do Nascimento (Processo 0000538-66.2007.805.0245). Tendo como parte o sucessor, Henrique Moraes do Nascimento, cujo objeto da causa é a contestação do valor indenizatório pago à época. A Companhia mantém em seu passivo não circulante provisão para suportar eventual perda nesta ação no valor de R\$ 52.000. Processo em fase de instrução – laudo pericial. Decisão remetendo para Justiça Federal.

- 2) A Chesf possui ações não provisionadas, com **risco de perda possível**, conforme distribuição a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Trabalhistas	171.134	167.964
Ambientais	706	710
Cíveis e fiscais	8.994.233	5.674.111
Total	9.166.073	5.842.785

- 2.1) Dentre essas destacam-se as seguintes:

- 2.1.1) Ação de indenização ajuizada pelo Consórcio formado pelas empresas CBPO/CONSTRAN/Mendes Júnior, ajuizada em 08/06/1999, processo nº 0012492-28.2010.4.05.8300, na qual pede a condenação da Companhia ao pagamento de compensação financeira adicional, em virtude de atraso no pagamento das faturas do contrato referente à Usina Hidrelétrica Xingó, para as faturas emitidas após 30/04/1990 (“Pós-Collor”). Na aludida ação, as autoras formularam pedidos genéricos, limitando-se a apontar a existência de um suposto direito a compensação financeira, remetendo a apuração dos valores para a liquidação da sentença.

A Chesf contestou a ação, inclusive pedindo que a União Federal fosse admitida no feito, com a consequente remessa do processo a uma das Varas da Justiça Federal em Pernambuco. Após a apresentação de perícia foi proferida sentença, pela justiça estadual, sendo a Chesf condenada a pagar aos autores a importância de R\$ 23.766, a preços de setembro de 2004 (R\$ 51.568, segundo cálculos da Chesf, em 31/03/2010). Contra essa decisão, a Chesf interpôs recurso de apelação, onde foi declarada, pelo TJPE a nulidade da sentença, por ter sido proferida por Juiz incompetente (uma vez que a União Federal havia sido admitida no feito), e determinando o envio dos autos à Justiça Federal. A Justiça Federal de Pernambuco recebeu o processo no estado em que se encontrava, não tendo determinado a realização de nova perícia, e tendo proferido nova sentença, condenando a Chesf ao pagamento das importâncias acima discriminadas. Diante dessa situação a Companhia interpôs recurso de apelação, para o Tribunal Regional Federal da 5.^a Região, no qual requereu a anulação do processo a partir da fase da perícia. Ato contínuo, a autora interpôs recurso de apelação adesivo. Julgados ambos os recursos pela 4.^a turma do TRF5, em decisão publicada em 10/12/2014 que determinou a condenação ao pagamento de indenização relativa aos encargos moratórios calculados incorretamente sobre as parcelas pagas com atraso pela Chesf. Prevalecendo as conclusões do perito judicial no que tange ao equívoco da Chesf no cálculo dos encargos contratuais, exceto no que tange à necessidade de correção do anatocismo verificado no pagamento parcial das faturas e na incidência de juros de mora da parte dispositiva da sentença após 30/09/2001. Honorários reduzidos para R\$ 20. Embargos de declaração apresentados pela Chesf, pela União Federal e pela CBPO. Os embargos da CBPO foram providos para fixar os honorários em 2,5% do valor da condenação. Os embargos da Chesf e da União foram improvidos. Apresentados Recursos Especial e Extraordinário, estes foram admitidos e remetidos ao STJ. Distribuído o RESP 1.611.929/PE por dependência ao Ministro Mauro Campbell, 2.^a Turma. Vistas ao MPF em 13/09/2016. Houve manifestação/parecer da Procuradoria-Geral da República junto ao STJ parcialmente favorável ao Recurso Especial da Chesf. A referida ação encontra-se pendente de julgamento.

- 2.1.2) Ação civil pública proposta contra a Companhia pela Associação Comunitária do Povoado do Cabeço e Adjacências, no valor de R\$ 368.548, perante a 2.^a Vara Federal em Sergipe, com o objetivo de obter compensação financeira em decorrência de alegados danos ambientais causados aos pescadores do Cabeço, à jusante da UHE Xingó e provocados pela construção desta Usina - Processo nº 0002809-27.2002.4.05.8500.

Foram incluídos no polo passivo da ação o Ibama, o IMA-AL, o CRA-BA, a União Federal e a Adema-SE.

Por outro lado, na comarca de Brejo Grande/SE, também tramitava ação civil pública proposta contra a Chesf pela Associação de Pescadores do Povoado Cabeço e Saramém, à qual foi atribuído o valor de R\$ 309.114 com os mesmos propósitos da demanda anteriormente comentada. Em 15/04/2008 foi proferida sentença reconhecendo a competência da Justiça Federal para processar e julgar o feito e determinando a remessa dos autos à 2.^a Vara Federal de Sergipe. Em 19/02/2009 as duas ações foram consideradas processualmente conexas e passaram a tramitar juntas perante a 2.^a Vara Federal/SE.

Em 14/05/2009 houve audiência com a finalidade de decidir sobre a natureza da prova processual a ser colhida, inclusive realização de perícia, restando estabelecido prazo de 03 (três) meses para as partes

apresentarem quesitos para perícia. Após algumas remarcações de audiências, o Juízo decidiu inverter o ônus da prova e o ônus financeiro para realização da perícia, determinando, assim, que seu custo seja suportado pela Chesf. Contra a decisão que inverteu o ônus da prova e o ônus financeiro, a Chesf interpôs agravo de instrumento o qual foi convertido pelo desembargador relator em agravo retido, restando mantida a decisão agravada. Contra essa decisão a Chesf apresentou outros recursos (Embargos e agravo) que não lograram êxito.

Em 29/03/2011, o juiz de primeira instância nomeou equipe de peritos para produção de laudo e em 08/04/2011 a Chesf apresentou em juízo a relação dos seus assistentes técnicos e os seus quesitos periciais. Em audiência realizada no dia 30/11/2011, para a definição da melhor forma de operacionalização do início dos trabalhos periciais, foi determinado que a Chesf efetivasse depósito judicial de R\$ 50 para fazer face às despesas com os peritos judiciais, depósito esse que foi realizado em 31/01/2012. Em 21/05/2013 foi realizada audiência na qual se traçou um cronograma para os trabalhos periciais, que serão realizados por equipes multidisciplinares, restando consignado previsão de conclusão dos laudos para janeiro de 2015. Em 27/11/2013 foi realizada audiência na qual foram homologados os planos de trabalhos das equipes de realização da perícia, estabelecendo-se, ainda, depósito mensal, a cargo da Chesf, para custeio das despesas com a realização da perícia e com os honorários dos profissionais designados nos autos no valor de R\$ 100, com início no mês de dezembro de 2013 e fim em maio de 2015. Também ficou consignado que ambos os processos restarão com seu trâmite exclusivamente direcionado à realização da perícia e suspensos até que seja apresentado o laudo pericial definitivo.

Em 18/11/2014, foi realizada nova audiência para acompanhamento de perícia e definição de cronograma de atividades com vistas à conclusão do trabalho pericial. Os dois Laudos Periciais foram disponibilizados para a Chesf em 07/12/2015.

Em 04/03/2016, o juiz determinou que a Chesf depositasse em juízo, a título de honorários periciais complementares, o montante de R\$ 755.350,56, dividido em 03 parcelas mensais (nos meses de março, abril e maio de 2016), bem como um valor adicional de R\$ 50 para cobrir as despesas com o deslocamento (passagens aéreas), hospedagem e alimentação dos peritos na audiência de esclarecimento do laudo pericial, realizada nos dias 28 e 29/03/2016.

O parecer dos assistentes técnicos da Chesf, que impugnou os laudos periciais, foi apresentado em ambos os processos judiciais em 30/05/2016. Por sua vez, as alegações finais da Chesf foram protocolizadas tempestivamente em 19/09/2016, estando os processos, em 31/12/2017, conclusos para sentença.

Suportada em avaliação dos advogados que patrocinam as causas pela Companhia, a expectativa da Administração sobre a possibilidade de perda dessas ações é possível quanto ao insucesso da defesa e remota quanto aos valores dos pedidos.

- 2.1.3)** Ação ordinária proposta pela AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia (proc. 2002.34.00.026509-0 – 15ª Vara Federal-DF) visando à contabilização e liquidação pela Aneel das transações do mercado, relativa à exposição positiva (lucro) verificada em razão da não opção pelo alívio (seguro) feita em dezembro de 2000. Decisão interlocutória proferida no bojo do Agravo de Instrumento da AES SUL (Processo nº 2002.01.00.040870-5) interposto contra a Aneel, resultou num débito de aproximadamente R\$ 110.000, com pagamento estipulado para o dia 07/11/2008.

Para suspender a exigibilidade do débito, foram adotadas naquela oportunidade as seguintes providências jurídicas: 1) ajuizamento de Pedido de Suspensão de Liminar no STJ; 2) impetração de Mandado de Segurança perante o Tribunal de Justiça do Distrito Federal - TJDF; 3) protocolização de petição postulando o ingresso da Chesf no processo, na condição de litisconsorte passiva necessária. Foram acolhidos os procedimentos 2 e 3, com a consequente reforma da liminar e suspensão do débito em questão. A Chesf ingressou na lide como litisconsorte passiva necessária e contestou a ação. Em 31/12/2011 o Tribunal Regional Federal da 1.ª Região havia julgado procedente o mandado de segurança interposto pela Chesf (medida 2), tendo a AES ingressado com Recurso Especial, que após negado provimento, interpôs recurso de apelação. A Ação foi julgada improcedente e os embargos de Declaração rejeitados, havendo assim, a apresentação de recurso de apelação pela autora. Em 31/12/2012, haviam sido oferecidos contrarrazões pela Chesf, estando pendente de apreciação a remessa para o TRF 1.ª Região. Em 31/03/2013 – TRF 1.ª Região julgou procedente o MS interposto pela Chesf (medida 2). REsp da AES, julgado. Mantida a Segurança. Ação julgada improcedente. Embargos Declaração rejeitados. No dia 26/03/2014 o Recurso de Apelação interposto pela AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia foi julgado e provido pelo TRF 1ª Região. Contra o acórdão que deu provimento à Apelação a Chesf opôs embargos de declaração, os quais foram rejeitados. Em 31/12/2015 o acórdão que improviu os embargos de declaração se achava pendente de publicação. Tendo sido publicado o acórdão em 14/01/2016, a Chesf e as demais rés interpuseram recurso de embargos infringentes, com o objetivo de fazer prevalecer o voto vencido. Essa

posição se mantém inalterada em 31/12/2017, vez que ainda não houve o julgamento dos embargos infringentes.

Com base na avaliação de seus procuradores jurídicos, a administração classificou o risco de perda desta ação como “possível”, no montante estimado de R\$ 110.000.

2.1.4) Ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal junto à subseção Judiciária de Paulo Afonso – BA (processo n.º 2490-83.2012.4.01.3306) onde, em síntese, persegue a obtenção de decreto judicial que declare a inexistência do Aditivo ao Acordo de 1986, celebrado no ano de 1991, firmado entre a Chesf e os representantes do Polo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco. O valor atribuído à causa foi de R\$ 1.000.000. Foi proferida sentença que declarou a nulidade do acordo de 1991, entre a CHESF e o Polo Sindical, que alterou a forma de cálculo da VMT para o equivalente a 2,5 salários mínimos; bem como para determinou o pagamento das diferenças apuradas, desde 1991, entre a verba efetivamente paga e o valor de 2,5 salários mínimos, monetariamente corrigidos e acrescidos de juros moratórios para cada família que recebeu ou ainda recebe a VMT, pelo respectivo período que tenha recebido e que pertençam à competência territorial desta Subseção Judiciária, ressalvados os casos dos reassentados que celebraram os termos de acordos extrajudicial e a escritura pública de doação com a requerida, renunciando os benefícios da VMT, assim como afastou o direito dos interessados à percepção das parcelas atingidas pela prescrição quinquenal, a contar do ajuizamento da ação. Contra a sentença foram opostas apelações pela Chesf e pelo MPF, recursos esses que aguardam julgamento, sendo distribuídos por dependência em 30/11/2016 ao relator Desembargador Federal Neviton Guedes – Quinta Turma. Em 31/12/2016 estava concluso para relatório e voto – sendo o processo redistribuído por sucessão para a Desembargadora Federal Danielle Maranhão Costa em 14/11/2017. Posição que permanece em 31/12/2017.

2.1.5) Processo n.º 2014.01.1.193316-6, em trâmite perante a 23.ª Vara Cível da Circunscrição Judiciária de Brasília – DF. Trata-se de ação ordinária proposta pela Energia Potiguar Geradora Eólica S.A., Torres de Pedra Geradora Eólica S.A., Ponta do Vento Leste Geradora Eólica S.A., Torres de São Miguel Geradora Eólica S.A., Morro dos Ventos Geradora Eólica S.A., Canto da Ilha Geradora Eólica S.A., Campina Potiguar Geradora Eólica S.A., Esquina dos Ventos Geradora Eólica S.A., Ilha dos Ventos Geradora Eólica S.A., Pontal do Nordeste Geradora Eólica S.A., e Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A. tendo por objeto a indenização em danos materiais (danos emergentes e lucros cessantes), no valor de R\$ 243.067, e que seriam decorrentes de suposto atraso na entrada em operação comercial da LT Extremoz II – João Câmara II e da SE João Câmara II. Oferecida contestação e deferida produção de prova pericial em 10/03/2016, laudo apresentado pelo perito do juízo desfavorável à Chesf, com consequente pedido de esclarecimentos. Petição solicitando oitiva do perito em audiência.

O requerimento de oitiva em audiência foi negado pelo MM. Juízo que, no entanto, deferiu a elaboração da perícia contábil, tendo intimado a Chesf a realizar o depósito dos honorários periciais. A Chesf ofereceu quesitos e depositou os honorários do perito do juízo. As autoras impugnaram os quesitos apresentados pela Chesf. O MM. Juízo da 23.ª Vara Cível determinou a oitiva da Chesf acerca da impugnação dos quesitos pela parte Autora. Foi deferido parcialmente o pedido de inclusão de novos quesitos por parte das Autoras, o que gerou o pagamento de custas complementares para o perito contábil. O perito contábil apresentou do laudo do qual houve manifestação da Chesf em 25.09.2017. Em 31/12/2017, o processo se encontra concluso para sentença.

2.1.6) Processo n.º 33328-13.2015.4.01.3400 – 15.ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal. Trata-se de ação civil pública manejada pela Aneel com o intuito de cobrar da Chesf supostos prejuízos que os consumidores finais de energia elétrica teriam tido com os atrasos das obras referentes às chamadas Instalações de Geração Compartilhada – ICGs. Esse prejuízo remontaria a R\$ 1.471 milhões. A Chesf recebeu a citação, tendo apresentado contestação ao feito no dia 04/12/2015. Apresentada réplica pela ANEEL, o juiz indeferiu produção de provas requeridas pela Chesf. O MM. Juízo da 15.ª Vara Federal determinou a intimação do Ministério Público Federal para manifestação a qual foi realizada. A Chesf peticionou para suspensão do processo, face estratégia de levar o caso à CCAF/AGU. Em 31/12/2017 o pedido de suspensão foi deferido pelo MM. Juízo da 15ª Vara Federal, pelo prazo de 6 (seis) meses.

Não há condições de se avaliar, no presente momento, qual seria o desfecho da causa, vez que essa é a primeira ação no País a tratar do tema (não existe histórico no Brasil de ingresso de ações coletivas com conteúdo semelhante).

3) Com **risco de perda remoto** destaca-se a seguinte ação:

3.1) Apesar de ser considerada pelos administradores e procuradores jurídicos da Companhia como de risco de perda remoto, existe uma ação de cobrança em andamento movida pela Construtora Mendes Júnior S.A., contratada para a construção da Usina Hidrelétrica Itaparica, por alegados prejuízos financeiros resultantes de atraso no pagamento de faturas por parte da Companhia.

A referida Ação de Cobrança está baseada na Ação Declaratória julgada procedente para o fim de declarar a existência de uma relação de crédito da Mendes Júnior junto à Chesf, assegurando ressarcimento financeiro.

Nesta ação de cobrança a Construtora Mendes Júnior S.A. obteve sentença do Juízo da 4ª Vara Cível, posteriormente anulada, que condenava a Chesf ao pagamento da quantia que, incluindo honorários advocatícios e correção monetária até o mês de agosto de 1996, calculado segundo critério determinado pelo juízo, seria de aproximadamente R\$ 7 bilhões, valor não atualizado desde então.

Após decisão do Superior Tribunal de Justiça de não conhecer recurso especial interposto pela Construtora Mendes Júnior e confirmar decisão da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, que anulou a sentença, determinando ainda a redistribuição do processo a uma das Varas Federais de Pernambuco, o processo foi encaminhado à 12ª Vara Federal, tomando o número 2000.83.00.014864-7, para ser feita nova perícia e ser proferida nova sentença.

A Perícia foi apresentada. Devendo ser destacado que o Perito, respondendo a quesito da Chesf, declarou “não ser possível, a partir da análise dos registros contábeis da Mendes Júnior, afirmar ter ela captado, nos períodos em que ocorreram atrasos no pagamento das faturas, recursos no mercado financeiro, especificamente para o financiamento da obra de Itaparica”. Essa resposta foi confirmada pela análise feita pelo Assistente Técnico da Chesf.

O Ministério Público Federal apresentou manifestação com pedido de declaração de nulidade de todo o processo e, no mérito, pediu a improcedência da ação.

A ação foi julgada procedente em parte, conforme sentença publicada em 08/03/2008. Contra a sentença, a Chesf apresentou embargos de declaração, acatados pela MM. Juíza por meio de decisão que esclareceu alguns pontos da sentença relativos à apuração de eventual dívida da Chesf com a Mendes Júnior.

A Chesf apresentou recurso de apelação, em que pediu a improcedência total da ação; considerando que, nesta ação de cobrança, cabia à Mendes Júnior, para fazer jus a alguma espécie de ressarcimento financeiro, em cumprimento à decisão proferida na Ação Declaratória anteriormente ajuizada, comprovar que captou recursos especificamente para o financiamento da obra de Itaparica, em decorrência do atraso da Chesf no pagamento de algumas faturas; e que as despesas financeiras que teve, com essa captação de recursos, teriam sido superiores ao total de acréscimos pagos pela Chesf, em decorrência desses atrasos. A União Federal e o Ministério Público Federal apresentaram recursos no mesmo sentido que o apresentado pela Chesf.

Em sessão realizada em 25/10/2010, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região deu provimento aos recursos interpostos pela Chesf, União e Ministério Público Federal, e julgou a aludida ação inteiramente improcedente. Apresentados recursos especiais e extraordinários pela Construtora Mendes Júnior o TRF 5ª Região negou-lhes seguimento, ensejando a interposição de agravos de instrumento. Em 31/12/2012 os agravos interpostos pela Mendes Júnior haviam subido para Superior Tribunal de Justiça – ARESP 205.843 (2012/0155289-6), sob a relatoria do Min. Sergio Kukina. Apresentou o Ministério Público Federal parecer opinando pelo não provimento do agravo, que foi julgado improcedente em 19/02/2014. A Mendes Junior apresentou Agravo Regimental o qual fora convertido em REsp e levado à sessão de julgamento em 04/12/2014, onde houveram sustentações orais de todas as partes envolvidas. Por motivo de pedido de vista do Min. Benedito Gonçalves a sessão foi suspensa, com sua retomada em 18/12/2014, quando, à unanimidade, a Primeira Turma decidiu por não conhecer do Recurso Especial interposto pela Mendes Júnior. O acórdão foi publicado em 19/03/2015. Interpostos embargos de declaração estes foram rejeitados pelo STJ. Após a rejeição dos embargos, a Mendes Junior apresentou recurso extraordinário, que, negado seguimento foi objeto de agravo (ARE971.889) que aguarda julgamento após distribuição do Min. Barroso. Redistribuído à Min. Rosa Weber, que negou seguimento ao recurso. Interposto agravo regimental pela Mendes Junior que aguarda julgamento.

Considerando a existência da decisão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, informamos ser remoto o risco de a Chesf vir a ter perda nesta ação.

- 3.2) Ação indenizatória proposta pela Hidroservice, processo nº 0009364-44.2003.4.05.8300 que tramita na 2ª Vara Federal-PE, objetivando a anulação de acordo de securitização setor elétrico com indenização pelo deságio na negociação de títulos recebidos, juros bancários. O valor atribuído à causa foi de R\$ 250.000 (históricos), estando estimado em R\$ 2.102.844. Apelações improvidas, mantendo a sentença que julgou improcedente a ação. Embargos de Declaração julgados em 26/11/2013 para corrigir o erro material apontado pela Chesf e negar provimento com relação a ambos os Embargos das partes. Apresentação de Recurso Especial e Recurso Extraordinário pela Hidroservice. A Eletrobras e a União Federal apresentaram Recurso Especial pleiteando majoração da verba honorária. O Recurso Extraordinário da Hidroservice e os Recursos Especial da Eletrobras e da União Federal foram inadmitidos e o Recurso Especial da Hidroservice foi remetido ao STJ (RESP 1.513.670/PE), onde se encontra pendente de julgamento. A Hidroservice, a Eletrobras e a União Federal interpuseram agravo de instrumento para que seus recursos tenham seguimento admitidos. Parado desde 17/03/2015.

Por outro lado, a Chesf ingressou com Ação declaratória de implementação e desobrigação contratual cumulada com consignação em pagamento, nº 0035333-41.1995.8.17.0001 (2ª vara cível, Recife-PE), face os contratos CT-I-92.1.0120.00 e CT-I-92.1.0119.00, onde realizou depósito de Cr\$1.602.826.241,73, atualizados em R\$ 2.749.641,05, onde apenas em abril de 2016 foi julgado seu mérito, em sentença improcedente para a Chesf. Objeto de Embargos de Declaração negados, interpostos recurso de Apelação pela Chesf em 28/03/2017. Distribuído ao Rel. Itabira de Brito Filho em 21/08/2017.

4) Riscos ambientais

A Chesf, em decorrência de suas atividades operacionais, possui ações judiciais de natureza ambiental que não estão provisionadas por envolverem riscos de perda classificados pela Administração e por seus consultores jurídicos como *possíveis* ou *remotos*. Com base na opinião desses consultores jurídicos, a Administração acredita que a resolução dessas questões não produzirá efeito material adverso sobre a sua situação financeira e, com base em histórico, acredita que nenhuma provisão ou seguro para perdas, relacionados às questões ambientais, seja necessário.

30 – PROVISÃO PARA CONTRATO ONEROSO

A Companhia realizou, em 30/09/2017, teste de suas unidades de geração e transmissão visando identificar se os custos necessários para satisfazer suas obrigações são superiores a capacidade de individualmente gerarem benefícios econômicos.

Como resultado deste teste, foram realizadas as seguintes provisões:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Linha de transmissão - Funil/Itapebi	6.227	-
Linha de transmissão - Eunápolis/Teixeira de Freitas	4.059	10.521
Linha de transmissão - Recife II/Suape II	50.197	41.463
Linha de transmissão - Camaçari IV/Sapeaçu	124.104	114.501
EOL Casa Nova II	-	57.356
EOL Casa Nova III	-	56.066
Total	184.587	279.907

A variação do contrato oneroso das EOL Casa Nova II e Casa Nova III foi decorrente dos testes realizados no período à taxa de desconto de 6,12% e os períodos de vigência dos respectivos contratos.

Quanto aos contratos de transmissão, as premissas adotadas no cálculo de contrato oneroso contemplaram as receitas de transmissão dos contratos de concessão, uma taxa de desconto de 6,90% e os períodos de vigência dos respectivos contratos.

31 – COMPROMISSOS OPERACIONAIS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui os seguintes compromissos operacionais de longo prazo. Os valores e preços estão apresentados pelo seu valor nominal e não estão deduzidos de eventuais subvenções e reembolsos de custos que a Companhia porventura tenha direito.

31.1 – Compra de energia (não auditada)

Referem-se a contratos de compra de energia elétrica com empresas geradoras.

Posições compradas		2018/2019	2020/2021	2022/2023	A partir de 2023 (pagamento remanescente)
Contratos firmados	Volume (MW)	3.358.246	2.662.043	1.945.918	10.932.111
	Preço médio (R\$)	171,92	184,32	197,56	197,24

31.2 – Venda de energia (não auditada)

Posições vendidas		2018/2019	2020/2021	2022/2023	A partir de 2023 (pagamento remanescente)
Contratos firmados	Volume (MW)	10.450.545	10.021.662	9.998.138	53.377.448
	Preço médio (R\$)	121,18	114,34	124,57	125,09

31.3 - Compromissos com aportes em SPEs

SPE	2018/2019
Complexo Eólico Pindaí I	127.250
Complexo Eólico Pindaí II	38.114
Norte Energia S.A.	99.306
TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	33.613
ESBR Participações S.A.	40.400
Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	55.679
Companhia Energética SINOP S.A.	121.015
Complexo Eólico Pindaí III	17.560
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	19.956
Total	552.893

31.4 – Imobilizado

Fornecedor	2018/2019
Weg Equipamentos Elétricos S.A.	131.129
Energ Power Ltda.	80.663
Tabocas Participações Empreendimentos S.A.	76.907
Grid Solutions Transmissão de Energia Ltda.	51.327
JPW Engenharia Elétrica Ltda.	51.137
ZTT do Brasil Ltda.	44.567
Indústria Const. e Mont. Ingelec S.A.	40.716
ABB Ltda.	37.239
Tecmon Montagens Técnicas Industrias Ltda.	28.962
Toshiba América do Sul Ltda.	25.559
Sadesul Projetos e Construções Ltda.	20.674
OEngenharia Ltda.	19.932
Real Energy Ltda.	16.154
Procable Energia e Telecomunicações S.A.	15.320
Gevisa S.A.	9.584
Wobben Windpower Indústria e Comércio Ltda.	8.595
Total	658.465

32 - OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO

	31/12/2017	31/12/2016
Participações da União	69.456	69.456
Pesquisa e Desenvolvimento	632	606
Reversões e Amortizações	(12.707)	(11.020)
Total	57.381	59.042

As participações da União referem-se a recursos recebidos do Governo Federal e aplicados em obras de geração e administração de energia elétrica.

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica.

33 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

33.1 - Capital Social

O capital social, no valor de R\$ 9.753.953 (R\$ 9.753.953, em 2016), é constituído por ações sem valor nominal com a seguinte distribuição:

31/12/2017						
Acionistas	Número de ações em milhares					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	%
	Quant.	%	Quant.	%		
Eletrobras	54.151	100,000	1.518	86,545	55.669	99,578
Ministério da Fazenda	-	-	194	11,060	194	0,347
Light	-	-	9	0,513	9	0,016
Outros	-	-	33	1,882	33	0,059
	54.151	100,000	1.754	100,000	55.905	100,000

31/12/2016						
Acionistas	Número de ações em milhares					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	%
	Quant.	%	Quant.	%		
Eletrobras	54.151	100,000	1.518	86,545	55.669	99,578
Ministério da Fazenda	-	-	194	11,060	194	0,347
Light	-	-	9	0,513	9	0,016
Outros	-	-	33	1,882	33	0,059
	54.151	100,000	1.754	100,000	55.905	100,000

As ações ordinárias são nominativas com direito a voto. As ações preferenciais, também nominativas, não têm classe específica nem direito a voto e não são conversíveis em ações ordinárias, gozando, entretanto, de prioridade na distribuição de dividendo, mínimo de 10% ao ano, calculado sobre o capital correspondente a essa espécie de ações.

33.2- Reservas de Capital

	31/12/2017	31/12/2016
Doações/subvenções para investimentos	4.759.353	4.759.353
Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	156.846	156.846
	4.916.199	4.916.199

33.3 - Reservas de Lucros

	31/12/2017	31/12/2016
Legal	38.838	-
Incentivos fiscais	161.064	-
Reserva especial de dividendos não distribuídos	546.258	-
	746.160	-

A Reserva Legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, de acordo com a legislação societária, limitada a 20% do capital social.

A Reserva de Incentivos Fiscais foi criada pela Lei nº 11.638/2007. Por meio desta última, foi retirada da Lei nº 6.404/1976 a alínea “d” do § 1º Art. 182, que permitia a contabilização de doações e subvenções para investimento como reserva de capital, e incluído o artigo 195-A que possibilita à Assembleia Geral, por proposta dos órgãos da administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, a qual poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.

A Reserva especial de dividendos não distribuídos, refere-se à parte dos dividendos, retidos na Companhia, para futuro pagamento aos acionistas, de acordo com os parágrafos 4º e 5º do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

33.4 - Outros Resultados Abrangentes

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico – CPC 33(R1) (IAS 19), a Companhia reconheceu neste exercício ganhos atuariais de benefícios pós-emprego, em Outros resultados abrangentes, no valor de R\$ 244.076 (perdas de R\$ 251.741, em 2016), perfazendo um montante acumulado de R\$ 1.576.803 (R\$ 1.820.879, em 2016).

34 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Em atendimento às exigências do CPC 30(R1) – Receitas (IAS 18), demonstramos a seguir a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada na demonstração do resultado. De acordo com as práticas contábeis anteriormente adotadas, a apresentação da receita da Companhia na demonstração do resultado segregava a receita operacional bruta, as deduções sobre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida. As novas práticas contábeis estabelecem que a Companhia deve apresentar no seu demonstrativo de resultado somente a receita operacional líquida, por esta representar os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber originários de suas próprias atividades.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
RECEITA OPERACIONAL BRUTA				
GERAÇÃO				
Fornecimento de energia elétrica	903.894	846.687	903.894	846.687
Operação e manutenção de usinas e suprimento	1.416.483	1.393.221	1.416.483	1.393.221
Energia elétrica de curto prazo (CCEE)	152.775	46.558	153.213	55.073
Receita de construção	19.996	30.097	19.996	30.097
Remuneração do ativo financeiro	54.774	84.449	54.774	84.449
Outras receitas operacionais	9.399	9.632	9.729	9.632
	2.557.321	2.410.644	2.558.089	2.419.159
TRANSMISSÃO				
Operação e manutenção do sistema de transmissão	1.184.974	994.489	1.204.082	1.008.739
Receita de construção	598.308	545.263	600.838	552.736
Remuneração do ativo financeiro	1.302.255	9.392.708	1.355.495	9.437.203
Outras receitas operacionais	35.181	33.610	35.181	33.610
	3.120.718	10.966.070	3.195.596	11.032.288
	5.678.039	13.376.714	5.753.685	13.451.447
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL				
Encargos setoriais				
Reserva Global de Reversão – RGR	(38.008)	(34.169)	(39.869)	(35.717)
Pesquisa e Desenvolvimento	(40.247)	(27.986)	(40.870)	(28.503)
Outros encargos CCEE	(499)	-	(499)	
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(23.280)	(10.877)	(23.280)	(10.877)
Compensação financeira p/utilização de recursos hídricos	(74.769)	(123.671)	(74.769)	(123.671)
Proinfa	(56.373)	(59.730)	(56.373)	(59.730)
Taxa de fiscalização da Aneel	(11.719)	(14.336)	(12.006)	(14.574)
ICMS sobre energia elétrica	(145.475)	(123.404)	(145.475)	(123.404)
ISS	(1.769)	(1.717)	(1.769)	(1.717)
PIS/Pasep	(75.942)	(54.709)	(77.184)	(55.943)
Cofins	(349.807)	(251.998)	(355.530)	(257.621)
	(817.888)	(702.597)	(827.624)	(711.757)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	4.860.151	12.674.117	4.926.061	12.739.690

A receita da Companhia é substancialmente proveniente da venda de energia elétrica, de construção, operação e manutenção e atualização do ativo financeiro decorrente do seu sistema de transmissão e geração. Estas operações estão amparadas em contratos de compra e venda de energia, em transações feitas no mercado de curto prazo, no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, e em contratos do sistema de transmissão.

35 – ENCARGOS SETORIAIS

A Companhia incorreu, no exercício, em encargos setoriais que totalizaram R\$ 250.145 (R\$ 293.787, em 2016) com a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Reserva Global de Reversão – RGR	38.008	34.169	39.869	35.717
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	40.247	27.986	40.870	28.503
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	23.280	10.877	23.280	10.877
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia – Proinfa	56.373	59.730	56.373	59.730
Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE	11.719	14.336	12.006	14.574
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH	80.518	133.003	80.518	133.003
Encargo de Energia de Reserva – EER	-	13.686	-	13.686
Total	250.145	293.787	252.916	296.090

36 - CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e as despesas gerais e administrativas apresentados na Demonstração do Resultado do Exercício, têm a seguinte composição:

	Controladora			
	31/12/2017			31/12/2016
	Custos Operacionais	Despesas Operacionais	Total	Total
Energia elétrica comprada para revenda	309.414	-	309.414	305.040
Encargos de uso da rede de transmissão	634.616	-	634.616	611.915
Custo de construção	618.304	-	618.304	575.360
Pessoal	446.147	917.685	1.363.832	1.013.771
Material	10.722	14.366	25.088	23.148
Combustíveis para a produção de energia	-	-	-	7.803
Serviço de terceiros	92.019	114.041	206.060	225.682
Depreciação e amortização	30.654	65.378	96.032	101.712
Comp. Fin. pela utiliz. de recursos hídricos	5.749	-	5.749	9.332
Provisão contrato oneroso	(95.320)	-	(95.320)	32.895
Benefícios pós-emprego	-	117.468	117.468	131.221
Arrendamentos e aluguéis	4.279	10.069	14.348	14.403
Tributos	867	5.675	6.542	7.012
Provisões para contingências	-	515.097	515.097	287.179
Provisão (reversão) impairment	-	(780.112)	(780.112)	2.232.115
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	21.703	21.703	110.711
Perdas com clientes	-	(511)	(511)	36.884
Provisão para perdas em investimentos	-	248.628	248.628	278.613
Outras provisões - FID	-	58.522	58.522	-
Outras provisões (reversões) operacionais	-	(30.738)	(30.738)	54.837
Outros	28.447	12.133	40.580	139.891
Total	2.085.898	1.289.404	3.375.302	6.199.524

A principal movimentação no período deveu-se aos seguintes fatos: (i) registro do Plano de Aposentadoria Extraordinária, no montante de R\$ 216.990; (ii) reversão de provisão para impairment e contrato oneroso no montante de R\$ 875.432; (iii) registro de provisão GSF no montante de R\$ 358.198; (iv) provisão para participação nos lucros ou resultados, registrado na rubrica “Pessoal” no montante de R\$ 103.426.

	Consolidado			
	31/12/2017			31/12/2016
	Custos Operacionais	Despesas Operacionais	Total	Total
Energia elétrica comprada para revenda	311.103	-	311.103	315.139
Encargos de uso da rede de transmissão	634.616	-	634.616	611.915
Custo de construção	620.834	-	620.834	582.833
Pessoal	450.921	924.043	1.374.964	1.021.403
Material	10.906	14.989	25.895	23.371
Combustíveis para a produção de energia	-	-	-	7.803
Serviço de terceiros	100.378	116.922	217.300	234.443
Depreciação e amortização	30.654	65.429	96.083	101.753
Comp. Fin. pela utiliz. de recursos hídricos	5.749	-	5.749	9.332
Provisão contrato oneroso	(95.320)	-	(95.320)	32.895
Benefícios pós-emprego	-	117.468	117.468	131.221
Arrendamentos e aluguéis	4.635	10.580	15.215	15.532
Tributos	872	6.035	6.907	7.459
Provisões para contingências	-	515.098	515.098	287.179
Provisão impairment	-	(763.290)	(763.290)	2.232.115
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	21.703	21.703	110.711
Perdas com clientes	-	(511)	(511)	36.884
Provisão para perdas em investimentos	-	248.628	248.628	278.613
Outras provisões - FID	-	58.522	58.522	-
Outras provisões (reversões) operacionais	-	(30.738)	(30.738)	54.837
Outros	29.049	13.858	42.907	141.304
Total	2.104.397	1.318.736	3.423.133	6.236.742

37 – RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receitas Financeiras				
Resultado de aplicações financeiras	21.284	47.624	32.014	58.370
Variações monetárias e acréscimos moratórios - energia vendida	58.678	121.626	58.678	121.626
Outras variações monetárias ativas	9.325	20.459	9.325	20.459
Outras receitas financeiras	95.839	81.943	96.071	82.304
PIS/Pasep e Cofins	(15)	(7)	(712)	(571)
	185.111	271.645	195.376	282.188
Despesas Financeiras				
Encargos de dívidas	(269.663)	(200.688)	(280.196)	(200.688)
Variações monetárias sobre financiamentos e empréstimos	(4.780)	(4.546)	(4.780)	(4.546)
Outras variações monetárias passivas	(19.261)	(8.547)	(19.261)	(8.547)
Atualização de valores a ressarcir - Lei nº 12.783/2013	(6.054)	(11.063)	-	(11.063)
Outras despesas financeiras	(83.176)	(41.760)	(141.388)	(42.463)
	(382.934)	(266.604)	(445.625)	(267.307)
Total	(197.823)	5.041	(250.249)	14.881

A variação ocorrida em encargos de dívidas foi decorrente de novos financiamentos e empréstimos obtidos no exercício.

38 - RECONCILIAÇÃO DAS TAXAS EFETIVAS E NOMINAIS DA PROVISÃO PARA O IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.221.537	6.969.351	1.225.512	6.974.580
Encargo total do imposto de renda e da contribuição social	(415.323)	(2.369.579)	(416.674)	(2.371.357)
Efeitos fiscais sobre adições ou exclusões temporárias	241.396	184.482	241.396	184.482
Efeitos fiscais sobre outras adições ou exclusões	(3.443)	(798.979)	(6.185)	(802.322)
Imposto de renda e contribuição social apurados	(177.370)	(2.984.076)	(181.463)	(2.989.197)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(81.947)	-	(81.874)	(1.964)
Contribuição Social	(49.999)	-	(50.261)	(1.245)
Imposto de Renda	(31.948)	-	(31.613)	(719)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(95.423)	(2.984.076)	(99.589)	(2.987.233)
Contribuição Social	(41.015)	(768.795)	(43.183)	(770.658)
Imposto de Renda	(54.408)	(2.215.281)	(56.406)	(2.216.575)
Imposto de renda do período e contribuição social	(177.370)	(2.984.076)	(181.463)	(2.989.197)

39 – INCENTIVOS FISCAIS – SUDENE

A Medida Provisória nº 2.199-14, de 24/08/2001, alterada pela Lei nº 11.196, de 21/11/2005, possibilita que as empresas situadas nas regiões de atuação da Sudene que possuam empreendimentos no setor de infraestrutura, considerado em ato do Poder Executivo um dos setores prioritários para o desenvolvimento regional, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de instalação, ampliação, modernização ou diversificação.

A Chesf detém o direito à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do Imposto de Renda e Adicionais não Restituíveis, calculados com base no lucro da exploração.

Sobre os contratos de concessões nº 006/2004 da geração e nº 061/2001 da transmissão, o direito ao incentivo da redução de 75% do imposto de renda abrange os anos de 2008 a 2017. Para os contratos da transmissão números 008/2005 e 007/2005 o direito ao incentivo da redução foi concedido para os anos de 2011 a 2020, e para o contrato número 010/2007, para os anos de 2014 a 2023.

Para os contratos com incentivo fiscal a alíquota do imposto de renda de 25%, sofre redução de 75%, calculado sobre o lucro da exploração dos empreendimentos incentivados.

O incentivo fiscal de redução do Imposto de Renda e Adicionais não restituíveis apurados são registrados no resultado do período como redução do imposto de renda, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1) (IAS 20). A parcela do lucro decorrente desses incentivos fiscais são objeto de destinação à Reserva de Lucro denominada Reserva de Incentivos Fiscais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/1976, a qual somente poderá ser utilizada para aumento do capital social ou absorção de prejuízos.

A Companhia usufruiu do incentivo fiscal da redução de 75% do imposto de renda, no montante de R\$ 160.139.

40 – REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

	2017
Lucro líquido do exercício	1.044.167
Prejuízos acumulados	(267.407)
Constituição da Reserva de Incentivos Fiscais	(161.064)
Constituição da Reserva legal	(38.838)
Lucro líquido ajustado - base de cálculo da remuneração	576.858
Lucro a distribuir	576.858
Remuneração proposta:	
Dividendos mínimos obrigatórios (ações preferenciais)	30.600
Reserva especial dividendos mínimos obrigatórios não distribuídos (ações ordinárias)	113.615
Reserva especial de dividendos não distribuídos (ações ordinárias)	432.643
Remuneração líquida	576.858
Percentual sobre o lucro líquido ajustado	100,00%
Dividendos brutos por ação ordinária e preferencial (R\$)	10,32

De acordo com o Estatuto da Companhia é assegurado aos acionistas, dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei. Em 2017, a Administração propôs o pagamento dos dividendos aos acionistas preferencialistas no valor de R\$ 30.600. Considerando que a atual situação financeira da Companhia é incompatível com o pagamento da totalidade dos dividendos, nos termos do Art. 202, da Lei 6.404/76, foi constituída a reserva especial de dividendos não distribuídos no montante de R\$ 546.258, os quais serão pagos quando da reversão dessa situação financeira da Companhia.

Os dividendos constituídos (ações preferenciais) serão pagos na data que vier a ser fixada na Assembleia Geral Ordinária - AGO de acionistas, ou de acordo com a Lei Societária, no caso de a AGO não se pronunciar sobre a matéria, e terão os seus valores atualizados monetariamente a partir de 31/12/2017 até a data do pagamento, com base na variação da taxa Selic.

41– LUCRO POR AÇÃO
41.1 - Lucro – Básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro do período atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações em circulação representativas do capital social no respectivo período.

A Companhia não possui qualquer efeito diluidor para os resultados apurados nos exercícios de 2017 e 2016, apresentando, portanto, lucro diluído igual ao lucro básico.

	31/12/2017			31/12/2016		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Básico/Diluído						
Numerador						
Lucro líquido atribuível aos acionistas	1.011.407	32.760	1.044.167	3.860.238	125.037	3.985.275
Denominador						
Quantidade de ações	54.151	1.754	55.905	54.151	1.754	55.905
Lucro básico por ação em R\$	18,68	18,68	18,68	71,29	71,29	71,29

42 – PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são realizadas ou baseadas em contratos próprios do Setor Elétrico. Na sequência, identificamos as empresas/entidades relacionadas com a Companhia:

Empresas	Natureza de Operação	31/12/2017			31/12/2016		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Eletrobras	Contas a receber	915	-	-	1.223	-	-
	Financiamentos e empréstimos	-	838.125	-	-	698.735	-
	Contas a pagar	-	588	-	-	102.213	-
	Despesa financeira	-	-	(133.296)	-	-	(42.219)
		915	838.713	(133.296)	1.223	800.948	(42.219)
Furnas	Cientes	8.827	-	-	3.790	-	-
	Contas a pagar	-	-	-	-	26	-
	Fornecedores	-	9.985	-	-	4.746	-
	Encargo de uso da rede de transmissão	-	-	(91.091)	-	-	(55.566)
		8.827	9.985	(91.091)	3.790	4.772	(55.566)
Eletrosul	Cientes	178	-	-	83	-	-
	Contas a receber	45	-	-	44	-	-
	Fornecedores	-	3.870	-	-	3.821	-
	Encargo de uso da rede de transmissão	-	-	(46.761)	-	-	(45.731)
		223	3.870	(46.761)	127	3.821	(45.731)
Eletronorte	Cientes	7.168	-	-	3.324	-	-
	Fornecedores	-	5.368	-	-	4.173	-
	Contas a receber	43	-	-	77	-	-
	Encargo de uso da rede de transmissão	-	-	(58.023)	-	-	(44.167)
		7.211	5.368	(58.023)	3.401	4.173	(44.167)
Eletro nuclear	Cientes	1.390	-	-	580	-	-
	Contas a pagar	-	-	-	-	60	-
		1.390	-	-	580	60	-
CGTEE	Cientes	548	-	-	328	-	-
		548	-	-	328	-	-
Eletropar	Contas a receber	479	-	-	958	-	-
	Contas a pagar	-	-	-	-	83	-
		479	-	-	958	83	-
Ceal	Cientes	62.848	-	-	51.363	-	-
	Contas a receber	21	-	-	442	-	-
	Contas a pagar	-	-	-	-	115	-
	Suprimento de energia	-	-	21.040	-	-	23.919
		62.869	-	21.040	51.805	115	23.919
Fachesf	Contribuição normal	-	11.668	-	-	14.224	-
	Despesa financeira	-	-	(50.986)	-	-	(138.672)
	Despesas operacionais	-	-	(24.726)	-	-	(25.774)
	Despesas atuariais	-	-	(5.749)	-	-	(131.221)
		-	11.668	(81.461)	-	14.224	(295.667)
Celg - D	Cientes	-	-	-	5.265	-	-
	Suprimento de energia	-	-	8.624	-	-	48.427
		-	-	8.624	5.265	-	48.427
Cepisa	Cientes	9.931	-	-	4.459	-	-
	Suprimento de energia	-	-	19.467	-	-	22.131
		9.931	-	19.467	4.459	-	22.131
STN	Contas a receber	309	-	-	304	-	-
	Partic. societária permanente	216.741	-	-	202.898	-	-
	Fornecedores	-	555	-	-	842	-
	Receita de prest. de serviços	-	-	3.690	-	-	3.503
	Equivalência patrimonial	-	-	35.273	-	-	76.794
	Dividendos	-	-	-	8.974	-	-
	Encargo de uso da rede de transmissão	-	-	(8.267)	-	-	(9.887)
			217.050	555	30.696	212.176	842

Continuação

Empresas	Natureza da operação	31/12/2017			31/12/2016		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Integração Transmissora de Energia S.A.	Partic. societária permanente	51.240	-	-	47.907	-	-
	Fornecedores	-	380	-	-	879	-
	Dividendos	-	-	-	1.171	-	-
	Encargo de uso da rede de transmissão	-	-	(6.563)	-	-	(7.719)
	Equivalência patrimonial	-	-	7.153	-	-	7.328
		51.240	380	590	49.078	879	(391)
Energética Águas da Pedra S.A.	Partic. societária permanente	111.349	-	-	104.650	-	-
	Clientes	317	-	-	190	-	-
	Dividendos	-	-	-	4.743	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	21.935	-	-	26.280
		111.666	-	21.935	109.583	-	26.280
ESBR Participações S.A.	Clientes	10.347	-	-	4.876	-	-
	Partic. societária permanente	1.536.742	-	-	1.665.961	-	-
	Fornecedores	-	19.620	-	-	17.206	-
	Energia comprada	-	-	(201.289)	-	-	(196.154)
	AFAC	367.200	-	-	267.600	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(17.391)	-	-	269.899
		1.914.289	19.620	(218.680)	1.938.437	17.206	73.745
I.E. Madeira	Partic. societária permanente	653.636	-	-	564.755	-	-
	Fornecedores	-	2.301	-	-	4.271	-
	Dividendos	-	-	-	23.035	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	69.467	-	-	99.198
	Receita de prest. de serviços	-	-	297	-	-	-
	Encargo de uso da rede de transmissão	-	-	(23.796)	-	-	(30.467)
		653.636	2.301	45.968	587.790	4.271	68.731
Manaus Transmissora	Partic. societária permanente	176.234	-	-	257.420	-	-
	Dividendos	2.545	-	-	3.934	-	-
	Fornecedores	-	745	-	-	1.106	-
	Encargo de uso da rede de transmissão	-	-	(8.471)	-	-	(9.754)
	Equivalência patrimonial	-	-	11.869	-	-	16.355
		178.779	745	3.398	261.354	1.106	6.601
Manaus Construtora	Partic. societária permanente	7.545	-	-	7.343	-	-
	Dividendos	9.178	-	-	9.178	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	202	-	-	(106)
		16.723	-	202	16.521	-	(106)
TDG	Partic. societária permanente	27.309	-	-	7.829	-	-
	Contas a receber	231	-	-	225	-	-
	Fornecedores	-	75	-	-	115	-
	Receita de prest. de serviços	-	-	2.715	-	-	2.688
	AFAC	101.000	-	-	101.000	-	-
	Encargo de uso da rede de transmissão	-	-	(1.155)	-	-	(1.432)
	Equivalência patrimonial	-	-	19.480	-	-	593
		128.540	75	21.040	109.054	115	1.849
Norte Energia S.A.	Clientes	5.326	-	-	1.946	-	-
	Partic. societária permanente	1.725.233	-	-	1.607.827	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(56.294)	-	-	(34.263)
		1.730.559	-	(56.294)	1.609.773	-	(34.263)
Ceron	Clientes	1.318	-	-	715	-	-
	Suprimento de energia	-	-	7.899	-	-	5.390
	Contas a pagar	-	37	-	-	-	-
		1.318	37	7.899	715	-	5.390
Eetroacre	Clientes	454	-	-	574	-	-
	Suprimento de energia	-	-	5.482	-	-	6.274
		454	-	5.482	574	-	6.274

Continuação

Empresas	Natureza da operação	31/12/2017			31/12/2016		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Complexo Eólico Sento Sé I	Cientes	45	-	-	27	-	-
	Contas a receber	33	-	-	31	-	-
	Receita de prest. de serviços	-	-	132	-	-	341
	Partic. societária permanente	72.779	-	-	57.012	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	19.497	-	-	5.305
	Dividendos	-	-	-	1.391	-	-
		72.857	-	19.629	58.461	-	5.646
Complexo Eólico Sento Sé II	Partic. societária permanente	55.582	-	-	57.157	-	-
	Cientes	13	-	-	18	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(1.575)	-	-	(5.375)
	Dividendos	231	-	-	231	-	-
		55.826	-	(1.575)	57.406	-	(5.375)
Complexo Eólico Sento Sé III	Partic. societária permanente	1.057	-	-	1.485	-	-
	Cientes	22	-	-	11	-	-
	Fornecedores	-	727	-	-	684	-
	Compra de energia	-	-	(14.727)	-	-	(10.916)
	Equivalência patrimonial	-	-	(124)	-	-	(28)
		1.079	727	(14.851)	1.496	684	(10.944)
Cepel	Despesas operacionais	-	-	(3.376)	-	-	(12.670)
		-	-	(3.376)	-	-	(12.670)
IE Garanhuns	Partic. societária permanente	267.424	-	-	360.072	-	-
	Fornecedores	-	233	-	-	529	-
	Receita de prest. de serviços	-	-	482	-	-	445
	Dividendos	-	-	-	9.891	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(13.661)	-	-	44.476
		267.424	233	(13.179)	369.963	529	44.921
Vam Cruz I Participações S.A	Partic. societária permanente	124.607	-	-	92.452	-	-
	Cientes	-	-	-	22	-	-
	Dividendos	2.130	-	-	-	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	8.014	-	-	2.974
	AFAC	9.800	-	-	43.099	-	-
		136.537	-	8.014	135.573	-	2.974
Extemoz	Contas a receber	232	-	-	219	-	-
	Partic. societária permanente	505.220	-	-	62.226	-	-
	Fornecedores	-	131	-	-	265	-
	Receita de prest. de serviços	-	-	2.782	-	-	2.619
	Encargo de uso de rede de transmissão	-	-	(2.322)	-	-	(2.890)
	AFAC	-	-	-	590.189	-	-
	Dividendos	-	-	-	7.324	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(28.514)	-	-	33.471
		505.452	131	(28.054)	659.958	265	33.200
Chapada do Piauí I Holding S.A	Partic. societária permanente	91.851	-	-	104.060	-	-
	Cientes	-	-	-	21	-	-
	Contas a receber	-	-	-	492	-	-
	Receita de prest. de serviços	-	-	-	-	-	585
	Equivalência patrimonial	-	-	(12.209)	-	-	(19.477)
		91.851	-	(12.209)	104.573	-	(18.892)
Chapada do Piauí II Holding S.A	Partic. societária permanente	172.249	-	-	117.701	-	-
	Cientes	-	-	-	29	-	-
	AFAC	-	-	-	35.213	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(6.905)	-	-	(24.486)
		172.249	-	(6.905)	152.943	-	(24.486)
Amazonas Distribuidora	Cientes	2.015	-	-	787	-	-
		2.015	-	-	787	-	-
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	Partic. societária permanente	96.172	-	-	94.614	-	-
	Cientes	-	-	-	14	-	-
	AFAC	-	-	-	9.443	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(5.023)	-	-	(7.311)
		96.172	-	(5.023)	104.071	-	(7.311)

Continuação

Empresas	Natureza da operação	31/12/2017			31/12/2016		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Cia. Energética SINOP S.A.	Partic. societária permanente	252.583	-	-	215.610	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(106.875)	-	-	(1.405)
		252.583	-	(106.875)	215.610	-	(1.405)
Complexo Eólico Pindaí I	Partic. societária permanente	249.190	-	-	338.489	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(8.690)	-	-	896
	Dividendos	-	-	-	141	-	-
		249.190	-	(8.690)	338.630	-	896
Complexo Eólico Pindaí II	Partic. societária permanente	104.915	-	-	146.589	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(566)	-	-	(1.929)
	Suprimento de energia	-	-	-	-	-	9.060
		104.915	-	(566)	146.589	-	7.131
Complexo Eólico Pindaí III	Partic. societária permanente	55.428	-	-	77.135	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(552)	-	-	528
		55.428	-	(552)	77.135	-	528

A seguir, identifica-se as origens das principais transações, por empresa:

Eletrobras (Controladora)

- Contratos de financiamentos e empréstimos celebrados entre as partes, de acordo com as condições mencionadas na nota 23;
- Ressarcimento dos contratos da auditoria e atuarial.

Furnas

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Contratos celebrados para uso da rede de transmissão.

Eletrosul

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Contratos celebrados para uso da rede de transmissão.

Eletronorte

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Contratos celebrados para uso da rede de transmissão.

Eletronuclear

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão.

CGTEE

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão.

Eletropar

- Contratos celebrados para prestação de serviços.

Ceal

- Contratos celebrados para suprimento de energia elétrica;
- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão.

Fachesf

- Compromissos atuariais referentes a previdência complementar;
- Intermediação de prestação de serviços de saúde, seguro de vida e outros benefícios aos empregados da Companhia.

Celq – D

- Contratos celebrados para suprimento de energia elétrica;
- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão.

Cepisa

- Contratos celebrados para suprimento de energia elétrica;
- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão.

STN – Sistema de Transmissão do Nordeste S.A.

- Montante investido na participação societária, avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Contratos de prestação de serviços de operação e manutenção de linha de transmissão;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão;
- Remuneração pelo capital investido.

Integração Transmissora de Energia S.A.

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão;
- Remuneração pelo capital investido.

Energética Águas da Pedra S.A.

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Remuneração pelo capital investido.

ESBR Participações S.A.

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Montante investido na participação societária, avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Contratos de compra de energia;
- Adiantamento para futuro aumento de capital.

Interligação Elétrica do Madeira S.A.

- Montante investido na participação societária, avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão;
- Remuneração pelo capital investido.

Manaus Transmissora de Energia S.A.

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão;
- Remuneração pelo capital investido.

Manaus Construtora Ltda.

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Remuneração pelo capital investido.

TDG – Transmissora Delmiro Gouveia S.A.

- Contratos celebrados para prestação de serviços;
- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Adiantamento para futuro aumento de capital;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão.

Norte Energia S.A.

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

Centrais Elétricas de Rondônia S.A. – Ceron

- Contratos celebrados para suprimento de energia elétrica;
- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão.

Companhia de Eletricidade do Acre – Eletroacre

- Contratos celebrados para suprimento de energia elétrica.

Complexo Sento Sé I (Pedra Branca S.A. – São Pedro do Lago S.A. – Sete Gameleiras S.A.)

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Contrato celebrado para prestação de serviços;
- Remuneração pelo capital investido.

Complexo Sento Sé II (Baraúnas I Energética S.A. - Mussambê Energética S.A. - Morro Branco I Energética S.A.)

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Remuneração pelo capital investido.

Complexo Sento Sé III (Baraúnas II Energética S.A. - Banda de Couro Energética S.A.)

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Contratos celebrados para compra de energia;
- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

Cepel

- Contrato de contribuição mensal como associado.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão;
- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Remuneração pelo capital investido.

Vamcruz I Participações S.A.

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Adiantamento para futuro aumento de capital.

Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Adiantamento para futuro aumento de capital;
- Contratos celebrados para prestação de serviços;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão.

Chapada do Piauí I Holding S.A.

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

Chapada do Piauí II Holding S.A.

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Adiantamento para futuro aumento de capital.

Amazonas Distribuidora de Energia S.A.

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão.

Eólica Serra das Vacas Holding S.A.

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Adiantamento para futuro aumento de capital.

Companhia Energética SINOP S.A.

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

Complexo Pindaí I (Acauã Energia S.A. - Angical 2 Energia S.A. - Arapapá Energia S.A. - Caititu 2 Energia S.A. - Caititu 3 Energia S.A. - Carcará Energia S.A. - Corrupião 3 Energia S.A. - Teiú 2 Energia S.A.)

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Remuneração pelo capital investido.

Complexo Pindaí II (Coqueirinho 2 Energia S.A. - Papagaio Energia S.A.)

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

Complexo Pindaí III (Tamanduá Mirim 2 Energia S.A.)

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

Além das empresas antes apresentadas, a Companhia também possui as seguintes partes relacionadas:

- Itaipu Binacional
- Boa Vista Energia S.A.
- Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. – Amazonas GT.

Remuneração de pessoal-chave

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros de administração e fiscal e diretores. O gasto total no exercício de 2017 está demonstrado a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Remuneração dos Diretores e dos Conselheiros	3.553	3.325
Encargos Sociais	862	852
Benefícios	666	548
Total	5.081	4.725

Os administradores não possuem pagamentos baseados em ações da Companhia.

43 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

43.1 – CATEGORIA DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, dentre os quais se destacam: disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, ativo financeiro indenizável – concessão do serviço público, valores a receber – Lei nº 12.783/2013, contas a pagar a fornecedores e financiamentos e empréstimos que se encontram registrados em contas patrimoniais, por valores compatíveis de mercado em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativos financeiros				
Empréstimos e recebíveis				
Clientes	595.506	379.502	601.779	387.846
Ativo financeiro – concessão de serviço público	13.439.661	11.766.576	14.095.631	12.435.726
Financiamentos e empréstimos	32	827	32	827
Mantidos até o vencimento				
Títulos e valores mobiliários	8.287	8.209	8.287	8.209
Valores a receber - Lei nº 12.783/2013	487.822	487.822	487.822	487.822
Cauções e depósitos vinculados	156.926	126.696	168.934	126.724
Mensurados a valor justo				
Caixa e equivalentes de caixa	100.318	36.969	181.262	140.399
Total Ativos financeiros	14.788.552	12.806.601	15.543.747	13.587.553
Passivos financeiros				
Mensurados ao custo amortizado				
Financiamentos e empréstimos	2.091.221	2.204.009	2.091.221	2.204.009
Fornecedores	412.986	303.371	423.355	313.138
Debêntures	-	-	153.094	-
Total Passivos financeiros	2.504.207	2.507.380	2.667.670	2.517.147

43.1.1 - Ativos financeiros – classificados nas seguintes categorias

- **Caixa e equivalentes de caixa**

O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.

- **Clientes**

Decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como recebíveis e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

- **Ativo Financeiro – Concessões de serviço público**

Os valores dos ativos financeiros a serem recebidos durante a concessão estão reconhecidos pela diferença entre o valor justo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação dos serviços da concessão e o menor entre o valor contábil dos ativos financeiros com expectativa de serem recebidos no fim da concessão e o valor novo de reposição.

- **Cauções e depósitos vinculados**

As cauções e depósitos vinculados referem-se a garantias prestadas a instituições financeiras e em leilões de energia elétrica e depósitos judiciais vinculados a processos existentes nas esferas judicial e administrativa, estão registradas ao custo, acrescidos dos respectivos rendimentos auferidos até a data do balanço.

- **Títulos e valores mobiliários**

As aplicações financeiras em Letras do Tesouro Nacional – LTN e Notas do Tesouro Nacional - NTN, séries B e F, são mantidas para negociação em fundo de investimento exclusivo, conforme regulamentação em vigor e estão mensurados a valor justo por meio do resultado. Os demais títulos e valores mobiliários, correspondentes a menor parte, estão relacionados a Títulos da Dívida Agrária – TDA e Notas do Tesouro Nacional – NTN, série P, com vencimentos definidos, para os quais a Companhia tem a intenção de manter até o vencimento. São

registradas pelo custo de aquisição acrescido por juros e atualização monetária, com impactos no resultado e são ajustadas ao valor provável de realização, quando aplicável.

- **Adiantamentos a investidas**

São decorrentes de adiantamentos para futuro aumento de capital – AFACs para as SPEs, permitindo que estas honrem seus compromissos assumidos e necessários à viabilização dos empreendimentos. Estão registrados ao custo, acrescidos dos respectivos rendimentos auferidos até a data do balanço, quando aplicável, de acordo com os respectivos contratos.

43.1.2 - Passivos financeiros – classificados nas seguintes categorias

- **Fornecedores**

Decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados a valor justo.

- **Financiamentos e empréstimos**

Estas operações de crédito estão atualizadas até a data do balanço; os correspondentes encargos estão provisionados com base em taxas fixas ou variáveis vigentes em 31/12/2017. Destacam-se: os financiamentos empréstimos obtidos junto ao Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e ao BNDES, que representam 68,3% do total dos financiamentos e empréstimos, destinados a provisão de fundos da conta corrente de depósitos e a investimentos corporativos; e os contratos com nossa controladora, a Eletrobras, que representam cerca de 31,7% do total dos financiamentos e empréstimos, dos quais 85,8% são remunerados a taxa de juros equivalente a CDI + 5,54% ao ano. A taxa de mercado da Eletrobras é por ela definida levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do Setor Elétrico. Considerando as circunstâncias especiais envolvidas no financiamento de seus projetos de expansão, o valor de mercado desses empréstimos corresponde a seus valores contábeis.

43.2- GESTÃO DE RISCO

No exercício de suas atividades a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Companhia.

Para a gestão de riscos financeiros, a Companhia definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida definidos para os fluxos econômico-financeiros.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

- **Risco de mercado**

É o risco de que mudanças de mercado, como mudanças nas taxas de juros e nos preços, poderão afetar as receitas da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros.

- **Risco de encargos da dívida**

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a contratos de financiamento, ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras da Companhia.

A Administração da Companhia não identifica entre os valores de mercado e os apresentados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017, a ocorrência de diferenças relevantes originadas de operações que envolvam instrumentos financeiros que requeiram divulgação específica.

- **Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)**

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. A Companhia segue a estrutura de capital determinada por estudos técnicos elaborados para a definição do negócio, bem como pelos limites estabelecidos pelos agentes financeiros.

- **Risco de vencimento antecipado**

A Companhia possui contratos de financiamentos e empréstimos com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (*covenants financeiros*). O descumprimento dessas restrições pode implicar o vencimento antecipado da dívida.

- **Risco de taxa de juros**

Esse risco está associado à possibilidade da Companhia contabilizar perdas em razão de oscilações das taxas de juros de mercado, impactando seus demonstrativos pela elevação das despesas financeiras.

Exposição à taxa de juros	Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016
Passivos		
TJLP	362.523	389.881
CDI	1.271.898	1.394.235
IPCA	122.491	101.739
Total	1.756.912	1.885.855
Passivo líquido exposto	1.756.912	1.885.855

Exposição à taxa de juros	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Passivos		
TJLP	362.523	389.881
CDI	1.271.898	1.394.235
IPCA	275.585	101.739
Total	1.910.006	1.885.855
Passivo líquido exposto	1.910.006	1.885.855

- **Risco de preço**

Até 2004, os preços de suprimento de energia elétrica decorrentes da atividade de geração eram fixados pela Aneel. A partir do Leilão nº 001/2004, realizado pela Agência Reguladora, as geradoras passaram a comercializar sua energia elétrica com um maior número de clientes, a preços definidos pelo mercado.

Com a renovação das concessões de acordo com a Lei nº 12.783/2013, as usinas hidrelétricas afetadas da Chesf passam a receber a Receita Anual de Geração - RAG, homologada pela Aneel, pela disponibilização da garantia física, em regime de cotas, de energia e de potência de suas usinas, a ser paga em parcelas duodecimais e sujeita a ajustes por indisponibilidade ou desempenho de geração, excluído o montante necessário à cobertura das despesas com as contribuições sociais ao Programa de Integração Social e ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – Pis/Pasep, e com a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins.

A atividade de transmissão de energia elétrica tem sua remuneração definida pela Aneel, mediante a fixação de Receita Anual Permitida - RAP, julgada suficiente para a cobertura dos custos operacionais e a manutenção do equilíbrio econômico financeiro da concessão.

- **Risco de crédito**

Risco de Crédito é o risco que decorre da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de realização de seus recebíveis de clientes, bem como da inadimplência de instituições financeiras contrapartes em operações.

O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e títulos e valores mobiliários conforme detalhado na Exposição ao Risco de Crédito a seguir:

- **Exposição ao Risco de Crédito**

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e equivalente de caixa	6	100.318	36.969	181.262	140.399
Títulos e valores mobiliários	7	48.414	21.335	48.414	21.335
Clientes	8	595.506	379.502	601.779	387.846

As disponibilidades de caixa são aplicadas em fundos de investimentos, conforme normativo específico do Banco Central do Brasil. Esses fundos são compostos por títulos públicos custodiados na Cetip, não havendo exposição ao risco de contraparte.

Em eventuais relações com instituições financeiras, a Companhia tem como prática a realização de operações somente com instituições de baixo risco avaliadas por agências de rating e que atendam a requisitos patrimoniais previamente definidos e formalizados. Adicionalmente, são definidos limites de crédito que são revisados periodicamente.

A Companhia atua nos mercados de geração e transmissão de energia elétrica amparada em contratos firmados em ambiente regulado. A Companhia busca minimizar seus riscos de crédito através de mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes e, quando aplicável, através de fianças bancárias. Adicionalmente, são realizadas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos em atraso.

- **Risco de liquidez**

A companhia atua no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazos, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros a incorrer e do principal.

	Saldo contábil	Total do fluxo	Controladora			
			Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Em 31 de dezembro de 2017						
Fornecedores	412.986	412.986	412.986	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	2.091.221	2.396.804	1.263.335	444.727	424.678	264.064
Obrigações estimadas	139.312	139.312	139.312	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2016						
Fornecedores	303.371	303.371	303.371	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	2.204.009	2.657.542	1.137.380	614.223	561.699	344.240
Obrigações estimadas	160.857	160.857	160.857	-	-	-

	Saldo contábil	Total do fluxo	Consolidado			
			Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Em 31 de dezembro de 2017						
Fornecedores	423.355	423.355	423.355	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	2.091.221	2.396.804	1.263.335	444.727	424.678	264.064
Debêntures	153.094	306.604	153.094	11.710	68.478	73.322
Obrigações estimadas	139.817	139.817	139.817	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2016						
Fornecedores	313.138	313.138	313.138	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	2.204.009	2.657.542	1.137.380	614.223	561.699	344.240
Obrigações estimadas	161.861	161.861	161.861	-	-	-

43.3 – GESTÃO DE CAPITAL

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para a redução de custos.

A Companhia possui uma excelente capacidade de alavancagem, fruto de sua situação econômico-financeira decorrente das concessões, dos recursos das indenizações por ocasião dessa renovação, em conjunto com a expectativa de sua geração operacional de caixa, que garante seus investimentos, que pode ser demonstrada com base no índice de alavancagem financeira, utilizado pela sua controladora para o Sistema Eletrobras. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos e empréstimos, de curto e longo prazos, e fornecedores conforme demonstrado no balanço patrimonial, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado pela soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, podem ser assim sumarizados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Financiamentos e empréstimos e debêntures	2.091.221	2.204.009	2.244.315	2.204.009
(-) Caixa e equivalentes de caixa	148.732	58.304	229.676	161.734
Dívida líquida	1.942.489	2.145.705	2.014.639	2.042.275
Patrimônio líquido	13.839.509	12.581.866	13.856.372	12.597.856
Total do capital	15.781.998	14.727.571	15.871.011	14.640.131
Índice de alavancagem financeira	12,3%	14,6%	12,7%	13,9%

43.4 – ESTIMATIVA DO VALOR JUSTO

Instrumentos Financeiros	31/12/2017		31/12/2016	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Aplicações financeiras	88.955	88.955	3.228	3.228
Total	88.955	88.955	3.228	3.228

O cálculo do valor justo dos Títulos e Valores Mobiliários e aplicações financeiras foi elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros de papéis similares.

Os valores justos dos instrumentos financeiros são similares aos valores contábeis e refletem substancialmente os valores que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

	Controladora			
	31/12/2017			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Aplicações financeiras	88.955	-	-	88.955
Total	88.955	-	-	88.955
	31/12/2016			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
	Aplicações financeiras	3.228	-	-
Total	3.228	-	-	3.228

	Consolidado			
	31/12/2017			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Aplicações financeiras	137.518	-	-	137.518
Total	137.518	-	-	137.518
	31/12/2016			
	101.065	-	-	101.065
	101.065	-	-	101.065

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) que em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo, e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

43.5 – ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Foram realizadas análises de sensibilidade dos ativos e passivos indexados à taxa de juros pós-fixada em quatro diferentes cenários: dois com elevação das taxas do saldo devedor e dois com diminuição dessas taxas. As análises limitaram-se aos contratos concedidos que apresentem exposição à taxa de juros.

Nos quadros a seguir foram considerados cenários para índices e taxas, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Para a análise de sensibilidade utilizou-se como cenário provável para o exercício de 2017 previsões e/ou estimativas baseadas fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do Relatório Focus, divulgado pelo Banco Central, e Economic Outlook 86, publicado pela OECD.

Depreciação dos índices

	Controladora						
	Saldo em 31/12/2017	Índice			Valor		
		Cenário provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (- 50%)	Cenário provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (- 50%)
Passivos							
TJLP	362.523	6,83	5,12	3,42	387.283	381.084	374.921
IPCA	122.491	3,73	2,80	1,87	127.060	125.921	124.782
CDI	1.271.898	6,61	4,96	3,31	1.355.970	1.334.984	1.313.998
Efeito líquido	(1.756.912)				(1.870.313)	(1.841.989)	(1.813.701)

	Consolidado						
	Saldo em 31/12/2017	Índice			Valor		
		Cenário provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (- 50%)	Cenário provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (- 50%)
Passivos							
TJLP	362.523	6,83	5,12	3,42	387.283	381.084	374.921
IPCA	275.585	3,73	2,80	1,87	285.864	283.301	280.738
CDI	1.271.898	6,61	4,96	3,31	1.355.970	1.334.984	1.313.998
Efeito líquido	(1.910.006)				(2.029.117)	(1.999.369)	(1.969.657)

Apreciação dos índices

	Controladora						
	Saldo em 31/12/2017	Índice			Valor		
		Cenário provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+ 50%)	Cenário provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+ 50%)
Passivos							
TJLP	362.523	6,83	8,54	10,25	387.283	393.482	399.682
IPCA	122.491	3,73	4,66	5,60	127.060	128.199	129.350
CDI	1.271.898	6,61	8,26	9,92	1.355.970	1.376.957	1.398.070
Efeito líquido	(1.756.912)				(1.870.313)	(1.898.638)	(1.927.102)

	Consolidado						
	Saldo em 31/12/2017	Índice			Valor		
		Cenário provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+ 50%)	Cenário provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+ 50%)
Passivos							
TJLP	362.523	6,83	8,54	10,25	387.283	393.482	399.682
IPCA	275.585	3,73	4,66	5,60	285.864	288.427	291.018
CDI	1.271.898	6,61	8,26	9,92	1.355.970	1.376.957	1.398.070
Efeito líquido	(1.910.006)				(2.029.117)	(2.058.866)	(2.088.770)

44 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS DE NEGÓCIOS

Os segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração. O Conselho de Administração avalia o desempenho dos segmentos operacionais com base na mensuração do lucro líquido.

	Controladora					
	31/12/2017			31/12/2016		
	Geração	Transmissão	Total	Geração	Transmissão	Total
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.054.825	2.805.326	4.860.151	1.895.600	10.778.517	12.674.117
CUSTO OPERACIONAL						
Custo com energia elétrica						
Energia elétrica comprada para revenda	(309.414)	-	(309.414)	(305.040)	-	(305.040)
Encargos de uso da rede de transmissão	(634.616)	-	(634.616)	(611.915)	-	(611.915)
Custo de operação						
Pessoal	(112.872)	(332.644)	(445.516)	(99.460)	(260.506)	(359.966)
Material	(3.313)	(7.409)	(10.722)	(2.656)	(6.982)	(9.638)
Combustíveis para a produção de energia	-	-	-	(7.803)	-	(7.803)
Serviço de terceiros	(27.945)	(64.069)	(92.014)	(27.538)	(80.486)	(108.024)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(5.749)	-	(5.749)	(9.332)	-	(9.332)
Depreciação e amortização	(30.654)	-	(30.654)	(32.098)	-	(32.098)
Reversão contrato oneroso	113.422	(18.102)	95.320	(32.981)	86	(32.895)
Outras	(28.915)	(4.678)	(33.593)	(45.478)	(4.527)	(50.005)
	(1.040.056)	(426.902)	(1.466.958)	(1.174.301)	(352.415)	(1.526.716)
CUSTO DO SERV. PRESTADO A TERCEIROS	778	(1.414)	(636)	-	(2.346)	(2.346)
CUSTO DE CONSTRUÇÃO	(19.996)	(598.308)	(618.304)	(30.097)	(545.263)	(575.360)
LUCRO BRUTO	995.551	1.778.702	2.774.253	691.202	9.878.493	10.569.695
DESPESAS OPERACIONAIS	(1.197.648)	(91.756)	(1.289.404)	(1.047.507)	(3.047.595)	(4.095.102)
RESULTADO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	(202.097)	1.686.946	1.484.849	(356.305)	6.830.898	6.474.593
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL						
Ganhos em equivalência patrimonial	49.505	143.444	192.949	306.801	278.214	585.015
Perdas em equivalência patrimonial	(216.263)	(42.175)	(258.438)	(95.192)	(106)	(95.298)
	(166.758)	101.269	(65.489)	211.609	278.108	489.717
RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA						
Resultado de aplicações financeiras	9.029	12.255	21.284	22.252	25.372	47.624
Variações monetárias e acréscimos moratórios - energia vendida	49.609	9.069	58.678	108.372	13.254	121.626
Outras variações monetárias ativas	2.482	6.843	9.325	5.670	14.789	20.459
Outras receitas financeiras	31.612	64.227	95.839	27.373	54.570	81.943
PIS/Pasep e Cofins	(6)	(9)	(15)	(5)	(2)	(7)
Encargos de dívidas	(69.742)	(199.921)	(269.663)	(46.855)	(153.833)	(200.688)
Variações monetárias sobre financiamentos e empréstimos	(2.699)	(2.081)	(4.780)	(10.790)	6.244	(4.546)
Outras variações monetárias passivas	(18.202)	(1.059)	(19.261)	(4.812)	(3.735)	(8.547)
Outras despesas financeiras	(43.849)	(45.381)	(89.230)	(29.523)	(23.300)	(52.823)
	(41.766)	(156.057)	(197.823)	71.682	(66.641)	5.041
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	(410.621)	1.632.158	1.221.537	(73.014)	7.042.365	6.969.351
Imposto de renda e contribuição social	(10.803)	(166.567)	(177.370)	55.183	(3.039.259)	(2.984.076)
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(421.424)	1.465.591	1.044.167	(17.831)	4.003.106	3.985.275
Lucro/Prejuízo básico por ação (R\$)	(7,54)	26,22	18,68	(0,32)	71,61	71,29
Lucro/Prejuízo diluído por ação (R\$)	(7,54)	26,22	18,68	(0,32)	71,61	71,29

	Consolidado					
	31/12/2017			31/12/2016		
	Geração	Transmissão	Total	Geração	Transmissão	Total
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.055.553	2.870.508	4.926.061	1.903.384	10.836.306	12.739.690
CUSTO OPERACIONAL						
Custo com energia elétrica						
Energia elétrica comprada para revenda	(311.103)	-	(311.103)	(315.139)	-	(315.139)
Encargos de uso da rede de transmissão	(634.616)	-	(634.616)	(611.915)	-	(611.915)
Custo de operação						
Pessoal	(112.872)	(337.418)	(450.290)	(99.460)	(263.755)	(363.215)
Material	(3.313)	(7.593)	(10.906)	(2.656)	(7.082)	(9.738)
Combustíveis para a produção de energia	-	-	-	(7.803)	-	(7.803)
Serviço de terceiros	(27.945)	(72.428)	(100.373)	(27.538)	(86.375)	(113.913)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(5.749)	-	(5.749)	(9.332)	-	(9.332)
Depreciação e amortização	(30.654)	-	(30.654)	(32.098)	-	(32.098)
Reversão contrato oneroso	113.422	(18.102)	95.320	(32.981)	86	(32.895)
Outras	(28.915)	(5.641)	(34.556)	(45.478)	(5.081)	(50.559)
	(1.041.745)	(441.182)	(1.482.927)	(1.184.400)	(362.207)	(1.546.607)
CUSTO DO SERV. PRESTADO A TERCEIROS	778	(1.414)	(636)	-	(2.346)	(2.346)
CUSTO DE CONSTRUÇÃO	(19.996)	(600.838)	(620.834)	(30.097)	(552.736)	(582.833)
LUCRO BRUTO	994.590	1.827.074	2.821.664	688.887	9.919.017	10.607.904
DESPESAS OPERACIONAIS	(1.205.324)	(113.412)	(1.318.736)	(1.052.942)	(3.052.014)	(4.104.956)
RESULTADO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	(210.734)	1.713.662	1.502.928	(364.055)	6.867.003	6.502.948
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL						
Ganhos em equivalência patrimonial	49.447	143.444	192.891	304.468	244.743	549.211
Perdas em equivalência patrimonial	(206.396)	(13.662)	(220.058)	(92.354)	(106)	(92.460)
	(156.949)	129.782	(27.167)	212.114	244.637	456.751
RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA						
Renda de aplicações financeiras	13.047	18.967	32.014	30.556	27.814	58.370
Variações monetárias e acréscimos moratórios - energia vendida	49.609	9.069	58.678	108.372	13.254	121.626
Outras variações monetárias ativas	2.482	6.843	9.325	5.670	14.789	20.459
Outras receitas financeiras	31.643	22.434	54.077	27.375	54.929	82.304
PIS/Pasep e Cofins	(160)	(552)	(712)	(430)	(141)	(571)
Encargos de dívidas	(69.742)	(210.454)	(280.196)	(46.855)	(153.833)	(200.688)
Variações monetárias sobre financiamentos e empréstimos	(2.699)	(2.081)	(4.780)	(10.790)	6.244	(4.546)
Outras variações monetárias passivas	(18.202)	(1.059)	(19.261)	(4.812)	(3.735)	(8.547)
Outras despesas financeiras	(48.860)	(50.534)	(99.394)	(29.661)	(23.865)	(53.526)
	(42.882)	(207.367)	(250.249)	79.425	(64.544)	14.881
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	(410.565)	1.636.077	1.225.512	(72.516)	7.047.096	6.974.580
Imposto de renda e contribuição social	(10.977)	(170.486)	(181.463)	54.793	(3.043.990)	(2.989.197)
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(421.542)	1.465.591	1.044.049	(17.723)	4.003.106	3.985.383
Resultado atribuível aos acionistas controladores	(421.424)	1.465.591	1.044.167	(17.831)	4.003.106	3.985.275
Resultado atribuível aos acionistas não controladores	(118)	-	(118)	108	-	108
Lucro/Prejuízo básico por ação (R\$)	(7,54)	26,22	18,68	(0,32)	71,61	71,29
Lucro/Prejuízo diluído por ação (R\$)	(7,54)	26,22	18,68	(0,32)	71,61	71,29

45 - SEGUROS

Atualmente a Chesf possui três contratos de seguros cada um com período de duração de um ano e todos com início a partir de 30/04/2017, cujo objetivo é obter cobertura para os seus principais ativos, tais como imobilizado em serviço e almoxarifado. Para isso, esses ativos estão segurados por apólices também anuais, especificadas por modalidade de risco, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Apólices	Importâncias Seguradas	Prêmios Anuais
- Riscos Nomeados: Incêndio, raio, explosão, danos elétricos, equipamentos eletrônicos	6.294.090	7.955
- Riscos aeronáuticos	44.075	698
- Transporte	163.500	189
	6.501.665	8.842

Para o Seguro de Riscos Nomeados são emitidas duas apólices, sendo uma para as Usinas e outra para as Subestações, relacionando os principais equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites de indenização, além dos bens em almoxarifados. O seguro possui cobertura securitária básica para: incêndio, queda de raios e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, riscos para equipamentos eletrônicos e informática.

Na importância segurada relativa ao seguro aeronáutico, além de R\$ 17.140 referentes a danos causados às aeronaves, estão incluídos R\$ 3.367 para responsabilidade civil e R\$ 23.568 para responsabilidade civil a 2º Risco, previsto no Código Brasileiro de Aeronáutica, que são coberturas contra danos causados a terceiros.

Para o seguro de transporte, a Companhia mantém apólices para garantir a movimentação de materiais nas modalidades terrestre, marítimo e aéreo nacionais, e marítimo e aéreo internacionais, mensalmente endossadas.

Na determinação da política de seguros e gerência de riscos são contempladas as localizações físicas, os riscos a que se expõem os bens e o custo/benefício.

46 - REMUNERAÇÃO DOS EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

Em atendimento a Resolução nº 3, de 31 de dezembro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, apresentamos a seguir a maior e menor remuneração pagas a empregados e dirigentes, tomando-se por base o mês de dezembro de 2017 e 2016:

	2017		2016	
	Maior remuneração	Menor remuneração	Maior remuneração	Menor remuneração
Empregados (R\$)	74.800,99	1.810,74	59.410,81	1.927,90
Dirigentes (R\$)	61.667,99	42.002,25	57.056,09	42.002,25

	Salário/Honorário médio	Remuneração média	Salário/Honorário médio	Remuneração média
	Empregados (R\$)	7.025,01	10.950,75	6.534,04
Dirigentes (R\$)	49.198,66	49.198,66	45.359,92	45.359,92

Tais remunerações são compostas de salários permanentes, gratificações e adicionais.

47 – MEIO AMBIENTE (não auditada)

São os seguintes os gastos efetivados pela Companhia, individualmente, de modo a atender aos seus compromissos com o meio ambiente:

Natureza dos Gastos	31/12/2017			31/12/2016
	Aplicação			Total
	Imobilizado	Resultado	Total	
Manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	4.703	6.566	11.269	10.673
Preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	606	3.590	4.196	3.055
Educação ambiental para a comunidade	428	2.314	2.742	3.298
Outros projetos ambientais	904	510	1.414	1.922
Total	6.641	12.980	19.621	18.948

- *Manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente*, compreende os gastos com estudos, diagnósticos, levantamentos, planos de uso e programas de monitoramento, dentre outros, não contemplando as ações de recuperação ou mitigação de impacto ambiental.
- *Preservação e/ou recuperação de ambientes degradados*, compreende os gastos com execução de ações voltadas para preservar e/ou recuperar ambientes degradados com impactos já detectados, com uma ação de reparação em andamento, podendo se referir a ambientes aquáticos, terrestres ou atmosféricos.
- *Educação ambiental para a comunidade*, compreende os gastos com ações de educação e/ou capacitação para sustentabilidade, voltadas às comunidades impactadas pela implantação dos empreendimentos da Companhia.
- *Outros projetos ambientais*, compreende os gastos com as demais ações adotadas pela Companhia, tendo como objeto a preservação do meio ambiente.

A Companhia possui compromissos assumidos de gastos com o meio ambiente, no montante de R\$ 56.273, com previsão de desembolso de R\$ 29.887 para o exercício de 2018 e R\$ 26.386 em 2019.

48 - TREINAMENTOS E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL (não auditada)

A Chesf tem como política permanente a qualificação dos seus dirigentes e empregados, tendo apresentado no período os indicadores a seguir:

Indicadores	31/12/2017	31/12/2016
Empregados treinados	4.372	3.680
Homem/hora treinados	185.648	187.724
Média/hora treinamento	45,04	41,39
Índice de empregados treinados (%)	106,07	81,15
Força de trabalho treinada (%)	2,35	2,16
Investimento total (R\$ mil)	1.156	1.442
Valor médio investido por empregado (R\$ 1,00)	280	318

49 – INJUNÇÃO CONTRA REMUNERAÇÃO DAS INDENIZAÇÕES DAS EMPRESAS DE TRANSMISSÃO

A Associação Brasileira de Grandes Consumidores Livres (ABRACE) e outros, interpuseram ação judicial com petição de injunção contra o Governo Federal do Brasil e a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), referente à remuneração das indenizações das empresas de transmissão que haviam renovado algumas concessões antes de seus vencimentos originais em 2013.

A Chesf reconheceu até 31 de dezembro de 2017 um valor líquido de R\$ 9.681.514 em relação a esses ativos.

Em 10/04/2017, foi proferida liminar parcial a favor da ABRACE e outros, visando a suspensão dos efeitos tarifários relativos às indenizações devidas às transmissoras por instalações da Rede Básica Existente que estavam em operação em maio de 2000 ("RBSE"), e renovaram seus contratos de concessão nos termos da Lei nº 12.783/2013.

A injunção interlocutória concedida a favor da ABRACE e outros, não aprovou todas as reivindicações, incluindo a suspensão do pagamento integral da tarifa de utilização do sistema de transmissão (TUST). No entanto, a liminar interlocutória foi concedida para excluir das tarifas a serem pagas apenas pelos reclamantes, a parcela referente à

remuneração prevista no artigo 1º, parágrafo terceiro, da Portaria MME nº 120/2016, que estabelece o custo de capital não incorporado desde a extensão dos contratos de concessão até o processo tarifário.

Com base em parecer jurídico de advogado externo, a Companhia entende que as decisões tomadas até o momento não prejudicam o direito de receber os ativos da RBSE, conforme estabelecido na Lei nº 12.783/2013 e na Portaria MME nº 120/2016, que outorga o direito de receber tais montantes, mesmo que seja em última instância devido pelo Governo Federal do Brasil. Assim, a Companhia entende que não houve evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável, mantendo o valor de R\$ 2.069.174 registrado no ativo não circulante.

50 – TRANSFERÊNCIA DE ATIVOS PARA ELETROBRAS

Em reunião realizada em 30/06/2017 do Conselho de Administração da Eletrobras, foi aprovado o recebimento pela Eletrobras, de determinadas participações acionárias detidas pela Chesf, em sociedades de propósito específico (“SPE”), de geração eólica e de transmissão.

A operação acima mencionada representa uma das etapas previstas no Plano Diretor de Negócios e Gestão (“PDNG”) 2017/2021, divulgado ao mercado pela nossa controladora, Eletrobras, por meio do Fato Relevante de 17/11/2016 e comunicado ao mercado da Chesf de 30/06/2017, 21/07/2017 e 26/02/2018. A transferência de ativos da Chesf para a Eletrobras, tem por objetivo promover a quitação de dívidas da Companhia com a Eletrobras e diminuir sua alavancagem financeira.

Essas participações societárias, posteriormente e conforme avaliações em andamento, poderão ser vendidas para o mercado pela Eletrobras, em conjunto ou separadamente.

SPEs	% de participação
Integração Transmissora de Energia S.A.	12,00%
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	24,50%
Manaus Transmissora de Energia S.A.	19,50%
Pedra Branca S.A.	49,00%
São Pedro do Lago S.A.	49,00%
Sete Gameleiras S.A.	49,00%
Baraúnas I Energética S.A.	49,00%
Mussambê Energética S.A.	49,00%
Morro Branco I Energética S.A.	49,00%
Baraúnas II Energética S.A.	1,50%
Banda de Couro Energética S.A.	1,70%
Vamcruz I Participações S.A.	49,00%
Chapada do Piauí I Holding S.A.	49,00%
Chapada do Piauí II Holding S.A.	49,00%
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	49,00%

Em alguns casos, em função de acordo de acionistas, a participação da Chesf deverá ser tratada diretamente com o parceiro privado no empreendimento.

A efetiva transferência dos ativos depende de autorização regulatória, societária e de agentes financiadores, conforme o caso.

51 – EVENTOS SUBSEQUENTES

51.1 – Capitalização de AFAC – Extremoz Transmissora do Nordeste ETN S.A.

Em 26/02/2018, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária da SPE Extremoz Transmissora do Nordeste ETN S.A., na qual foi deliberado e aprovado o aumento do capital social no valor de R\$ 464.184, sendo sua integralização efetivada mediante o saldo de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC, existente naquela data.

51.2 – Contratação de Empréstimos

Foi celebrado em 17/01/2018 contrato de empréstimo junto à Eletrobras no montante de R\$ 155 milhões. O primeiro desembolso, no valor bruto de R\$ 110 milhões, ocorreu em 27/02/2018. Com o desconto do IOF o valor líquido do desembolso ficou em R\$ 108 milhões, restando um saldo bruto no valor de R\$ 45 milhões referente a este contrato.

COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL E DA DIRETORIA EXECUTIVA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Wilson Pinto Ferreira Júnior
Presidente

Sinval Zaidan Gama
Conselheiro

Armando Casado de Araújo
Conselheiro

Mauricyo José Andrade Correia
Conselheiro

Geraldo Julião Júnior
Conselheiro

José Oto Santana Filho
Conselheiro

CONSELHO FISCAL

Pedro Gaudêncio de Castro
Presidente

Orlando Henrique Costa de Oliveira
Conselheiro

Denis do Prado Netto
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

Sinval Zaidan Gama
Diretor-Presidente

Adriano Soares da Costa
Diretor Econômico-Financeiro

Roberto Pordeus Nóbrega
Diretor de Engenharia e Construção

João Henrique de Araújo Franklin Neto
Diretor de Operação

Joel de Jesus Lima Sousa
Diretor de Gestão Corporativa

SUPERINTENDÊNCIA DE CONTABILIDADE

Fernando Antônio Cavalcanti Teixeira
Superintendente
CRC-PE-015257/O-0 - Contador

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Conselheiros e Acionistas da

Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf

Recife – PE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos - Lava Jato

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 4.17 (a) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que indica que o valor correspondente relativo ao lucro líquido individual e consolidado da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentado para fins de comparabilidade, foi diminuído em R\$ 27.450 mil, como resultado da baixa dos custos previamente capitalizados e de baixa em investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial, representando os valores estimados relacionados com as atividades ilícitas que certa coligada da Companhia capitalizou em excesso na aquisição de imobilizado. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfase – Projetos hidroelétricos e eólicos de empresas investidas

Conforme mencionado na nota explicativa nº 31.3, a Companhia mantém investimentos em SPEs que se encontram em fase pré-operacional e que vêm incorrendo em gastos significativos relacionados ao desenvolvimento dos projetos hidroelétricos e eólicos, sendo os mais relevantes os projetos hidrelétricos da UHE Belo Monte (Rio Xingu), UHE Sinop (Rio Teles Pires) e Complexo Eólico Pindiaí I. Adicionalmente, as investidas ESBR Participações S.A., Norte Energia S.A., e Chapada do Piauí II Holding S.A., que se encontram em fase pré-operacional, nas quais a Companhia participa com 20%, 15% e 49%, respectivamente, apresentavam, em 31 de dezembro de 2017, capital circulante líquido negativo, no montante R\$ 2.650.340 mil. A conclusão das obras dessas investidas depende do suporte financeiro por parte da Companhia e demais acionistas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - Controladora e consolidado

Veja as Notas explicativas nºs 4.9.2 e 13.2 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>A Companhia avaliou a existência de indicadores de redução ao valor recuperável em relação às suas unidades geradoras de caixa ("UGCs") e para o cálculo do valor recuperável utilizou-se do método de fluxo de caixa descontado com base em projeções econômico-financeiras. Devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas de fluxos caixa futuros e suas estimativas para determinar a capacidade de recuperação de ativos, como a taxa interna de retorno, taxa de desconto, custo do capital, preço de liquidação das diferenças - PLD médio, bem como à complexidade do processo, o qual requer um grau significativo de julgamento por parte da Companhia para determinação da estimativa contábil que pode impactar o valor desses ativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Avaliamos as premissas utilizadas pela Companhia para determinar a existência de indicadores de que os ativos possam ter sofrido desvalorização e para determinar suas unidades geradoras de caixa, bem como avaliamos os controles internos chave relativos à identificação e mensuração do valor recuperável das unidades geradoras de caixa da Companhia. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as principais premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa futuros e comparamos os orçamentos aprovados para o exercício anterior com os valores reais apurados de forma a verificar a habilidade da Companhia em projetar resultados futuros.</p> <p>Adicionalmente, comparamos o valor recuperável apurado com base nos fluxos de caixa descontados, por unidade geradora de caixa, com o respectivo valor contábil dos ativos imobilizado e intangível com vida útil definida e avaliamos a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</p> <p>No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes considerados imateriais, e, portanto, não afetaram a mensuração e a divulgação dos ativos não financeiros, registrados e divulgados pela Administração. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que, no tocante à sua recuperabilidade, os saldos dos ativos não financeiros, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.</p>

Valor recuperável dos investimentos em Sociedades de Propósito Específico (SPE) - Controladora e Consolidado

Veja as Notas explicativas nºs 4.9.1 e 18.1 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>A Companhia detém participações societárias em diversas SPEs constituídas a partir de leilões públicos relacionados a concessões, nos segmentos de geração e transmissão de energia elétrica. Considerando a redução significativa das tarifas de geração e transmissão nos últimos anos, bem como as atuais condições macroeconômicas do Brasil, e as incertezas do setor em que essas SPEs operam, os resultados operacionais e financeiros dessas SPEs poderão ser adversamente afetados, impactando por meio de equivalência patrimonial, as demonstrações financeiras da Companhia. Esses investimentos realizados nas SPEs também estão sujeitos a atrasos nos licenciamentos ambientais que podem acarretar redução na rentabilidade dos projetos. Com a identificação desses indicadores (“triggers”), a Companhia avaliou a existência de redução ao valor recuperável (“impairment”) destas SPEs. Os principais documentos utilizados para a avaliação econômica foram: (i) o fluxo de caixa projetado da SPE, com base no histórico de operações de cada uma delas; (ii) outros eventos macroeconômicos que possam ter impacto nos modelos de negócio; e (iii) o plano de negócio da Companhia para os anos subsequentes.</p> <p>Devido à relevância e ao alto grau de julgamento envolvido no processo de determinação das estimativas de rentabilidade futura para fins de avaliação da recuperabilidade desses investimentos, realizado por meio de modelos de avaliação econômica que pode impactar o valor desses ativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Obtivemos entendimento dos procedimentos realizados pela Companhia e comparamos o valor em uso das principais SPE com o valor contábil do investimento e, para os casos em que o valor recuperável do investimento foi inferior, avaliamos se apenas essa comparação já constituía evidência de redução do valor recuperável do investimento (“impairment”), considerando as análises qualitativas que podem sugerir perdas sobre o valor recuperável, tais como atrasos no cronograma, condições desfavoráveis do mercado que altere a taxa interna de retorno (estimada no projeto inicial), impedimento por parte de órgãos reguladores e/ou fiscalizadores, contingenciamento financeiro do orçamento do projeto vinculado à SPE, vis-à-vis o julgamento previamente exercido pela Companhia quanto ao assunto. A Companhia prepara avaliação de valor recuperável sempre que, em seu julgamento, houver indicativo de perda em determinado investimento. Preparamos avaliações semelhantes, de forma independente, e solicitamos à Companhia seus estudos de valor justo, assim como os julgamentos exercidos quanto às evidências qualitativas. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, analisamos os estudos de valor em uso e valor justo preparados pela Companhia e analisamos a razoabilidade dos modelos matemáticos, dentro de padrões de mercado aceitos, das projeções de fluxos de caixa e a capacidade de execução dos planos de negócios de cada SPE, sob os quais as avaliações econômico-financeiras foram estruturadas. Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão de acordo com as regras contábeis aplicáveis e efetuadas de forma consistente. No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes considerados imateriais, e, portanto, não afetaram a mensuração e a divulgação dos investimentos em Sociedades de Propósito Específico (SPE), registrados e divulgados pela Administração. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que, no tocante à sua recuperabilidade, os saldos dos investimentos em Sociedades de Propósito Específico (SPE), bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.</p>

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Recife, 19 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes

CRC PE-000904/F-7

João Alberto da Silva Neto

Contador CRC RS-048980/O-0 T-CE

Danilo Siman Simões

Contador CRC 1MG058180/O-2 T-SP

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, considerando a Decisão da Diretoria Executiva de 19 de março de 2018, homologada pelo Conselho de Administração em 19 de março de 2018, analisou o **Relatório da Administração**, relativo ao Exercício de 2017, e, assistido pelo Superintendente de Contabilidade da Companhia, Fernando Antônio Cavalcanti Teixeira e pela Representante da KPMG Auditores Independentes, Adriana Rodrigues Pereira da Silva, CPF 021.963.224-31, RG 4837625 SSP/PE, analisou as **Demonstrações Financeiras** relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, compostas do Balanço Patrimonial, da Demonstração do Resultado de Exercício, da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, da Demonstração do Fluxo de Caixa, da Demonstração do Valor Adicionado, das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes emitido em 19 de março de 2018, sem ressalvas, com ênfase para os seguintes itens: “Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos – Lava Jato” e “Projetos hidroelétricos e eólicos de empresas investidas”.

Tomou, ainda, conhecimento da proposição a ser encaminhada à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas de Destinação do Lucro Líquido do Exercício, que inclui a distribuição de dividendos no montante de R\$ 30.599 mil e a constituição de reserva especial de dividendos adicionais/obrigatórios não distribuídos, no montante de R\$ 546.258 mil, nos termos do art. 202, §§ 4º e 5º, da Lei nº 6.404/76, pois sua distribuição se mostra incompatível com a atual situação financeira da Companhia.

Desta forma, o Conselho Fiscal é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial, financeira e de gestão da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf e manifesta-se favoravelmente à submissão dos referidos documentos à Assembleia Geral dos Acionistas, nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e das alterações introduzidas pela Legislação subsequente.

Brasília, 19 de março de 2018.

Pedro Gaudêncio de Castro
Presidente

Orlando Henrique Costa de Oliveira
Conselheiro

Denis do Prado Netto
Conselheiro